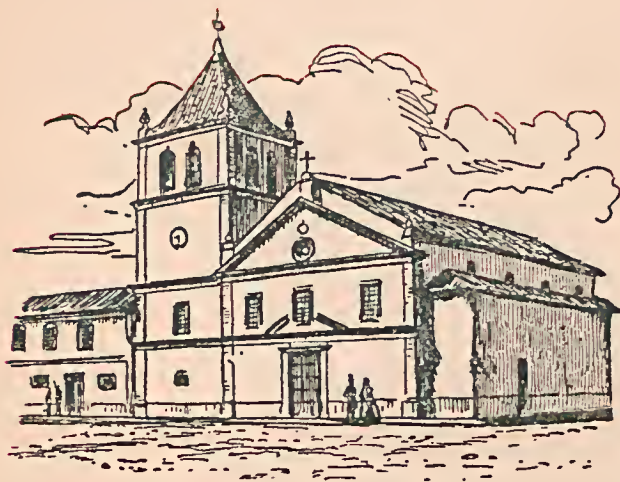
BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA

(COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO)

DIREÇÃO DE *AFONSO DE E. TAUNAY*

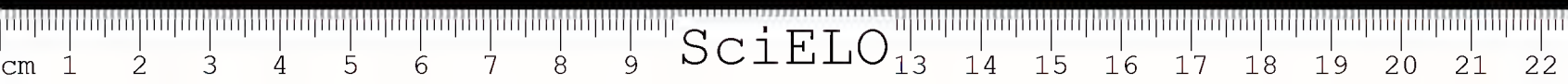
V

J. J. Von Tschudi

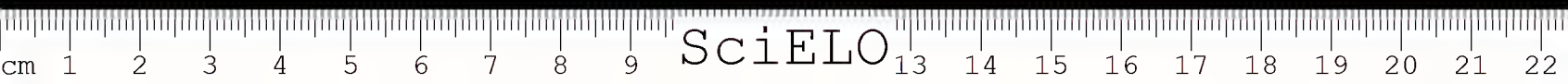
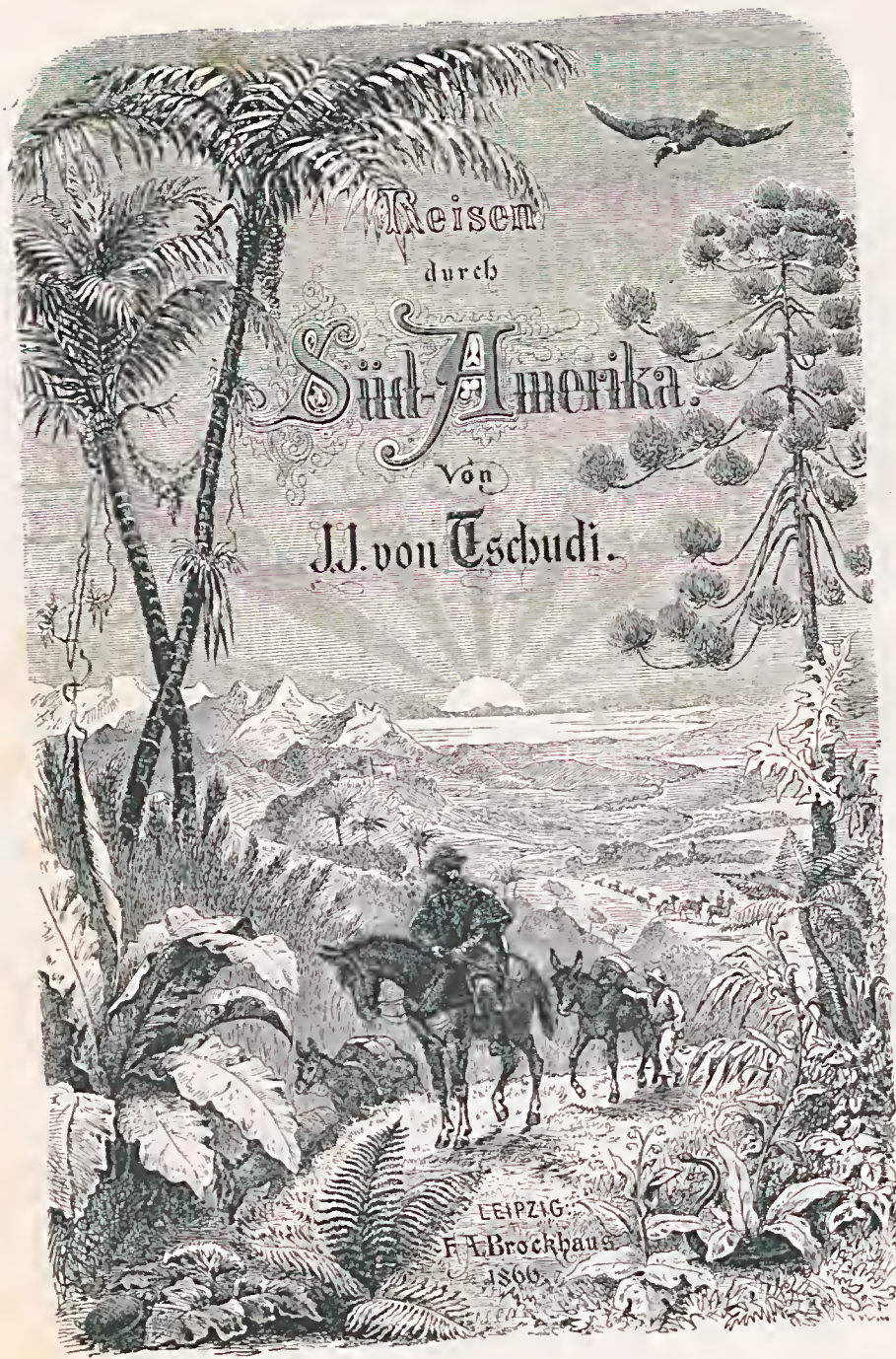
Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo

LIVRARIA MARTINS EDITÔRA

SÃO PAULO

Viagem às Províncias

do

Rio de Janeiro e S. Paulo

Dêste volume, o quinto da Biblioteca Histórica Paulista, comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo, fizeram-se à parte em papel "vergé", 50 exemplares numerados de 1 a 50.

8

Reisen
durch
Süd-Amerika.
Von
J.J. von Tschudi.
LEIPZIG:
F.A. Brockhaus
1866.
F.A. BROCKHAUS X.A

BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA
DIREÇÃO DE AFONSO DE E. TAUNAY

J. J. VON TSCHUDI

Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo

Introdução de AFONSO DE E. TAUNAY

Tradução de EDUARDO DE LIMA CASTRO

LIVRARIA MARTINS EDITÔRA S. A.
Rua São Francisco, 77/81 — São Paulo

O BARÃO TSCHUDI

Pertencia o Barão João Tiago von Tschudi, diplomata e sábio suíço, ministro da República Helvética no Brasil, a uma das mais antigas e ilustres famílias de seu país.

Já no século XVI da era assinalada por Gil Tschudi, cognominado o Pai da História da Suíça *cuja obra preciosa encerra larga cópia de documentos da maior relevância, desaparecidos com o decorrer dos anos. Contemporâneo e parente seu teve destaque Valentim Tschudi, teólogo protestante.*

Outros Tschudi ilustraram sua estirpe originária do cantão de Glavis. Entre êles, Domingos e João Henrique, historiadores que viveram nos séculos XVII e XVIII.

Um ramo da família tornou-se francês, radicando-se na Lorena, nas vizinhanças de Metz. Vários dos seus membros tornaram-se notados como Teodoro Luiz, Barão de Tschudi (1724-1769) homem de vida muito aventurosa, grande adepto da maçonaria, o que lhe valeu um período de encarceramento na Bastilha. Seu primo João Batista (1734-1784) poeta, botânico e silvicutor além de homem público prestigioso. De João Batista foi filho João José, Barão de Tschudi (1764-1822) notável silvicutor.

Reverdeceu o tronco helvécio com João Tiago nascido em 1818 em Glavis e desde verdes anos assinalado como naturalista de alto valor. Contempora-

neamente também, se distinguia seu irmão Frederico como agrônomo.

Formado em ciências naturais pela Universidade de Neufchatel e em medicina pela Faculdade de Paris, empreendeu João Tiago grande viagem circunavegatória do globo. Chegado ao Perú, interrompeu-a entusiasmado com a perspectiva de explorar o riquíssimo campo de pesquisas várias, oferecido pelo vasto território da República do Pacífico. Cinco anos viveu a explorar a fáuna e sobretudo a arqueologia peruana, estendo os estudos à etnografia e linguística das populações do antigo território incáico.

Voltando à Europa comprou importante propriedade na Áustria e ocupou-se em publicar os resultados de seu longo e indefesso trabalho. À sua obra acolheram os círculos científicos com os mais calorosos aplausos, sobretudo os trechos que versavam sôbre a língua quichua.

Largo renome já o acompanhava quando em 1857 resolveu voltar à América do Sul. Dois anos permaneceu em nosso continente a percorrer o Brasil, os Estados do Prata, o Chile, a Bolivia e o Perú.

Em 1860 nomeou-o o govêrno da Confederação Helvética, ministro plenipotenciário no Brasil, cabendo-lhe em missão especial, estudar os problemas de imigração suíça no Império. Deu-lhe isto ensejo a que detidamente visitasse o sul do nosso país.

Voltando à Europa, já em 1866, foi nomeado embaixador de sua República em Viena. Deu então a lume os cinco tomos de seu relato da viagem à América Meridional de grande valia e autoridade.

Faleceu em 1887 deixando eminente reputação como uma das notáveis figuras dentre os cultores das ciências naturais no século XIX. Como zoólogo foi

um dos mais acatados especialistas em batráquios e a sua autoridade em matéria antropológica era das mais consideráveis nas mais altas rodas científicas.

A tradução da obra de Tschudi era coisa que se impunha para maior brilho da nossa xenobibliografia.

A parte de suas viagens consagrada à Província de São Paulo analisamos detidamente num ensaio publicado no Tomo XI dos Anais do Museu Paulista *(pp. 57-135) mercê de tradução de que incumbíramos o prezado amigo dr. Herbert Baldus, o consagrado etnólogo, autor dos brilhantes Ensaios* de Etnologia Brasileira *que nos deu a honra de prefaciar além de muitos numerosos ítens de uma bibliografia tão extensa quanto acatada.*

Entenderam os prezados amigos Drs. José de Barros Martins e Hernani de Campos Seabra, incluir em sua Biblioteca Histórica Paulista a narrativa da viagem de Tschudi, incumbindo o Dr. Eduardo de Lima Castro de tal versão.

Assim acolha o nosso público a iniciativa dos beneméritos editôres que deliberaram oferecer-lhe um dos mais interessantes e menos conhecidos livros de nossa xenobibliografia.

AFFONSO DE E. TAUNAY

SÃO PAULO, 27 DE MAIO DE 1953.

Viagem às Províncias
do
Rio de Janeiro e S. Paulo

VIAGEM ATRAVÉS DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

ESCARREGAMOS novamente os nossos animais afim de fazê-los alcançar a nado a margem oposta do rio Itabapuama, que é bastante largo e não possui ponte, após o que o atravessamos de canoa. Esta travessia, bem como o trabalho de carregar e descarregar as bestas, nos custou duas horas de fadigas, sob um sol causticante. Franqueado o rio, quatro horas ainda marchamos pelo caminho através da mata virgem, cuja monotonia era interrompida cá e lá por uma ou outra fazenda. Às seis da tarde, atingimos a propriedade do Comendador André Gonçalves da Graça, a 10 léguas de Santo Antônio do Muqui. Levava comigo uma carta de apresentação do Barão de Itapemirim dirigida ao Comendador. Não encontramos ao chegar o dono da casa, mas sua senhora nos recebeu amàvelmente e despachou logo um escravo com a carta de recomendação para ir entregá-la ao destinatário. Êste chegou, decorrida uma hora, acompanhado de seu genro e, num gesto verdadeiramente cativante, pôs a sua casa ao nosso dispor. Era o nosso anfitrião originário da província de Trás-os-Montes, em Portugal. Dedicara-se, desde cedo, à vida do mar, tendo navegado, segundo depreendi de sua conversa, durante muitos anos entre a costa da África e o Brasil, a bordo de navios negreiros. Parece que tais viagens foram lucrativas, o que lhe permitiu trocar

o sextante pelo arado. Possuía êle, além da fazenda São Pedro, outra maior, vizinha, ambas òtimamente cultivadas.

Um monótono vozerio, vindo da varanda fronteira à janela do meu aposento, despertou-me, na manhã seguinte, muito antes do amanhecer. Escutando algum tempo, descobri que se tratava do apêlo matinal aos escravos, o qual em breve foi seguido pelo murmúrio da prece com que iniciam o dia.

Antes do almôço, mostrou-me o Comendador André seu estabelecimento, que me surpreendeu, tanto pela sua extensão, como pelas instalações e distribuição racional. Uma máquina a vapor movimentava ali, segundo as necessidades, ora uma prensa de açúcar, ora um monjolo de café, um moinho de milho ou uma serra circular. A indústria madeireira parece render consideráveis lucros, pois as matas da propriedade são ricas em madeiras preciosas e o transporte é muito fácil, pois a fazenda fica a uma légua da costa apenas, de onde são exportadas.

As fazendas situadas perto da costa ou de rios navegáveis gozam da grande vantagem de poder fàcilmente transportar suas madeiras, ao passo que nas propriedades que ficam terra a dentro, tal riqueza serve apenas para a construção de casas e pontes. Na maioria das fazendas, porém, as madeiras preciosas são queimadas junto com as comuns, nas roças, pois ninguém observa um trabalho sistemático na derrubada dos matos; separam, apenas, as madeiras imediatamente utilizáveis e queimam o resto. Nas florestas brasileiras há um sem número de essências preciosíssimas, conhecidas apenas parcialmente na Europa (1). A própria botânica sistemática identifica apenas uma parte insignificante das árvores que as produzem. Encontramos em muitos museus belas coleções de madeiras brasileiras, que são apresentadas em mostruários, já polidas e acompanhadas de seus respectivos nomes vulgares, mas inúteis para a sistemática, visto que não vêm acompanhada cada espécie de suas folhas e frutos. Mesmo o mais avisado dos botânicos jamais poderá obter resultados satisfatórios em excursões pela floresta; os guias indígenas lhe dão os nomes vulgares das árvores que vão encontrando, mas grande número de vezes não é possível conseguir-se fôlhas ou flores das mesmas, nem mesmo

(1) Na Exposição Internacional de Londres, no ano de 1862, havia uma coleção composta de 410 exemplares de madeiras diversas, de matas amazônicas.

derrubadas a tiro. Abater a árvore seria outra tentativa sem resultado, pois a densa selva, composta de vegetais de inúmeras espécies, entre os quais cipós ou lianas, tornariam impossível a tarefa. Para vencer a tantos obstáculos seria preciso muito tempo. Fôlhas e flôres espalhadas pelo chão também são inúteis ao classificador, pois há tantas árvores de espécies distintas, agrupadas, que nunca se poderá saber com certeza de que exemplar provém a amostra colhida. O trabalho de classificação das inúmeras espécies das matas dessa natureza poderia ser realizado por um botânico que, durante alguns anos, permanecesse numa fazenda em que se procede a derrubada de matas.

A espécie que atualmente mais se exporta é o palissandro ou jacarandá, *Rose-wood* dos ingleses (*Nissolia cabiuna, Miscolobium violaceum*) (2). Trata-se de uma bela madeira castanho-escura, que toma polimento com grande facilidade. É muito usada na marcenaria de luxo. A província do Espírito Santo possui ainda em suas florestas grande quantidade de outras variedades mais belas e escuras que, polidas, tomam brilho inda maior. Mas são quase tôdas elas aproveitadas apenas na carpintaria, para a construção de casas. Existe um tesouro ainda inexplorado de madeiras utilizáveis na marcenaria e muitas delas alcançariam mesmo maior aceitação que o jacarandá, se a especulação comercial e os fabricantes de móveis se entendessem para lhes conquistar mercado, proclamando-as madeiras da moda.

No Brasil não existe monopólio de tabaco, nem de sal ou pólvora, mas sim uma exclusividade do Estado, para a exportação do pau-brasil ou ibirapitanga, madeira esta que fornece o conhecido corante vermelho. A melhor madeira para essa indústria provém da "guilandina" (*Caesalpinia echinata*), da família das Leguminosas. Trata-se de uma árvore de córtex castanho e espinhosa, que existe no Brasil central e Norte, dispersa pela floresta. O Govêrno entregou a venda e exportação dessa madeira a um rendeiro geral, que manda extraí-la nas matas pertencentes ao Estado, ou a compra dos particulares. Cada um pode dispor a seu grado da madeira desta espécie

(2) O valor da exportação do jacarandá no Brasil foi, no ano de 1857-58, de 350 contos de reis; no ano de 1858-59, de 384 contos; no de 1859-60, de 626 contos de reis. A madeira é levada ao mercado em "couçoeiras" de cêrca de 2 braças de comprido. A dúzia da madeira de primeira qualidade é vendida no Brasil pelo preço que varia entre 700 mil reis a 1 conto e duzentos; a de segunda, entre 300 e 500 mil réis.

que existe em sua propriedade, sendo apenas proibida a sua exportação. Várias pessoas já tentaram burlar esta proibição extraindo a matéria corante da superfície e exportando-a como se fôra outra espécie, e subtraindo-se assim à fiscalização aduaneira. Uma ou outra vez foram bem sucedidos os infratores, mas o ardil logo se tornou conhecido.

A renda que êsse monopólio proporciona ao Estado é mínima. No ano fiscal de 1856-7, foi de 104 contos de reis (7 600 thalers); em 1857-8, de 55 contos; em 1858-9, de 40 contos; em 1859-60, de apenas 1 conto 282 mil réis (cêrca de 96 thalers em moeda prussiana). A partir dêsse ano não mais encontrei nos relatórios do Ministério da Fazenda menção relativa ao monopólio. Não resta a menor dúvida de que o Govêrno tiraria mais proveito e vantagem se deixasse a utilização e a exportação da madeira a particulares. Podia gravar com pesado imposto a exportação, sem contudo ultrapassar as medidas do razoável. Os monopólios do Estado se justificam ùnicamente quando fornecem maior renda ao país do que a que se obteria se o artigo monopolizado se encontrasse em mãos de particulares.

A amabilidade do nosso anfitrião nos fêz demorar mais do que fôra previsto, pois tínhamos a vencer ainda uma distância de 11 léguas. Tendo partido, após uma hora de viagem, chegamos à praia, por onde seguimos durante algumas horas, afundando-nos na areia, para depois rumar, em direção Sudoeste, para o rio Paraíba do Sul. As dunas estéreis da praia são limitadas aí, como também a Norte, por uma estreita faixa de vegetação arbustiva baixa, coberta pela areia solta. Nessa vegetação prevalece a pitangueira (*Eugenia pedunculata*) cujo fruto, de um vermelho amarelado, e de gôsto um tanto acre, porém muito agradável, estava justamente amadurecendo. Encontramos grandes grupos de mulheres e crianças que iam por prazer à colheita dêsses frutos, passando assim o domingo. A pitanga se come crua, mas fornece também ótima geléia. O encontro foi-nos muito a propósito, pois naquele calor escaldante, comemos com grande prazer as pitangas, que as mulheres nos vendiam por baixo prêço.

O rio Paraíba do Sul, cujas margens atingimos às três horas da tarde, apresentou-se-nos sob um imponente aspecto. Seguimos pela margem Setentrional durante algumas horas,

por entre pastagens bem cuidadas. Na margem oposta havia muitas plantações bem cuidadas, que alegravam a paisagem.

Os nossos pretos esqueceram durante a viagem o velho rifão "de vagar se vai ao longe" e, segundo presumo, por quererem assistir ainda aos festejos domingueiros na cidade, obrigavam os animais a um passo acelerado. Em consequência disto os muares ficaram completamente exaustos em pouco tempo, e muito antes de termos atingido nosso destino. Fomos obrigados, pois, a continuar muito lentamente, porque as bestas já iam caindo pela estrada. Os pretos, impacientes e irritados com êsse vagar, maltratavam com chicotes e longas varas os pobres animais, procurando assim apressar a marcha. Mas não conseguiram mais que piorar a situação, pois as mulas tombavam a cada passo, ou deitavam-se simplesmente no caminho, e sòmente as minhas enérgicas advertências salvaram as pobres bestas das costumeiras brutalidades dos negros.

Noite fechada, chegamos finalmente ao trapiche fronteiro à cidade de Campos. Ali se encontrava uma balsa muito prática, presa a uma corda aérea; nêsse veículo fàcilmente se podia acomodar um número regular de animais de carga. Como era domingo, a afluência era maior que nos dias comuns. Debaixo de gritos e chicotadas, os negros conseguiram embarcar todos os animais e, meia hora mais tarde, passávamos pelas ruas mal iluminadas da cidade, rumo ao Hotel de Paris.

Dedicamos o dia seguinte à visita da cidade e seus arredores.

Campos é a segunda cidade em tamanho da província do Rio de Janeiro, mas no que toca ao comércio e à indústria, inteligência e atividade, ocupa, sem favor algum, o primeiro lugar. Está situada à margem Sul de um rio importante, a uma distância de apenas 8 léguas do mar, em meio de férteis planícies, nas quais florescem a agricultura e a pecuária. Seu "hinterland" é igualmente rico e explorado por uma população industriosa, da maneira mais inteligente.

Essa faixa de terra, na qual se extende a planície de Campos, do cabo São Tomé aos limites da atual província de Minas Gerais a Oeste, era habitada, nos tempos da invasão portuguesa, por várias tribos de índios selvagens e corajosos, os Goitacás ou Huetecas. Segundo Simão de Vasconcelos, êste povo se compunha de tres ramos: os Goitacás-açu, os Goitacás-mopi e os Goitacás-jacoritó. Todos os cronistas são unânimes

em declarar que se tratava de homens altos, extremamente fortes, de tez clara, que se distinguiam dos demais pela grande habilidade no manejo do arco e pelo espírito guerreiro que revelavam. Não falavam a "língua geral" dos tupis, porém, ao que parece, uma língua que podia ser considerada um dialeto da dos tapuias, e formavam, conforme presume o citado Simão de Vasconcelos, um ramo dêstes. Varnhagen, *Hist. do Brasil,* t. I, p. 101, estudando a origem da palavra "goitacás", a decompõe nos elementos "goatá", mato e "cáa", caminhar, e lhe dá o significado de "caminhantes do mato". Outros autores afirmam que a voz "goitá-comopi" significa, na língua dêles, campo dos prazeres. Mas esta etimologia tem base muito fraca.

As três tribos dos Goitacás viviam lutando entre si, guerreando também as tribos estranhas e hostilizando acerbamente os portugueses que tinham vindo radicar-se nas vizinhanças.

Dom João III, rei de Portugal, doou as terras que se estendiam do cabo São Tomé até a foz do rio Paraíba do Sul, e mais além para Oeste a então chamada capitania de São Tomé, a Pedro Goes da Silveira, que fêz aí as primeiras tentativas de colonização, em 1540. Durante dois ou três anos, viveu êste donatário em paz com os habitantes selvagens da terra, mas logo depois irrompeu uma sangrenta guerra, que durou cinco anos e forçou a Pedro Goes a retirar-se para Lisboa em precárias condições financeiras. Seu filho e sucessor, Gil Goes, não foi mais feliz. Manteve os títulos sôbre as terras que houve do pai, mas viu-se à míngua dos recursos financeiros necessários para poder colonizá-las eficientemente. Contentou-se em arrendar certos trechos a uma companhia que projetava estabelecer nêles a pecuária em grande escala. À sua morte, Gil Goes legou em testamento a capitania à coroa, que por sua vez a distribuiu entre os padres jesuítas, os beneditinos e os carmelitas, Martim Correa de Sá, e Salvador Correa de Sá e Benevides.

Os jesuítas esforçaram-se em reunir os índios em aldeias e convertê-los ao cristianismo, o que conseguiram com uma pequena minoria. Os demais continuavam hostis. Iniciou-se logo depois uma verdadeira guerra de extermínio contra os índios, movida pelos colonos portugueses, resultando dela o massacre da maioria dos Goitacás, a retirada de uns para as florestas e o estabelecimento de alguns poucos que haviam to-

mado hábitos sedentários, por ali mesmo. Não se pode dizer com certeza qual foi a sorte dos que se retiraram para longe. Sôbre a história dos indígenas e suas relações de parentesco não existe ainda nada de positivo. Não sabemos se Coroados, Coropós, Machacalis, Patachós ou Mucuris descendem dos Goitacás. As informações que temos até hoje não passam de uma série de relatos desconjuntados, carecentes de sólida base científica. Como não há entre os índios tradição, torna-se muito difícil esclarecer devidamente a sua história. As únicas fontes de que dispomos são as anotações dos cronistas das primeiras décadas do descobrimento, e não é lícito supormos que o futuro nos reserve grandes revelações a êste respeito. Os estudos antropológicos e linguísticos oferecem bases firmes para compreendermos a organização do parentesco dos índios entre si, mas tais estudos atinentes às raças indígenas do Brasil não receberam ainda os cuidados que merecem. Nenhum pesquisador se ocupou até agora concienciosamente com a antropologia dos índios brasileiros, apesar da fácil acessibilidade dos elementos para o estudo. Quanto às suas línguas, possuímos algumas gramáticas e coleções de palavras, que se distinguem mais pela fantasia que pela autenticidade, mas o que realmente falta é um estudo científico do material existente, executado por um filólogo erudito.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro tem uma grande missão a cumprir. Esperamos que num futuro não muito distante esta douta sociedade venha a dispor de elementos capazes de enfrentá-la. Uma pessoa isolada nunca poderá dar cabo do assunto, pois o material é amplo demais, e uma vida humana não basta para tanto. É tarefa para um grupo de homens capazes e senhores de conhecimentos profundos na matéria.

No ano de 1682, Salvador Correa mandou construir na sua fazenda uma capela votada ao seu patrono, onde os beneditinos passaram a celebrar a missa. Não longe dali, um grupo de famílias, junto com alguns índios catequizados e desterrados do Rio de Janeiro, fundara a aldeia chamada Campos dos Goitacás. Grande número de indivíduos indesejáveis veio estabelecer-se nas redondezas da aldeia, onde passaram a cometer tôda a sorte de excessos e arbitrariedades, que foi a causa do início de uma luta cruenta com os habitantes da aldeia. Mas

êstes últimos saíram vitoriosos e afim de evitar futuros distúrbios, resolveram escolher uma autoridade, pondo-se sob a proteção imediata da coroa, por meio de uma ata legal. Foi nessa mesma época que o visconde de Asseca recebeu de el-rei de Portugal a doação de 20 léguas de terras que pertenciam à antiga e já tantas vêzes dividida capitania de São Tomé, no rio Paraíba. Ao receber o presente real o visconde se obrigou a fundar duas localidades maiores, uma na costa, outra terra a dentro. A nova doação recebeu o nome de capitania do Paraíba do Sul. Os habitantes da aldeia de Campos dos Goitacás receberam autorização de mudar sua localidade para as terras do visconde de Asseca, o que se deu no ano de 1687, em que se estabeleceram no local em que se ergue a cidade de Campos dos nossos dias.

A história dessa pequena cidade se caracteriza por uma série de lutas e levantes, ora contra o clero, ora contra o donatário ou seus sucessores. Na primeira metade do século XVIII, as lutas assumiram caráter extremamente violento e terminaram sòmente em 1753, quando, por ordem do Marquez de Pombal, a capitania foi incorporada à província do Espírito Santo. O então donatário foi indenizado com uma renda anual de 3.000 cruzados.

Mas a despeito da paz restabelecida e das ótimas condições externas, a vila não tomou o incremento esperado, pois, em 1814, contava apenas com 1.400 casas e 4.500 habitantes. No ano de 1833, o distrito de Campos, até o rio Itabapuana foi separado da província do Espírito Santo e incorporado à do Rio de Janeiro. A 28 de março de 1835, a vila foi elevada à categoria de cidade, sob o nome de São Salvador dos Campos dos Goitacás. De uns 15 anos para cá, os progressos foram mais sensíveis, pois em 1860 já contava a cidade 2.800 lareiras e mais de 9.000 almas, continuando o crescimento cada vez mais rápido.

As ruas principais da cidade correm paralelas ao rio e as lojas, elegantemente instaladas e em grande número, permitem avaliar o bem-estar da população. Entre as residências, muitas se destacam pelo gôsto da construção e a solidez. Onze ou doze igrejas satisfazem, mais que suficientemente, as necessidades religiosas da comunidade. As duas mais antigas são as de Nossa Senhora da Lapa e a da Madre de Deus. As igrejas da Mãe dos Homens, do Rosário de Santa Ana, de São Sebastião

da Boa Morte, de São Francisco, da Conceição, do Carmo, etc., são tôdas de data mais recente. Nenhuma delas é de valor arquitetônico notável.

A vida que reina em a cidade e a animação das ruas são excepcionais em relação às outras cidades provincianas do Brasil. Grande parte da população é européia, entre a qual se acham comerciantes, artífices, mestres-escolas, etc. A maioria, porém, é constituída de gente de côr, mestiços de branco e índio, ou de uma destas raças e negro. Os ricos fazendeiros das redondezas possuem geralmente suas residências particulares e armazéns na cidade, para os seus produtos de exportação. O comércio exportador é considerável e os principais artigos são açúcar, aguardente, café e madeiras. Em tempos passados, fizeram também o comércio do cacau e do índigo. Outra atividade lucrativa a que se dedicam é a criação de gado bovino e cavalar, que fazem na margem Norte do rio.

Sòmente navios costeiros de 20 toneladas no máximo podem chegar ao pôrto da cidade, mas existem várias outras linhas regulares de navegação, que rivalizam entre, si, e favorecem o sistema de comunicação com a capital do Império. Os navios vindos do Rio de Janeiro atracam em geral em São João da Barra, pôrto marítimo, que fica na foz do rio Paraíba (não confundir êste com o da Barra de São João, que fica mais a Sul, a 8 léguas de Cabo Frio). Como a barra tem pouquíssima profundidade, as embarcações sòmente a podem atravessar durante a maré alta da lua nova ou da cheia. Por isso as saídas dos navios se fazem de quinze em quinze dias do Rio de Janeiro, em intervalos de 24 horas. Chegados a São João da Barra, procedem imediatamente à descarga, tomam novo carregamento e aproveitam logo a maré favorável para se porem a largo. Pequenas embarcações fazem, rebocadas por lanchas, o percurso rio acima, até a cidade de Campos, 7 léguas em direção Oeste.

Visitei demoradamente o hospital da cidade, instituição esta que, de acôrdo com as demais congêneres do Brasil, encontrei funcionando de modo muito satisfatório. Não posso falar do serviço médico, pois não tive ocasião de assistir a nenhuma visita. A limpeza e o arejamento, o tratamento cuidadoso e os alojamentos apropriados nada deixavam a desejar, e a divisão destinada às mulheres se distinguia antes de tudo

pelo asseio e ordem modelares. Entre os doentes internados, encontrei um suíço da colônia do Vale dos Veados, que elogiou muito o tratamento recebido no hospital. No andar térreo existem algumas celas destinadas aos doentes mentais. O tratamento a êles dispensado pareceu-me menos humano e acertado. De um dos cubículos vinham gritos horríveis e nêle encontramos um mulato louco furioso, que sangrava pelo nariz e pela boca, em consequência dos murros que lhe desferira para o acalmar o guarda, outro mulato de estatura hercúlea.

Anexo ao hospital funcionava uma casa para meninas expostas. Permitiram-nos, por deferência especial, visitar a instituição. Em tôda a parte reinava a maior limpeza e ordem. As meninas, de diversas idades, estavam vestidas de modo simples mas asseado, e gozavam tôdas elas boa saúde e mantinham-se em bom estado de espírito. Às perguntas que lhes dirigíamos respondiam de modo simples mas desembaraçado, dando a impressão de crianças bem educadas. De fato recebem boa educação e instrução; ensinam-lhes trabalhos femininos, dos quais nos mostraram alguns ótimos exemplares. Todos os anos, em data fixada, a visita é facultada ao público, oferecendo-se assim oportunidade aos homens de escolher espôsa entre as asiladas. A escolhida recebe como dote da instituição um enxoval no valor de 300 mil réis. Asseguraram-nos que a direção da casa dos expostos sòmente concede licença para casamento, depois de um minucioso estudo do caráter e das condições do pretendente.

Entre as meninas desta casa encontrei uma, de uns doze a quatorze anos, albina, que despertou em mim a mais viva curiosidade, pois jamais eu vira caso tão perfeito de albinismo na raça negra. O cabelo, de um branco amarelado, a pele, de palidez doentia, combinados com os traços acentuados da raça, não ofereciam de modo nenhum aspecto agradável. O globo ocular não era avermelhado, como sói acontecer com o dos animais albinos, mas apresentava a côr amarelada característica dos negros. A pupila mantinha-se bastante dilatada, mas a menina nos garantiu que não sofria nada com os efeitos da luz diurna, e como prova satisfatória desta afirmação, admiramos o trabalho de agulha a que ela se dedicava. Contaram-me nesta ocasião que o Barão de Itabapuana, um dos mais ricos fazendeiros da região, possuía entre suas escravas três negras albinas, e que uma delas era pianista exímia.

O hotel em que nos hospedamos apresentava elegante aspecto. Seu proprietário era um francês, mas quem estava à testa do negócio, no mais amplo sentido da palavra, era sua mulher, uma francesa extremamente gôrda; o que era natural, pois sua história estava ligada à "gloire" militar de sua pátria. Tomara parte, na qualidade de vivandeira, na guerra da Criméia, e muito gostava de recordar os episódios dessa campanha; revelou aos hóspedes, demonstrando sua plena satisfação, que os turcos preferiam a quaisquer outras, as mulheres gordas. Em nenhuma das minhas peregrinações pelo Brasil fui explorado de modo tão impertinente como nêsse hotel. Não posso dizer se os preços para os demais viajantes eram os mesmos, ou se a valorosa guerreira da Criméia pretendeu apenas explorar o embaixador, como aquêle hoteleiro da anedota, que, tendo hospedado um monarca, respondeu a seu mordomo que se queixava da exorbitância da conta: "Os ovos aqui não são caros, senhor, mas os monarcas, muito raros!"

Não menos audaciosas foram as exigências de um homem que alugava bêstas de carga, das quais precisávamos para seguir viagem até Cantagalo. Pelo preço exigido quase se podia comprar animais novos. Alguns conhecidos nossos acharam que seria mais fácil conseguir os animais necessários em São Fidélis. Por isto resolvi viajar até esta localidade por via fluvial. Embarcamos no dia 28 de novembro, às 8 horas, num pequeno barco, movido por um motor de 36 cavalos. Como não era forte a correnteza do rio, fàcilmente a embarcação navegava rio acima. A viagem é monótona. Na vasta planície que se estende na margem Sul, vêem-se amplos canaviais, mas o solo, segundo me disseram, já se acha bastante depauperado. A margem Norte é mais acidentada e coberta de matas.

A passagem de Campos até São Fidélis custa 6 mil réis por pessoa, sem direito a refeição. Na hora do repasto, quando cada um abre sua cêsta ou seu embrulho, pondo à mostra as suas provisões, abrindo garrafas e oferecendo ao vizinho parte de sua refeição, o convez toma um aspecto muito animado e se desenrolam cenas interessantes. Às 4 horas da tarde, após oito horas de viagem, chegamos a São Fidélis. Ainda a bordo, tive o cuidado de indagar a respeito de alguma hospedaria no lugar, mas fui informado que não as havia, que provàvelmente eu encontraria abrigo na casa de um certo Bernardino. Chegado, dirigi-me, pois, à casa do homem indicado, que, muito

amável, me prometeu providenciar a respeito de tudo o que lhe pedi.

Meu primeiro cuidado depois foi tratar de obter os animais para prosseguir a viagem; por isso fui ter com o mais abastado dos moradores do lugar, para quem eu vinha munido de uma carta de apresentação. Morava êle na margem Norte do rio Paraíba, onde possuía um grande armazém. Infelizmente estava na ocasião viajando e era esperado três dias mais tarde. Tanto sua mulher como o guarda-livros da casa me asseguraram que êle poria suas mulas à minha disposição, caso eu me dispusesse a esperar seu regresso, e ofereceram-me hospedagem. Como não estivesse eu disposto a perder tanto tempo e tivesse esperança de alcançar meu objetivo no dia seguinte, voltei a atravessar o rio ao cair da noite.

A ligação entre ambas as margens do rio é feita por meio de uma balsa, presa a uma corda e manejada por dois negros, dada a pequena correnteza das águas, pois o leito do curso é mais largo em São Fidélis que em Campos, embora menos profundo e dividido em dois braços por uma estreita ilha. Acima da vila existem vários rochedos e corredeiras, que impedem a navegação às barcaças a vapor. Quando o rio aumenta de volume, permite a passagem às canoas e às balsas que carregam madeiras até São Fidélis, mas esta navegação é sempre arriscada e sujeita a grandes perigos.

São Fidélis foi fundada, por ordem do Governador e vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Sousa, no ano de 1779, pelos missionários italianos frei Ângelo Maria de Lucca e frei Vitório Cambiasca, que reuniram algumas famílias de índios Coroados e Coropós. Veio-se a saber, anos mais tarde, quando já existiam na localidade várias casas e se ia construir a igreja, que ela fôra edificada em terrenos que não pertenciam à coroa, mas sim a particulares. Os donos reclamaram contra a obra dos missionários, mas êstes, amparados na lei que prescrevia fôssem as doações reais providas de estradas pelos seus donatários, sob pena de se tornarem sem efeito, prosseguiram na sua emprêsa, pois nem os jesuítas, nem outros beneficiários posteriores da doação, haviam observado aquêle preceito. O

vice-rei por sua vez rejeitou-lhes as reclamações e ordenou o alargamento da aldeia (3).

Os dois missionários, homens de cultura artística, resolveram substituir a capela tosca do lugar por uma igreja magnífica, e iniciaram sua obra em 1799. Com recursos bastante escassos e auxiliados apenas pelos indígenas, conseguiram em dez anos inaugurar a igreja, o que teve lugar a 23 de abril de 1809. O plano horizontal do edifício apresenta a forma de uma cruz incompleta, sôbre a qual se eleva uma cúpula octoédrica, de 94 pés de altura. Nas galerias interiores vêm-se algumas pinturas a fresco, bastante medíocres, executadas bem como os frisos da fachada, pelo frei Vitório. Nota-se à primeira vista que os padres pretenderam reproduzir na elaboração do plano, o estilo que prevalecia em sua pátria, e deve-se reconhecer que o projeto foi tratado com grande conhecimento do assunto. Mas a execução apresentava grandes falhas, pois lhes faltou dois elementos essenciais: um hábil construtor e cal. Os missionários viram-se forçados a executar todos os trabalhos de canteiro, pedreiro e carpinteiro. Para substituir a cal que lhes faltava, empregaram como liga uma espécie de argila conhecida sob o nome de saibro, que seca ràpidamente ao sol, mas que absorve, em tempo de chuva, muita água. Os tijolos de que dispunham eram mal cozidos. O transporte das pedras só era possível em tempo sêco, de modo que a obra era interrompida na época das chuvas, ficando por isto as paredes já construídas expostas às intempéries e sofrendo grandes danos. Em consequência disto, já durante a construção, as paredes começavam a deteriorar-se, formavam-se grandes fendas e iam-se esboroando. As térmitas ou cupins completavam tranquilamente o resto da destruição. É quase literalmente exato dizer que o cupim come e destrói a catedral de São Fidélis. De qualquer modo, corresponde esta afirmação muito mais à verdade, que aquela do relatório *oficial* que afirmou terem os ratos, no pôrto do Rio de Janeiro, roído as pesadas correntes de ferro das âncoras fornecidas pelo govêrno inglês, no paga-

(3) O notável escritor Norberto de Sousa e Silva publicou um precioso e erudito trabalho sôbre os aldeamentos de índios no ano de 1854, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, sob o título "Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro". Os nomes dos religiosos aludidos, cito-os segundo êste autor. Outros historiadores dão a frei Vitório Cambiasca o nome de Vitorino Cambrasco ou Congiasca.

mento das quais houve certas dificuldades. Durante a grande enchente do rio Paraíba, no ano de 1833, a água invadiu a igreja e inundou-a, subindo a mais de 2 pés de altura em seu interior. O resultado foi que os fundamentos do edifício, já fracos, tornaram-se muito mais deficientes. Diversas vêzes foram tentadas obras de reparação, mas os resultados nunca foram satisfatórios. Quando visitei a igreja, ela já estava condenada. Uma reparação completa seria inútil, pois nenhuma parte do edifício está intacta e o material de que se dispõe no lugar é de péssima qualidade. É grande pena, pois esta igreja, em seu estilo, é uma das mais belas do Brasil. Nesse entretempo iniciaram a construção de uma outra, de manifesto mau gôsto arquitetônico.

No ano de 1840, São Fidélis de Sigmaringa foi elevada à categoria de paróquia e, três anos mais tarde foi fundada no lugar uma escola primária. É muito característico do país o fato de possuir uma localidade sua igreja, como no caso presente, havia já quase 4 décadas, e nenhuma escola elementar. No dia 19 de abril de 1850, São Fidélis foi elevada à categoria de vila.

Esta vila ocupa, junto do rio, grande área e suas casas, de insignificante construção, acham-se esparsas. As ruas, como as do Café, do Missionário, da Gamboa e da Quitanda, não são pavimentadas, transformando-se, em tempo de chuva, em verdadeiros rios de lama. Quando o rio transborda de seu leito, é possivel passear-se por elas de canoa. O Paraíba avoluma-se ràpidamente quando as chuvas são abundantes nas serras. O dia em que lá estive era claro e quente, e o rio subira, em 24 horas, 7 palmos (5 pés e 3 polegadas). Digna de menção é uma bela chácara, propriedade do tenente Dantas, ornada de alamedas de palmeiras, quiosques, estátuas. Seria esta a precursora de outras que viriam contribuir para o desenvolvimento do lugar? Em outro país, diria que sim, pois a situação de São Fidélis, no que toca à agricultura, indústria e comércio é privilegiada. Já agora exportam do município cêrca de 300 mil toneladas de café por ano, e as condições do solo são propícias para o cultivo do algodão, do fumo e da cana de açúcar. As madeiras das matas que se encontram rio acima são de ótima qualidade, e além delas há os bálsamos e plantas medicinais. São Fidélis à margem de um rio nave-

gável, poder-se-ia tornar o centro comercial de um grande número de comarcas das províncias do Rio de Janeiro, Espirito Santo e Minas Gerais, se fôra servida por estradas que dela partissem, em forma de leque, ligando-a assim aos demais centros e oferecendo vias práticas de comunicação. Mas nada foi feito ainda nêste sentido. As estradas que existem são péssimas, deficientes: em lugar de vias transitáveis, deparamos apenas com picadas e carreiros para mulas. Dado o pernicioso costume do "laisser aller" da terra, não é lá muito provável que as cousas mudem de rumo. A "paciência" brasileira não necessita nem de estradas, nem de pontes, e São Fidélis, onde esta paciencia floresce òtimamente, esperará muito tempo ainda por suas estradas e pela ponte que ligue as margens do Paraíba, permanecendo enquanto isso relegada a uma desmerecida situação de inferioridade.

Meus esforços com o fim de conseguir uma tropa foram baldados, apesar dos auxílios eficientes do meu tão amável quão instruido anfitrião. Fui até a fazenda do sr. José Manoel de Sousa, que fica a uma légua e meia da vila, e para o qual eu levava uma carta de recomendação. Mas também êle não estava em situação de me poder atender, a despeito de sua boa vontade. Comprometeu-se, entretanto, a fornecer-me o que eu precisava, dentro de dois dias, caso eu não o conseguisse antes. Quando descansava, de tarde, em companhia de Bernardino, no banco de pedra em frente à casa, passou por nós um fazendeiro, que foi logo abordado pelo meu hospedeiro. Tratava-se de um suíço, chamado Jaggi, que viera a São Fidelis, afim de consultar um advogado a respeito de uma questão sua. Logo que se inteirou de minha necessidade, prometeu mandar-me tudo o que eu precisava, na manhã seguinte. Cumpriu a palavra. Nas primeiras horas do dia seguinte, um tropeiro chegou para carregar tôda a nossa bagagem, e, horas mais tarde, apareceu Jaggi com os cavalos. 'As 9 horas estávamos montados e seguiamos viagem, guiados pelo fazendeiro suíço. Seguimos em direção da mais próxima fazenda, que ficava a 10 léguas dali.

Depois de São Fidelis, o caminho vai-se afastando das margens do Paraiba. Légua e meia depois, chegamos ao Rio Grande, afluente meridional do Paraíba, que atravessamos numa balsa. Depois o caminho se aproxima novamente da margem do rio, assim continuando até as redondezas de Aldeia da Pedra.

Em tempos de cheia do Paraíba, a estrada se torna intransitável. Encontramo-la em estado bastante mau, e as tropas que por nós passavam, carregadas de café, arfavam sob o pêso da carga e lutavam contra os acidentes do caminho. A irresponsabilidade com que são tratados os problemas das vias de comunicação, numa tão rica zona agrícola, ilustram suficientemente o estado cultural do Brasil.

O rio é muito largo no trecho em que o seguimos, é coberto por inumeras ilhotas e forma várias cachoeiras. A palavra cachoeira compreende, na língua do país, desde as quedas dágua até as corredeiras. São muito mais frequentes nos rios brasileiros que nos da Europa, e oferecem sérios obstáculos e perigos à navegação. A mais célebre cachoeira do Brasil é a de Paulo Afonso, no majestoso rio São Francisco, a 57 léguas acima de sua foz no Atlântico.

Não tive ocasião de ver o Paraíba com grande volume de água, condição que o torna transitável, embora com dificuldade, para canoas. Mas tal como o vi, já carregava grande volume de água, pois, como disse acima, sua altura aumentara, em 24 horas, 5 pés; mas, mesmo assim, o mais audacioso índio não se arriscaria a navegá-lo.

Atingimos Aldeia da Pedra, perto das 3 horas da tarde, depois de termos percorrido 7 léguas. A aldeia está situada em um planalto que se estende de 80 a 100 pés acima do nivel do rio. Fizemos alto em uma venda para nos refrescarmos. O dono do estabelecimento, muito importante para a região, era um suíço de Neuchatel, e era tido como homem muito rico, mas avaro. Meu companheiro formava melhor juizo a seu respeito, mas temia que um dia lhe acontecesse alguma desgraça, pois vivia apenas em companhia de um menino, que era seu único ajudante e companheiro. — Quem não for roubado em vida — disse-me o guia —, o será depois de morto, pois se as autoridades locais tiverem que tratar de seu espólio, os herdeiros na Suiça não deverão nem se dar a pena de gastar o dinheiro do sêlo postal para dirigir a reclamação do que lhes é devido.

São José de Leonissa da Aldeia da Pedra foi fundada por ordem do último vice-rei do Brasil, o Conde de Arcos, no ano de 1808, pelo missionário capuchinho frei Tomás Civitta Castella, afim de oferecer maior proteção, por meio de colonização com populações brancas, à aldeia de São José de Dom Marcos, povoação vizinha, fundada anos antes pelo frei Ângelo Ma-

RAMO DE CAFÉ

MATA QUEIMADA

ria de Lucca e povoada por indios Coroados e Coropós. Os índios tinham ajudado na construção da igreja, o que, segundo me parece, constituiu a única ocupação útil no decorrer de cinco decênios. A construção do templo fôra tão má, que decorridos vinte anos estava em ruinas, o que levou o digno missionário, frei Flórido de Castelli a proceder a grandes obras de restauração, com os parcos auxílios provinciais de que dispunha, num incessante labor. A vida dêste missionário se distingue pela sua absoluta dedicação e seus abnegados trabalhos em favor dos indios. O juizo que se faz a respeito de seu sucessor, frei Rafael, já não é tão favorável. Teria gostado de palestrar com o missionário, mas, por infelicidade minha, êle se achava ausente da vila havia dias.

A uma pequena légua atrás da vila, encontramos, às margens do caminho, alguns miseráveis ranchos de índios. Em nenhum dêles havia plantação e, passando por estas habitações, encontrei seus moradores numa inércia estúpida, mas sempre prontos a pedir esmola. Ninguém tinha para com esta gente a mínima consideração. Dizem que são indolentes, imundos e ladrões, e trocam por bebida cada vintém que conseguem de um ou outro modo (4).

A desmoralização completa e a decadência quase animalesca dos índios é culpa dos missionários, que muitas vêzes não têm a mínima noção dos seus deveres. Os capuchinhos foram sempre, em todos os tempos e regiões, os piores missionários. Nunca obtiveram resultados satisfatórios como as outras ordens religiosas, mesmo as confrarias franciscanas, que também se ocupam com a catequese dos selvagens (5).

O príncipe Maximiliano de Neuwied encontrou, em sua viagem a essa região, em 1816, os índios Coroados e Coropós perto de São Fidélis e, em frente da aldeia, na margem setentrional do Paraíba, uma tribo de Puris. Atualmente não há mais índios puros nas proximidades de São Fidélis. Segundo

---

(4) Segundo Norberto de Sousa, o número dos índios Coropós era, de acôrdo com dados oficiais, de 39 famílias, em 1842. Os Coroados contavam 226 indivíduos (106 homens e 120 mulheres). Suas aldeias estão situadas numa área de meia légua quadrada de terras junto do rio Paraíba, a partir do vale de Água Preta ou Jacob até a barra do ribeirão das Areias.

(5) Os monges italianos mencionados, Ângelo de Lucca, Vitório Cambiasca, Tomás Civitta Castella e Flórido de Castelli fazem louvável excepção à regra, o que registo com tanto mais prazer, por serem os capuchinhos tiroleses atualmente presentes no Brasil exatamente o contrário dos seus irmãos de ordem acima citados.

Norberto de Sousa, viviam, em 1842, nêsse local, apenas 32 indivíduos, sendo 9 homens e 23 mulheres. Os índios de Aldeia da Pedra ficarão reduzidos igualmente a uma parcela mínima, dentro de pouco tempo, pois nada se faz no sentido de localizar nesse lugar novas famílias, e as que lá estão se extinguirão em breve ou mesclar-se-ão com a população de côr.

A ligação de Aldeia da Pedra com a margem Norte do Paraíba é feita por meio de canoas. Os animais vão a nado até a ilha de Nossa Senhora, que fica no meio do rio e é consideràvelmente larga. Nela descansam algumas horas, para depois vencerem a segunda parte do trajeto aquático. É raro que um ou outro animal, excepcionalmente robusto, passe o rio de um só nado.

Nas regiões de Guarapari, Benevente e, sobretudo, em Rio Novo, as tropas atravessam a nado distância muito maior que a daqui, mas como a correnteza é muito mais fraca, não exige tanto esfôrço dos animais. Na margem setentrional do Paraíba existem algumas fazendas, cujos donos se dedicam quase exclusivamente à exploração das madeiras de suas florestas. Os Puris da região são empregados no abater as árvores e transportar-lhes os toros. Êstes índios, pelo menos, apresentam alguns traços de civilização, pois são capazes de tais trabalhos. As tribos não levam, porém, vida sedentária, retiram-se frequentemente para o mato, onde vivem alimentando-se exclusivamente da caça e da pesca. Mas os hábitos adquiridos no contacto com os brancos os traz de volta às fazendas. Porém nada se faz por animar êste processo de cultura e civilização dos indígenas. Uma ou outra vez uma jovem índia se torna amante de um fazendeiro ou outro qualquer branco, mas daí nada advém em benefício da tribo. Nos locais onde atualmente se abatem árvores, haverá, dentro em breve, roças e pastagens e, na medida que a cultura for penetrando a floresta, os indígenas forçosamente irão sendo forçados a se retirar. Mas tal processo de penetração se desenvolve na periferia de tôdas as colônias existentes, de modo lento mas contínuo, e o círculo se fecha cada vez mais, impondo ao índio o dilema inexorável, assimilação ou rendição. Não se pode avaliar, nem aproximadamente, o tempo que levará a consumação de tal fato, mas o que se pode prever com certeza é que, dentro em poucos decênios, os índios serão expulsos do território da província do Rio de

Janeiro e procurarão refúgio no da província do Espírito Santo. Quanto tempo conseguirão manter-se nesta região, é um caso que depende apenas do aumento da população branca na província. Êste aumento foi bastante considerável no decorrer dos últimos anos, em parte devido à colonização estrangeira, em parte à imigração proveniente de outras províncias, com tendência ainda a crescer constantemente, reduzindo assim o território livre dos índios. Os dias dos Puris estão contados. Para onde quer que se dirijam, encontram sempre tribos inimigas e mais fortes, e, não se dispondo êles a uma guerra de extermínio, nada mais lhes resta que procurar a proteção dos habitantes civilizados, adaptando-se à vida pacata e sedentária.

Após uma viagem de duas horas, sob incessantes chuvas, alcançamos a fazenda Bom-fim, onde encontramos hospedagem. A propriedade era de um certo Heckedorn, do cantão de Solothurn, havia pouco estabelecido ali. Na manhã seguinte, fomos até a fazenda Palmital do Córrego da Anta, a meia légua de distância, e também pertencente a um suíço, que nela morava havia muitos anos, solteiro, numa reclusão de misantropo. A chuva prosseguia e a repentina queda da temperatura nos obrigou a passar o resto do dia num dos aposentos da fazenda. Conseguimos, entretanto, alcançar o que desejávamos, isto é, as bêstas de que necessitávamos. Na manhã seguinte, Jäggi nos foi buscar para irmos até sua fazenda, a Palmital de São José, que ficava perto. Nossa bagagem, vinda de São Fidélis, chegara também nêsse entretempo. Após uma frugal refeição, saímos, ao meio-dia, da fazenda, acompanhados durante certo trecho pelo nosso hospedeiro, que era homem de maneiras bastante rudes. Desde que o conhecera em São Fidélis, nos prestara muitos serviços e, embora eu fôsse descobrir um pouco os verdadeiros motivos de seu modo de agir, não deixava de fazer jus à nossa gratidão.

O trecho percorrido nêsse dia atravessa uma região bem cultivada, com várias fazendas, tôdas elas dedicadas à cultura do café em larga escala. Mas os cafèzais não me pareceram tão bem cuidados como os que eu vira, meses atrás, na província de São Paulo. O mesmo pode-se dizer das estradas, que a tôdas elas encontrei em péssimo estado. Às 7 da noite, paramos em uma fazenda cujo nome não me lembra. Era pro-

priedade de três irmãos de Heckendorn, o da fazenda Bom-fim, onde pernoitáramos dois dias antes. Dois dêles eram solteiros e o outro, casado com a filha de um colono suíço. Tratava-se de gente muito simples, arraigada ainda aos costumes da pátria longínqua, e que levava ali, entre seus 70 escravos negros, vida patriarcal. Trabalhavam parêlho com seus escravos nos campos, faziam suas orações matinais em conjunto e tratavam-nos com desvelos tão humanos e fraternais, que seria difícil encontrar igual tratamento algures. O pai dêstes Heckendorn fôra um daqueles suíços que imigraram para o Brasil em 1819, por iniciativa de dom João VI, e que fundaram Nova Friburgo. Adiante terei oportunidade de falar dêste malfadado empreendimento, limitando-me aqui a mencionar que muitos daqueles colonos abandonaram a primitiva colônia em busca de terras mais férteis e de clima mais propício, estabelecendo-se, parte dêles, entre Cantagalo e Aldeia da Pedra. Aí continuaram a trabalhar, mais favorecidos pelo solo e pelo clima, sem desfalecimentos, e alguns conseguiram tornar-se fazendeiros abastados.

Como já decorreram mais de 40 anos desde a fundação de Nova Friburgo, a maioria dos pais de família já são mortos. Encontrei, contudo, um dos raros sobreviventes, numa fazenda, um ancião de 84 anos, suíço do cantão de Luzerna, chamado Xaver Wermelinger, de Willsau. Contou-me que, em sua mocidade, voltando certa vez de uma de suas excursões como aprendiz de torneiro, sonhara que enriqueceria na América. Desde então tal pensamento se tornou uma idéia fixa e não cessou mais de procurar a sorte prometida. Quando soube que reuniam colonos para Nova Friburgo, foi um dos primeiros a se alistar, seguindo com mulher e filhos. Os primeiros 12 ou 15 anos foram-lhe duros, de amargas decepções, pois sofreram tôda a sorte de reveses que traz a miséria. Mas aos poucos a situação foi melhorando e, afinal, o sonho se tornou realidade, pois havia já longos anos que vivia contente e satisfeito.

Sua filha casara com um dos Heckendorn e cuidava carinhosamente do pai. Entre filhos e netos, a descendência do velho era de 46 pessoas.

No decurso de nossa excursão do dia seguinte, percorremos quase sòmente uma paisagem muito bem cultivada, com numerosos cafèzais. Dois dêles agradaram-me especialmente, eram, se não me engano, os das fazendas São José e Gavião, ambas

pertencentes ao Barão de Nova Friburgo. A última destas destacava-se ainda pela casa grande, de construção agradável, ornada de um pórtico. Depois de cavalgar 4 horas, atingimos a fazenda Nossa Senhora da Conceição do Rio Negro, propriedade do sr. Dietrich. Aí passei alguns dias no agradável convívio familiar e em contacto diário com homens de grande cultura, horas essas que sempre lembrarei como das mais agradáveis recordações da minha viagem.

Como falo de minha estadia em um dos mais importantes centros de cultivo do café no país, aproveito a oportunidade para dizer alguma cousa dessa rubiácea, que ocupa lugar tão importante na vida econômica brasileira.

Para um futuro cafèzal, escolhe-se de preferência uma roça, sendo que o terreno levemente ondulado é preferível ao plano. Os pés novos cultivam-se em lugares de sombra e êstes provém geralmente das sementes que saem da árvore. Como a fôrça geradora da semente se perde com extrema rapidez, é necessário proceder o plantio logo que elas se desprendem. Quando a planta nova atinge a altura de 10 ou 15 polegadas, deve ser transferida para seu lugar definitivo, mas esta mudança é preciso que se faça com o máximo cuidado, removendo-se juntamente tôda a terra em redor da raiz. A distância entre uma planta e outra deve ser de 6 a 8 pés. Afim de que as mudas continuem a ter a sombra necessária, costuma-se plantar, no primeiro ano, milho, no intervalo das filas. O cafèzal deve ser mantido limpo de plantas nocivas e isto obriga a três mondaduras anuais. Na província de São Paulo, costumam fazê-lo quatro vezes ao ano, e em algumas fazendas até cinco.

A inflorescência, em forma de umbela composta, sai da axila de duas fôlhas e se desenvolve a partir da base para a sumidade do galho. Cada inflorescência não tem mais de 24 horas de duração e é seguida pelas pequenas bagas verdes. O aroma das flôres é muito agradável. Do florescimento até a maturação decorrem de 22 a 26 semanas; nos primeiros três meses as bagas são verdes; tornam-se depois brancas, mais tarde amarelas e, finalmente, vermelhas, semelhantes às nossas cerejas. O paladar da polpa que envolve a semente é adocicado. Como o tempo de florescimento é um tanto largo, o trabalho da colheita se extende também pelo espaço de 3 a 4 meses.

As bagas limpas e quase desprovidas de haste são cuidadosamente colhidas, postas em grandes cêstas e levadas para um monte, que é logo transportado para a fazenda em carros de bois. Aí são submetidas, de acôrdo com a qualidade de café que se deseja obter, a tratamento diverso. O mais simples e primitivo processo de separar a polpa da semente consiste em deixar as bagas no terreiro até que sequem. Do terreiro levam os grãos para o monjolo, onde se procede à descascagem dos grãos, e daí para a peneira, onde se completa a limpeza. Quando o tratamento é mais cuidadoso, as bagas são postas em grandes tinas com água para se tornarem mais moles, ou são passadas entre dois cilindros que, esmagando a polpa, a removem quase inteiramente. As sementes vão para um reservatório dágua para amolecer o resto de polpa, que é facilmente removida passadas algumas horas. Após isto, lavam-se os grãos em água limpa e estendem-nos no terreiro para secar. Uma vez sêcos, voltam a passar nuns cilindros mais finos, que removem os últimos filamentos da polpa, mas não ainda a casca de pergaminho. Depois de novo processo de secagem, ao sol ou por métodos artificiais, os grãos voltam ao monjolo, para remover-se a casca de pergaminho e, finalmente, vão para o moinho limpador ou peneira, que lhes dá a limpeza final. Entre os métodos simples ou complicados há ainda muitas variedades, determinadas pelo cuidado que o fazendeiro quer dispensar ao produto, pela sua inteligência, pelos recursos, etc. O café limpo é ensacado em sacas de 5 arrobas (de 32 libras), isto é 162 libras, e levado ao mercado.

Tais são, em traços gerais, a cultura e o tratamento do café. Passemos agora a estudar-lhes as diversas fases mais detidamente.

Os cafèzais no Brasil são feitos em antigas roças, nas terras em que se derrubou a mata, ou se a queimou, porque o solo é mais forte.

O cafeeiro exgota em tal grau a terra, que não costumam utilizá-la quando os arbustos envelhecidos nela não produzam mais. Os fazendeiros me asseguraram que seria trabalho completamente inútil tirar as plantas velhas, afim de aproveitar o terreno para outras culturas. Isto só se faz passados muitos anos, quando o antigo cafezal já se transformou em capoeira, que é novamente queimada. Em tais capoeiras encontra-se, às

vezes, um ou outro cafèeiro, que se caracteriza pela sua forma e o verde escuro da folhagem. Trata-se ou de indivíduos excepcionalmente resistentes que sobreviveram, ou de pés nascidos de alguma semente, que puderam crescer ali, sob condições especiais. Uma capoeira onde já existiu um cafèzal, não se usa mais para o mesmo fim, pois a terra já cançada não dá tão bons resultados como o terreno virgem.

Assim como para as vinhas, prefere-se também para o café os terrenos ondulados. Quando o cafèzal se faz na planície, convém evitar lugares úmidos. A experiência feita em todo o Brasil comprovou que o café crescido em terras onduladas e sêcas é o melhor. As encostas mais frias, voltadas para Sul, são chamadas pelos fazendeiros "a parte noruega". Tal expressão veio do Portugal, onde se aplica o nome "parte noruega", às encostas voltadas para Norte, dos vinhedos. Os arbustos plantados nas partes favorecidas pelo clima florescem entre setembro e dezembro, no distrito de Cantagalo, p. e., e a colheita se faz de abril a junho. Mas nas "partes noruegas", o arbusto floresce de fevereiro a abril, fazendo-se a colheita em princípios da época das chuvas, em outubro. Tal café chama-se por isto "café das aguas", sendo menos apreciado e mais sujeito à deterioração.

A natureza do solo, influi grandemente sôbre a qualidade do café. O Dr. Th. Peckolt, em Cantagalo, informou-me que fêz a análise comparativa de três amostras de café, a saber: 1ª de solo calcáreo; 2ª de solo de gneiss; 3ª de sólo rico de quartzo. A quantidade de cafeina em 100 gramas de café sujeito a uma secagem a 100° C., foi a seguinte: 1.°) 0,954 gr., 2.°) 0,548 gr., e 3.°) 0.958.

O arbusto do café não precisa de muito calor para desenvolver. Vegeta ainda òtimamente a uma temperatura média de invêrno de 10.° R., mas o termômetro não deve marcar por muito tempo uns poucos graus apenas acima do ponto de congelação. Geadas noturnas, não raras na província de São Paulo, não matam o arbusto já desenvolvido, mas queimam os ramos mais novos. Plantas novas perecem em consequência de geadas repetidas. Observa-se, em todos os países onde se planta café, que a proximidade do mar é nociva aos cafezais, o que se deve antes de tudo ao ar salino, que prejudica a planta.

O cafèeiro é um arbusto de forma pirámidal, pois suas ramificações começam quase ao nivel da terra. Em certas regiões, o arbusto é podado, afim de facilitar seu desenvolvimento em sentido lateral, pois é importante que haja fácil acesso às bagas, para colhê-las convenientemente, e a pouca altura do solo. Nos cafèzais, os arbustos atingem uma altura média de 6 a 8 pés, mas eu já vi um ou outro caféeiro, em jardins ou lugares isolados, que atingia a altura de 40 a 50 pés. Trata-se evidentemente em tais casos de árvore ornamental e não produtiva, pois a colheita só seria possível com auxílio de escadas muito compridas, ou então tornar-se-ia necessário esperar que as bagas, já bem maduras, caíssem.

Uma plantação de 4 anos já fornece uma colheita razoável. Mas as melhores colheitas provém de plantações de 7 a 18 anos de idade, começando aí o declínio, pois plantações de 24 a 26 anos não produzem nem a metade em relação aos anos anteriores. Os cafèzais que atingiram a idade de 25 anos devem ser abandonados em certas regiões, mas em outras seu cultivo pode ainda continuar por mais 10 ou 12 anos, com resultados satisfatórios. Vi na província do Rio de Janeiro uma plantação de 44 anos, onde se colhia ainda o café, mas o seu aspecto era triste e senil.

É comum podar-se o arbusto quando sua produção já é reduzida, como o fazem com as nossas árvores frutíferas na Europa. Depois de podado, o arbusto toma vigor novo, produzindo colheitas médias, sem entretanto atingir à dos seus melhores anos.

A madeira dos arbustos velhos não tem valor, nem presta para queimar. Da madeira de arbustos novos fazem-se bengalas, que possuem apenas valor de curiosidade, pois ao mínimo choque quebram como vidro.

O cafèeiro, como as nossas árvores frutíferas que dão caroço, produz cada segundo ano. As grandes fazendas possuem árvores de todas as idades, e assim a colheita é sabiamente regulada; enquanto umas produzem, outras descançam. As condições atmosféricas desempenham importante papel na cultura do café. Sêcas prolongadas, épocas chuvosas, geadas, cerrações e ventos de Sul prejudicam sèriamente a colheita, tornando-a não poucas vêzes péssimas. Nas 11 fazendas que o Barão de Nova Friburgo possui em Cantagalo, calculou-se

que a colheita do ano de 1861 perfazia apenas 2/7 da do ano anterior, e tal situação, com raras excepções, foi idêntica em tôda a Província.

Baseando-me em informações minuciosas que colhi em várias Províncias, cheguei à conclusão que a produção média de um arbusto de 6 a 10 anos é de 2 libras de café limpo; na idade de 10 a 18 anos, de 2 libras e um quarto. Na plantação de um conhecido meu, seu cafèzal, que contava 45.000 pés de 13 anos, deu quase 6.000 arrobas de café, ou seja 4,5 libras por pé. No ano seguinte a colheita foi de apenas 700 arrobas, ou meia libra por pé.

A média de duas libras coincide com a média conseguida em Surinam, Santo-Domingo, Jamaica e Bourbon. Não preciso dizer que os arbustos que se encontram isolados produzem quantidade muito superior. Na fazenda Duas Barras de Itapemirim, de Pedro Dias, existia um arbusto que, na idade de 8 a 20 anos, rendeu em cada segundo ano de 30 a 36 libras de café limpo.

As indicações seguintes, que devo à amabilidade de um fazendeiro inteligente do distrito de Cantagalo, oferecem dados bastante claros sôbre a produção dos cafèeiros e os trabalhadores necessários para as colheitas:

Anos	Número aprox. de pés	Colheita média em arrobas de 32 libras	Trabalhadores	Pés de café por trabalhador	Colheita média por trabalhador
1 847-1 850	72 000	4 603	34	3 934	135 arrobas
1 851-1 854	123 750	6 908	38	3 790	182 "
1 855-1 860	125 200	6 172	45	3 811	137 "

A produção por pé de café foi nesses periodos de: 1,9, — 1,78, — e 1.75 libras. Convém notar que o primeiro período de 1847 a 1850 deu os melhores resultados, pois dos 72.000 pés, quase todos eram de boa idade. O terceiro período de 1855-1860 forneceu a menor produção, o que se explica pelo fato de terem seguido a 2 colheitas boas, uma média e 3 más. Nesta relação incluíram-se todos os arbustos a partir de 4 anos, e mesmo os que depois de podados produziam novamente. No número de trabalhadores incluíram-se apenas os pretos que tra-

balharam de fato na colheita, inclusive os carroceiros, mas nenhum outro pessoal.

No ano de 1860, surgiu em algumas fazendas uma doença que se presumia ser desconhecida ainda, espalhando o terror em toda a Província, por alastrar-se com incrível rapidez de plantação em plantação. As fôlhas ficavam manchadas, amarelas, castanho-escuras e caíam. Os arbustos criavam novas fôlhas, mas estas também eram atacadas do mal, correndo assim a planta o perigo de morrer por exgotamento. Passou muito tempo antes que se descobrisse que a dóença provinha de um inseto que se desenvolvia no parênquima das fôlhas, destruindo-as.

O Govêrno Imperial nomeou uma comissão para investigar as causas e apresentar um plano de ação para combater o mal. Mas, por falta de conhecimentos botânicos por parte da comissão, os resultados foram nulos. Leigos e diletantes escreviam muita coisa absurda nos jornais.

A "Comissão Investigadora da causa do mal que ataca os cafèeiros", tal era seu título oficial, redigiu numa circular enviada aos fazendeiros, certo número de perguntas. Das respostas se concluiu que o mal causado pelo inseto já era conhecido de longa data, sem entretanto jamais ter produzido efeitos tão devastadores e extensos como no ano de 1861 (6).

O inseto, que existe também nas Índias Ocidentais, foi mencionado pela primeira vez por Guérin na "Revue zoologique". 1842, p. 126, sendo descrito sob o nome *Cemiostoma* (*olin Elachista*) *coffeella.* Stainton tratou dêle mais tarde, no *Entomologists weekl. Intelligencer* (IX, 110), de 1861. Uma

(6) Afim de caracterizar a comissão "científica" reproduzo aqui as 9 questões da circular:

1) O inséto que devasta o cafèzal já é conhecido há muito tempo no distrito de sua fazenda?

2) O inséto já atacou alguma com tanta violência como atualmente o seu cafèzal?

3) Pode descrever o aspecto do inseto e fornecer observações sôbre os danos?

4) Já se deu o caso de algum pé de café ficar inutilizado em consequência dos repetidos ataques do inseto?

5) Observou se o inséto se transforma em borboleta?

6) O inséto ataca apenas as fôlhas do café?

7) Qual o suposto motivo do atual aparecimento do inséto nocivo?

8) Sabe de um meio para extinguir o mal ou ao menos para atenuá-lo, presentemente e evitar sua repetição?

Eis as perguntas ingênuas da "comissão científica" aos lavradores, que são em grande parte de baixo nivel cultural! As respostas foram tão características quão cômicas, e mesmo estúpidas. A título de curiosidade guardei grande número delas.

borboleta muito parecida com a espécie brasileira devastou os cafèzais do Ceilão. Motschulsky, em seus *Études entomologiques* (1859) descreveu o inseto sobe o nome *Gracilaria coffeifoliella.*

Não se trata, pois, de uma doença própria dos arbustos do café, causada por um cogumelo, como acontece com as batatas e os vinhedos na Europa, mas sim de uma invasão de insetos. É mais difícil combater um mal dêste gênero do que a expansão de um simples cogumelo. Há várias medidas eficazes no que concerne às batatas e às vinhas, não acontecendo o mesmo com a doença do cafèeiro, pois parece-nos difícil que se consiga impedir o alastramento e a multiplicação do inseto. Medida aconselhável seria arrancarem-se e queimar as fôlhas que apresentassem sinais do mal, aquelas em que as larvas do inseto se estão desenvolvendo, mas isto é evidentemente impraticável numa grande fazenda. As borboletas põem seus microscópicos ovos na parte inferior das fôlhas e só quando se vão desenvolvendo as larvas é que se nota o estrago causado na fôlha. É nessa fase que se teria de arrancar a folhagem atacada, mas a sua quantidade é enorme. Tal trabalho se torna impraticável e, mesmo se não o fôsse, causaria um mal talvêz maior que a própria praga, além de prejudicar até a colheita. Admitindo que um fazendeiro resolvesse empregar seus trabalhadores todos nessa faina, o esfôrço seria ainda inútil, dada a rapidez com que desenvolvem as larvas. Segundo observações feitas, a fase larval dura de 10 a 12 dias; antes de se ter arrancado um décimo das folhas atacadas, a metamorfose do inseto já se teria efetuado nos nove décimos restantes. Além disto, de que adiantaria ao fazendeiro A mandar proceder a essa limpa, se o fazendeiro B ou C não fizesse igualmente? Seu prejuízo seria inda maior do que o do vizinho, pois, não tendo extirpado o mal, teria gasto o trabalho de seus lavradores e o resultado seria idêntico ao do vizinho que empregou mais utilmente o trabalho em novas plantações.

Pelo que ficou exposto, conclui-se que só a própria natureza poderá eliminar a praga. Já se notou que certas espécies de insetos aparecem periòdicamente em grande quantidade e, depois de invasões enormes, anos consecutivos, desaparecem, tão repentinamente como apareceram. Tal será provavelmente o caso do *Cemiostoma coffeella,* flagelo dos agricultores, como tantos outros que existem por aí.

Depois do primeiro aparecimento dêsse destruidor do café, pensava-se que a estação hibernosa impediria o alastramento, o que, entretanto, não se deu. No mês de julho, escreveram-me de Cantagalo: "Êste inseto gracioso, que gosta tanto de teína, continua apesar da chuva, do frio e da comissão científica. Tivemos aqui um frio sensível e pouco comum nesta região. Depois de vários dias de chuva, o termômetro baixou a 2 graus acima de zero, mas, mesmo assim, as borboletinhas voltigam em massa em redor dos nossos cafèzais". Para provar o grau de devastação provocado pelos insetos, basta dizer que numa plantação no distrito de Barra Mansa, na província do Rio de Janeiro, não existia entre 800.000 pés um só que tivesse tôdas as suas fôlhas intactas. Também no ano seguinte (1862) não se notou nenhuma diminuição do flagelo. Em maio de 1862 informaram-me de Cantagalo: "Êsse inseto tão nocivo nos ocasionou alguns anos bem ruins, parece entretanto desaparecer aos poucos — o que não é sem tempo, tanto para o bem-estar do distrito como para o país inteiro" (7).

Convém agora estudarmos mais de perto a manipulação dos frutos do café, depois de colhidos. As qualidades mais ordinárias do café brasileiro (conhecidas no comércio sob o nome de café do Rio), são inferiores devido ao seu paladar extremamente desagradável e repugnante (8). Isto provém do tratamento deficiente das bagas, especialmente aquelas cujas polpas secam no terreiro e são extraídas mais tarde nos moinhos. Isto não acontece com as bagas cuja polpa é separada por meio de máquinas, e que são lavadas antes de irem para o terreiro para secar. Tal café entra no mercado sob o nome de "café lavado", sendo muito mais apreciado e vendido a preços mais altos. Precisando-se de máquinas dispendiosas e exigindo muito trabalho, tal processo é ùnicamente adotado nas grandes fazendas. Mas o pequeno plantador que dispõe de poucos braços e meios reduzidos, usa ainda os processos mais primitivos, encontrando mesmo assim bastante compradores no mercado.

---

7) Um dos mais abastados fazendeiros da colônia Leopoldina (Província Baía, v. T. II, p. 365) me escreveu em janeiro de 1865: "Desde três anos para cá meus cafèzais ficaram reduzidos à metade, devido ao inséto nocivo que infestou nesses últimos 4 a 5 anos as províncias de S. Paulo e Rio, tendo desaparecido novamente de lá". O inseto parece ter sucessivamente visitado todos os distritos cafeeiros do Brasil.

(8) Em certas regiões da Europa a classe operária prefere êste café. Café avariado com certo paladar salino é consumado com muito gôsto.

Da polpa suculenta e rica em açúcar, prepara-se uma aguardente de paladar agradável. Mas é raro encontrar-se êste produto, pois parece que o preparo é custoso e exige muito trabalho além das máquinas apropriadas. Sòmente nos países adiantados, de população densa, encontramos a exploração total dos produtos naturais.

Os terreiros são geralmente formados por um plano inclinado, com terra firmemente batida, e ao ar livre, (9) muitas vêzes sem um muro sequer para sua proteção. Fui testemunha ocular, quando um aguaceiro inesperado levou 2/3 do café espalhado num terreiro para o rio que corria perto. Mas em geral dispensa-se muito cuidado no preparo e conservação do terreiro. Vi alguns em S. Paulo calçados com tijolos de cerâmica de côr escura, conseguindo-se assim o máximo em limpeza, calor e secura. Finalidade principal dos terreiros é proporcionar ar e calor solar ao café. O trabalho ali exige muitos cuidados. As camadas de café devem ser remexidas várias vêzes por dia e imediatamente retiradas quando ameaça chuva. Quando as colheitas são abundantes e as condições atmosféricas incertas, o café sofre muito. Por isto já se tentou substituir os terreiros ao ar livre por outros cobertos e providos de calor artificial. Mas ainda não chegaram a uma solução absolutamente satisfatória no Brasil. Os plantadores de menores recursos continuarão ainda por muito tempo a usar os processos atrasados, e os consumidores que apreciam o paladar picante do café Rio, bastante ordinário, poderão gozar por muito tempo dessa bebida de sua predileção.

A maioria dos fazendeiros é favorável a inovações e melhoramentos, sobretudo aquêles que desejam substituir por tais processos o trabalho manual tão dispendioso quão difícil de obter. Os grandes senhores de engenho do Norte, Pernambuco e Baía, são os primeiros a introduzir as invenções práticas da tecnologia agronômica, e algumas plantações de cana de açúcar rivalizam com as suas congêneres nas Antilhas, em Bourbon e nos Estados do sul da América do Norte.

O café, tendo sofrido tôdas as manipulações, é levado com a máxima rapidez ao mercado, pois ficando armazenado muito tempo, sofre tanto com os insetos, quanto com a umidade.

(9) Dizem alguns que o paladar desagradável provém da terra do terreiro, opinião errônea, pois o grão em si não tem contato com a terra, mas sim a casca.

Poucas fazendas dispõem de instalações que possam evitar tais prejuízos. Por outro lado há poucos fazendeiros em condições de poder acumular a produção anual, para especular numa alta do produto e vendê-lo de acôrdo com a situação do mercado. As flutuações no mercado monetário, sujeitas a questões políticas, e as oscilações nas cotações do café, bem como os juros elevados que oneram o capital no Brasil, induzem o fazendeiro a não usar o seu produto como instrumento de especulação.

O café é posto em sacos na fazenda, contendo cada um de 4 a 5 arrobas. Quando as vias de comunicações são más, ou quando o fazendeiro não dispõe de tropa de sua propriedade, os sacos, dos quais dois perfazem a carga de um animal, são um pouco mais leves do que os que são transportados no dorso de animais fortes ou por caminhos melhores e mais curtos. O café é embarcado no Rio em sacos de 5 arrobas.

Antes disto, faz-se o caldeamento nos armazens (10). É uma grande arte saber misturar diversas qualidades convenientemente, como também acontece com o vinho. Fatores importantes são a côr, o tamanho e o aroma do café. Durante o transporte por via terrestre, o fazendeiro ainda corre o risco de algum acidente, de chuvas inesperadas que desvalorizam seu produto. Mesmo os melhores tropeiros não conseguem, às vêzes, proteger sua carga da unidade. Caminhos transitáveis e boas estradas de ferro são, pois, elementos indispensáveis e vitais para as zonas cafèeiras.

O café brasileiro de qualidade comum, que constitui a maior parte da quantidade exportada, goza, conforme se sabe, de má reputação, merecendo-a de fato. Os cafés lavados são mais estimados, ocupando, entretanto, nos mercados europeus posição de inferioridade (11). Considera-se, como sendo o melhor café, o que vem do interior de S. Paulo, conhecido sob o nome de "café tipo Santos". Existem ainda outras regiões no Brasil nas quais se produz café de excelente qualidade, mas não suficiente para ser exportado como tipo de nome próprio,

(10) É de se surpreender que os cilindros para separação do café se usem muito pouco no Brasil. Se os fazendeiros o fizessem, conseguiriam melhores preços pelo produto.

(11) O sr. Carvalho Moreira diz no seu "Relatório sôbre a exposição internacional de 1862 apresentado a S. M. o Imperador pelo Conselheiro Moreira, Presidente da comissão brasileira" p. LXXII: "O nosso café era geralmente admitido ser muito superior". Tal asseveração refere-se às poucas provas ali expostas mas não em sentido geral. O comércio já lavrou sua sentença há décadas.

para os mercados da Europa. Quando se trata de tais tipos, os corretores costumam esconder a verdadeira origem do produto, introduzindo-o no mercado sob o nome de outra marca de maior fama e maior preço.

Existem nas proximidades do Rio de Janeiro, na Tijuca, várias fazendas de café, que produzem, devido à sua situação favorecida pelo clima, um café de primeira qualidade. Em regra observamos no Brasil o seguinte: o café, sujeito ao mesmo tratamento e cuidados, medra melhor em regiões de temperaturas médias, do que nas de temperaturas elevadas. Já saboreei o café plantado em Minas, em pequenos jardins e quintais, cujo aroma fazia crer tratar-se de um café de origem arábica, e não brasileira. No Maranhão e em Sergipe, cultiva-se, desde pouco, um café de primeiríssima qualidade, mas em quantidade ainda insuficiente. Com o café acontece o que em geral se dá também com o vinho e outros produtos naturais, a qualidade de maior exportação lhe dá a fama, e as melhores marcas são geralmente apenas conhecidas em círculos restritos.

Afim de elevar a cultura cafèeira, o govêrno brasileiro introduziu nesses últimos anos sementes e mudas novas de ótima qualidade, distribuindo-as entre os fazendeiros. No distrito de Cantagalo, colhem-se hoje diversas espécies de café, como o Mocca, o Aden, o Mirtha e Le Roy. Tais qualidades, não resta a menor dúvida, conseguirão melhorar o café produzido no Brasil, e conquistarão, com o tempo, mercados para o café brasileiro. Aumentarão os lucros dos fazendeiros e, antes de tudo, daqueles que dispõem de aparelhos mais modernos para o seu tratamento. A qualidade da terra parece, entretanto, ter influído também nessas novas espécies, pois asseguraram-me, que as bagas colhidas e cuidadosamente tratadas do Moca e do Aden, fornecem uma ótima bebida, não se dando o mesmo com a variedade nacional colhida em terras idênticas. Não resta dúvida, que o café nacional, assim melhorado por outras variedades, dará com o tempo bons resultados e maiores lucros ainda.

Apreciemos agora a importância do café na economia do Império. O Brasil exportou em 1820, 97.500 sacas, e 40 anos mais tarde, no ano de 1859, 2.030.266 sacas, ou seja vinte vêzes mais. A produção cresceu a olhos vistos de 1820 a 1839, pois em 39 exportava-se oito vêzes mais café do que em 1820. No

ano de 1840 a exportação atingiu a cifra de um milhão de sacas, chegando, no correr dos próximos 20 anos apenas, ao dôbro. Mas o valor monetário do café exportado triplicou, pois em 1840 êsse valor era 17.804 contos de réis, contra 43.502 contos de réis em 1857/58. A média no triênio de 1855/56 a 1857/58, foi de 48.540 contos e 600 mil réis. A mais importante colheita, desde que o Brasil planta café, foi a de 1860/61, pois forneceu quase três milhões de sacas para exportação (2.908.394 ou 79.401.243 arrobas), que representavam um valor alfandegário de 79.401 contos e 243 mil réis, ou seja mais que quatro vêzes a importância de 1840, época em que se iniciou a exportação do café em grande escala. A colheita de 1861/62 rendeu um milhão de sacas menos do que a do ano anterior. Foi de 1.946.448 sacas, no valor de 57.797 contos e 919 mil réis. Fator importante nessa redução foram as devastações causadas pelos insetos nocivos.

O preço médio do café variou nos anos de 1857 a 1862, entre 4$475 a 5$954 por arroba (12). O café paga 7% do seu valor de impôsto de exportação. o que explica a grande lacuna que uma colheita desastrosa representa para as finanças do país, cujas rendas principais são as taxas alfandegárias.

A quantidade média do café exportado no período de 5 anos, de 1857 a 1862, foi de 354.283.552 libras anuais. Se admitimos, baseando-nos nos cálculos anteriores, que a produção de um arbusto é de 2 libras de café limpo, precisam-se então de 177.141.776 pés para garantir a produção média indicada. Se calculamos ainda que cada escravo pode tratar em média de 3.000 pés, limpando o terreno de duas a três vêzes por ano, podando os arbustos, colhendo as bagas, etc., então chegamos à conclusão de que se precisam de 59.084 escravos trabalhando na roça (13). Precisa-se igualmente de um grande número de escravos nos terreiros, nos engenhos, nos

---

(12) O preço médio nos 3 portos de exportação Rio, Baía e Santos, foi nesses 5 anos (1857-58, 1858,-59, 1859-60, 1860-61 e 1861-62) o seguinte por arroba: 4$475, 4$489, 5$844, 5$471 e 5$945. Com excepção do ano de 1861-62, os preços mais elevados se conseguiram no Rio. Os de Santos e Baía eram sujeitos à poucas flutuações. Sòmente no último ano o preço médio por arroba alcançou em Santos seu ponto culminante com 6$230 réis.

(13) Segundo a estatística da fazenda da qual provém os dados acima, cada escravo cuidava de 3.790 a 3.900 arbustos. O milho para as tropas e o feijão, alimento do pessoal, eram adquiridos por fora e o escravo se dedicava ùnicamente ao cafèzal. Em caso contrário um negro nunca poderá cuidar de mais do que 3.000 arbustos.

armazéns e nas tropas que transportam o café, somando ao todo, talvez, um terço do número acima referido, e assim chegaremos a um total 72.482 escravos. Tais dados se referem ùnicamente ao trabalho empregado na mercadoria de exportação. O consumo do café dentro do próprio país é considerável, pois todo mundo saboreia várias vêzes por dia essa bebida nacional, seja rico ou pobre, moço ou velho, patrão ou empregado. Para não exagerar nos meus cálculos, presumo que os consumidores brasileiros atinjam o número de 4 milhões de pessoas, dos quais cada um consome anualmente cêrca de 20 libras. Dêsses 80 milhões de libras assim consumidos internamente, 10 milhões se conseguem por meio de trabalho independente, enquanto que os 70 milhões restantes utilizam ainda o trabalho de 15.000 negros, o que aumenta o número de escravos trabalhando na plantação, colheita e indústria do café para 87 a 90 mil.

Pretendo que na época atual, a produção de café chegou no Brasil ao seu ponto culminante, e que, sob as condições administrativas e agrícolas atuais, a soma de dois e meio milhões de sacas de café representa o máximo daquilo que o Brasil pode produzir para a exportação, sendo que neste século, tal número não representará a média das colheitas a serem obtidas.

Nas plantações de café e nas da cana de açúcar empregam-se no Brasil quase que exclusivamente escravos, pois não se pode levar em consideração o reduzido número de colonos de parceria. Segundo dados oficiais, o número de escravos existentes decresce de 2% por ano, desfalcando assim a lavoura anualmente de grandes contingentes de braços. De 1840 a 1851 as colheitas de café dobraram quase, a exportação oscilou entre 1 e 2 milhões de sacas, sendo que no período de 1852 a 61, o máximo da exportação atingiu a 2.408.256 sacas (1855). Importaram-se da costa africana cêrca de 33.482 escravos por ano, no período que vai de 1840 a 1850 (14). Descontados os que morriam na viagem, que escapavam ou se dedicaram a

(14) A importação de escravos no Brasil foi:

Em 1840:	30.000	Em 1844:	22.849	Em 1848:	60.000
" 1841:	16.000	" 1845:	19.453	" 1849:	54.000
" 1842:	17.000	" 1846:	50.324	" 1850:	23.000
" 1843:	19.093	" 1847:	56.172	" 1851:	3.287

No ano de 1852 o tráfico de escravos cessou por completo.

outras ocupações uma vez chegados ao Brasil, restavam ainda, depois de 3 anos, 15.000 escravos aptos aos trabalhos nas roças. Admitindo que metade apenas se dedicasse aos trabalhos das plantações de café, tal aumento já representaria uma produção de mais de 1 milhão de arrobas (250.000 sacas). Observa-se no quadro abaixo que a importação de escravos quadruplicou a partir do momento em que a Inglaterra se empenhou em solucionar definitivamente a questão do tráfico (1846), até a abolição definitiva do mesmo, comparada com a importação dos anos anteriores. O fato, porém, da cultura de café ter tido maior incremento ainda, apesar da falta de novos elementos servís, explica-se pela simples medida adotada, a de terem sido retirados muitos escravos de outros afazeres para empregarem-nos ùnicamente nos cafèzais, e que, seduzidos pelos altos preços que o café obtinha nos mercados, muitos fazendeiros aumentaram suas plantações em detrimento de outras culturas até então florescentes, concentrando as fôrças na plantação do café. Fenômeno idêntico deu-se no Norte, nos engenhos de açúcar, e a produção aumentou depois da abolição da escravatura, por razões semelhantes às apontadas acima.

Quais foram, entretanto, as culturas que ficaram assim prejudicadas com o aumento da plantação do café e do açúcar? A resposta causará surpreza a todo agricultor ou economista. Foram as plantações de milho, de mandioca e feijão, bem como as de arroz tão necessárias para a alimentação da população que ficaram prejudicadas, com a preferência dada às outras duas culturas, de lucro maior e mais seguro. Quando o café atingiu, em 1852, uma cotação elevadíssima, os fazendeiros acharam mais conveniente concentrar todos os seus esforços na sua cultura, em detrimento das outras, tão preciosas para a alimentação, preferindo comprar ou importar os produtos que não compensavam então o trabalho. Êsses cálculos foram exatos na época, pois as somas conseguidas com as safras cafèeiras não só permitiam tais aquisições, como ainda deixavam lucros consideráveis. Seduzidos com tais exemplos, mesmo aquêles fazendeiros que nunca tinham plantado café, resolveram fazê-lo, dedicando-se, em detrimento dos produtos mencionados, ao plantio da rubiácea. O número dos produtores de outros alimentos diminuiu assim anualmente, enquanto que o dos consumidores aumentava de ano em ano, de acôrdo com o cres-

cimento da população. A reação não se fez esperar. Os gêneros de primeira necessidade subiram de preço e, decorridos apenas alguns anos, o aumento foi de 100 a 200%. O Brasil cultivava muito café, mas poucos gêneros alimentícios, tornando-se afinal necessário importar milho, arroz e feijão dos Estados Unidos da América do Norte e da Europa. As vantagens que os fazendeiros julgaram obter, perderam-se, e êles chegaram à conclusão que os resultados tão favoráveis no início, se transformavam em sérios prejuízos no correr do tempo. Tornava-se, entretanto, sumamente difícil voltar novamente à agricultura antiga, pois as vastas áreas de terras ocupadas pelos cafèzais e as diversas inovações feitas nas fazendas, não permitiam aos fazendeiros dedicar-se, sem mais nem menos, às culturas antigas. Algumas safras insuficientes fizeram subir os preços dos gêneros alimentícios de tal modo, que os fazendeiros tiveram que dispender grandes somas para adquirir os gêneros necessários à alimentação dos seus escravos. Já relatei no meu segundo volume que alguns fazendeiros da província da Baía se viram forçados a vender uma parte dos seus escravos, para poderem alimentar os restantes.

O sistema adotado pelos fazendeiros aumentou as rendas estaduais e governamentais pois o aumento da exportação do café teve como resultado maior entrada de dinheiro provindo das taxas bastante elevadas. Muitos fazendeiros e corretores de café conseguiram lucros fabulosos, mas as finanças do país sofreram um abalo profundo nos seus fundamentos.

Um país agrícola, que não possui indústria e se vê na contingência de importar gêneros alimentícios para abastecer sua população, comprando tais produtos a preços elevados, deve sofrer naturalmente grande abalo, não obstante sua posição aparentemente brilhante concernente a certos ramos de sua agricultura.

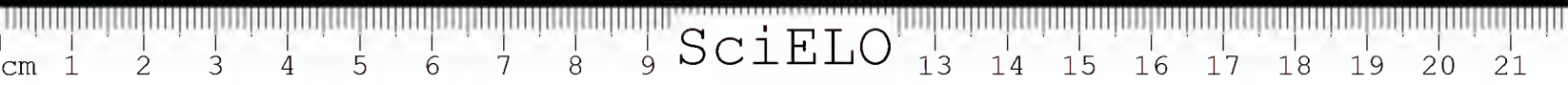
Se a colonização nas províncias do sul tivesse obtido melhores resultados do que os que obteve, os fazendeiros teriam podido despreocupadamente se dedicar à cultura do café visto que os colonos, que se dedicavam quase que exclusivamente à cultura de gêneros alimentícios, teriam podido abastecer o país em quantidade suficiente e a preços razoáveis, tornando assim o Império independente de tôda e qualquer importação dêsses gêneros. O govêrno Imperial parece ter compreendido

esta situação, pois esforçou-se por vários anos em atrair a imigração em massa para o Brasil. Apesar, porém, da soma de 16 milhões de francos, votada pelos representantes da nação para tal fim, os resultados foram, como o veremos mais tarde, quase nulos.

Nove décimos do café produzido no Brasil, eram provenientes do trabalho do braço do escravo, o que revela que a futura expansão de tal cultura estava intimamente ligada à questão da emancipação dos escravos. Se admitirmos que tal problema fôsse solucionado em favor dêstes, o Brasil contaria apenas com 1/10 para as suas culturas cafèeiras, e a exportação ficaria reduzida a um mínimo, se não se conseguisse substituir êsse elemento pela colaboração do braço livre. Não é lícito supor que o escravo uma vez libertado se dedique ao cultivo do café, tão odiado por êle, nem que se empenhe em adquirir lotes de terras. Assim sendo, a cultura do café dependeria quase que ùnicamente dos colonos estrangeiros. De quantos colonos precisa-se, entretanto, para se obter uma colheita de 2 milhões de sacas?

O colono livre, ainda pouco acostumado a essa cultura, e que forçosamente tem que plantar também os produtos de que precisa para sua manutenção, nunca poderá cultivar mais do que 1000 pés de café. Para cuidar de uma plantação que desse um safra de 2 milhões de sacas, precisar-se-ia, pois, de 160.000 colonos, e como podemos calcular que uma família é composta de 4 pessoas em média, das quais cada uma poderá tomar conta de 1.000 pés, precisar-se-ia, pois, de 40.000 famílias para tal fim. Quem conhece a situação colonizadora do Brasil, percebe logo que é humanamente impossível atrair e estabelecer tão grande número de colonos ao Brasil, mesmo que não se poupassem os maiores sacrifícios, e que não se hesitasse em empregar fundos elevados. Penso apenas na cultura do café. Mas de quantos colonos precisaria o país, se ainda se cogitasse da cultura dos outros produtos, tais como, açúcar, algodão, fumo e milho, para cuja lavoura se usa exclusivamente o escravo, afim de que se produzissem quantidades suficientes! A vida econômica do país depende dêsse problema. Êste país, exclusivamente agrícola, paga aquilo que importa do exterior com os seus produtos agrícolas, entre os quais o café ocupa o primeiro lugar. Se a exportação fôr diminuta, a importa-

ESCRAVOS DESCANSANDO

"PANELA MÃE"

ção o será também, e as rendas do govêrno sofrerão portanto idêntica redução, pois constituem-se quase que exclusivamente de taxas de exportação e importação. Tal deficit abalaria os fundamentos das finanças internas e far-se-ia sentir no exterior. Tais motivos induzirão o Brasil a manter a escravidão custe o que custar, cedendo o mais tarde possível à pressão da opinião pública e às leis naturais do direito das gentes. Penso ter justificado com o que expus, a minha crença de que o Brasil atingiu seu ponto culminante nesse século, com a exportação média de 2.500.000 sacas de café.

Fazendeiros instruídos e que costumam manter um registo escrupuloso e racional de suas transações, o que é bastante raro, me asseveraram que com os atuais preços do café, dos gêneros alimentícios e dos escravos, ainda se conseguia numa fazenda do distrito de Cantagalo um lucro médio e líquido de 9%. Tal lucro não se deve tomar como norma para tôdas as fazendas do distrito, pois as condições climáticas e geognósticas, que não são iguais em tôdas as zonas, influem muito no resultado final. Acrescentemos ainda as condições de transporte, as vias de comunicação e a relação dos trabalhadores e seu consumo. Quando a família do proprietário de um sítio de dimensões menores for grande, o resultado será menor, pois maior proporção dêles será desviada para os afazeres domésticos, em detrimento do trabalho agrícola.

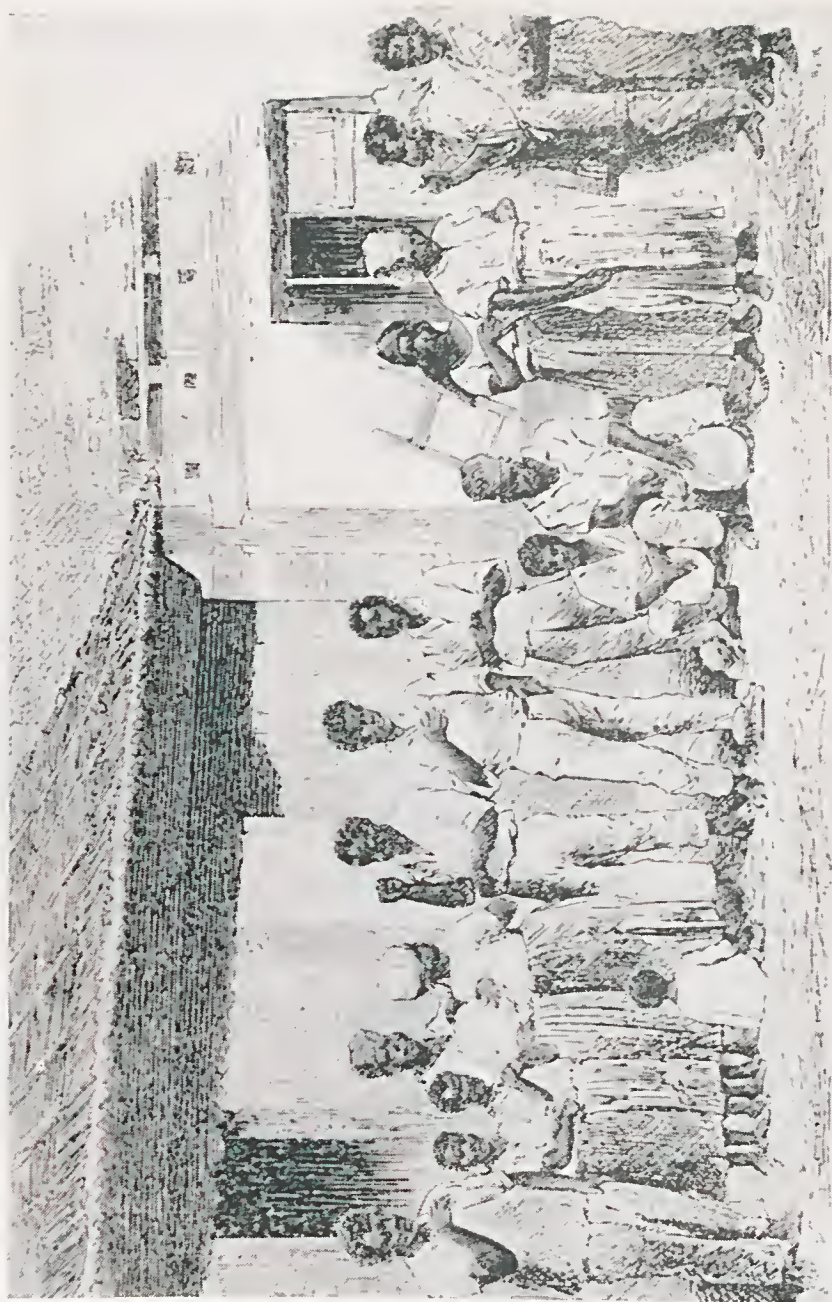
Se um lucro de 9% nos parece considerável, principalmente em comparação com a agricultura européia, não devemos perder de vista os grandes riscos e oscilações a que está exposto. O capital do fazendeiro é na maior parte representado pelo número de escravos que possui. Uma simples epidemia poderá reduzir tal capital a um terço ao menos, sendo muito custoso, e até impossível substituí-lo. Se considerarmos ainda que os bancos no Rio de Janeiro pagam juros de 8 a 9% pelos capitais depositados, e que o fazendeiro tem que pagar de 10 a 12% ao ano (às vêzes de 2 a 3% ao mês, então devemos considerar que o lucro de 9% não é exagerado.

O valor de uma fazenda aumentou de 1851 para cá de 100%, devido ao aumento no preço dos escravos e do café. Num caso que me foi dado estudar, a proporção entre o valor representado e o lucro auferido foi o seguinte, no decorrer dos 14 anos de 1847 a 1860, numa média de 90 escravos que o fazendeiro possuia: o valor da fazenda aumentou de 68 contos

450 mil réis para 140 contos e 338 mil réis, os lucros variaram de 2 contos 964 mil réis (1849) a 40 contos e 507 mil réis (1854). A porcentagem oscilou, pois, entre 3,34% e 27,91%, depois de deduzir-se o acréscimo do valor, devido à elevação de preço que os escravos representavam. Esta fazenda era magistralmente administrada, consoante os mais modernos preceitos técnicos.

Grandes propriedades, com elevado número de escravos, rendem mais do que as menores. O tratamento dos escravos é, segundo testemunho de pessoas competentes, muito bom no distrito de Cantagalo, tendo ainda apreciàvelmente melhorado nesses últimos 15 ou 20 anos. As vantagens pecuniárias impeliram os donos de escravos a cuidar do bem-estar dos mesmos, pois a capacidade de trabalho de cada um representava um capital para o dono, e, assim, apresenta-se-nos o caso bastante raro dos sentimentos de humanidade marcharem de acôrdo com os interêsses particulares e financeiros. Mas não é apenas o interêsse monetário que o fazendeiro tem no seu escravo que o induz a tratá-lo bem, concorre a concepção adiantada e mais livre das gerações novas. Tanto nesse distrito como em todo o Brasil, existem uns raros fazendeiros que maltratam os escravos, deixando-os quase morrer de fome. Dêsses, a maioria são portugueses. É fato conhecido que os brasileiros são infinitamente mais humanos e bons para com os seus escravos do que os portugueses, que os maltratam, sendo ainda os homens sempre mais cruéis do que as mulheres.

Já tive oportunidade de mencionar no primeiro volume as condições dos escravos e quero apenas voltar ao assunto, para descrever o tratamento dado aos escravos nas fazendas bem administradas.

No páteo em que se encontra a casa grande, existem em geral dois edifícios compridos, de construção primitiva, as chamadas senzalas ou habitações dos negros, onde os homens são alojados separadamente das mulheres. Ao longo dessas construções estão as tarimbas, cêrca de três pés acima do chão, e no centro um corredor bastante largo e alguns fogões primitivos, nos quais os negros preparam às vêzes um ou outro prato simples ao voltar do trabalho. Tais pratos suplementares que os escravos preparam nos fogões, são peixe ou alguma caça do mato, especialmente tatús, iguanas, pacas, capivaras, cotias ou

ESCRAVOS CONVERSANDO

outros petiscos de sua predileção. Os negros gostam de reunir-se ao cair da noite em redor do fogo, fumando, palestrando e gesticulando, em grande algazarra. As tarimbas, das quais cada uma mede 2, 5 a 3 pés de largura, são separadas uma da outra por uma divisão de madeira de 3 pés de altura, tendo na frente uma esteira ou cobertor para tapar a entrada do lado do corredor. Cada negro possui de 3 a 4 cobertores, que usa também com colchão, se não prefere utilizar-se da esteira. Um pequeno travesseiro completa a cama primitiva.

A tarimba é bastante comprida para permitir colocar em sua extremidade um baú no qual o respectivo dono guarda os seus pertences. As senzalas possuem janelas com grades, ou então, em vez de janelas, uma abertura abaixo do teto, a 12 pés acima do solo, que permite a ventilação e a iluminação suficiente para todo o recinto. Atrás das senzalas ficam as privadas, que são, às vêzes, substituídas por barricas cheias de água até a metade, e que, colocadas no corredor, são diàriamente esvaziadas e devidamente limpas.

As senzalas ficam abertas até às 10 horas da noite, havendo até lá, um convívio mixto nas mesmas. A um sinal dado por uma campainha, os homens e as mulheres se retiram, cada qual para a sua habitação, e o guarda as fecha a chave, abrindo-as na manhã seguinte, uma hora antes de iniciar-se a tarefa diária. As crianças menores dormem com as mães, as maiores possuem suas tarimbas individuais, dormindo em geral duas crianças em cada uma. Os negros casados vivem em recintos menores devidamente separados. É muito raro haver entre os negros casamentos celebrados na igreja, mas o fazendeiro permite que os pares, que se unem segundo oportunidade ou sorte, vivam juntos, sendo que o pronunciamento do fazendeiro basta para que êles se considerem como espôso e espôsa, numa união que raras vêzes há de perdurar a vida inteira. As pretas possuem, em geral, filhos de 2 ou 3 homens diferentes (15). Mesmo esta formalidade não se observa no mais das vêzes, e os negros vivem em promiscuidade sexual, como o gado

(15) Os fazendeiros do distrito de Cantagalo (e de outras localidades) desistiram de mandar casar seus escravos pelo religioso, em vista das experiências obtidas. Dizem que o casamento religioso tem por consequência graves desordens e inconvenientes maiores ainda, dada a leviandade e inconstância do negro em tudo que se refere às relações sexuais, e por não haver possibilidade de futura separação. Os laços livres existentes entre os dois sexos evitam assim futuros aborrecimentos que uma separação possa causar.

nos pampas. Um fazendeiro experimentado me afiançou que com a "criação natural" conseguem-se geralmente rebentos fortes e saudáveis. Os filhos dos escravos são batizados no rito católico. Mas mesmo nesse pormenor não existe muito escrúpulo satisfazendo-se o fazendeiro em dar um nome qualquer à criança recém-nascida. O entêrro deve fazer-se em terra benta; mas também tal prescrição não se observa a rigor, e um negro morto em consequência de maus tratos é simplesmente enterrado num canto qualquer da fazenda (16).

Os trajes dos escravos são, conforme já observei, muito simples — os homens usam calça e camisa, as mulheres camisa e saia, tudo feito de algodão grosso e resistente, de fabricação nacional. Uma "baieta" de lã com fôrro de algodão, um chapéu de palha ou um barrete completam a indumentária. Nas fazendas que primam pelo tratamento dispensado aos negros, êles recebem 3 camisas, 3 pares de calças e os respectivos casacos, um chapéu, um pano que geralmente é enrolado na cabeça, e dois cobertores por ano. Tal fornecimento representa um gasto de 16 a 22 mil réis por cabeça. As máquinas de coser, de marca americana, introduziram-se com incrível rapidez no interior do país, onde são usadas na manufatura da indumentária dos escravos. As mucamas recebem roupas mais finas. O dinheiro que os escravos conseguem com pequenos serviços avulsos é geralmente gasto na aquisição de bugigangas, uma ou outra peça de roupa, fumo, doces, e se a ocasião se oferece, na compra clandestina de cachaça.

O alimento dos escravos compõe-se principalmente de angú, feito com farinha de milho e água, feijão preto e carne sêca. A quantidade distribuída entre os escravos varia em cada fazenda, numas a distribuição é farta, mas noutras quase não dá para matar a fome dos pobres desgraçados. O dono de uma grande fazenda com mais de 100 escravos teve a gentileza de fazer-me o cálculo dos víveres distribuídos aos seus escravos, o que revelou que cada um dêles, a partir da idade de 12 anos, recebia diariamente: 1 libra de farinha de milho, 16 on-

(16) Segundo a lei nem os livres nem os escravos podem ser enterrados em lugar que não tenha sido designado pela autoridade e benzido pelo padre. Antigamente, autorizava-se o sepultamento fora dos cemitérios, em terrenos particulares nas fazendas, por causa das grandes distâncias que às vêzes existia, e as dificuldades de transporte. A lei não se observa a rigor e o fazendeiro enterra os escravos onde bem entende, contando com a já conhecida indulgência por parte das autoridades, que não se preocupam.

ças de feijão preto, 8 de carne seca (que, devido ao seu pouco conteudo de água, é muito mais nutritiva do que a carne fresca), 3 1/3 onças de banha de porco, 1 1/2 de café, 1 1/4 de açúcar, e, às vêzes, mas não regularmente, um pouco de cachaça. A experiência ensinou que uma libra de farinha de milho era demais por cabeça, e que o negro não consumia mais do que 7/8 de uma libra, mas como o angú que sobrava servia para alimentar os porcos, que consomem em geral o milho, a ração não fôra diminuída. Nos dias de abstinência, a carne era substituída por bacalhau ou outro peixe salgado. Em muitas fazendas dá-se peixe seco em vez de carne.

Os negros gostam desta comida e, desde que a recebam em quantidade suficiente pode ser considerada como racional. Penso que nem na metade das fazendas existentes os escravos recebem comida tão boa e abundante. Há fazendeiros ricos que, por mera avareza e desconhecendo os próprios interêsses vitais economizam na alimentação dos escravos, dando-lhes comida insuficiente e rações diminutas. Os fazendeiros pobres, entretanto, não podem alimentar bem os seus escravos (17). Em certas fazendas os escravos recebem mais "bacalhau" nas costas do que na barriga.

Quando um escravo se torna reincidente nas faltas e nem observações, nem reprimendas o corrigem, usam castigá-lo com palmatória na palma das mãos. Por faltas mais graves, recebe chibatadas nas costas ou no trazeiro. Em muitas fazendas, não é permitido ao feitor castigar ao escravo com mais de três chibatadas durante um dia, pois o verdadeiro castigo é ditado pelo fazendeiro, quando os escravos se reunem à noite no pátio (18). A lei limita o número de chibatadas a 50, mas os fazen-

---

(17) Antigamente calculava-se no Rio de Janeiro para a alimentação de um escravo 80 réis por dia, sendo a alimentação melhor, 120 réis; atualmente não é possível gastar menos do que 300 a 400 réis.

(18) Os feitores, na maioria homens de côr, são muito mais cruéis para com os escravos que seus próprios amos, e costumam castigá-los durantes as horas de trabalho a seu bel-prazer, sem conhecimento do senhor. A regra comum é: "Tal patrão, tal criado". Em outubro de 1865 ocorreu o seguinte fato, na província de São Paulo: No distrito de Belém de Jundiaí, os escravos do fazendeiro João Alves, 41 ao todo, foram procurar seu amo e declararam que, visto não terem sido atendidos seus repetidos pedidos, e como o feitor os espancava selvagemente, tinham-no matado, e que iam procurar o presidente da Província. Iniciaram logo a viagem, mas em Campo Largo, a polícia local, auxiliada pela Guarda Nacional, prendeu-os a todos e os pôs no xadrês. O escravo não pode reclamar contra os maus tratos que sofre do feitor, se êste assim os trata de acôrdo com o amo; o que lhes resta, por tanto, é a reação pessoal, ùnicamente, embora as consequências lhes sejam bem tristes.

deiros pouco se importam com isto e costumam fazer dos seus escravos o que bem lhes parece, pois os consideram propriedade absoluta. Um dos castigos mais cruéis é o "tronco", duas tábuas ligadas entre si por dobradiças, tendo os orifícios necessários para prenderem o culpado pelos tornozelos ou os braços, ou o pescoço, que fica assim preso, deitado no chão. Prisões em celas isoladas e escuras, agravadas com jejum, castigos durante os quais ficam as vítimas acorrentadas — modalidades estremamente refinadas da arte de torturar — são aplicadas nos casos de delitos mais graves. Os escravos fugitivos são, quando novamente os capturam, submetidos a graves suplícios. Nos casos de reincidência, os castigos excedem em muito qualquer princípio de humanidade. Mesmo nos casos de crimes graves cometidos por escravos, os amos costumam exercer privadamente justiça, pois se entregassem o criminoso à justiça pública e fôsse êle condenado à morte ou a pena longa, o fazendeiro, além de perder o escravo, ficaria ainda sujeito a despesas e outros incômodos.

Em regra, a natalidade feminina é superior à masculina entre os escravos, mas, apesar disto, os escravos homens são superiores em número, o que se explica pelo fato de terem sido importados, na época do tráfico, grande maioria de homens jovens e robustos, e de ser maior o número de escravas libertadas que o de escravos, os quais eram tratados com mais severidade. Dentro de 10 ou 15 anos, será equivalente o número de escravos e escravas, se ainda houver cativos no Brasil.

Um fazendeiro precisa ter grande experiência para criar e educar filhos de escravos. Há os que são tão mal sucedidos nesta emprêsa, que apenas conseguem criar uma quarta parte dos "negrinhos" nascidos em suas fazendas. Nos estabelecimentos em que o tratamento dispensado aos escravos não é bom, as próprias mães não se importam com a vida dos filhos, mas ainda nas fazendas onde o tratamento é bom a mortalidade também é elevada, principalmente devido a certas deficiências na alimentação. As escravas que têm filho ficam por isto sujeitas à fiscalização da senhora da casa, e as que amamentam são apenas utilizadas para serviços caseiros, como lavagem de roupa, etc. A fase perigosa começa quando a criança é desmamada e iniciada na alimentação comum. Não havendo rigoroso cuidado, começam a sofrer de desarranjos

intestinais, muitas vezes mortais. Os filhos dos negros são mais delicados e sujeitos a doenças que as crianças de outras raças. A senhora de um fazendeiro, que pela experiência deve ser considerada autoridade no assunto, me asseverou que era mais fácil criar 3 ou 4 crianças brancas ou índias que uma preta.

Nas grandes fazendas há um recinto destinado a servir de hospital, sob as ordens de um médico. Em muitos casos, tais médicos não passam de charlatães ignorantes. Falei com alguns, cuja instrução não era superior à dos negros que tratavam, mas não deixa de haver outros que são competentes. Muitos fazendeiros costumam tratar pessoalmente dos seus escravos doentes, valendo-se da homeopatia. Enfim, não devemos esquecer, ao falar da grande mortalidade entre os escravos, da grande carência de médicos nas fazendas do interior do Brasil (19).

Quanto à fertilização do solo, foi somente nos últimos tempos que os fazendeiros compreenderam que é preciso restituir à terra de cultura, parte ao menos, daquilo que dela se tira. Antes costumavam lançar ao rio todos os resíduos que se acumulavam após os trabalhos da colheita e tratamento do café, tais como a polpa das bagas, as cascas, etc. Recente é o costume de mandarem espalhar sôbre a terra da plantação tais resíduos ou de amontoá-los para servirem-se dêles como adubo. Os resíduos contém cafeína em pequena proporção. Segundo as análises do dr. Peckolt, 100 gramas da pele de pergaminho que cai do fruto que seca dão 0,0024 de grama de cafeína; mas esta mesma casca tratada convenientemente e acumulada, dará cêrca de 0,052 de grama de cafeína. 100 gramas da polpa fresca produzem 0,027 de grama de cafeína, 6,784 de açúcar, 1,462 de ácido cafetânico, cítrico, gálico, málico, potássio e cálcio, etc., e 1,717 gramas de cinzas. O chamado pó de café, produzido pelas cascas em geral, contém uma percentagem de 0,082 de cafeína. Mas êstes resíduos se

---

(19) No vol. II desta obra, referi-me ao costume dos negros de se utilizarem, não raras vêzes de uma planta chamada "timbó", para se envenenarem. Sob êste nome vulgar há várias plantas: o "timbó do boticário", "timbó árvore" ou, como dizem os negros, "timbó da Guiné" é uma leguminosa (*Lonchocarpus Peckolti* Wawra) que os negros dizem ser árvore africana, transplantada para o Brasil. Desta planta usam apenas a raiz. Peckolt encontrou esta planta, não na mata virgem, mas em capoeiras e lugares abandonados. O "timbó cabeludo" é uma sapindácea; o "timbó-tinga" uma paulínea; "timbó-peixe" ou "timbó-cipó" uma Serjania, que usam para envenenar ou tontear peixes. Os indígenas dão o nome de "timbó" a grande quantidade de espécies venenosas.

perdem inutilmente na maioria das vezes, o que nos leva a pensar se não poderiam ser utilizados como sucedâneos do próprio café. A maioria dos sucedâneos usados não contém cafeína, mas óleos empireumáticos e, algumas vêzes, muito açúcar. Entre êles, mencionemos apenas os seguintes: sementes de leguminosas, centeio, bolotas de carvalho, castanhas, sementes de tâmaras, de vésperas, de aspargos, de lirio amarelo dágua, de *Spartium scoparium,* de *Astragalus baeticus,* de uva, de faia, de cereja, peras sêcas, beterrabas, cenouras, *Ciperus esculentus, Lathyrus tuberosus* dente de leão, chicória, e outras plantas. Milhões de pessoas, que prefeririam o café, usam tais sucedâneos por ser o prêço do produto demasiado alto. Nos resíduos do café encontra-se a maioria dos componentes do próprio café. Seu preço, devido ao elevado custo dos transportes, seria ainda superior ao dos sucedâneos, mas forneceriam uma bebida mais próxima do café, dada a sua composição química.

Segundo La Roque e Niebuhr, o "café Sultão", tido em tão alta conta no Oriente, e consumido apenas pelas pessoas abastadas, é preparado com a polpa das bagas, devidamente sêcas, torradas e amolecidas na água. Experiências feitas com esta polpa revelaram que se obtém uma bebida de sabor muito parecido com a dos grãos, mas que seu paladar é "marinado" ou avariado (como acontece com o café que recebe água salgada durante o transporte marítimo). Tal paladar é do agrado de muitas pessoas, embora as que prefiram o café puro o achem repugnante. Em vista disto, seria de bom alvitre que o produto obtido com as cascas e o pó do café fôssem exportados para os países onde o café "marinado" é preferido, afim de substituir os sucedâneos que não contêm cafeina.

Disseram-me que já foram recebidos em Cantagalo pedidos de informações a respeito do preço das cascas torradas, feitos por importadores de Londres, Hamburgo e Berlim. Mas os comerciantes ainda não aproveitaram o produto para exportá-lo. Peritos dizem que, tanto a casca como o pó, podiam ser vendidos pela quarta parte do preço do café tipo "Rio" nos mercados mundiais.

Bebida mais agradável ainda, é a que se obtém da pele de pergaminho que envolve os grãos, pois apresenta o paladar do café puro. Para torrar esta pele, entretanto, precisa-se de muito cuidado, porque ela fàcilmente se queima.

Não sendo possível utilizar as cascas pelos grãos, introduzindo assim um sucedâneo do café nos mercados mundiais, seria então vantajosos exportar o grão junto com a casca, para assim ser aproveitada a cafeina que esta contém e deixar-se de perdê-la como até agora. Mas tais inovações são difíceis de se conseguir, pois os preconceitos existentes apresentam os maiores entraves. Tal inovação, entretanto, seria de real valor para o fazendeiro, que passariam a tirar proveito de um produto que até agora lhes foi inútil, e ainda se poupariam do trabalho da limpeza dos grãos. Quanto aos consumidores, quer nos parecer que só dificilmente se prontificariam a adquirir o café com a casca que lhes parece sem valor. Tal inovação teria sua introdução garantida, se os exportadores de café resolvessem vendê-lo depois de torrado. Seria nas grandes cidades, onde o café torrado é vendido em maior quantidade, que se ofereceria a melhor oportunidade para realizar tal experiência. O preço do café vendido com a casca é naturalmente um pouco mais baixo do que o do café já descascado, tirando assim os revendedores certo lucro, o que se daria com o consumidor apenas quando este adquirisse o café em bruto.

Não posso deixar de chamar ainda a atenção dos meus leitores sôbre um ponto que me parece de importância.

No arquipélago das Índias Orientais, nas chamadas "Índias das Águas", prepara-se das fôlhas do cafèeiro uma bebida que representa para os habitantes de Sumatra um elemento indispensável. Os ramos de café, ainda verdes, são torrados lentamente sôbre um fogo de varas de bambú, evitando-se tôda fumaça, até as fôlhas ficarem acastanhadas. Depois, tiram as fôlhas dos galhos, que são novamente torrados, até poder destacar-se fàcilmente a casca, que é misturada com as fôlhas. Uma vez torradas as fôlhas e a casca, preparam uma infusão com água fervente, à qual adicionam um pouco de açúcar.

Foi na reunião dos cientistas e botânicos alemães, no ano de 1844, em Bremen, que vi pela primeira vez essas fôlhas torradas, conhecidas sob o nome de "chá de café". Nessa reunião, o Professor Blume, diretor do Herbário em Leyden, e célebre pelas suas expedições cientificas a Java, as mostrou pela primeira vez, tratando ainda do caso numa ligeira conferência em que recomendava que se experimentasse esta nova bebida na Europa. Na exposição internacional de Londres em 1851, o

"chá de café" das Índias Orientais foi igualmente exibido ao público, e Gardner provou nessa ocasião que a nova bebida era rica em teina. Outros cientistas e peritos, como Ward, Van Den Corput, Daniel Hanbury e Stenhouse, fizeram várias observações e experiências de puro interesse científico com o Chá de Café. Uma comissão inglesa de provadores de chá deu parecer extremamente favorável, dizendo, que a infusão das fôlhas torradas do café fornecia uma bebida equivalente aos chás de Schim, Suchong e do Congo. Mesmo assim nada se fêz para introduzir êsse chá na Europa. Em certos folhetos de propaganda do consumo do chá de café, li que o govêrno do Brasil estava empenhado em favorecer a produção dessa nova bebida e que, dentro em pouco, toneladas de fôlhas de café chegariam aos portos europeus. Já passaram 10 ou 12 anos desde que se pronunciaram tais vaticínios, mas as fôlhas de café chegadas à Europa limitaram-se, ao meu ver, ao número reduzido de fôlhas que eu trouxe da minha viagem, graças à gentileza de um fazendeiro que m'as cedeu. Nos círculos governamentais do Rio de Janeiro indaguei com muito cuidado quais as medidas tomadas pelo Govêrno Imperial para fomentar essa nova indústria e fiquei sabendo que surgira um projeto a respeito, alguns anos atrás, visando a instalação de tal indústria, mas que fôra, entretanto, deixado a parte, pois os fazendeiros não se conformavam em empregar suas atividades e sua mão de obra bastante dispendiosa, num produto desconhecido e sem mercado ainda.

As fôlhas torradas do café têm um tom castanho-amarelado e um paladar muito aromático, que se parece com o do café fino levemente torrado. A infusão, feita nas proporções de partes de água e fôlhas usadas no preparo das melhores qualidades de chá chinês, apresenta côr amarelo-escura. Adicionando-se o açúcar à bebida, esta adquire paladar extraordinàriamente agradável, que, de acôrdo com a intensidade da infusão, se assemelha ora ao do café, ora ao do chá. Com um pouco de leite, o gosto do chá de café se altera levemente, não tanto como ocorre com o café ao qual se adiciona leite.

Segundo as análises de Stenhouse, a composição das fôlhas torradas do café é a seguinte: teína: 1,15 a 1,25% (1% mais do que o café, que tem de 0.117 a 1.8), porém menos do que o chá (1,70 a 4,20%). O chá introduzido no mercado contém em geral 2 a 2,30% de teína ou cafeína, mais ou menos tanto

como o chá do Paraguai (1,25%). Além da teína essas fôlhas contêm ainda alguns óleos voláteis, ácido tânico e cerca de 13% de amido. Várias experiências provaram que a infusão quente de água solve cêrca de 39 a 42% do pêso das fôlhas torradas, o que equivale mais ou menos ao chá chinês (20).

O efeito fisiológico da infusão do chá de café é quase idêntico ao do chá chinês, sendo em geral um pouco mais fraco. Esta infusão acelera a circulação do sangue, tem efeitos nìtidamente diuréticos, proporciona certo bem-estar, e fortalece o organismo fatigado por grandes esforços físicos, ou excessos de trabalhos corporais. Não estou em condições de poder precisar exatamente o efeito fisiológico do chá de café. Mas pelas indicações acima dadas, coincide com o das outras bebidas ricas em cafeína.

Se o chá de café aumenta a sensibilidade, fortalece os dons de observação como o café, ou se aguça a capacidade de cri-

---

(20) O dr. Peckolt, que durante anos se ocupou da análise das fôlhas do cafeeiro, forneceu-me os seguintes dados:

Análise de fôlhas de cafeeiro, feita com extremo cuidado, depois de 53 experiências. As fôlhas são provenientes de um indivíduo de 6 anos de idade, robusto, sobrecarregado de pequenos frutos ainda verdes; foram colhidas em janeiro e submetidas a secagem na temperatura de 100º C. 100 gramas de fôlhas sêcas acusaram:

cafeina .... Gr.	0,875
ácido cafetânico	6,483
ácido gálico	0,400
ácido químico	0,128
ácido tartárico	7,872
goma e sais inorgânicos	
elementos extrativos	0,366
subestâncias albuminóides	4,650
sacarose	5,250
cera e resinas moles	7,200
clorofila e amido	12,509
resíduos	57,267 que produziram

3.000 de cinzas.

Fôlhas frescas colhidas na floração em agôsto, num total de 60 quilos, apresentaram gr. 1,720 % de cafeina.

100 gramas de fôlhas permanecendo ainda no arbusto, mas já atacadas pelo inseto, continham

cafeina	1,192
tanino	4,685
ácido quínico	0,130

Açúcar, clorofila, corantes, graxas e substâncias gomosas, enfim, os carbo-hidratos tinham desaparecido por completo. Parece que tais elementos constituem o alimento das larvas.

Fôlhas de um arbusto de 20 anos, que não dava mais safra satisfatória, continham, sêcas a 100º C., gr. 0,190.

À medida que o fruto vai amadurecendo, a cafeina diminui nas fôlhas.

tério do indivíduo como o chá, não me foi dado observar. Segundo a minha opinião, exagerou-se sempre um pouco o efeito das infusões de café e de chá sôbre as atividades cerebrais do homem. Observadores e pesquisadores conscienciosos nunca chegaram aos resultados que pessoas mais exaltadas souberam apresentar por meio de frases bonitas e idéias sutis.

Os produtos estimulantes influem de certo modo sôbre o organismo humano, mas sua influência sôbre as funções cerebrais depende muito da individualidade de cada um, sendo, por isto, tôdas as experiências sujeitas a grandes oscilações e às vezes a erros de dedução, sem produzir resultados eficientes quanto à sua influência fisiológica. Os efeitos dos mesmos sôbre outros orgãos estão sujeitos ainda a grandes controvérsias. O café é tido em geral como de efeito digestivo, havendo, entretanto, pessoas que afirmam o contrário. Conheço brasileiros acostumados a tomar suas 5 ou 6 chícaras de café por dia, que foram forçados a desistir dêsse hábito, pois lhes prejudicava a digestão. Tal efeito se produz mormente em pessoas que têm por hábito beber café depois das refeições. O brasileiro costuma beber sua primeira chícara ainda em jejum, até mesmo na cama, o que o habitante do Oriente nunca faz, por considerá-lo nocivo à saúde. Um provérbio oriental diz assim: "Se não tiveres outra coisa para dejejuar, tira um botão das tuas vestes e devora-o, antes de tomares um café preto". O médico frances Perrin cita vários casos da nocividade do café, observados durante a guerra da Criméia, entre soldados e oficiais. Os escritores chineses advertem também que nunca se deve tomar chá em jejum.

O chá de café tomado depois do repasto não parece impedir a digestão, pois há pessoas que, não podendo tomar café pelos motivos acima expostos, se dão òtimamente com o chá de café. Mesmo tomado em estado de completa abstinência, não parece prejudicar o organismo.

Se o chá de café está fadado na Europa a ocupar lugar de destaque entre as bebidas estimulantes, parece depender grandemente do preço por que será lançado no mercado. Nesse sentido indaguei em várias fontes brasileiras sôbre as possibilidades que se apresentam. Dou aqui a opinião de um fazendeiro brasileiro a respeito. Diz ele:

"É grandemente prejudicial ao arbusto do café cortarem-se as fôlhas e os galhos sem o devido cuidado; sòmente as fôlhas já prestes a cair podem ser cortadas. Seria perigossíssimo mandar executar tal trabalho por negros estúpidos, pois mesmo debaixo da mais severa fiscalização êles não saberiam escolher as fôlhas apropriadas, prejudicando assim os pés de café. A colheita, por outro lado, proceder-se-ia de modo muito vagaroso, e mesmo se conseguíssemos preço que apenas se pode imaginar em sonhos muito otimistas, não garantiriam lucro que compensasse a mão de obra extremamente cara".

"Segundo a minha opinião sòmente há duas modalidades de proceder na colheita das fôlhas. Guardando, em primeiro lugar, as fôlhas que sempre caem quando se colhem as bagas (o que representa número considerável, guardando-as para o preparo futuro) e, em segundo lugar, colhendo as fôlhas que sempre caem no período sêco de junho a outubro, juntando-as antes da época das chuvas. Estas últimas fôlhas forneceriam apenas chá de segunda qualidade, sem entretanto custar muito trabalho.

"A manipulação necessária é extremamente simples nas fôlhas em boas condições de conservação. Elas são torradas em cilindros de fôlhas de flandres que giram fàcilmente sôbre o fogo, sendo bastante amplos para conter no mínimo 2 arrobas de fôlhas verdes. Segundo as minhas experiências, 4 arrobas dão 1 arroba de fôlhas torradas (21). No que diz respeito à embalagem, as fôlhas podiam fàcilmente ser acondicionadas em sacos ou caixas, sendo o primeiro modo mais barato, o segundo mais dispendioso. Do que me é permitido deduzir das minhas experiências, creio que as fôlhas cuidadosamente torradas não podem ser vendidas por preço inferior a 20 mil réis à arroba (14 2/3 Thalers por 32 libras), posta no Rio de Janeiro. Mas ainda é impossível fixar um preço definitivo".

Em Sumatra, uma libra de fôlhas torradas custa aproximadamente 1 pataca em prata. Não possúo entretanto informações exatas a respeito.

Tenho a certeza que no Brasil o preço por arroba será muito inferior a 20 mil réis, desde que o produto tenha seu mercado garantido, custando apenas um pouco mais caro do que as qualidades superiores de café. Nas regiões, onde os

(21) Segundo o dr. Peckolt, 372 libras de fôlhas frescas dão 100 libras de fôlhas sêcas.

frutos do cafèeiro não chegam à maturação completa devido ao clima, podia cultivar-se o café apenas para o aproveitamento das fôlhas. Da mesma forma seria aconselhável plantar em lugar dos chás de qualidade bastante inferior de procedência chinesa, arbustos de café, sendo que a colheita das fôlhas garantiria um lucro muito superior à safra proveniente do chá chinês destinado ao consumo interno. O processo da torrefação das fôlhas do café é muito mais simples do que o das de chá, e requer esfôrço e trabalho muito menores do que a secagem dos grãos de café, que exigem grandes instalações e maquinárias dispendiosas.

Se as Índias Orientais e as Ocidentais rivalizassem com o Brasil na exportação do chá de café, abastecendo os mercados europeus, os preços se regularizariam quase que automàticamente. Admitindo a hipótese do preço das fôlhas equivaler ao das boas qualidades de café, — sendo a tendência antes para preços inferiores —, o chá de café seria para a Europa a mais barata das bebidas estimulantes exóticas, pois para conseguir-se uma infusão regular, necessita-se menos do que a metade do peso necessário de grãos torrados de café, e quantidade igual à do chá chinês, que entretanto é muito mais caro. As qualidades inferiores do chá de café, provenientes das fôlhas caídas, e cujo conteúdo de cafeína é inferior (22) ao das fôlhas colhidas, poderiam ser vendidas por preços mais baratos, pois a mão de obra é muito reduzida também. Essas qualidades do chá de café o predestinam quase a suplantar o chá chinês, tão indispensável a tôdas as classes, e tão inacessível à tantas, visto que, devido ao seu preço elevado, o produto já é falsificado ao ser posto à venda. Em vários Estados deliberou-se substituir nos exércitos as bebidas alcoólicas pelo café. Aí o chá de café substituiria com vantagem o café pròpriamente, já por causa do baixo preço, já pela facilidade do seu preparo. Estará, de certo, na lembrança de muitas pessoas que os soldados inglêses jogaram os grãos de café fora, na guerra da Criméa, por não disporem de aparelhos necessários para torrá-los e moer.

As qualidades supra citadas do chá de café são tão importantes e vantajosas, que merecem a atenção do público em geral

---

(22) As fôlhas velhas caídas do pé contém na média 0, gr. 980 de cafeína por 100 gramas de fôlhas sêcas a 100° C., segundo análise do dr. Peckolt.

e particularmente dos círculos competentes indicados a conquistar-lhe o lugar no mercado mundial ao qual faz jus. A procura de bebidas estimulantes é tão geral e acentuada no mundo, que o consumo anual atinge 2.500 milhões de libras de chá e 750 milhões de libras de café, além de várias outras bebidas congêneres, consumidas por milhões de pessoas que não mais as podem dispensar. Não é preciso encarar as vantagens oriundas para a economia nacional e as finanças internas, da produção e consumo do chá de café. Para o comércio em geral seria também de grande vantagem se êsse produto conseguisse limitar o consumo do chá chinês, pondo-se assim um dique à corrente cada vez maior de prata que se canaliza para o mercado chinês, sem voltar às suas fontes de origem.

A agricultura brasileira mantém uma luta tenaz e constante contra um inimigo de tamanho insignificante, que leva o lavrador ao desespêro, sem lhe dar a possibilidade de vencê-lo. Tal inimigo ferrenho é a "saúva" (*Atta Cephalotes*), que nas regiões do Sul se chama "tanajura". Todos os viajantes que atravessaram a América do Sul mencionam esse inseto perigoso, constatando antes de tudo os grandes trajetos que percorrem, sua fôrça e as devastações que causam. Quero, pois, dizer alguma coisa sôbre o modo de vida e os hábitos da saúva.

A partir dos primeiros dias de outubro, até princípios de dezembro, os machos e as fêmeas excedentes deixam em grandes enxames os ninhos que contam vários anos de existência. Às vêzes voam durante muitas horas antes de pousar, mas outras baixam nas proximidades do ninho abandonado, escolhendo de preferência caminhos, roças recentemente limpas e lugares rasos e ensolarados. Não posso dizer com certeza se as fêmeas são fecundadas durante o voo, se em terra. Os machos são geralmente encontrados mortos no dia seguinte, no lugar de pouso, enquanto que as fêmeas erram pelas proximidades numa inquietação constante, procurando o lugar da futura residência. Encontrado êste, arrancam as próprias asas por meio de mordidas e se enterram no solo, em sentido vertical, até a profundidade de 8 polegadas, alargando o fundo em forma de câmara bastante ampla para abrigar os ovos. Como as excursões são feitas geralmente em época de trovoadas e tempestades ou durante fortes chuvas, muitas das fêmeas perecem durante a viagem, enquanto que outras morrem vítimas

dos ataques da *Musicapa tyrannus,* a "tesoura", que lhes arranca o abdomen durante o vôo. Mas o impulso vital permanece tão forte nessas fêmeas fecundadas, que elas se enterram com a parte anterior do corpo que cái no chão, começando logo a perfurar o solo e continuando na tarefa até que se lhes esvaem os últimos instintos e fôrças da vida.

Uma vez terminada a panela, o que se dá na primeira noite, a fêmea tapa o buraco cuidadosamente com terra, pois teme o inimigo mortal, uma pequena formiga preta, que a persegue em toda parte, comendo-lhe a parte trazeira do corpo. As fêmeas que souberam escapar a todos os perigos começam a desova em períodos certos. Em primeiro lugar a das asexuadas ou operárias, em seguida a das sexuadas. Decorridas 4 a 5 semanas, os operários vêm à luz do dia e começam logo a alargar a panela que não lhes parece bastante ampla. Expelindo a terra para fora da panela por meio do canal da entrada, deixam naturalmente esses sinais exteriores, que nos permitem localizar-lhes a moradia, em época em que ainda é relativamente fácil extinguir o perigo que nasce ameaçador.

Ao abrir nessa época uma panela, encontraremos nela uma fêmea rodeada de larvas brancas, das quais saem mais tarde as formigas procriadoras. Logo que a panela mede uma polegada em diametro, os operários começam a perfurar um tunel de 9 pés de profundidade por baixo da terra, escavando no fim uma outra panela maior, chamada "panela-mãe". A fêmea permanece com as suas larvas durante 4 ou 5 meses na primeira câmara, depois se retira para a segunda, que fica sendo sua residência definitiva. Decorridos mais 6 ou 7 meses, os operários terminam vários canais inclinados em direção à superfície da terra, escavando novas panelas. Assim cria-se, no decorrer de 2 a 3 anos, um tão grande número de panelas, que atingem o número de 400 a 500, com um diâmetro de 4 a 7 polegadas, habitadas por inúmeras saúvas.

Essas panelas são ligadas entre si por canais inclinados, e comunicam também com a superfície da terra aflorando no solo a uma distância de 60 a 100 passos da panela central, que se encontra acima da "panela-mãe". Os operários trazem os alimentos pelos canais assim construídos. Não se sabe ainda se a instalação das panelas e sua distribuição obedece à plano preconcebido ou não, mas elas são sempre mais numerosas em

redor da "panela-mãe". As mais fundas ficam a 18 pés, em sentido vertical. O corte aqui reproduzido, dá uma idéia da distribuição dessas câmaras.

Ao desenterrar-se uma colônia de saúvas, encontramos numa parte da panela (que poderemos chamar de panela incubadora) certa massa esbranquiçada ou castanha, muito leve, porosa e espumante, que enche quase todo o espaço, num diâmetro de 1 pé e numa altura de 6 a 7 polegadas. Nessa massa fina e leve encontram-se ovos e larvas de vários tamanhos, numerosos operários pequenos de tamanhos diferentes e, nos canais que levam às panelas e nas demais adjacentes, grande quantidade de operários, de grande tamanho. A massa parece consistir de detritos vegetais que sofreram transformação especial que lhes dá êsse aspecto. Tal processo provàvelmente é provocado pela mastigação e certas secreções glandulares dos operários. Nessa massa porosa notamos muitos pontinhos brancos, que assumem ao microscópio forma denteada, e servem, talvez, de alimento às larvas.

No segundo ano depois da instalação da colônia, as formigas geradoras saem pela primeira vez e, depois, anualmente, de outubro até dezembro.

Os operários, reconhecíveis pelo frontispício grande, em desproporção com o resto do corpo que é pequeno, e pelas pinças bem desenvolvidas que lhes servem para triturar, possuem fôrça extraordinária. É com facilidade que transportam grãos de milho e de café para a habitação e muitas vêzes encontramo-los à caminho da colônia, carregando, em longas filas, objetos vinte vêzes maiores do que o seu próprio corpo, vencendo obstáculos, ajudando-se mutuamente, numa azáfama contínua. Parece que as reservas armazenadas nas panelas precisam passar por um processo de putrefação e deterioração, para servir de alimento aos insetos. As saúvas parecem dar preferência às fôlhas dos fetos, escolhendo, em segundo lugar, as plantas cultivadas; entre estas, fôlhas de larangeira, cafèeiro, milho e algodão. As árvores frutíferas européas (maçãs e peras) parecem exercer especial atração sôbre elas, o que torna difícil a cultura dessas plantas em lugares onde as tanajuras abundam, pois elas roem as árvores apenas brotam as fôlhas.

O prejuízo que a saúva causa à agricultura é imenso. Fêz-se tudo para a sua extinção e o Govêrno Imperial instituiu

o prêmio de 20 contos de réis destinado a quem inventasse um meio eficaz e seguro de combater esta praga, mas sem resultado.

É fácil encontrar as fêmeas na primeira panela, quando saem pela primeira vêz, matando-as ali mesmo. Quando elas se retiraram para a "panela-mãe" costuma-se deitar óleo de terebentina nos canais, que atingem as panelas, matando os operários fracos e as larvas. Mas uma vêz estabelecida a colônia, com grande número de canais e panelas, torna-se difícil a extinção completa do foco. O mais eficiente é o uso de gazes sulfúricos e de carvão vegetal. Para conseguir-se resultado completo, é preciso deixar a colônia durante bastante tempo sob a influência dos gazes, desenterrando após as panelas, pois os vapores se limitam, às vêzes, em seus efeitos, às partes superiores, e as formigas que se retiram para o fundo podem passar lá muitos dias, esperando que a fumaça escape de novo, e cavando em seguida outros canais. Mas é bastante trabalhoso e demorado extirpar tais colônias, pois torna-se necessário fazer uma excavação de 12 a 15 pés de largura e profundidade, afim de se ter segurança de que as formigas morreram e afim de que os vapores possam agir sôbre as partes mais profundas. Tal trabalho é muito penoso numa fazenda onde os ninhos existem às centenas e a mão de obra é muito cara. Êsse processo se usa, por isto, quase que ùnicamente em jardins e pomares. Em geral, extermina-se a praga inundando-lhes as habitações.

Imaginaram vários planos, inventaram-se aparelhos especiais para exterminar essa formiga por meio de gazes venenosos. Mas os resultados não foram satisfatórios, pois provaram ser quase impossível impelir os gazes até a profundidade de 18 a 20 pés, atraves dos inúmeros canais e ramificações, e tapar as várias saídas esparsas pelo terreno coberto pela relva, debaixo de arbustos e outras plantas. Se uma ou outra saída não for fechada, os gazes escapam por elas ficando todo o trabalho inútil.

Entre os vários processos de extermínio, quero mencionar o uso do sal de cobre e do arsênico. Pensou-se durante certo tempo, que um meio eficaz seria o uso de verde paris, mas as pesquisas provaram que, uma vez espalhado êsse composto de cobre em tôdas as saídas, os ninhos pareciam mortos; essa tranquilidade aparente era utilizada pelos insetos para cavar

novos canais e abrir saídas novas. Em se tratando de colônias novas, êsse processo tem certa possibilidade de êxito. Ficou, entretanto, provado que 14 ou 18 dias depois de aplicado o verde paris, os insétos viviam ainda tranquilamente em suas panelas. O uso do arsênico também não tem eficiência absoluta, pois misturando-o com farinha e espalhando-o nas saídas, os insétos operários provam a farinha e pagam com a vida sua gulodice, mas os outros, já ressabiados, evitam repetir a façanha e cavam novos canais até a superfície da terra. Outros processos não alcançaram resultados mais satisfatórios.

A tanajura acompanha as culturas passo a passo, e o extermínio torna-se quase que impossível, aumentando seu número de forma assustadora. Por parte de outros animais, as saúvas têm nada ou pouco a recear e seus esconderijos as protejem maravilhosamente contra qualquer inimigo exterior.

Recentemente, porém, descobriu-se um inimigo tenaz e feroz da saúva, que, ajudado pelo homem, será talvez capaz a pôr têrmo às suas atividades nocivas. Na província ocidental da Cuyabá, existe uma pequena formiga preta que persegue a saúva com grande tenacidade, mordendo-lhe as pernas. Esta formiga veio estabelecer-se, não se sabe como, provàvelmente por acaso, em Piracicaba, na província de São Paulo, onde é conhecida pelo nome de "Cuiabana". Alguns anos depois do aparecimento dêsse inseto, notou-se que a saúva ou tanajura, que já se tornara um verdadeiro flagelo da região, diminuía apreciàvelmente, observando-se então as grandes devastações que a cuiabana provocava em suas fileiras. Dedicou-se daí em diante maior atenção à pequena formiga, que foi levada para outras partes da Província, onde se verificou igual fenômeno. Tive a oportunidade de observar num jardim de Campinas (província de S. Paulo), a atividade das cuiabanas, vendo milhares de saúvas sem pernas, lutando contra a morte.

Parece que as cuiabanas penetram à noite nos subterrâneos das tanajuras e, sendo pequenas demais para atacá-las noutra parte, amputam-lhes as pernas com suas mordidas. Devido à própria pequenez, estão protegidas contra os ataques temíveis das pinças das saúvas. As tanajuras, assim mutiladas, não podem mais andar, nem trabalhar, tornando-se uma carga inútil para a comunidade. Os operários ainda ilesos apoderam-se, pois, delas, arrastam-nas até às saídas dos canais, onde

são encontradas na manhã seguinte, ou mortas, ou arrastando-se ainda, com grande dificuldade e em grandes massas.

Até hoje não existem bastantes detalhes para descrever suficientemente a luta entre esses insetos, o que de certo seria muito interessante. Nem sabemos quanto tempo um exército de cuiabanas necessita para exterminar uma colônia de saúvas que já tenha alguns anos de existência, mas presumo ser de alguns meses, pois além dessa luta, precisam ainda tratar da vida, dos alimentos e cuidar das larvas. Não resta a menor dúvida que, nos lugares onde as cuiabanas vivem em vizinhança com as saúvas, estas últimas estão fadadas a desaparecer.

Tratou-se por diversas vêses de remeter as cuiabanas de Piracicaba para outras partes da região, mas tais tentativas tiveram apenas êxito parcial, pois, desconhecendo os hábitos dêsses insetos, remeteram sòmente os operários, que desapareceram sem deixar vestígios, em pouco tempo. Por acaso, algumas fêmeas foram também remetidas dentro de uns sacos de açúcar, alimento do qual gostam muito. Essas fêmeas, chegadas ao seu destino, se ambientaram à maravilha e iniciaram logo seu combate insistente contra o inimigo tradicional. Êste acaso deu-nos uma indicação preciosa para a remessa desses insetos. O processo mais eficaz seria desenterrar um ninho completo de cuiabanas, o que é pouco difícil, dado o seu tamanho diminuto, pondo-o numa caixa de madeira com um pouco de açúcar grosso em pó, tão comum no Brasil. Chegado ao destino, o ninho seria colocado perto de uma colônia de saúvas e coberto com um pouco de terra.

Sendo as cuiabanas insetos inocentes, o meio da extirpação não é tão perigoso como o próprio mal a ser combatido, merecendo êsse inseto especial cuidado da parte do agricultor brasileiro.

Vários viajantes já falaram das grandes caminhadas empreendidas pela tanajuras. É, entretanto, minha opinião, que a formiga brasileira peregrina que aparece em grandes massas, invadindo as habitações humanas, penetrando aos milhões em todos os cantos e recantos, matando os insetos nocivos, mas também devorando todos os comestíveis, para depois de terminada a tarefa continuar a sua peregrinação, nada tem de comum com a tanajura, sendo de espécie muito diferente. Essa formiga aparece frequentemente no norte do Brasil, tornando-se

ali verdadeiro flagelo da região. Suas invasões noturnas são sobremodo molestas, pois nada resta a fazer aos habitantes, senão ceder terreno ao invasor até que êste resolva abandonar novamente o conquistado. Mas o modo de vida das tanajuras não nos permite supôr que êsse inseto seja inclinado ou apto a fazer tão grandes caminhadas.

Ao abrirmos um ou outro foco de tanajuras, encontramos na primeira panela superior uns répteis cegos, espécies de *Amphisbaenae* (*A. flavescens* e *A. fuliginosa*) que os brasileiros denominam de "cobra de duas cabeças", por ser difícil distinguir-se à primeira vista a cabeça da cauda. Trata-se de animais completamente inofensivos, sem veneno nenhum, e que, desmerecidamente têm a fama de serem extremamente venenosos.

É digno de nota o fato de as tanajuras tolerarem em seu meio outros animais de tamanho muito maior que o seu, pois os répteis chegam a ter a grossura de um dedo e o comprimento de 18 a 20 polegadas, ao passo que não toleram nenhum outro ser vivo em sua proximidade, atacando-o impiedosamente, não receando mesmo atacar e matar cobras de tamanho considerável e até mamíferos como o esquilo. Não se sabe ainda qual o motivo de tal associação. Os brasileiros nutrem a crença piedosa de que as formigas abrigam o lagarto cego em sua habitação por mera piedade, e alimentam-no. Mas tanto o hóspede como o hospedeiro tiram certamente igual vantagem dessa vida em comum, que não seria tão natural e pacífica se assim não fosse (23). Não é em cada ninho de tanajuras que encontramos um lagarto, e nem cada lagarto tem por hábito conviver com as saúvas. Certas dessas *Amphisbaenae* que me foram enviadas, provinham de plantações de café, onde viviam em pequenos buracos escavados por elas mesmas. Uma outra "cobra de duas cabeças" igualmente temida, que vive principalmente nos lugares úmidos, a um ou dois pés de profundidade, na terra, é a *Caecilia annulata*, chamada "cobra cega", colubriforme, nua e recoberta de uma camada de muco pegajoso. Encontram-na especialmente quando fazem excavações,

(23) Segundo informações que tive, as *Amphisbaenae* encontram-se de preferência nos formigueiros antigos, na grande massa de terra fofa expelida, ou em alguma panela da parte superior, vazia e úmida, raras vêzes numa inferior. E' aí que põem seus ovos. Quando se introduz fumaça no formigueiro, fogem imediatamente. Nas panelas superiores já foram encontrados também ovos da cobra-cipó (*Coluber bicarinatus*).

nas construções e reparos de estradas, etc. Êste interessante animal, cujos hábitos são mal conhecidos, formam um elo entre os batráquios e as cobras.

Já tive a oportunidade de mencionar o medo que os brasileiros têm dos anfíbios que se parecem com cobras. Mas em todo o Brasil não existem mais de 3 ou 4 espécies dêsses animais, tão inocentes e dignos de serem poupados. As cobras encontradas em qualquer lugar são geralmente mortas e perseguidas com grande ódio e igual receio. Os negros são os que mais se distinguem no seu incrível furor na matança das cobras, o que torna difícil conseguir um belo exemplar ileso para uma coleção. Compreendemos fàcilmente o medo às cobras, se pensamos que centenas de pessoas são mordidas por elas, sendo que muitas dessas vítimas morrem em conseqüência das mordidas fatais. Os negros são as primeiras vítimas de tais acidentes, pois trabalham nos cafèzais e nas demais plantações, onde ficam muito expostos aos perigos de tal natureza.

São três as espécies de cobras cuja mordida tem conseqüências funestas: a cascavel, a surucucú, e a jararaca.

A cobra cascavel (*Crotalus horridus*) vive no interior do país, preferindo as regiões mais frescas dos campos. Encontrei várias vêzes, vivas ou mortas, no interior de Minas Gerais e São Paulo (24). Sua mordida é extremamente perigosa e na maioria das vêzes mortal, mas o número de suas vítimas não é tão grande. Isto se explica talvez pelo fato dela chamar a atenção do homem com o ruído esquisito e claro de seus guisos na extremidade da cauda, o que permite ao homem fugir em tempo. A côr, de um castanho avermelhado, os desenhos pretos, tornam-lhes pouco visíveis em seu habitat e difícil notar qualquer dessas três espécies quando serpeam pelo chão, o que as faz mais perigosas para o homem e os animais. A cascavel é preguiçosa, lenta e não ataca ninguém sem ser provocada ou assustada.

A surucucú (*Lachesis rhombeata*) habita a mata virgem, onde faz muito calor. Encontra-se desde a província de S. Paulo até o Norte, em tôdas as províncias costeiras, nas regiões do Amazonas, e tanto em Mato Grosso como em Cuiabá. Ela prefere o solo único e quase que putrefato da mata. Esta cobra

(24) Na província da Baía e também nas mais setentrionais, ela se encontra igualmente nos lugares quentes da mata.

atinge tamanho considerável. Numa fazenda na província do Rio de Janeiro, vi a pele de um belo exemplar que media, sem a cabeça, nada menos de 12 1/2 palmos (9'4'') (25). Outro exemplar, morto pelos negros na fazenda de Santo Antônio, media 7 pés 9 polegadas de comprimento e 9,5 polegadas de circunferência. Pouco antes essa cobra devorava uma grande cotia. Vítimas freqüentes das cobras são os cavalos, as mulas e os bovinos, que, à procura de pasto, penetram na mata. Quando picados, sucumbem depois de várias horas de sofrimentos ou mesmo depois de dias, em conseqüência da mordida fatal. Não é sem razão que a surucucu é tão temida, pois contra a sua mordida fatal não existe quase salvação, a não ser que se procedam imediatamente aos curativos adequados e necessários.

A terceira dessas cobras venenosas, a jararaca (*Trigonocephalus jararaca*), é freqüente em todo o Brasil. Ela atinge um comprimento de 6 pés. Eu pessoalmente nunca vi exemplar tão grande, mas muito menores. Na beira das estradas pelas quais passam muitas tropas, não é raro encontrar-se jararacas mortas. Sua mordida é perigosa e pode-se dizer sem medo de êrro que dois têrços das vítimas morrem em conseqüência, por falta de curativos imediatos, mas o veneno não é tão ativo quanto o das outras cobras mencionadas. A ação do veneno é mais lenta e permite tomar as necessárias providências, que muitas vêzes evitam efeitos mortais.

Não tive oportunidade de observar no Brasil os efeitos e sintomas de mordidas de cobras, nem de fazer experiências com veneno dêsses répteis, mas quero reproduzir aqui as opiniões de alguns homens de ciência.

Dizem que o veneno da surucucu é de côr esverdeada, enquanto o da jararaca é claro como água. É extremamente difícil conseguir mesmo umas poucas gotas de veneno de cobra, para experiências químicas, pois, uma vez morta a serpente, apenas uma ou outra gota de veneno consegue-se expremer das suas glândulas Narcotizando as cobras, será talvez possível obter algumas gotas do veneno ao esvaziar a glândula, e assim proceder às análises necessárias. Os conhecimentos que se possuem até hoje a respeito dessa matéria permitem asseverar que cada cobra venenosa tem o seu veneno especial, que difere,

(25) De acôrdo com informação fidedigna, o réptil atinge até 12 pés de comprido.

tanto na composição química, quanto em seus efeitos fisiológicos.

O complexo dos sintomas observado numa pessoa mordida por uma surucucu assemelha-se ao do escorbuto; o do veneno da jararaca se assemelha ao do tifo em fase adiantada. Uma decomposição aguda do sangue é em geral a primeira conseqüência de uma dessas mordidas venenosas. Não é lícito admitir-se que se forme um ácido orgânico ao misturar-se o veneno com o sangue, transformando a fibrina em massa compacta, visto que sòmente parte muito reduzida do veneno entra em contato com o sangue. É, pois, muito pouco provável que tôda a circulação seja afetada por causas puramente químicas, devendo-se antes admitir que os efeitos do veneno sejam de caráter fisiológico. Mas o envenenamento produz-se ùnicamente pela infiltração do veneno na circulação do sangue.

Os melhores antídotos até hoje conhecidos são ainda os curativos de emergência aplicados imediatamente depois da mordida, assim como a estagnação imediata da circulação do sangue, a prática de chupar a ferida e a aplicação de sal amoníaco tanto interna como externamente. Em várias fazendas encontramos êsse remédio; mas na maioria dos casos, a vítima não tem à sua disposição tal curativo, ou ignora a sua aplicação. Assim, os habitantes do interior lançam mão de outros recursos, que se baseiam na maioria em preconceitos e conselhos de charlatães. Não resta a menor dúvida que os índios que habitam as selvas do Brasil, conheçam antídotos eficientes contra as mordidas das cobras, pois freqüentemente estão expostos a tais perigos, mas nada de exato sabemos à respeito (26). Os índios da Colômbia e do Peru encontraram numa planta chamada "Vejuco de Huaco" (*Mikania huaco*), remédio eficiente e de ótimo efeito, contra as mordidas das cobras venenosas.

O farmacêutico Dr. Th. Peckolt de Cantagalo preparou um remédio à base de sal amoníaco, sob o nome de Polygonaton, tirado de uma planta, que os indígenas freqüentemente usam contra as mordidas de répteis. Esta tintura é destinada ao uso interno e junto com a mesma fornece-se uma ventosa de borracha vulcanizada que se põe sôbre a ferida, na qual

(26) Na província de São Paulo, a "erva de cobra" (*Mikania epifera*) é por vêzes aplicada contra mordeduras de cobras.

se faz uma incisão em forma de cruz, depois de ter estagnado a circulação do sangue. Segundo a intensidade dos efeitos produzidos, o remédio se toma em intervalos maiores ou menores, em gotas. Em mais de 70 acidentes nos arredores de Cantagalo, o remédio produziu efeitos benéficos, mesmo quando a vítima já se encontrava em estado bastante adiantado de envenenamento, revelando os sintomas mais graves: — os tão temidos vômitos de sangue — o remédio ainda produziu seus efeitos salvadores. Muitos dos feitores de Cantagalo costumam levar consigo uma dessas ventosas quando saem para a roça com os escravos. Quero ainda acrescentar que a maioria das mordidas nessa região são de jararacas.

Incluem-se no nome coletivo de jararaca e surucucu, não sòmente essas duas espécies, *Lachesis rombeata* e *Trigonocephalus jararaca,* mas também outras espécies pertencentes a esta classe. A côr e os desenhos da jararaca variam em tão alto grau, que sòmente um perito no assunto não cairá no êrro, depois de longos trabalhos comparativos (27), de classificar cada uma como sendo de espécie diferente.

Na província de São Paulo falaram-me de uma serpente muito fina e extremamente venenosa, que costuma aparecer em lugares arenosos, atirando-se sôbre a vítima, de uma distância de 5 a 6 pés. Alguns colonos já sucumbiram em conseqüência de seus ataques. As informações quanto à forma e côr da serpente foram tão divergentes, que não me foi possível identificá-la, mas posso dizer com absoluta certeza que não se trata de jararaca, pois todos que m'a descreveram conheciam bem essa última.

Não se deve chegar à conclusão, pelo que acima ficou dito, que as cobras venenosas sejam tão freqüentes no Brasil, que num simples passeio se encontrem jararacas e surucucus à cada passo, nem que a penetração na mata seja uma luta contínua contra serpentes venenosas que ameaçam o viajante a todo instante. A fantasia de certos viajantes pintou em tintas demasiado vivas

---

(27) A jararaca-açu não é mais que um exemplar grande da jararaca. A "caissaca" parece ser o exemplar ainda novo da mesma espécie. A enorme cobra "aborna" ou "jibóia" (*Epicrates cenchris*) vive no Norte do Brasil, na bacia amazônica, e ultrapassa em comprimento a 4 braças.

N. do Tr. O nome "aborna" provavelmente está por "ararambóia". Também "caissaca" achava-se alterado para "cairaca". Muitos dos nomes de origem indígena, e mesmo alguns portugueses, acham-se no texto um pouco alterados. Restabelecemos as formas corretas, sempre que nos foi possível.

tais quadros, embora não possamos negar que centenas de vítimas sucumbem anualmente às mordidas dos perigosos répteis. Um dos meus conhecidos encontrou no seu jardim no Rio de Janeiro, no decorrer de alguns anos, nada menos de 30 exemplares de 9 espécies diferentes, que guardou em álcool. Todo dono de sítio ou de chácara sabe que êsses répteis existem em suas terras (28). O naturalista que costuma investigar cada pedra e planta, remexendo aqui e ali, removendo pedras e colhendo plantas e flores fará bem em levar consigo um rolo de gaze e um pouco de sal amoníaco.

O progresso da cultura é o maior inimigo das cobras, pois nenhum animal é perseguido com tanta tenacidade e rancor como elas.

Não posso deixar de relatar um caso que se deu anos atrás no Rio de Janeiro e que causou a maior e mais funda impressão, tendo sido comentado nos jornais da capital e citado na "Medicina popular" de Chernoviz (I. p. 379 e seq.)

Mariano José Machado, de Rio Pardo, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sofria desde alguns anos do "mal de Lázaro" (lepra) e resolveu usar do último recurso para curar-se de tão terrível doença, depois de uma permanência de mais de 4 anos no Hospital dos Lázaros no Rio de Janeiro. A crença popular atribui, em certas regiões do país, às mordidas de cobras venenosas a virtude de curar a lepra. Machado, sabendo que um exemplar de cascavel se encontrava na rua do Imperador N.º 61, manifestou a firme resolução de lançar mão dêsse recurso. Foi em vão que seus parentes e os médicos tentavam dissuadí-lo do seu intento. Cansado de viver, ficou surdo a todos e a tudo. Acompanhado de alguns médicos e amigos, foi até a residência do dono da cobra venenosa e, depois de assinar numa declaração formal que agia por vontade própria, depois de ter maduramente refletido, não cabendo a culpa de sua possível morte ou qualquer outro acidente que pudesse ocorrer a ninguém, a não ser a êle próprio, fêz assinar o documento por várias testemunhas presentes.

Machado era homem dos seus 50 anos, de tamanho médio e constituição forte. Todo o seu corpo estava coberto pelos tu-

---

(28)) Além das serpentes inofensivas arborícolas, há nas chácaras do Rio de Janeiro várias espécies, algumas suspeitas, outra realmente venenosas, como a maravilhosa "cobra coral". No páteo da minha residência, na rua Santo Amaro, mataram, no decorrer de poucas semanas, 5 cobras desta espécie.

bérculos ressecados da lepra, seu rosto horrìvelmente deformado, e nas extremidades formaram-se verdadeiros nós terrìvelmente inchados, em que a pele escamava com grande facilidade. Já chegara ao seu mais alto grau o desgôsto pela vida. Terminadas as formalidades legais acima descritas, enfiou sem hesitar nem tremer a mão na caixa onde o réptil se encontrava. A cobra, como tomada de terrìvel asco, retrocedeu um instante; o doente segurou-a entre os dedos, mas a serpente jogava apenas com a lìngua, e só depois de ter sido irritada várias vêzes, forçada sua cabeça contra a mão inchada, mordeu a raiz do dedo mínimo. Machado não sentiu a ferida e tiveram que lhe chamar a atenção sôbre o fato. Quando êle a retirou, notava-se no lugar da mordida uma pequena inchação. Isto foi às 11 horas e 50 minutos. Cinco minutos mais tarde, sentiu uma sensação de frio na mão, que começou ràpidamente a inchar, assumindo, decorrido um quarto de hora, proporções horríveis. Às 12,28 o rosto foi tomado de violentas convulsões e a inchação se alastrava já por sôbre o corpo inteiro. À 1,20 notava-se um estado de extrema sensibilidade e começou-lhe a tremer o corpo todo. À 1,36 perturbaram-se-lhe os sentidos, os lábios se moviam fracamente, sobreveio sonolência e aperto da garganta. Às 2,5 teve dificuldade de engulir, falar e apoderou-se dêle uma sensação de pavor e suor abundante lhe cobria o corpo. Às 2,38 a sensação de inquietude aumentava ainda; sobreveio extrema fraqueza e forte hemorragia pelo nariz, o pulso marcava 98. Às 3,4 a hemorragia do nariz continuava, o suor geral e dores cruciantes nos braços, que faziam o doente dar gemidos involuntários. Às 3,35 o corpo todo tomou uma coloração ictérica, os tubérculos no corpo começavam a sangrar. O doente tomou um pouco de vinho com água, mas logo sentiu dificuldade para engulir e a respiração se tornou difícil. As dôres nas extremidades superiores são insuportáveis, a côr amarelada da epiderme fica mais escura, especialmente no braço mordido. Às 4,50 o pulso marca 104, o doente sente forte calor, a saliva lhe escorrega pela bôca; as 5,30 urina abundantemente. As 7,00 fica presa de sonolência e dá gemidos contínuos. Depois de algum tempo o doente acorda, queixando-se de fortes dores no peito e apêrto na garganta, não podendo mais engulir; urina outra vez copiosamente e a hemorragia pelo nariz recomeça. Neste estado desesperado, quando tanto

o doente como os assistentes se convenceram de que o envenenamento atingira sua fase mais aguda, Machado consentiu que lhe administrassem qualquer lenitivo. Às 10 horas da noite deram-lhe 3 colheres de infusão de guaco (*Mikania huaco*), e uma hora mais tarde, mais 4 colheres. À meia noite o doente adormeceu, acordando meia hora mais tarde sob indiscriptível pavor, aos gritos e pedindo um padre para se confessar. O resto da noite passou-a na maior inquietação. Às 9 da manhã seguiu-se um abatimento geral, a urina estava misturada com sangue, o queixo e todos os membros inferiores estavam sob convulsões contínuas. Às 10 horas aplicaram ao doente duas ventosas na coxa, uma lavagem com um pouco de rhum, umas onças de óleo de lagarto (!). Às 11,40 (20 minutos antes das 24 horas) o doente faleceu. O cadáver inchou ràpidamente, para em seguida cair em decomposição; minutos após já se notavam as manchas escuras no corpo.

Êste caso interessante demonstra quão falho de fundamento é essa crença popular à qual me referi (29). Ainda mesmo que o veneno de uma ou outra cobra venenosa fôsse remédio contra a lepra (o que qualquer médico declarará pouco provável), tal veneno deveria ser aplicado em doses bem medidas e com precauções especiais. Querendo repetir tais experiências perigosas, então será preciso matar a cobra, e espremer o veneno, colocá-lo numa lâmina de vidro, injetando-o em seguida por meio de instrumentos adequados, no corpo do doente.

O caso de Machado nos demonstra o terrível efeito do veneno das cobras. Os sintomas acima descritos mostram que nenhum órgão fica incólume. A mordida parece ter provocado em primeiro lugar uma completa desintegração do sangue. O fato da morte se ter dado depois de 24 horas, sendo que sobrevém ràpidamente em geral, atribui-se em parte à terrível doença da vítima, em parte à aplicação da *Mikania huaco*. Êsse célebre antídoto contra mordidas de cobras, cujos efeitos foram várias vêzes comprovados, foi no caso aplicado tarde demais, quando nenhuma salvação era possível. O guaco

---

(29) Na província de São Paulo atribui-se aos restos carbonizados (penas, ossos, etc.) do "macuco" (*Tinamus brasiliensis*), também chamado "nhambu-açu" e "tona", qualidade de antídoto a mordedura de cobra venenosa.

podia atrazar, mas nunca evitar o desenlace mortal no caso de Machado.

A agricultura brasileira parece ser exercida no distrito de Cantagalo pelos métodos mais racionais. Existem algumas fazendas instaladas em moldes modernos e práticos, que dão resultados satisfatórios, em desacôrdo com a apatia e indiferença geral que reina no meio brasileiro. Muitos dos fazendeiros ali residentes são europeus de grande inteligência. Se não me engano, foi o sr. Jakob van Erven o primeiro a trilhar pela agricultura racional, tendo introduzido várias inovações na tecnologia agrícola. Jakob van Erven administrava nada menos do que 11 fazendas do Barão de Nova Friburgo, sendo co-proprietário de algumas delas. Os grandes recursos monetários e o número elevado de operários facilitavam sua tarefa, e o levavam a êxitos completos nos seus empreendimentos modernizadores. Tais resultados não deixavam naturalmente de ter sua influência benéfica sôbre os demais fazendeiros da região e agricultores do distrito todo.

O Barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, é o mais rico fazendeiro, não só do distrito de Cantagalo, como de todo o Brasil. É português de nascimento e, como centenas de seus conterrâneos, veio para o Brasil sem vintém. Trabalhava como moço de recados numa das lojas do Rio de Janeiro, quando, por um feliz acaso, caíu nas graças de um rico fazendeiro, que se tornou seu protetor e o ajudou a estabelecer-se por conta própria. A boa sorte o acompanhou em todos os seus empreendimentos. Especulações bem sucedidas na compra e venda de escravos e outros negócios, tornaram-no dono de fazenda e homem abastado. A mesma história de sempre e que sempre se repete. Circulam muitas versões quanto à natureza de seus negócios e do modo por que chegou a ser possuidor de tão avultada riqueza. Não temos nenhum interêsse na investigação do caso, nem de examiná-lo. O novo-rico é em tôda a parte do mundo objeto de inveja e maledicência, chegando-se, muitas vêzes a propalar acusações de que a maneira por que enriqueceu não foi lícita, que foram escusos os meios, etc. O que acontece, em muitos casos, no Brasil, onde existe mesmo um provérbio bastante malicioso que diz "Quem furtou pouco fica ladrão, quem furtou muito, fica barão", o que bem ilustra o pensamento do povo.

Certo brasileiro, homem reto e austero, e grande patriota, falando comigo a respeito das instituições sociais de sua terra, disse-me: "É triste confessar que grande parte dos nossos homens abastados adquiriram suas fortunas por meios desonestos; no Norte, por assassinatos, no Sul, por furtos e estelionatos". Por mais duro que seja êste juízo, duvido que um brasileiro, amigo da verdade, o possa contestar. Quem escutar o que vai pela bôca do povo; quem ler atenciosamente os jornais ou acompanhar as discussões no parlamento e nas câmaras, não poderá, por otimista que seja, furtar-se a esta convicção.

As agitações que antecedem às eleições costumam levantar, implacavelmente, o véu que simula a vida particular dos políticos. Não devemos, entretanto, esquecer que as paixões e as lutas acesas entre os diversos partidos exageram um tanto os fatos, chegando mesmo a desvirtuá-los. Um dos eleitores declarou-me, textualmente: "Sei que o candidato ao qual darei meu voto, cometeu vários crimes, mas, comparado com seu adversário, êle é um verdadeiro santo". Passou depois a me enumerar os delitos de ambos os candidatos e, de fato, na Europa, êles seriam castigados, um com uma meia dúzia de anos de detenção, o outro, com pena de morte, se autores dos crimes referidos.

Na província do Rio de Janeiro, vivia um rico fazendeiro, A. G., filho de pessoa muito conceituada. Gastara mais de cem mil escudos para se livrar dos castigos que merecia pelos crimes que cometera. Numa lagoa em suas propriedades, acharam nada menos de 7 cadáveres, mas o autor de tal façanha vive até hoje em plena liberdade e bem sabe que nada tem a temer da justiça. Não pretendo citar mais exemplos ilustrativos da triste condição social do Brasil, contudo vou relatar ainda um caso, que me pareceu extremamente interessante, dada a sua originalidade. Certo escravo assassinou, por motivos de vingança, o genro de seu amo e a polícia conseguiu deitar-lhe a mão a tempo de evitar a justiça privada do amo, e o trancou no xadrez. Mas o dono do escravo não poupou esforços para libertar o criminoso, afim de poder ir vendê-lo em outra Província, o que lhe evitaria ao menos o prejuízo financeiro. Haverá melhor exemplo de decadência moral que êste? Parece até incrível que no Brasil, um país que possui insti-

tuições tão perfeitas, se cometam tantos crimes, mesmo no seio da boa sociedade, sem que haja para êles o merecido castigo. Tal estado de cousas se explica pelo absoluto desprêzo das leis em geral, do qual nos dá exemplo tanto o ministro do Império, como o caboclo na roça, e pela falta de energia e vontade por parte do govêrno em fazer com que se respeite a lei. Octaviano diz no seu "Correio Mercantil", a propósito da obrigação dos ministros de respeitarem as cláusulas dos contratos firmados com as companhias de estrada de ferro: "Pode-se bem aplicar ao Brasil estas severas palavras de um escritor francês: Desapareceu de nossa terra um sentimento cuja morte causou com razão as mais graves inquietações a tôdos os homens de bem: é o respeito ao direito. "(Correio Mercantil, 28 de setembro de 1861).

Pergunto eu — quantas vêzes aconteceu no Brasil que um homem rico e influente tivesse sentado no banco dos réus afim de se justificar de seus crimes? Quantas vezes teria sido condenado tal homem? Certamente nunca. O promotor público jamais ousaria proceder contra homem de posição. E se um promotor o quisesse fazer, não havia de faltar dinheiro que abafasse o escândalo; nem faltariam jurados convencidos da suprema importância e do direito onipotente do dinheiro.

Ai da testemunha que ousasse opor-se a um acusado desta espécie. Ficaria na alternativa de desaparecer durante o processo ou sofrer a vingança pessoal do acusado quando terminasse o julgamento.

Segundo as próprias fontes estatísticas brasileiras, há em todo o Brasil cêrca de 200.000 indivíduos do sexo masculino que vivem nas fazendas, sem trabalho, e são os instrumentos incondicionais de seus protetores. Tais indivíduos, os "capangas", servem para qualquer desígnio de seus amos, não hesitam diante de qualquer crime e, nas épocas de eleições, funcionam como agentes e guarda-costas do candidato; prestam juramento falso e liquidam a quem se põe no seu caminho. O brasileiro rico não suja suas mãos com sangue, de modo nenhum, o capanga lhe fará o serviço por baixo preço; e, de certo modo o fazendeiro desvia assim a vingança do inimigo e o castigo por um crime que na realidade não executou. Em paga êle protege o capanga onde lhe for possível, consegue-lhe a dispensa do serviço militar, serve-lhe de testemunha e, obrigando as circunstâncias, recebe-o em sua mesa.

Êsses capangas, gente de côr em geral, constituem um verdadeiro flagelo da humanidade e sua existência só é possível num país onde a depravação moral atingiu, não apenas as classes baixas, porém as mais elevadas, as quais não só admitem o crime como também protegem o criminoso, confraternizando com êle. Procurou-se explicar a razão de tal estado de cousas argumentando com a mistura de raças, o que não é justo, pois no Sul do país, e na costa ocidental da América do Sul, onde também vivem povos latinos em mistura com negros e índios, existe maior respeito pelas leis e não existem capangas. Existem criminosos, salteadores, assassinos, que trabalham por conta própria, mas nunca indivíduos tão vis, abomináveis covardes e sujos como o capanga. O republicano sul americano de origem espanhola ataca seu inimigo frente a frente, mas o brasileiro rico, demasiado covarde para correr perigo ao satisfazer sua baixa vingança, recorre ao capanga, o qual, traiçoeiro, covarde e vil, ataca o inimigo pelas costas, prostrando-o com uma descarga de chumbo, ou atraindo-o a uma cilada, para o liquidar sem perigo. Uma bala poderia errar o alvo e o agredido viria a ser o agressor. Esta repugnante covardia não é resultado de mistura de raças, mas um triste legado que a pátria mãe deixou aos brasileiros.

Não creio ser necessário, ao denunciar tal praga pùblicamente, declarar que conheço inúmeros brasileiros retos e honestos, que são os primeiros a apontar essa chaga no corpo da nação, condenando-a severamente, e que a população em geral nada tem com tais costumes vergonhosos. (30).

Deixo êste tema, que representa uma página triste da história da vida social do Brasil.

O estreito vale, onde se encontra a pequena cidade de Cantagalo, capital do distrito cafèeiro do mesmo nome, era, 70 anos

(30) O antigo ministro da Justiça, José Tomás Nabuco de Araújo, em relatório apresentado ao corpo legislativo, no ano de 1854, declara: "Seria repelente e sem interêsse que lhes enumerasse a história de cada crime isoladamente, cujo conjunto perfaz a terrível soma da qual lhes devo satisfação. Não são poucos os crimes que revelam a crueldade e o caráter perverso do protagonista, através de suas circunstâncias secundárias. O relatório pormenorizado prova — vergonha da humanidade e da civilização — que não há laço, por mais sagrado que seja, que não tenha sido rompido ou enxovalhado e que os assassinos por motivos fúteis e condenáveis se recrutam entre escravos, senhores, cunhados e irmãos, genros e filhos, pais mães e esposos! Quanto vale a justiça neste país? Quanto o pundonor público?

A imoralidade é tradicional em nossa raça, e vós inda quereis que êste país se desenvolva com felicidade? (Tavares Bastos, *Cartas do solitário*, p. 158).

atrás, esconderijo de garimpeiros, que costumavam catar ouro nos rios laterais e no interior da província de Minas Gerais, mantendo aí seu depósito, de onde contrabandeavam o metal para o Rio de Janeiro. O chefe dêste bando era um audacioso mulato que perdera uma das mãos em luta com um pelotão de soldados que o tinha surpreendido em sua atividade. Em lugar da mão perdida, usava uma luva cheia de algodão, o que lhe valeu a alcunha de "Mão de luva". Mantinha êle estreitas relações com outro contrabandista de nome Maurício, que o auxiliava na venda do ouro. Os agentes do govêrno, que suspeitavam de alguma cousa, vigiando Maurício, vieram a descobrir Mão de Luva. O vice-rei, Luiz de Vasconcelos e Sousa, ordenou que investigassem as atividades do bando de Mão de Luva. Um grupo de espiões embrenhou-se pelas matas, voltando, dias após, sem resultado. Mas certa vez, outra expedição que procurava o esconderijo dos contrabandistas, foi despertada pelo canto de um galo e assim descobriu os garimpeiros e seu esconderijo. Alguns dos espiões voltaram, outros foram juntar-se ao grupo dos garimpeiros, dizendo-se também faiscadores. Uma fôrça do exército conseguiu, dias mais tarde, guiada por um dos componentes do grupo de espiões, surpreender o bando, que era de uns 300 homens, à hora em que êstes se banqueteavam. Os agredidos procuraram defender-se, o que fizeram valentemente, mas notaram que haviam desaparecido as pederneiras de suas armas de fogo. Parte dêles foi morta em combate, parte feita prisioneira e outros, entre os quais Mão de Luva, conseguiram desaparecer na selva. Mão de Luva viveu ainda alguns anos, ora como bandido, ora como garimpeiro, até que enfim foi prêso, transportado para o Rio e daí deportado para o Rio Grande do Sul, onde morreu, em 1824 ou 1825 (31)

O vice-rei pensou erradamente que todo o ouro que os garimpeiros contrabandeavam provinha do vale onde o canto do galo traíu os homens de Mão de Luva. Nessa crença, ordenou, em decreto assinado a 14 de outubro de 1786, que as terras auríferas de Cantagalo fôssem apenas cedidas a pessoas que assumissem a obrigação de ir trabalhar nas ditas terras, estabelecendo ao mesmo tempo que se nomeassem os funcionários reais

(31) O enforcamento de Mão de Luva no Rio de Janeiro, ou seu degrêdo para a costa africana não passam de boatos infundados.

para a cobrança do quinto real de todo o ouro produzido. Inúmeros aventureiros e pessoas ávidas de ouro afluiram para o local, onde foi construída uma igreja votada ao "Santíssimo Sacramento", em tôrno da qual surgiu a nova cidade. Mas as esperanças de riquezas extraídas do vale malograram. Os garimpeiros já haviam explorado os melhores depósitos e a região em geral era pobre em ouro. Em Cantagalo, o metal se encontra no cascalho dos rios, em Santa Rita, 5 léguas distante, na terra do cascalho. (32). As cifras oficiais revelam quão pobre era a exploração de ouro na região. O Govêrno gastou, em vencimentos de funcionários, serviço de fiscalização, etc., nos anos de 1786 a 1803, a quantia de 79 contos e 419 mil réis. A renda foi de 16 contos e 713 mil réis, ou sejam 174 marcos, 6 oitavas e 875 grãos de ouro. O quinto real nos últimos anos, de 1801 a 1803, foi de 2 contos e 808 mil réis, ou sejam 29 marcos e 2 onças de ouro. As despesas atingiam a 4 contos e 808 mil réis, dando assim um deficit anual de 633 mil réis. O total do ouro extraído nesses dezoito anos não passou de 80 a 100 marcos de metal puro. Daí em diante o rendimento ainda diminuiu progressivamente, de modo que a população do lugar deixou de faiscar, para se dedicar à agricultura, nesse vale de terras férteis.

Cantagalo foi elevada à categoria de vila em 9 de março de 1814, sob o nome de São Pedro, e passou a ser a cidade principal da comarca em 1835, recebendo os foros de cidade em 1857. O lugar está situado num vale estreito e oferece aspecto agradável, mas é pouco importante, pois tem apenas 1.500 habitantes e 120 casas.

As inúmeras fazendas situadas nos arredores criaram um pequeno mas muito ativo comércio, motivo por que encontramos grande número de vendas na cidade. Em Cantagalo, como em todo o distrito, prevalece o elemento europeu, que se encontra em número superior ao de qualquer outra parte do Brasil, excepção feita das colônias agrícolas. Encontramos comerciantes, artífices, médicos, fazendeiros e pequenos proprietários estrangeiros, todos êles honrando seus países de origem. Não quero deixar de me referir aqui, e é com especial satisfação que o faço, ao nome de um homem que goza de grande fama nos meios científicos alemães, o dr. Teodoro Peckolt, há

(32) Von Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, p. 98.

anos estabelecido em Cantagalo como farmacêutico, e que se tem ocupado com zêlo incansável da botânica e da química orgânica. Dotado de profundos conhecimentos e de uma ímpar capacidade de trabalho, soube colecionar vultoso material de pesquisas que, na Europa, seria impossível ou muito difícil obter. Os resultados de suas pesquisas científicas são regularmente publicados nas revistas farmacêuticas que se publicam na Alemanha. Seus preparados químicos foram distinguidos com uma medalha na exposição industrial do Rio de Janeiro, e na exposição mundial de Londres, em 1863, com nada menos de três. Ao tempo de minha visita a Cantagalo, o dr. Peckolt achava-se ocupado com um trabalho químico-analítico de certo vulto, relativo às plantas úteis brasileiras. Espera-se que os resultados de suas penosas e incessantes pesquisas sejam mais tarde publicados em livro. (33). Ao lado de sua alegre residência, o dr. Peckolt organizou um pequeno jardim botânico, onde se dedica ao estudo do desenvolvimento das plantas, sua nutrição e aclimação. Homens como êste, voltados continuadamente a trabalhos altruísticos, são raríssimos no interior do Brasil. Encontrei um ou outro durante minhas viagens, na maioria europeus, mas nenhum português entre êles.

O dr. Peckolt me informou que o cânhamo da Índia (*Cannabis indica*) de que se extrai o haxixe, de efeito entorpecente, vegeta espontâneo em vários pontos nos arredores de Cantagalo. Nas vendas é vendido em pequenos rolos, sob o nome de "pango". Os negros costumam fumá-lo misturado com o tabaco. É quase impossível saber-se como chegou esta planta ao Brasil. Suponho que as sementes foram casualmente trazidas por negros maometanos de Mina, ou por escravos vindos do Congo. Existem ainda outras plantas do hemisfério oriental, que aqui chegaram por idênticos cami-

---

(33) Theodoro Peckolt, natural de Pechern, Alemanha. Nascido em 1822. Estudou a arte farmacêutica na Universidade de Rostock. Veio para o Brasil em 1847 e viajou pelas províncias do E. Santo, Rio de Janeiro e Minas, estudando a flora da região. Estabeleceu-se em Cantagalo e, mais tarde, no Rio de Janeiro. Além de inúmeros trabalhos em língua alemã que escreveu, a êle devemos, entre outros, a *História das plantas alimentares e de gôzo do Brasil*, contendo generalidades sôbre a agricultura brasileira, a cultura, uso e composição quimica de cada uma delas (Rio, 1871 e seg. 5 vols. in-8); a *História das plantas medicinais e úteis do Brasil*, contendo a descrição botânica, cultura, partes usadas, composição química, seu emprêgo em diversas moléstias, doses, usos industriais, etc. (Rio, 1888 e seg. 7 vols. in-8). Esta obra foi escrita em colaboração com seu filho, Gustavo Peckolt, também farmacêutico. (*V. Dic. Bibl. Brasileiro* pelo dr. A. V. A. Sacramento Blake, vol. 7.º, 258). (Tr.)

nhos. Em algumas chácaras de Petrópolis vegeta, também espontâneamente, um arbusto africano, cujo fruto, preto e luzidio é usado pelas negras para fazerem colares ou pulseiras. É de se admitir que alguma escrava trouxesse um dêsses adornos da pátria longínqua e que uma ou outra semente, apesar de perfurada, não perdeu a fôrça geradora.

Após 9 horas de marcha a cavalo, chegamos a Morro Queimado ou Nova Friburgo, 8 e meia léguas distante de Cantagalo. A estrada atravessa uma região acidentada, ora subindo, ora descendo, seguindo em parte o curso do rio Negro, para depois correr ao longo de barrancos e vales estreitos. Passamos pela aldeia de Tapera, cuja igreja oferece lindo aspecto exterior, e, três léguas adiante, pela aldeia de Banqueta. O trecho que liga as duas povoações é péssimo, mas de Banqueta até Nova Friburgo, 3 milhas, melhora sensívelmente. Na hospedaria do sr. Gustav Leuenroth, em Morro Queimado, encontramos bôa hospedagem e amável acolhida.

Nova Friburgo estende-se numa ampla bacia, emoldurada por montanhas cobertas de densa vegetação e a Leste da cidade há alguns cumes estéreis e desnudos, rochosos, apontados para o céu. Diz a tradição que na queimada de uma nova roça, depois de prolongada estiagem, o fogo se alastrou de modo imprevisto, indo atingir as árvores dêsses rochedos. Em seguida vieram fortes chuvas, que levaram a terra que os recobria e desde então assim ficaram, despidos. Daí o nome de morro queimado dado à região. O rio das Bengalas banha o vale de Nova Friburgo e vai reunir-se ao rio do Cônego a Norte do Morro Queimado, depois de ter atravessado uma parte do distrito colonial. Pouco abaixo da confluência está a vila de Nova Friburgo, numa dupla fila de casas formando um retângulo. A maioria dos prédios é de construção simples e aparência um tanto pobre. A residência que mais se destaca é a do sr. Antônio Clemente Pinto, que êle mandou construir atrás da vila de que tirou seu título de baronato.

Do alto do cemitério protestante, o vale com a vila e as montanhas oferecem uma encantadora vista. Uma paz bucólica emana desse conjunto, do qual se salienta o pequeno templo protestante com seus salsos chorões, e a residência do pastor que fica próxima. A igreja, terminada em 1857, é de construção simples e seu único adôrno consiste de um altar forrado de preto com uma cruz de prata.

NOVA FRIBURGO

O clima de Nova Friburgo é temperado e saudável. As observações que fiz diariamente, às 6 da manhã, ao meio dia, às 6 da tarde e à meia-noite, desde 1.° de julho de 1850 até 31 de março de 1851, deram os seguintes resultados: os dias mais quentes foram os de 21 a 24 de novembro e 7 de janeiro (26.° R. ao meio-dia); a 4, 14 e 24 de outubro, 8 e 17 de janeiro e 5 de fevereiro, registou-se 25° R.; nos dias 15 e 19 de outubro, 23 de dezembro e 11 de janeiro, registou-se 24°, 5 R. Os dias mais frios foram 20 de agôsto (1.° R. às 6 horas da manhã); 10 de agôsto (1°, 5), 21 e 28 do mesmo mês (2°). A temperatura média de agôsto, mês em que se observaram as maiores quedas do termômetro, foi de 6°, 5 R. às 6 horas da manhã. Esta série de observações, que abrange apenas 9 meses, não é suficiente para se calcular a temperatura média de Nova Friburgo. Posso apenas dizer que, segundo as minhas observações nesse espaço de tempo, a temperatura média foi de 15,5 R.

As vantagens climáticas dêsse delicioso vale atraem anualmente grande número de veranistas desejosos de fugir ao calor sufocante da metrópole. Eu, como homem simples, daria preferência a Nova Friburgo antes que a Petrópolis, no mínimo para evitar a descomunal falta de higiene da maioria das hospedarias de tão predileto local de veraneio.

As hospedarias de Nova Friburgo superam em tudo as de Petrópolis, merecendo o hotel do sr. Leuenroth menção honrosa. Como as acomodações da casa não fôssem mais suficientes para abrigar o elevado número de hóspedes, o sr. Leuenroth resolveu adquirir algumas casas de colonos das proximidades do hotel, as quais adaptou às exigências modernas, transformando-as assim em risonhas residências. Mas ainda com êste expediente, ficou aquém das necessidades, motivo por que o proprietário mandou construir novo prédio, que durante minha permanência no lugar estava em construção. A comida é limpa, boa e abundante. O serviço é dos melhores que se possa encontrar num hotel brasileiro, o que aliás é um conceito bastante limitado, visto que é feito por negros, mas para tal não há remédio. A amabilidade, a atenção e a delicadeza do hospedeiro e sua família compensam plenamente as lacunas. Os preços são módicos e mais baixos que os de Petrópolis, lugar êste que tem como vantagem única a proximidade da capital. Devo

ainda mencionar as hospedarias de Mme. Claire, G. M. Salusse e Francisco José de Magalhães. As necessidades da população são plenamente satisfeitas pela existência de médicos, farmácias, comerciantes, artífices diversos, etc. Além de escolas primárias, há ainda duas secundárias para meninos. Uma delas foi fundada em 1841 por J. H. Freese (Colégio Freese) e atualmente se acha sob a direção dos brasileiros Cristóvão Vieira de Freitas e Emílio das Neves. A pensão anual é de 500 mil réis, mais 60 para o ensino musical. O segundo estabelecimento de ensino, de origem mais recente, é o Colégio São Vicente de Paula, que se acha sob a direção do seu fundador, o conhecido e competente pedagogo alemão Barão Tautphaeus.

Residia antigamente em Nova Friburgo o hábil colecionador e preparador C. H. Beske, que forneceu copioso material botânico e zoológico aos museus da Europa. Após sua morte, em 1851, suas coleções foram vendidas por preços irrisórios a um corretor de navios. Atualmente, um certo Schmidt dedica-se à atividade de Beske. É um incansável caçador e preparador de relativa habilidade, mas faltam-lhe os necessários conhecimentos de história natural. Ao que me parece os lucros obtidos com a venda de colibris e tucanos são bastante escassos.

A maioria da população da paróquia de Nova Friburgo é formada por estrangeiros naturalizados. Êstes, porém, não conseguem nenhuma influência na política, nem na administração do município, dada a ativa vigilância dos brasileiros e o exaltado e zeloso sentimento de nativismo. Ao passar uma vista de olhos na lista dos funcionários municipais de 1861, encontrei apenas um nome alemão, o do médico luebeckense Joh. Heinrich Braune, que ocupava o cargo de médico legal e de vacinação, sendo ainda um dos seis substitutos do delegado e subdelegado de polícia. Havia também o nome de um suíço francês, Fr. Hyp. Vallory, guarda fiscal. Entre 57 funcionários municipais de tôdas as categorias, apenas dois estrangeiros naturalizados, apesar dêles perfazerem mais de um terço da população total do município! Já me referi (34) a idêntico fenômeno, mas não sei se em Nova Friburgo os motivos são os mesmos. Cheguei, entretanto, à conclusão de que o indiferentismo e a falta de coesão, de um lado, e a atividade, as intrigas

(34) Vol. I, p. 210.

e a ambição política ilimitada, de outro, são as causas dêste estado de cousas. Na política, devemos ainda acrescentar a animosidade existente contra o elemento estrangeiro, embora naturalizado, o que se nota em todo o Brasil.

A história de Nova Friburgo é a mesma história de tôdas as tentativas de colonização em grande escala feitas no Brasil. Como meu livro levará o leitor a grande número de colônias do país, não terá interêsse na história da fundação desta vila, sua evolução e existência. Apesar do novo regime governamental; apesar das infelizes experiências em assuntos de colonização, os homens responsáveis pelo estado de tais iniciativas nada parecem ter aprendido, nem aproveitado. Deparamos, assim, por 40 anos, com a mesma indiferença, o mesmo desleixo, as mesmas medidas irrefletidas, o mesmo resultado ínfimo conseguido com despesas máximas. Podemos até admitir que o govêrno despótico e desconfiado de Portugal procedeu de forma mais humana e tolerante do que muitos ministros do Império liberal e independente, nas questões atinentes à colonização.

As fontes a que recorri para as minhas informações a respeito da colonização de Nova Friburgo, são dois trabalhos pouco divulgados e conhecidos, baseados em documentos originais, de difícil acesso para estrangeiros. Um destes trabalhos foi publicado na "Revista Trimensal de História e Geografia" nº 14, 2.º trimestre, 1849, sob o título de *Breve Notícia sôbre a Colônia de Suíços Fundada em Nova Friburgo* por Tomé Maria de Fonseca e Silva. O segundo trabalho é um folheto publicado por João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbu, intitulado *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã fundada na Freguezia de São João Baptista de Nova Friburgo,* Niteroi, 1852. Nos anos de 1850 e 52, o sr. Cansanção de Sinimbu ocupou o cargo de juiz de direito em Nova Friburgo, ocasião em que se dedicou à história da colonização da região. Graças à sua alta posição, teve accesso a todos os documentos existentes nos arquivos. Vivamente interessado no assunto, pesquisou entre os primeiros colonos que ali chegaram, tomando-lhes os depoimentos. Seu trabalho foi publicado por ordem do govêrno da província do Rio de Janeiro. Dez anos mais tarde, o sr. Cansanção Sinimbu chegou a ser ministro do Exterior e é com muita satisfação e prazer que me recordo das boas relações que sempre mantivemos. Em outro ministé-

rio, couberam-lhe as pastas da Agricultura e Obras públicas. Sua nomeação para tão altos cargos fêz nascer grandes esperanças para o futuro da colonização do país, plenamente justificadas pela inteligência, talento e interêsse que êste alto dignitário sempre mostrara por tudo o que se relacionava com a colonização do país. Pensava-se que uma nova aurora surgiria nas desoladoras trevas da colonização brasileira, cedendo lugar o antiquado sistema de gastos inúteis a métodos modernos e esclarecidos. Infelizmente malograram as esperanças depositadas no novo ministro; o sr. Sinimbu ocupou apenas por breve tempo, e em época de graves agitações e crises políticas, a pasta, passando logo para a da Justiça. Assim, tudo continuou como antes.

Depois do terrível flagelo da fome que em 1817 castigou a Suíça, que dependia do trigo importado do exterior, o govêrno do cantão de Friburgo resolveu facilitar à parte da população, a mais pobre, a imigração para além-mar. Mandou, para tal fim, um emissário, Nicholas Gachet, como agente à côrte de Dom João VI, que residia no Brasil, a fim de conseguir entender-se com o monarca sôbre a colocação de colonos no país. Gachet foi favoràvelmente acolhido e comprometeu-se, por um documento em triplicata, junto ao então ministro do Interior, Tomás Antônio de Vila Nova (35) junto ao govêrno de Portugal, de trazer 100 famílias de colonos suíços, com todos os apetrechos e ferramentas, para o Rio de Janeiro, pelo preço de 100 escudos espanhóis por pessoa, sendo que as crianças de menos de 10 anos não pagariam passagem. Estipulava-se que passadas 24 horas após a travessia, toda e qualquer responsabilidade de sua parte cessava, e a manutenção provisória do colono passaria ao govêrno português.

Dias mais tarde, chegou-se a um entendimento sôbre a fundação de uma colônia suíça, autorizado pelo Rei, sendo assinados os respectivos documentos pelo ministro e pelo agente, em 9 de maio de 1818.

Êste documento compõe-se de 24 artigos, cujo conteúdo transcrevo aqui em resumo, apenas:

---

(35) Thomaz Antônio de Villanova Portugal, ministro do reino e de varias partes, em 1818. (Tr.)

Artigo 1.º — O Rei permite a qualquer pessoa do Cantão de FRIBURGO (Suiça) ou de outros cantões radicar-se nos seus Estados americanos, tomando a si as despesas de manutenção de 100 famílias católicas.

Artigo 2.º — O Rei pagará as despesas de viagem dêsses colonos para o Brasil, mandando fornecer-lhes meios de transporte e víveres, afim de poderem transportar-se ao distrito de CANTAGALLO, a 24 léguas da capital.

Artigo 3.º — Depois de sua chegada os colonos serão hospedados em casas provisórias, até terem construído as suas vilas ou cidades.

Artigo 4.º — De acôrdo com o número de membros, cada família receberá um lote de terras e, além, os animais domésticos, tais como bois, mulas ou cavalos para tracção, cabras, vacas e suínos para a agricultura, bem como ainda sementes para o cultivo de feijão, arroz, batatas, milho, rícino, cânhamo e linho, e, finalmente, um subsídio em dinheiro durante os dois primeiros anos após sua vinda, ou o equivalente em víveres.

Artigo 5.º — Cada colono suiço receberá no 1.º ano: 160 réis diários, no 2.º 80 réis. As despesas já feitas por conta do colono serão deduzidas da subvenção à base dos gastos reais.

Artigo 6.º — Entre os colonos, cujo número será aumentado em futuro próximo, dever-se-á encontrar grande número de artífices.

Artigo 7.º — Os colonos deverão trazer da Europa um bom médico, um farmacêutico e um ferreiro, aos quais o Rei concederá uma gratificação anual.

Artigo 8.º — Os colonos terão que trazer consigo de 2 a 4 religiosos.

Artigo 9.º — Os religiosos ficarão sob a jurisdição do bispo da diocese e receberão emolumentos idênticos aos brasileiros e doações para suas igrejas cujo usufruto possuirão. A moradia será gratuita e construída pela própria freguesia.

Artigo 10.º — A colônia terá que fundar de início uma vila e 2 aldeias. Cada povoado receberá uma doação em terras bastante ampla para cobrir as futuras despesas de sua administração.

Artigo 11.º — A vila é o local principal da colônia e centro de sua administração. O Rei dá-lhe o nome de NOVA FRIBURGO. A igreja terá o nome do Rei (João Baptista)

Artigo 12.º — O Rei mandará ornamentar a nave principal da igreja, provendo-a de tudo de que necessita (36).

---

(36) A igreja não foi construída. O serviço religioso, por muitos anos, foi celebrado na sede da prefeitura. Há 14 anos atrás colocou-se enfim a pedra fundamental da igreja. Um comité, de que faziam parte o Barão de Nova Friburgo, o religioso Joye e Cristóvão Vieira Freitas, encarregou-se da construção do templo.

Artigo 13.º — Todos os suíços que se estabelecerem no Brasil de acôrdo com esta convenção, tornam-se, desde a sua chegada, verdadeiros portuguêses naturalizados, sendo sujeitos às leis e usos vigentes nos estados de S.M., gozando também sem excepção alguma dos privilégios e vantagens que o REI garantiu ou ainda garantirá aos seus vassalos em ambos os hemisférios.

Artigo 14.º — Cada cidade e aldeia terá suas autoridades administrativas e judiciárias locais, de acôrdo com as leis portuguesas.

Artigo 15.º — A colônia será administrada por um diretor, enquanto não estiver ainda instalada a câmara municipal.

Artigo 16.º — O REI concede à colônia durante o praso de 10 anos, até fins de 1829, isenção de pagamento de impostos, décimas e qualquer ônus pessoal.

Artigo 17.º — Exceptuam-se os direitos sôbre o ouro, do qual os suíços terão que pagar o quinto, como todos os outros súbditos do REI. Além disto, o comércio de produtos brasileiros igualmente vedado aos portuguêses.

Artigo 18.º — Logo que a colônia dispuser de 150 homens capazes de empunhar armas, na idade de 18 a 40 anos, êstes formarão, sob a inspecção do general da Província, uma guarda provisória, para manter a ordem. Decorridos os 10 anos com isenção de impostos, a colônia formará, como as outras províncias, sua milícia própria, colaborando assim na manutenção dos regimentos portuguêses de côr branca, e antes de tudo para a formação de unidades suíças, caso o REI mantiver tais tropas.

Artigo 19.º — Para realização dos artigos anteriores, serão sorteados entre os homens de 18 a 24 anos, os que possam prestar serviço militar, tirando-se anualmente entre 20 homens, um, designado pela sorte.

Artigo 20.º — Cada um dos sorteados poderá apresentar substituto, que o libertará de tôda e qualquer obrigação militar para o futuro.

Artigo 21.º — Cada suíço que se apresentar voluntàriamente ao serviço militar, será deduzido do número de homens que formam o contingente da colônia.

Artigo 22.º — O tempo de serviço no regimento de linha será de 4 anos para cada suíço, sendo-lhe dada baixa em seguida, a não ser que o mesmo se aliste voluntàriamente para novo período de serviço.

Artigo 23.º — O REI concederá terras nas proximidades da colônia, e todas as vantagens da mesma aos suíços que possuam fortuna e pretendam fixar-se no Brasil para explorar a agricultura em grande escala ou instalar uma outra manufatura no país.

Artigo 24.º — Todos os suíços que chegam ao Brasil à custa do REI, podem voltar à sua pátria. Se pretenderem voltar à Europa durante os primeiros 20 anos de existência da colônia, poderão apenas dispôr da metade de suas propriedades imóveis, ficando a outra metade à comuna da qual fazem parte, aumentando assim o patrimônio da mesma.

Estas condições, que em suas linhas gerais são bem favoráveis, foram sancionadas a 16 de maio de 1818 pelo rei Dom João VI. Gachet regressou a Suíça para organizar a emigração, ao mesmo tempo que o govêrno real nomeava o sr. J. B. Bremont, cônsul geral junto ao govêrno suíço.

O projeto encontrou grande interêsse na Suíça, pois em pouco tempo, 2.125 pessoas estavam inscritas nas listas de emigração. Segundo documento oficial expedido de Berna, a 12 de março de 1819, ao govêrno real, o número de pessoas alistadas até aquela data era de 5.000. A maioria dos candidatos era do cantão de Friburgo, mas o contingente de católicos de outros cantões, como Waadt, Berna, Aargau, Solothurn e Lucerna, foi considerável.

Enquanto continuava na Suíça o trabalho de engajamento de emigrantes, o Brasil, por seu lado, iniciava os trabalhos necessários para o recebimento dos colonos. Um decreto real de 28 de maio de 1819 nomeou monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiro inspetor da nova colônia, dando-lhe autorização para adquirir as terras necessárias no distrito de Cantagalo. A infeliz escolha, provavelmente por insinuação real, recaíu sôbre duas sesmarias a Oeste de Morro Queimado e as fazendas adjacentes, às quais se juntaram mais duas: São José e Córrego das Antas. O conjunto das terras formavam um paralelogramo de 2 léguas de largo (Norte-Sul) e 3 de comprido (Este-Oeste). O preço de aquisição, inclusive o *fundus instructus* (vivo e morto), tal como o gado da fazenda Morro Queimado, escravos, etc., foram avaliados em 11 contos e 854 mil réis (fortes). Designou-se como séde da futura povoação a fazenda Morro Queimado, onde foram logo iniciados os trabalhos de construção de 100 casas provisórias, para abrigar os colonos, no vale do rio das Bengalas. Ademais destas casas construíram também a residência do inspetor, a municipalidade, um armazém, um hospital, um moinho e um forno para cozer tijolos. Na serra dos Orgãos foi instalado, num quartel de

polícia, o pôsto alfandegário e foi ainda procedido o consêrto da estrada e construídas as pontes. As despesas foram de 50 contos de réis fortes. Por decreto lavrado em 3 de janeiro de 1820, o povoado recebeu o nome de Nova Friburgo.

Resolveu-se que os emigrantes seguiriam via Marselha para o Brasil, mas como não foi possível um acôrdo satisfatório com os armadores de lá, o embarque foi feito de Amsterdam e Rotterdam, na Holanda. Quando os emigrantes chegaram ao pôrto de embarque, os navios ainda não estavam aparelhados para a travessia e isto ocasionou 2 meses de espera, passados em condições bem precárias. Muitos dos emigrantes adoeceram com febre e alguns dêles levaram para bordo o germe da doença mortal que os ia dizimar. Antes do embarque já havia 43 óbitos. O primeiro navio, o Daphne, chegou ao Rio de Janeiro com 195 passageiros a bordo, a 24 de novembro de 1819. Os outros navios partiram em dezembro, janeiro e fevereiro seguintes (37). A travessia foi muito demorada, e nada protegida pela sorte, pois 12% dos emigrantes, ou sejam 321, morreram durante a viagem. Só no navio Urânia, 110 pessoas, um têrço dos passageiros, sucumbiram. Apenas 1682 colonos chegaram vivos à baía do Rio de Janeiro: 946 homens e 736 mulheres. Foram imediatamente transportados em barcas até Tambi, pequena localidade a 3 léguas acima da foz do rio Macacu. Ali descansaram durante 15 dias, após os quais continuaram sua peregrinação, a pé, carregados com seus instrumentos e haveres, rumo à serra dos Órgãos. O pantanoso vale do rio Macacu é uma das regiões mais insalubres do Brasil, tendo sido já a população indígena dizimada pelas febres e o

(37) E' a seguinte a ordem cronológica da entrada dos mencionados navios na baía do Rio de Janeiro:

Data	Navio			
24 de nov. de 1819:	Daphne, de Rotterdam,	com	195	imigrantes;
11 dez. :	Urania, de "	"	437	"
15 " :	Elisabeth e Maria, de Amsterdam	"	228	"
24 " :	Glueckliche Reise, de Amsterdam	"	233	"
17 jan. de 1820:	Trajan, de Amsterdam	"	433	"
30 " :	Die Beiden Catherinen, de Rotterdam	"	4	"
14 fev. :	Debby Elisa, de Rotterdam	"	356	"
17 " :	Camilus, de Amesterdam	"	120	"
	Total		2.006	imigrantes.

impaludismo que infestam a região. Os miseráveis caminhos, tornados intransitáveis pelas abundantes chuvas, a temperatura sufocante do vale, os miasmas venenosos dos pântanos e as grandes fadigas, não deixaram de exercer sua ação nefasta sôbre os imigrantes. No hospital da vila de Macacu, principal lugar dêsse vale pestilento, morreram 31 pessoas, entre as quais o padre Aeby, e nos primeiros nove meses após a chegada dos colonos em Nova Friburgo, pereceram mais 146 pessoas, a maioria em consequência das penas sofridas e das intoxicações febris trazidas do vale do Macacu (38).

Uma vez chegados os primeiros colonos, começaram a proceder às primeiras medições e distribuições de terras, trabalho que deveria ter sido executado antes, pois isto causou uma espera por parte dos colonos de 5 meses, tempo que ficaram em inteira inatividade. Estas medições foram feitas em terras que tinham 1 légua de largura em direção Norte-Sul, e o comprimento de 3 léguas Este-Oeste, de Morro Queimado e Pedra do Cônego, e foram divididas em 120 lotes iguais, de 300 braças de frente e 750 de fundo. Reservou-se ainda meia légua quadrada para a futura vila de Nova Friburgo, deixando-se o resto para as sesmarias das fazendas reais. Destinaram 100 dos lotes para a distribuição imediata, ficando os 20 restantes em reserva para as famílias que por ventura tivessem recebido terras impróprias para o cultivo, possibilitando assim a troca.

Mas o número de imigrantes chegados atingiu o dobro do previsto para as cem famílias. Os inspectores resolveram, pois, agrupar os colonos de modo a formar de modo arbitrário as cem famílias; juntavam os solteiros, por motivos de amizade, proteção ou parentesco a uma ou outra família, formando as chamadas "famílias artificiais". Cada família passou a contar 17 pessoas. Assim puderam distribuir as casas e lotes a êsses grupos artificiais, mas êste procedimento leviano foi a causa de grandes divergências posteriores e a êle se pode atribuir parte do fracasso dessa primeira tentativa de colonização.

---

(38) Revela o sr. Sinimbu que, desde a chegada dos colonos, em novembro de 1819, até março de 1821 — 16 meses —, morreram 123 pessoas. Esta cifra é bastante mais baixa que a acima indicada por Fonseca e Silva, que revela mortalidade muito mais elevada.

Uma vez demarcados e numerados os prazos, o inspector da colônia reuniu todos os chefes das famílias (23 de abril de 1820) na municipalidade. Na presença de uma comissão do Govêrno, do padre, do médico e outras pessoas gradas, mandou que se procedesse ao sorteio das terras.

A extensão de 225.000 braças quadradas teria sido mais que suficiente, mesmo para as famílias artificiais de 17 pessoas, para assegurar a existência dos lavradores e garantir-lhes futuro bem-estar, uma vez bem trabalhadas e cultivadas. Mas as terras em questão não eram de molde a satisfazer nem as mais modestas aspirações de um agricultor, a colônia tôda assentava sôbre terreno íngreme e pedregoso, sulcado de estreitos vales, apresentando como única vantagem os abundantes cursos dágua. As elevações, mesmo as que não eram rochedos desnudos, não podiam ser cultivadas em suas partes superiores por causa dos ventos e da vegetação de samambaias e outras plantas nocivas às culturas. Nos vales havia grandes extensões cobertas de uma densa camada de certa matéria em decomposição, chamada "serapilheira", que impede o cultivo do solo. Não sei a que atribuir a escolha tão infeliz do local da colônia, se à ignorância ou ao desleixo. Estou, entretanto, inclinado a crer que se procedeu de acôrdo com um frio cálculo e idéias preconcebidas, que se podem resumir da seguinte maneira: essas terras não têm para nós nenhum valor, mas os pobres colonos suíços as tornarão cultiváveis e as aproveitarão, pois a miséria os obrigará a tal. — Não posso, de nenhum modo, absolver o agente de Friburgo, também, porque lhe cabe a culpa de haver procedido de modo irresponsável e leviano: era obrigação sua ir visitar as terras e verificar se elas satisfaziam às exigências e se eram úteis ao fim a que se pretendia destiná-las.

A algumas das famílias couberam no sorteio terras tão estéreis e pedregosas, que nem uma horta era possível cultivar nelas. Tais terras tiveram que ser abandonadas, transferindo-se os colonos para uma das parcelas de reserva. Mais tarde ainda foi necessário efetuarem outras trocas semelhantes, pois havia famílias que não conseguiam tirar nem o mínimo de que precisavam nas terras que lhes tinham cabido.

Os colonos trouxeram consigo médicos, padres e mestre-escola. O Govêrno real prometeu a êsses funcionários uma gratificação anual, durante cinco anos. O padre Jaques Joye (que vivia ainda em 1861) receberia, além de sua côngrua, 600 mil réis anuais; o mestre-escola B. Bardy, 120; o médico Jean Bazet, 900; o farmacêutico L. Bakle, 120; e o ferreiro H. Thomaz, 100. Não sei se receberam de fato estas gratificações. Os colonos receberam regularmente, durante os três anos, o subsídio diário, de 160 réis no primeiro ano e de 80, no segundo. Mas não receberam as sementes mencionadas no contrato, ou as receberam em quantidades absolutamente insuficientes, o que também se deu com o gado. Tais decepções e o duríssimo trabalho num solo ingrato, desencorajaram em extremo os colonos e, quando no terceiro ano o govêrno deixou de pagar os subsídios prometidos, a sorte da colônia ficou decidida. Pouco tempo depois da distribuição das terras, quando os colonos se foram convencendo da pobreza do solo, as famílias artificiais começaram a desintegrar-se. Os solteiros abandonavam a colônia; os sem profissão alistavam-se no exército ou procuravam trabalho como diaristas; os artífices encontravam trabalho nas localidades próximas; os restantes iniciaram uma vida peregrina, de província em província. A deserção continuada dos colonos era muito desagradável ao inspector da colônia, Monsenhor Miranda, pois era a prova das deficientes condições da colônia, cujo principal culpado era êle. Tentou, pois, evitar as deserções, adoptando mesmo os mais duros expedientes, com o que apenas conseguiu exaltar o ânimo e a revolta dos colonos, que deu ocasião a sérios distúrbios. Finalmente, os colonos resolveram dirigir suas queixas ao príncipe-regente, ao mesmo tempo que Monsenhor Miranda apresentava ao govêrno um memorandum (9 de julho de 1820), no qual tentava desculpar-se e justificar-se quanto às medidas que tomara. A decisão do Príncipe-Regente foi tão razoável quão liberal (29 de agôsto de 1821): facultava aos colonos permanecer ou abandonar a colônia; aquêles que desejassem terras fora da colônia recebê-las-iam do Estado, preferentemente nas proximidades da colônia e em quantidade correspondente à capacidade de trabalho de cada um; os órfãos já em idade de poder trabalhar, seriam abrigados nas casas de agricultores ou artífices, e os mais jovens seriam

mantidos à custa do govêrno, que procederia contra os amotinadores de acôrdo com a lei.

Em consequência de tão razoável solução do conflito, grande parte das famílias resolveu abandonar a colônia. Dirigiram-se mais para Norte, radicando-se como agricultores nas férteis regiões de Cantagalo até as margens do rio Paraíba. Muitos dêles chegaram mais tarde a ser ricos fazendeiros. Sòmente os mais pobres, que não obtiveram recursos para abandonar a colônia, ficaram em Nova Friburgo; também alguns que não quiseram abandonar as terras que já cultivavam e tinham esperanças de um futuro melhor. Tal o estado das cousas na colônia de Nova Friburgo em 1824, quando se iniciou uma segunda tentativa para lhe dar vida nova.

O Imperador Dom Pedro I enviou, no ano de 1823, o brasileiro naturalizado major Georg Anton de Schaeffer, a Francfort-sôbre-o-Meno, como plenipotenciário, levando a missão de promover a vinda de imigrantes para o Brasil. Schaeffer, por sua vez, nomeou em Francfort s. M., um certo J. Kretzschmar seu agente de emigração, que firmou com os candidatos à colonização contratos cujos oito primeiros artigos transcrevo resumidamente:

> Artigo 1.° — Em nome de Sua Magestade DOM PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL, garante-se por êste instrumento à todas as pessoas, livres dos seus compromissos com os seus respectivos govêrnos, a cidadania brasileira à sua chegada ao Brasil, com todos os privilégios e direitos, de acôrdo com as leis do país. Durante 8 anos ficam isentos de taxas e impostos governamentais ou de outra origem.
>
> Segundo o desejo imperial, os colonos terão que radicar-se nas colônias de LEOPOLDINA e FRANKENTHAL, existentes desde 1816, nos rios CARAVELLAS e VIÇOSO.
>
> Segundo convênio firmado com o Govêrno, os proprietários dessas colônias, snrs. G. A. SCHAEFFER e WILHELM FREIREISS (39), devem receber os colonos em suas terras, concedendo-lhes, de acôrdo com as leis brasileiras referentes às novas colônias alemãs, as seguintes vantagens e favores:
>
> Art. 2.° — Cada chefe de família ou homem independente recebe depois de sua chegada 200 geiras renanas, ou 400 braças

(39) Companheiro de viagem do príncipe Maximiliano de Neuwied, já mencionado no vol. II, p. 366.

quadradas (40) como propriedade Locatária, sem ônus qualquer sendo proibido ao colono vender as terras a pessoa que não seja colono também.

Art. 3.º — Os proprietários das colônias LEOPOLDINA e FRANKENTHAL se comprometem a mandar construir para os colonos casas e outros edifícios, em cuja construção utilizarão, mediante pagamento, os serviços de colonos-artífices. Os chefes das famílias ajudarão na construção das casas, ficando em seguida donos delas.

Art. 4.º — Os proprietários das colônias se comprometem a fornecer sementes e mudas, especialmente de fumo, arroz, milho, índigo, café e algodão, a título gracioso. Os colonos têm direito ilimitado à caça e à pesca (!).

Os pastos são de propriedade comum e cada família deve ajudar a construir as suas cêrcas. Assiste ao colono o direito de tirar o combustível de que precisa no mato, bem como a madeira que precisar para suas indústrias, serrarias, fabrico de carvão vegetal, fabrico de vidro etc. Os colonos podem trabalhar o ouro, o ferro e outros minerais. Para isto basta autorização do govêrno, e pagamento dos emolumentos exigidos por lei.

Art. 5.º — Os proprietários darão nos primeiros tempos os alimentos dos quais os colonos carecerem. Os signatários se comprometem a obter do Govêrno Imperial, a título de empréstimo, o gado necessário e os gêneros alimentícios. O gado será restituido em espécie ao Govêrno, decorridos 4 anos.

Art. 6.º — Os proprietários se comprometem a dar à matéria prima fornecida pelos colonos o tratamento que a mesma exige, cobrando pelos trabalhos e como desconto das terras distribuídas metade das matérias primas manufaturadas. Os colonos transportarão a matéria prima por conta própria às fábricas, recebendo lá metade dos produtos já beneficiados.

Excluem-se dessas condições os alimentos. Decorrido 10 anos, as condições estipuladas neste artigo perdem o seu vigor, pois o Govêrno Imperial espera que depois dêste prazo "seus fieis súditos alemães" estejam em condições de construir as suas próprias máquinas para a indústria agrícola.

Se um ou outro colono desejar ainda participar dêsse regime de partilha, depois de decorrido o prazo de 10 anos, terá que firmar contrato particular com os proprietários da colônia, fixando a parte da colheita que quer entregar..

Nenhum colono pode abandonar a colônia nos primeiros dois anos, mas depois dêste tempo poderá estabelecer-se como cidadão livre onde desejar.

---

(40) Não tive sob minha vista o original do contrato, mas sim uma tradução (portuguesa). Não me responsabilizo, portanto, pela exatidão dos números. Lê-se na tradução: "Duzentas jugadas renanas, ou quatrocentas braças quadradas" e creio que ocorreu êrro na tradução ou na impressão, pois — que faria uma família com 400 braças quadradas de terra?

Art. 7.º — O abaixo assinado fechou um contrato em separado com o snr. PASTOR FRIEDRICH SAUERBRONN, DE KERNBERHERBACH (?), afim de que êste sirva aos colonos de LEOPOLDINA e FRANKENTHAL como pastor. Segundo êste contrato, o Govêrno Imperial brasileiro se compromete a pagar ao pastor os emolumentos que os padres brasileiros recebem. Se, entretanto, o ordenado pago pelo Govêrno não atingir a soma de 2000 Thalers renanos, como reza o contrato, os colonos se comprometem a pagar a diferença por meio de contribuições em prestações.

Art. 8.º — Os colonos declaram que pagarão as passagens com seus próprios recursos comprometendo-se pela assinatura da presente, bem como pela sua fidelidade e honestidade teuta, a observar durante a travessia os preceitos de moral, decência e abstinência, e declaram ainda que honrarão na sua nova pátria, o BRASIL, o nome alemão, pela sua dedicação ao trabalho, esfôrço, honestidade e obediência às autoridades, dedicação absoluta aos proprietários das colonias LEOPOLDINA e FRANKENTAL e pela inquebrantável fidelidade e absoluta dedicação a S.M. DOM PEDRO I, SEU GRACIOSO PAI E MONARCA.

Pela validez e exata observância dêstes artigos do contrato, firmam de uma parte o plenipotenciário Imperial, de outra os colonos, com suas devidas assinaturas e sinetes.

TUDO LEALMENTE E SEM DOLO.

Francfort. s. M., 12 de Maio de 1821.

Assinaram os contratos, além do plenipotenciário Schaeffer e os colonos, o professor J. Kretzschmar e um tal J. B. T. Gross, encarregado de administrar a colônia.

Se os contratos firmados com o govêrno suíço primavam pela simplicidade, clareza e vantagens oferecidas, êstes primavam pela obscuridade, ambiguidade e desvantagens. Êste contrato, que reproduzo apenas em resumo, não é mais que um embuste, com mil côres atraentes entremeado de frases bajuladoras, destinado a ludibriar os pobres camponeses, encobrindo as condições desvantajosas. É possível que tal contrato tenha sido já preparado com tal intuito, em nome de Sua Majestade o Imperador, embora o govêrno nada tivesse a ver com êle por se tratar de colônias particulares, ou então, tramou-se, desde o início uma chantagem, da qual falarei adiante. O dito plenipotenciario declara ser êle e Freireiss os proprietários das colônias Leopoldina e Frankenthal, alegação mentirosa, pois a

colônia Leopoldina foi fundada pelo cônsul hamburguês Peyke, Freireiss, Barão vom dem Busch, Morhardt de Francfort s. M., e pelos suíços Abraham Langhans e David Pache; seguiram-lhes alguns colonos alemães e suíços (v. Vol. II, p. 366). Não era, portanto, propriedade de Schaeffer e Freireiss. Quanto à colônia Frankenthal, eis em poucas palavras a sua história:

G. A. Schaeffer associou-se, em 1821, com o colono J. Ph. Henning, com o propósito de fundarem, nas margens do rio Peruípe, a Oeste da fazenda de Peyke (atualmente propriedade de seu sobrinho Kroll), uma colônia, em terras que possuíam, um lote de 160 braças de frente por 1.500 de fundo em direção Norte-Sul. Êste lugar se chamava, e ainda se chama, Jacarandá, e foi batizado por Schaeffer e Henning com o nome de Frankenthal. Os dois parecem ter depositado grandes esperanças nessas terras que não chegavam a ter a extensão de um prazo na colônia de Nova Friburgo. Henning, hábil marceneiro, iniciou a construção de casas desmesuradas. Eram de construção perfeita, mas na sua ignorância das madeiras, escolhera espécies impróprias para tal fim devido às suas poucas resistência e durabilidade. Por isto, em pouco tempo estavam as casas inutilizadas. Schaeffer enviou a seu associado cêrca de 30 escravos, que foram utilizados para o serviço da cultura de cafèeiros que iniciaram. Mas, ainda a ignorância de Henning, os arbustos foram plantados tão próximos uns dos outros, que não puderam produzir satisfatòriamente. Apesar de tudo, em 1828 e 29, a fazenda apresentava belo aspecto e Schaeffer embarcou para a Europa, afim de livrar-se em tempo dela, por meio de uma loteria. Mas a tentativa falhou. Volta à fazenda, briga com o sócio, expulsa-o. Êste, pouco tempo depois, morreu na maior miséria em Hamburgo. Schaeffer permaneceu ainda um ano em Jacarandá. Morreu, se não me engano, em 1836.

Durante algum tempo, Schaeffer desfrutou os favores especiais da Côrte Imperial no Rio de Janeiro, fôra enviado como plenipotenciário a Francfort e após sua volta ao Brasil, o monarca ainda continuou distinguindo-o com sua amizade. Por intermédio dêle Schaeffer, um amigo seu, Miguel Calmon du Pin e Almeida, conseguiu accesso à Côrte e veio a tornar-se mais tarde Marquez de Abrantes, homem de grande influência

e destaque. Schaeffer legara seus bens à sua filha única, que ficou sob a tutela do amigo. Não obstante a elevada proteção de que gozava, esta infeliz encontra-se atualmente em situação bastante embaraçosa, depois de ter passado as várias fases de uma existência que foi tudo, menos virtuosa. Da colônia Frankenthal sobram apenas algumas casas em ruinas e as terras, das quais as formigas tomaram posse.

No contrato tão flexível de Kretzschmar, não era expresso em parte alguma como as terras eram cedidas aos colonos: no artigo 2° lê-se que êles as recebiam como presente; no artigo 6° estabelece-se que metade da produção é devida como parte do pagamento das ditas terras.

Foram 342 pessoas (198 homens e 147 mulheres) que vieram para o Brasil atraídos pelo contrato de Kretzschmar. Os primeiros embarcaram no brigue Argos, em 19 de julho de 1823 e, após uma dolorosa viagem de 180 dias (!) arribaram na baía do Rio de Janeiro. Os últimos vieram no navio Carolina, que iniciou a viagem a 18 de dezembro do mesmo ano, chegando depois de 48 dias de navegação a seu destino.

Todos os colonos foram transportados para Nova Friburgo, onde chegaram a 3 de maio de 1824.

Tinham-lhes prometido em contrato que seriam levados para as margens férteis dos rios Caravelas e Viçoso, mas, chegados ao Brasil, transportaram-nos para as terras estéreis de Nova Friburgo! Eis a maneira de tratar "lealmente e sem dolo", enganando assim os pobres colonos. Muitas das medidas tomadas pela intendência geral das terras acusa grande semelhança com a triste maneira de proceder de Schaeffer.

Quanto a êste, parece que nunca teve a intenção de levar os colonos para Leopoldina, mas sim, satisfazendo a desejos do govêrno, reanimar a colônia de Nova Friburgo, cuja fama, obtida através de notícias levadas para a Europa, não era de molde a atrair novos colonos. Assim, Leopoldina serviria de isca.

O sr. Cansanção refere em sua mencionada obra (p. 12) que os colonos, ao serem perguntados a respeito de seus contratos, responderam que tanto êste como seus demais documentos lhes haviam sido confiscados pelo Monsenhor Miranda, quando chegaram a Nova Friburgo, alegando que ia depositá-los

nos arquivos. Mas nos arquivos não se encontraram nem contratos nem documentos de espécie nenhuma, e o autor supõe que tais papéis desapareceram, provàvelmente, durante algum período de agitação política (de eleições?) afim de que os colonos não pudessem invocar o direito de cidadania brasileira, que lhes era assegurado nos ditos contratos. Não partilho, porém, desta suposição, pois no caso teriam desaparecido também os contratos dos colonos suíços, que eram muito mais numerosos. Creio antes que monsenhor Miranda e seus asseclas furtaram os contratos dos pobres colonos afim de que êstes se vissem privados de qualquer documento em que baseassem as reclamações contra as arbitrariedades cometidas e ficassem impossibilitados de defender seus direitos. Atos desta natureza repetiram-se recentemente no Rio de Janeiro.

Em 1849, encontrou-se um contrato dêstes em poder de um colono, Jonas Emmerich, homem já de mais de 70 anos, que abandonara Nova Friburgo, para estabelecer-se na Serra de Macaé. Como o pastor Sauerbronn declarou que o contrato era legítimo e original, o sr. Cansanção arquivou-o e reproduziu-o em sua obra.

Uma das mais flagrantes provas da má fé no cumprimento dos contratos é o caso do pastor Sauerbronn acima nomeado. Em seu contrato havia uma cláusula em que lhe eram assegurados os vencimentos anuais de 2.000 florins romanos. Mas apenas recebeu 200 mil réis, ou seja a sexta parte do estipulado. Nos anos seguintes recebeu 300, 400 e, finalmente, 600 mil réis, o que ainda não perfazia nem metade do devido segundo o contrato. Anos e anos passou Sauerbronn pleiteando incansàvelmente junto ao Govêrno seus direitos, afim de ver se recebia seus vencimentos atrasados. Em 1861, se não me engano, isto é, 37 anos mais tarde, foi-lhe concedida a ordem de pagamento da maior parte da quantia devida.

Após a chegada dos novos colonos a Nova Friburgo, providenciou-se para uma nova medição das terras, afim de distribuir a cada indivíduo de mais de 3 anos de idade 62 braças quadradas. Não se pode compreender como pretendiam que um colono tirasse seu sustento de tão exígua nesga de terra, ainda que não se pense na má qualidade dela. Mais impenetrável ainda é a mentalidade dos homens que, depois de tantas

malfadadas experiências, ainda tiveram coragem de estabelecer tal critério. Uma família de dez pessoas, por exemplo, seria obrigada a tirar seu sustento de uma faixa de terra que não passava de 620 braças quadradas, no mesmo lugar em que anteriormente uma família artificial, composta de 17 pessoas, não o conseguiu em terreno de 225.000 braças quadradas. Além disto, as medições só foram terminadas decorrido um ano, o que mais desencorajou os colonos, sendo que havia muitas terras abandonadas pelos anteriores. Receberam êles, durante os dois primeiros anos, subsídios em dinheiro, mas sementes e animais domésticos, não.

Esta tentativa de reerguer a colônia foi tão infeliz como a anterior, o que era fácil de prever. Os colonos alemães imitaram os suíços, abandonando logo que puderam a colônia. Contou-me o pastor Sauerbronn que, passado um ano, mais de metade dos companheiros de viagem já tinha desertado. Teria indagado com prazer sôbre as circunstâncias da transferência um tanto misteriosa dos seus conterrâneos para Nova Friburgo; mas quando falei com o pastor achava-se êle tão alquebrado, que um interrogatório mais longo ter-lhe-ia sido penoso.

Segundo os dados fornecidos pelo chefe, de polícia C. F. M. Quivremont, um têrço dos colonos, alemães e suíços, que somavam 2.025 indivíduos, tinham abandonado em 1825 as novas terras; 200 haviam morrido, ficando, portanto, apenas metade dos que haviam chegado. Os resultados promissores obtidos em outras regiões da província e o incremento da cultura do café no distrito de Cantagalo, levaram igualmente muitos dos colonos a abandonar, nos anos subsequentes, Nova Friburgo. Em consequência do êxodo que se verificava, o Govêrno Imperial houve por bem dissolver a administração da colônia, que se tornara inútil, transformando o distrito colonial de Nova Friburgo em município, com uma câmara municipal. Isto foi em 1831.

Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, que fôra nomeado em 1824 inspector geral da colônia alienígena pelo Imperador Dom Pedro I, mostrou assim sua absoluta incapacidade como colonizador, com o fracasso da colonização de Nova Friburgo. Mas a culpa maior cabe, como já o dissemos, aos

que fizeram a infeliz escolha, e pouco escrupulosa, das terras a serem colonizadas. Mesmo admitindo que o desejo expresso do Rei Dom João VI tivesse levado Miranda a eleger essa região, um exame, mesmo superficial do terreno, teria revelado ao inspector a deficiência das terras e o monarca não teria sido surdo a argumento tão razoável.

O sr. Cansanção não pôde avaliar a quanto montaram as despesas e gastos com essas fracassadas experiências, dada a falta de documentos oficiais. Calcula o sr. Fonseca que os subsídios pagos aos colonos suíços, mais as sementes e animais distribuídos, atingiram a 153 contos de réis; os preparativos, a 50 contos. Se calcularmos ainda as despesas de viagem de 1.883 pessoas, no decorrer de 3 anos, ao preço de 100 escudos espanhóis por indivíduo, acrescentando ainda outras despesas, como transportes terrestres, medições, subsídios aos colonos alemães, chegamos à soma de meio milhão de escudos.

Os colonos que permaneceram na colônia dedicaram-se à cultura do milho, batatas e feijão, por ser o clima desfavorável à do café. Êstes produtos encontraram bom mercado em Nova Friburgo e eram também procurados pelos tropeiros que vinham dos distritos cafèeiros, bem como de Cantagalo e da Capital.

Além destas culturas, os colonos dedicavam-se também à criação de animais domésticos. O leite era vendido em Nova Friburgo ou utilizado no fabrico de manteiga e queijo. O gado obtinha bom preço nos matadouros. Como havia abundância de milho, engordavam porcos, cujo toucinho era vendido no mercado do Rio de Janeiro. A criação de aves e o cultivo de hortaliças era outra fonte de renda.

Os colonos que obtiveram as melhores terras conseguiram, no correr do tempo, conquistar um nivel de vida bastante satisfatório e mesmo, alguns dêles, relativa abundância. Miséria e indigência não existiam na colônia e a afirmação do pastor Sauerbronn, em 1861, feita a mim, de que nela não havia mendicidade, era verdadeira em relação aos mendigos que exploram sua esmola na via pública, mas entre os colonos velhos, havia alguns que dependiam da caridade pública (41).

(41) A Sociedade Beneficiente Suíça no Rio de Janeiro envia, há muitos anos, periòdicamente, uma avultada soma, para ser distribuída entre os colonos indigentes de Novo Friburgo.

O sr. Cansanção diz em sua obra que "os colonos se vestiam decentemente e observavam em suas casas ordem e asseio que podiam causar inveja a certos fazendeiros ricos".

No tocante ao número de habitantes de Nova Friburgo, sòmente conheço o censo de 1851, que devemos ao sr. Cansanção. De acôrdo com êste censo, a população era de 1.990 indivíduos (1.496 homens livres, e 404 escravos pertencentes aos colonos). Dos colonos, 857 eram suíços; 639, alemães, êstes católicos, aquêles protestantes. A vila contava 684 pessoas (489 livres e 195 escravos). A paróquia tôda de São João Baptista de Nova Friburgo apresentava o seguinte quadro:

População total: 4.810 pessoas, composta de:

Homens livres:	brasileiros:	741		
	colonos:	746		
	estrangeiros:	109		
			1.596	
Mulheres livres:	brasileiras:	675		
	colonas:	731		
	estrangeiras:	26		
			1.432	
Escravos:	Homens:		1 108	
	Mulheres:		674	
			1.782	
Total:				4.810

O homem mais velho da paróquia era o agricultor brasileiro Francisco José da Silva, que contava 136 anos de idade. A longevidade a que tantos habitantes do lugar atingem é um atestado do bom clima da colônia, único louvor que se pode fazer dela. O pastor Sauerbronn revelou-me que para cada 30 batizados correspondiam 8 enterros, o que é uma bela proporção para o aumento da população.

No período compreendido entre os anos de 1844 a 1847, Nova Friburgo foi teatro de grandes agitações políticas, pois

os cabos eleitorais brasileiros não queriam reconhecer o direito do voto aos colonos, impugnando a nacionalidade brasileira dêstes, que, por seu lado, não tinham com que a comprovar, visto que não estavam em seu poder os documentos e os contratos. Mas, por fim, o Govêrno decidiu o litígio em favor dos colonos.

Não podemos deixar de classificar a colônia de Nova Friburgo entre as tentativas frustradas de colonização. Se os poderes públicos tivessem sido mais felizes na escolha das terras, a colônia teria tido grande impulso, pois milhares de outros imigrantes teriam afluído da Suíça, mas isto não se deu. Apesar de tudo, deve-se reconhecer que esta tentativa teve grande influência no desenvolvimento de Cantagalo. Foi sòmente com esta colonização que as ricas possibilidades agrícolas de Cantagalo se tornaram acessíveis ao mundo, com a construção de estradas de ferro, de rodagem e outros meios de comunicação, o que permitiu o afluxo de maior número de habitantes para a região, afim de explorar suas riquezas, investindo contra a selva, plantando café e introduzindo os métodos mais modernos no preparo final dêste produto. Os colonos e seus descendentes formam a melhor parte da população do distrito. Mesmo os brasileiros que são xenófobos lhes reconhecem êstes méritos. O projeto de D. João VI deu bons resultados, mas se tivesse ainda contado com colaboradores e poderes executivos inteligentes e bem intencionados, os resultados obtidos teriam sido magníficos.

Na casa do sr. Leuenroth os hóspedes sempre encontravam os animais que precisavam para as suas viagens e excursões. Seguimos num domingo, dia 2 de dezembro às 8 horas da manhã, para a estação de Cachoeira, a 5 3/4 léguas de distância, em companhia de numeroso grupo de pessoas. Depois de uma viagem rápida por uma região fértil, ondulada e rica em florestas, chegamos, às 10 horas, à Venda dos Ramos, nas alturas da Serra dos Orgãos (Alto da Serra). Paramos aí para almoçar e descançar os nossos animais. Na venda encontramos numerosas pessoas, em sua maioria inglêses, que iam a Morro Queimado. Quando deixamos a venda em companhia dos viajantes que seguiam como nós para Norte, o resto do nosso grupo acabava de chegar. O caminho que leva do Alto da

Serra ao vale do Rio Macacú é parcialmente íngreme, mas em geral de fácil trânsito para cavalos. No entanto, ao considerarmos o grande movimento que nele se estabelece e sua grande importância, devemos reconhecer que fica muito aquém de tôda e qualquer exigência, por mais modesta que seja. O sol do meio dia provoca um calor sufocante nesse vale estreito e ao chegarmos ao pé da serra, fomos refrescar-nos na venda de um escocês que ali havia. Mas, sendo domingo, encontramos a sala tão repleta de gente e ruídos, que preferimos montar novamente para, vencendo mais uma pequena légua, chegarmos à estação da estrada de ferro de Cachoeira. Numa nova hospedaria lá existente, encontramos boa acolhida. Era apenas 1 hora da tarde e, tendo o nosso hospedeiro declarado que o jantar seria servido às 4, tivemos tempo de sobra para visitar a localidade.

Cachoeira fôra antigamente uma pobre aldeia, chegando a ter certa importância devido à estrada de ferro de Cantagalo que nela tem seu têrmo. Atualmente Cachoeira possui muitas casas novas de construção leve, grandes vendas e numerosos armazéns. Do distrito de Cantagalo chegam ali diàriamente de 500 a 600 sacas de café, que são remetidas para o Rio de Janeiro. Antes da construção dessa via férrea, os fazendeiros eram forçados a atravessar com tropas todo o vale do Macacú até o ponto onde o rio se torna navegável para batelões maiores. Nessas viagens acidentadas os fazendeiros perdiam sempre muitos escravos e mulas, já por causa das febres palustres, já dos caminhos intransitáveis em épocas de chuva. A estrada de ferro significa para êles economia em tempo e dinheiro.

Antigamente a vila não era conhecida sob êste nome, mas sim sob o de Mendonça, nome que consta ainda em grande número de mapas existentes. Um fazendeiro que se chamava Francisco de Assis Furtado de Mendonça instalou perto da antiga aldeia uma hospedagem com a inscrição "Hotel Mendonça", que se tornou o ponto predileto de hospedagem e reuniões dos tropeiros e viajantes. Depois do almoço, fomos, a convite de um conhecido, até a fazenda do dito Mendonça, onde nos recebeu cavalheirescamente seu proprietário. O interior da casa ilustrava de maneira evidente as observações do sr. Cansanção no que diz respeito ao asseio das moradias dos

nacionais: uma casa em ruínas, sujeira e desordem em tôda parte, móveis desconjuntados e negros em farrapos! Enquanto nos serviram um excelente café, o fazendeiro, afim de nos dar provas de sua erudição, nos contou de modo verdadeiramente cômico a história de Guilherme Tell, Telêmaco e Monte Cristo. A vivacidade com a qual marcava as suas histórias, me permitiu imaginar como êle, em tempos idos, divertia os seus hóspedes no "Hotel Mendonça". Como as ocasiões eram poucas para demonstrar sua verbosidade, nós fomos as vítimas escolhidas. Mendonça cultivava em sua fazenda um café excelente, mas em escala reduzida, explicando-nos que era mais vantajoso para êle alugar seus escravos a 1800 réis por dia nos trabalhos da estrada de ferro e de rodagem, do que ocupá-los na plantação da rubiácea.

No dia seguinte, às 8 horas da manhã, tomamos o trem, em cuja locomotiva, como alegoria ao nome da estrada de ferro, estava pintado um galo cantando. A linha férrea de Porto das Caixas até Cachoeira é a primeira secção terminada da linha que deveria ir até Nova Friburgo. Mede 25 milhas inglêsas, vencidas em uma hora e três quartos. A segunda secção, de Cachoeira a Nova Friburgo, mede 5,25 léguas, tendo que vencer a crista da Serra dos Orgãos. A medição já foi feita, o orçamento elaborado, perfazendo um total de 3.500 a 4.000 contos de réis, mas a construção não se iniciou ainda, ao que parece, por falta de capital. Um prolongamento da atual primeira secção de Porto das Caixas até Niterói, capital da província (de mais ou menos 25 milhas inglêsas), representaria grande confôrto para o público (42).

A secção atualmente em tráfego não produziu resultados satisfatórios até agora, embora atravesse regiões de tão grande importância agrícola. As despesas superam ainda em muito a renda: no ano de 1862, os gastos foram de 185 contos e 590 mil réis, contra 167 contos e 017 mil réis de renda, havendo,

(42) Em novembro de 1861, a assembléia legislativa da província do Rio de Janeiro resolveu a continuação da linha férrea de Porto das Caixas até Niterói, à custa da província. Orçava tudo em 1.800 até 2.400 contos de réis. Nessa ocasião compararam Niterói, que por falta de rendas nem podia satisfazer as mais modestas aspirações de uma capital de província, a um fanfarrão de alfinete de diamante, chinelos e peitilho sujo. Os engenheiros Rowland Cox e William John atacaram em maio de 1865 o trecho entre Porto das Caixas e Vila Nova.

pois, um deficit de 18 contos e 572 mil réis. O número de passageiros transportados era reduzido, pois não passava de 11.337 (43). Os acionistas terão que ter paciência até receberem os seus dividendos.

Aproveitando a ocasião, falarei da terceira e a mais importante linha férrea da província do Rio de Janeiro, que é também a maior de todo o Império. Essa via férrea, que tem o nome do imperador Dom Pedro II, começa no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, corre em direção NO ao longo da Serra do Mar, atravessando a divisa da serra em Joaquim do Alto e desce em seguida para o Vale do Paraíba até o ponto de junção dêste rio com o Piraí. O capital para construção dessa estrada de ferro foi de 38 mil contos de réis, representado por um empréstimo de 12.666.666 réis, feito no ano de 1858 em Londres, em 60.000 ações. O Estado e a província do Rio de Janeiro garantem aos acionistas juros de 7%.

A primeira secção do Campo de Santana até Belém (38,25 milhas inglêsas) é mal construída, apesar do terreno plano e dos grandes capitais investidos. A administração pagou ao empreiteiro inglês Ed. Price, por 36,5 milhas inglêsas de São Cristóvão até Belém a soma de 560.084 libras esterlinas, ou sejam 11.090 libras por milha. A segunda secção, que tinha grandes obstáculos a vencer, de Belém a Mendes (17 milhas inglêsas), foi construída pelo excelente engenheiro americano Major Ellison. A serra se ergue de repente até 1.500 pés acima do nível do mar e a estrada tem que vencer uma elevação de 1.400 pés no trajeto compreendido entre Bélem e Joaquim do Alto. Afim de facilitar êste forte declive, desviar-se de grandes acidentes geográficos, evitar vales e correntes de rios, bem como curvas muito fechadas, foi preciso cavar 13 túneis pequenos de 300 a 2.146 pés de comprimento (numa extensão total de 8.510 pés), além do túnel principal, de 7.040

(43) A seguinte lista de mercadorias transportadas de Cachoeira darão uma idéia da natureza dos produtos exportados do distrito de Cantagalo para o rio. Café, 271.919 arrobas; batatas, 12.072 arrobas; milho, 24.854 arrobas; feijão 1.654 arrobas; arroz 238 arrobas; toucinho 682 arrobas; farinha 31.950 arrobas; amido 224 arrobas. O relatório oficial diz "goma" o que pode ser "borracha" ou "amido", sendo que no caso presente o último é o mais provável. Parte do café produzido, em Cantagalo segue via São Fidelis e Macaé para o Rio de Janeiro.

pés de comprimento. Visitei a estrada de ferro em outubro de 1861, em companhia do presidente da diretoria da mesma, sr. Cristiano Benedito Ottoni, que inspecionou durante um dia e meio os trabalhos de grande vulto desta segunda secção, o que me deu ensejo de verificar o vulto dos trabalhos aí realizados, as dificuldades encontradas e a excelência dos métodos aplicados, isto na medida em que um leigo é capaz de fazê-lo. Passamos por vários túneis inclusive pelo túnel principal, que já alcançava uma profundidade de 2.000 pés nos dois sentidos (45).

De Joaquim do Alto apreciamos uma linda vista sôbre o vale do rio Paraíba, que será atravessado pela terceira secção. A construção dessa parte não terá grandes dificuldades; espera-se poder realizá-la com a despesa de 400 a 500 contos de réis por légua, ao passo que o custo por légua monta a 2 mil contos de réis na segunda secção.

Raras vezes uma estrada de ferro terá dado ocasião a tantas controvérsias, intrigas, suspeitas, cambalachos políticos, etc., como esta, e isto desde a organização do plano financeiro até os nossos dias. A continuação da construção da estrada a partir da Barra do Piraí, deu motivo a grandes agitações. Segundo o plano original, o tronco principal da estrada havia de separar-se em dois braços que seguiriam em direção oposta. O braço Oeste (chamado ramal do Norte) iria ao longo do rio Paraíba até Cachoeira e os limites da província de São Paulo. O de Leste (ramal Sul) desceria a corrente do Paraíba até Porto Novo da Cunha e aos limites da província de Minas Gerais. Ao que parece, desistiram da construção do ramal Norte, insistindo, porém, com tanto mais fervor na do ramal Sul.

A prolongação em sentido Leste não corresponde, segundo minha opinião, aos interêsses do país. Durante os primeiros dez anos esta linha férrea traria, sem dúvida, grandes vantagens e prestaria grandes serviços às vastas plantações de café ao longo do rio Paraíba, oferecendo transporte rápido e barato do produto. Mas estas terras aproximam-se com grande rapidez do cansaço e dentro de 25 anos a estrada de ferro atraves-

(45) A inauguração solene do túnel foi a 2 de dezembro de 1865.

sará uma faixa de terra, ou melhor, uma região inteiramente pobre de culturas agrícolas, sem grande exportação, servindo apenas de ligação com o sul da província de Minas Gerais. Assim sendo, ela entra em concorrência com duas outras estradas, a estrada de rodagem União e Indústria e a de ferro de Cantagalo. Não se compreende porque se constrói justamente nesse sentido várias estradas que rivalizam entre si, enquanto que o resto do país se debate com a grande carência de comunicações, sendo obrigado a satisfazer-se com estradas péssimas e deficientes.

Qualquer economia de Estado baseada em princípios sãos, poderá sòmente favorecer a construção e continuação da estrada de ferro Dom Pedro II que parte da Barra do Piraí em direção Norte, atravessando a província de Minas Gerais, afim de alcançar o São Francisco no ponto onde o rio se faz navegável. Essa estrada deveria, pois, lògicamente, atravessar a serra da Mantiqueira, o que não constitui obstáculo de grande monta, seguindo os grandes vales dos rios e mais ao Norte os planaltos inclinados.

Considero uma das tarefas mais importantes do govêrno brasileiro, estabelecer ligação de Pernambuco ou Baía com o Rio de Janeiro, utilizando para tal fim as 300 léguas navegáveis do rio São Francisco em combinação com a rêde ferroviária. Tal ligação abriria ao comércio um dos terrenos mais férteis, numa extensão equivalente a metade da Europa. As regiões sulinas da província de Minas Gerais, pelas quais a estrada de ferro passaria, possuem ótimas terras, pecuária florescente, cujos produtos não podem, entretanto, ser levados à capital do Império por falta de meios de transporte baratos. A metrópole receberia assim víveres a baixo preço e o comércio uma grande abundância de artigos de exportação, pois tanto a província de Minas Gerais, como a de Goiaz, atualmente paupérrima devido à sua situação central desprovida de todos os meios de comunicação, lucrariam com isto. Essa comunicação teria o seu futuro garantido em base sólida, sem ser sujeita à desvalorização do solo num futuro próximo.

Anos atrás, um engenheiro ingênuo elaborou um projeto para ligar Pernambuco ao Rio de Janeiro por meio de uma

estrada de ferro que seguiria ao longo da costa, sendo que êste plano absurdo encontrou até certo interêsse nos meios governamentais. As comunicações marítimas entre Pará e Rio Grande do Sul são normais e regulares, sendo que Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro são ainda servidas por duas linhas de navegação européias. Os fretes marítimos são muito mais baratos do que os terrestres. Qual seria, pois, a vantagem de uma ligação ferroviária entre estas cidades que se dedicam tôdas elas à exportação para além mar? Nem mesmo argumentando como lucros tal estrada se recomenda, visto que não abrindo regiões inexploradas nem servidas por outros meios de comunicação, seu lucro seria reduzido. Calcula-se o custo da construção em 150 mil contos de réis. O Brasil, que constrói as suas estradas de ferro com capital inglês a juro de 7%, não pode ter o mínimo interêsse nêsse projeto. Seria, entretanto, recomendável cuidar mais e melhor da rêde telegráfica, destinada a ligar a metrópole com as demais cidades importantes do país, e estas entre si.

Quando da minha visita à estrada de ferro Dom Pedro II, estava ela aberta ao tráfego até Belém, com um ramal para Macacos. Numa excursão anterior, que me levara a outra parte da província do Rio de Janeiro, tive ensejo de observar a indolência e falta de consideração por parte dos funcionários da estrada. O caixa, de pernas cruzadas, a pena atrás da orelha, conversava calmamente com um amigo, enquanto enrolava o seu cigarro, sem a menor consideração para com os passageiros que esperavam no *guichet* para comprar seus bilhetes, pois o trem ia chegar dentro de um quarto de hora. Um fazendeiro, que viajava com sua numerosa prole para a capital do país, perdeu finalmente a paciência inata e interpelou o funcionário, secundado pelos outros passageiros. Depois de uma prolongada troca de amabilidades, que em outro país seriam classificadas como insultos impertinentes, o caixa resolveu levantar-se e, depois de espreguiçar-se, dignou-se, de palito na bôca, a atender os que esperavam. A hora da partida do trem esperou igualmente, seguindo viagem com atraso. Esta indolência que reina em todos os meios administrativos e que é tão típica no Brasil, ao lado da negligência e pouca compreensão do dever por parte dos subalternos, podem ùnicamente ser re-

primidos por meio de uma fiscalização severa e contínua e grande energia — mas, ao que parece, faltam para isto tanto a fôrça necessária quanto a boa vontade.

Os vagões da estrada são do tipo norte-americano (se não me engano, foram construídos nos Estados Unidos), elegantes e confortáveis. O assento e o encosto são estofados com uma fina rêde de palha, como convém nos países quentes. Os trens desenvolvem velocidade média. Segundo as estatísticas que vi, os acidentes nesta estrada não são superiores aos das estradas européias. A maioria dos acidentes é causada por culpa da própria vítima, por falta de atenção e cuidado. Os brasileiros, pouco inclinados a obedecer às leis e ordens, tão pouco respeitam as disposições da estrada de ferro, descuidando-se assim das precauções necessárias e pagando, muitas vêzes, seu desleixo com a própria vida. Muitos não sabem calcular a velocidade da locomotiva, sendo assim apanhados antes de poderem pôr-se a salvo.

Desde que se inaugurou a primeira secção (março de 1858), a renda aumentou em proporções vantajosas. No ano de 1862 a estrada acusou a renda de 1.079 contos e 751 mil réis e a despesa de 818 contos e 575 mil réis, sendo que o número de passageiros aumentou numa média de 4.000 pessoas por ano. Em 1862 a estrada transportava 300.000 indivíduos. Dou aqui uma estatística comparativa das 5 estradas de ferro atualmente existentes no Brasil, segundo os dados oficiais, relativa ao ano de 1862:

A estrada de ferro Dom Pedro II	300.255	passageiros
" " " " de Pernambuco ...	119.383	"
" " " " da Baía	75.083	"
" " " " de Mauá	50.716	"
" " " " de Cantagalo	11.337	"
Total	556.774	passageiros

Número bem reduzido para cinco linhas de estrada de ferro.

A relação entre a renda e a despesa, foi neste mesmo ano a seguinte:

Dom Pedro	84,7% da renda	
Pernambuco	93 % " "	
Baía	158,7% " "	
Baía	158,7% " "	(46)
Cantagalo	111 % " "	

Destas 5 linhas, 3 apenas cobriram as despesas com a renda, sendo que uma delas a custo (Pernambuco). O resultado pouco animador da estrada da Baía melhorará sòmente aos poucos, (47) dependendo do prolongamento do seu traçado. As condições extremamente vantajosas da estrada de ferro Mauá, devem-se antes de tudo à sua situação favorável quanto às mercadorias e passageiros, e seu curto trajeto. O que muito influi nesse sentido é o preço elevado da passagem, os poucos gastos de conservação da linha e o estado lastimável e até repugnante dos vagões.

Não se pode contar com grandes melhoramentos futuros na estrada de ferro Cantagalo, mesmo quando esta estrada atingir seus pontos terminais: Niterói e Cantagalo, pois, se de um lado o transporte de mercadorias e passageiros aumenta, do outro aumentam proporcionalmente também o custo da manutenção e as despesas.

Meia hora depois da nossa partida de Cachoeira, chegamos à estação de Santana, a única importante em todo o percurso, e, 5/4 de hora mais tarde, estávamos no têrmo, em Porto das Caixas. Em vez de ir a estrada até o ponto de embarque dos vapores, como tudo aconselhava, termina em Porto das Caixas, devido a interêsses particulares e intrigas locais. Tanto os passageiros como as mercadorias têm que ser transportados em carruagens e carroças para o pôrto de embarque, num trajeto que leva meia hora. Em geral há deficiência de carros e grande número de pessoas é forçado a caminhar, ou aguardar a volta dos veículos, arriscando a perder o vapor.

Sampaio, situada na margem esquerda do rio Macacú, ganhou certa importância, devido à sua ligação com o Rio de Janeiro, e nos dias de saída e chegada de vapores, o movimento

(46) No ano de 1864 o deficit já atingia 218:314$000 (vede Tomo I, página 44).

(47) No ano de 1864 a despesa foi de 421:148$000 contra uma receita de 241:866$000.

ali é intenso. Existe nesse local desde tempos remotos um estaleiro para navios, onde se constroem pequenos barcos costeiros, e os indígenas se dedicam ao comércio de madeira com a capital.

O rio Macacu, o maior da província do Rio de Janeiro, tem sua nascente na Serra das Águas Compridas e percorre em inúmeras curvas o vale fértil, mas insalubre, de NE para SO. A maior parte dos afluentes lhe chegam na região montanhosa das nascentes, mas a maior quantidade de água no seu percurso inferior. De Oeste afluem o importante rio Guapi-Açu e de Leste o Cassarubu, e mais a Sul o Rio do Pasto, em cujas margens se encontra o Porto das Caixas. Nas margens do rio vemos algumas aldeias e muitas fazendas, sendo a localidade mais importante a estação de Santana. O rio é navegável até aí para embarcações maiores, que carregam madeiras e tábuas. Mais para cima, embrcações menores podem trafegar até o ponto onde o ribeirão Batatal vem desaguar nele. Pequenas sumacas podem navegar até Engenho do Colégio, algumas léguas além de Santana, em direção ao mar.

A vila de Santo Antônio de Sá, situada na margem esquerda do rio Macacu, um pouco acima da foz dos rios Guapi e Cassarubu, é a localidade principal de todo o vale, e é denominada geralmente de vila de Macacu. Trata-se de uma vila antiga (1679), de aspecto porém relaxado e de pouca importância. No ano de 1829, uma epidemia grassou aí, uma febre tifóide (febre do Macacu) muito comum em todo o vale, causando tantas vítimas, que os sobreviventes desertaram apavorados. Durante 8 anos a vila ficou quase despovoada, e sòmente em 1837 os habitantes começaram a voltar, mas o local jamais conseguiu ter alguma importância.

Quando a campainha de bordo deu o sinal da partida, os cafés e restaurantes foram abandonados pelos pssageiros que ali aguardavam a hora da saída. Os vapores costumam fazer três vêzes por semana o trajeto entre Sampaio e Rio de Janeiro, havendo assim sempre uma afluência considerável de viajantes. A viagem não oferece aspectos interessantes, devido à forte vegetação de mangue e às curvas estreitas e numerosas, que não permitem uma vista a distância. A pobre aldeia Vila

Nova encontra-se a 2, 5 ou 3 léguas da foz do rio, em sua margem esquerda. É uma antiga aldeia de índios, na qual se estabeleceram alguns portugueses durante o século XVIII. O vice-rei Marquês de Lavradio deu-lhe o nome pomposo de Vila Nova de São João d'El Rei, na esperança da futura prosperidade do local. Tais esperanças nunca se realizaram e a vila continuou uma vida tão morosa quanto a antiga aldeia, pelo que o Conselho da Coroa resolveu em 1834 privá-la novamente das suas prerrogativas. Os habitantes, em sua maioria indígenas ou de origem indígena, tecem a palha, fabricam esteiras, chapéus, peneiras, etc., colorindo êstes artigos com côres vivas. A agricultura é reduzida, havendo uma pequena cultura de laranjas. Os produtos são vendidos nos mercados da capital. Do rio é difícil divisar a pequena aldeia, que fica numa das curvas. Uma cabana isolada indica o lugar de desembarque. Depois de uma hora e meia de viagem a partir de Sampaio, saímos das águas barrentas do rio e entramos na baía maravilhosa, atracando, uma hora e três quartos depois, na Ponte Mauá, na Prainha, no Rio de Janeiro.

VISITA ÀS COLÔNIAS DE PARCERIA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

ANTOS era meu próximo objetivo. Por isto embarquei no vapor "Piratininga", que me havia de levar àquele pôrto, num sábado, dia 21 de julho de 1860, às duas horas da tarde. Satisfeitas as exigências policiais e alfandegárias, a embarcação deixou o forte de Villegaignon, saindo barra a fora, rumo ao Sul. Entre outros passageiros conhecidos, encontrei o major Von Sukow (48) cuja companhia me foi dada desfrutar durante alguns dias.

Os mais desagradáveis companheiros de viagem que se podem encontrar nos navios das rotas brasileiras, são os judeus alsacianos e, infelizmente, é muito raro, pelo menos nas linhas mais frequentadas, ver-se uma pessoa livre dêles. Suas fisionomías características, seus hábitos importunos e molestos, enfim, a impertinência que lhes é peculiar e suas vestes relaxadas, os tornam logo tão fàcilmente identificáveis, quanto por sua linguagem, um português viciado e afrancesado ou um francês deturpado, e o judeu-alemão, êste último o predileto e que falam entre si, quando não suspeitam serem observados por alemães. Também desta vez tivemos alguns dêsses cavalheiros de indústria a bordo. Um dêles se salientava pela extraordinária impertinência, pretendendo, ao que parecia, desempenhar papel de importância. Durante o almôço, começou por insultar os alemães e a Alemanha, trazendo à baila em sua

(48) V. vol. I, pág. 97.

arenga, de maneira ofensiva, a guerra libertadora alemã contra Napoleão. O bom major, que tomara parte nessas campanhas e com distinção, achou que as cousas chegavam a seu limite, e a indignação, tanto tempo contida, encontrou desafôgo na tempestade de palavras que fêz desabar sôbre a cabeça do palrador estúpido e seus amigos. Esta réplica, tão enérgica quanto rude, obteve eco favorável entre os brasileiros e produziu efeito drástico nos que foram diretamente atingidos por ela. Um após outro, foram os visados se levantando da mesa, para ir tomar ar fresco, tratando todos êles de evitar, com manifestos sinais de medo, o nosso Júpiter Tonante.

Depois de uma viagem de 28 horas, entramos, domingo às 5 da tarde, no pôrto de Santos. No dia seguinte, comprei uma boa mula de sela, aluguei as bêstas de carga que me eram necessárias, e deixei, têrça-feira, dia 24 de julho, a cidade portuária, em companhia do major Von Sukow. Adiante terei oportunidade de falar da estrada que liga Santos a São Paulo, limitando-me aqui a observar apenas que encontrei a estrada que passa pela serra de Cubatão em melhor estado que dois anos antes, mas, em conjunto, apesar das avultadas somas dispendidas na sua construção, quase nada melhor que naquela época. Vencida a serra, descansamos um pouco em Caveiras. Ao cair da noite, resolvemos pousar em Rio Grande, ondé encontramos tôdas as comodidades que um albergue pode oferecer, no interior do país. Após a marcha, que fôra de 7 horas montado, meu companheiro, homem de mais de 70 anos, sentava ainda na sela, tão firme e aprumado, como se apenas passeasse pelas ruas do Rio de Janeiro. Forte chuva nos impediu de prosseguir a viagem, quando nos dispúnhamos a ela, às 9 horas do dia seguinte. Os caminhos estavam encharcados e escorregadios, e já eram bem umas 2 horas da tarde, quando chegamos em São Paulo. Hospedei-me no Hotel Palm, que me fôra recomendado por diversas pessoas. Os aposentos eram medíocres, mas a recepção, a atenção dispensada aos hóspedes e a boa mesa, compensavam a lacuna. O proprietário do hotel, um alemão, era antigo colono de Santa Francisca. Durante alguns anos, tivera um albergue na estrada de Santos, depois do que viera estabelecer-se com um hotel alemão na capital da Província. Nessa mesma tarde, recebi a visita de alguns conhecidos de minha anterior viagem, e, em breve, formou-se um

pequeno círculo alemão, que se animou com a palestra agradável e alegre do major Von Sukow. Um dia depois de minha chegada, visitei o presidente da Província, que já fôra informado de minha presença na cidade. Fui convidado a um passeio até a penitenciária, que não ficava longe da cidade. Nêsse estabelecimento correcional encontravam-se dois colonos de parceria suíços, presos havia quase dois anos. Eram culpados de graves e repetidos excessos na colônia Laranjal, perto de Campinas, de onde, finalmente, haviam fugido. Tinham sido recapturados e o tribunal de Campinas os condenara a trabalhar na penitenciária durante o tempo necessário para pagar, com o produto do trabalho, as dívidas deixadas na fazenda. Ao folhear os autos, tive a oportunidade de verificar que o processo decorrera normalmente, mesmo por que o advogado dos colonos era um inimigo figadal do proprietário da fazenda Laranjal. A sentença estava de acôrdo com o código penal, mas não com os dispositivos legais que regiam os assuntos atinentes aos colonos. Segundo os dispositivos de que falo, o colono que foge deixando dívidas, em caso nenhum poderá ser condenado a mais de dois anos de prisão, e o produto do trabalho efetuado na prisão, deve ser aplicado no pagamento da dívida contraída. Ora, de acôrdo com a sentença proferida pelo tribunal em Campinas, os colonos em questão teriam de ficar tôda a vida na prisão, pois suas dívidas eram consideráveis, e o dinheiro que se ganhava na penitenciária, muito pouco.

Uma vez informado sôbre a verdadeira legislação, entreguei o caso a um advogado hábil, que apelou contra a sentença do tribunal de Campinas, e tomei, ao mesmo tempo as providências cabíveis, tanto nessa cidade como em São Paulo, onde o presidente me prestou eficaz auxílio, que acelerou o desenlace da questão. Tudo foi resolvido satisfatòriamente e os colonos foram libertados poucas semanas mais tarde, após cumprirem os dois anos de reclusão.

A penitenciária me surpreendeu em alto grau pela sua organização prática e eficiente, e não exagero se a comparo com os melhores institutos congêneres existentes na Europa, sendo que ainda os sobrepuja, mesmo alguns dos mais afamados de entre êles. Em tôda a parte reinava grande ordem e asseio. Os dormitórios e as oficinas eram amplos e bem ven-

tilados. Nas oficinas os presos trabalhavam em vários ofícios, tais como os de alfaiate, sapateiro, ferreiro, encadernador, etc. Quem não soubesse nenhum ofício ao entrar na penitenciária, devia escolher um. Cada oficina era dirigida por um mestre livre. Os presos podiam unicamente conversar com êle, limitando-se a observações e perguntas relativas ao trabalho. Mais tarde, visitei ainda, por duas vezes, a mesma penitenciária, e tive ocasião de assistir à refeição principal. A comida era farta e boa, e de tal modo abundante, que alguns detentos não chegavam a consumir tôda a ração. O aspecto físico dos presos, cuja maioria era composta de gente de côr, era excelente. No hospital, encontrei apenas quatro enfermos, sofrendo um dêles de peritonite e outro de artritismo, e os dois restantes, de ferimentos leves, recebidos nas oficinas; um dêstes era um hamburguês, que tinha um prego cravado no pé.

Os dois referidos colonos suíços, com os quais conversei durante certo tempo, manifestaram-se favoràvelmente sôbre o tratamento que lhes era dispensado na penitenciária, salientando, antes de tudo, a bondade do diretor. Ambos se dedicavam a trabalhos leves, no jardim e na horta, e tinham ainda a regalia de receber a visita de suas espôsas, que se tinham estabelecido na cidade, como lavadeiras.

Assuntos de importância prenderam-me por alguns dias em São Paulo, dando-me o ensejo de ficar em contacto mais íntimo com o presidente da Província. Era êle um dêsses homens de poderes efêmeros, que vivem e morrem com o Ministério ao qual devem o cargo, e que evitam com grande habilidade cair no desagrado de uma ou outra facção política, manejando com grande cuidado a nau incerta em que embarcaram. Mas, tais manobras pouco adiantam geralmente, e não lhes asseguram nem posição estável, nem influência. A atitude bastante ambígua e duvidosa do então presidente da Província ficou patente para mim, quando êle me ofereceu, por ordem do Govêrno Imperial, as cartas oficiais de recomendação para as autoridades, e fazendeiros cujas colônias de parceria eu tencionava visitar. Ao tomar conhecimento do conteúdo de tais cartas, cheguei à conclusão de que elas de nada serviam, dados os fins a que se destinavam. Não pude, pois, deixar de fazer uma observação bastante enérgica ao senhor presidente, o que não lhe agradou, pois exigi que fornecessem cartas com reda-

ção diversa, de acôrdo com o rascunho por mim sugerido. Recebi estas cartas nas vésperas de minha partida, e tive a satisfação de notar depois que surtiram em tôda a parte o efeito desejado.

Um pequeno exemplo vai servir de amostra do quanto se explora tôda e qualquer atitude de um presidente de Província, no terreno das lutas e paixões políticas. O presidente convidara a mim e ao major Von Sukow, que já conhecia havia anos, para uma festa. Num círculo pouco numeroso, encontramos algumas personagens de destaque na vida da cidade, e divertimo-nos o quanto é possível alguém divertir-se nas severas e ceremoniosas reuniões brasileiras. Semanas mais tarde, remeteram-me um recorte de um jornal do Rio de Janeiro, no qual encontrei, para grande surpresa minha, um artigo enviado de São Paulo, no qual se relatava que o presidente convidara o embaixador da Suíça e o major Von Sukow para um sarau e que, quando êsses dois senhores compareceram encasacados, de gravata branca e luvas de "Jouvin", o ajudante de ordens informou que o presidente já se achava em seus aposentos particulares e não recebia ninguém. Não satisfeito em forjar um caso absolutamente imaginário, o correspondente insultava ainda o presidente, observando mais que o Govêrno não podia manter por muito tempo no poder homem de tão pouca educação, que tratava de tal forma o representante de um país amigo. Aí estava o fundo da história tôda, o articulista caluniava o presidente afim de propor seu afastamento do cargo, pensando na máxima fundamental de tôda calúnia: *Semper aliquid haeret.*

No decorrer da minha permanência em São Paulo, fui visitado por grande número de colonos suíços, que tinham abandonado seus contratos de parceria depois de haverem pago as dívidas contraídas ou de se haverem delas esquivado por meio de fuga. Êstes últimos pediam a minha intervenção afim de lhes pôr em ordem a situação e livrar-lhes da constante ameaça de uma ação judicial contra êles. Todos se mostravam muito satisfeitos com os ofícios que então exerciam; uns já haviam conquistado posição econômica estável, outros lutavam ainda contra grandes adversidades, mas sentiam-se homens livres. Alguns, entretanto, viviam na mais negra das misérias, entregues ao vício do alcool.

Encontrei também alguns colonos da antiga colônia Santo Amaro, gente de caráter bastante esquisito. Por ordem do Imperador Dom Pedro I, o presidente da província de São Paulo recebeu a incumbência, por intermédio do decreto ministerial de 8 de novembro de 1827, de tomar tôdas as providências necessárias afim de poder abrigar um número considerável de colonos alemães, os quais chegaram, efetivamente, no ano seguinte à capital da Província. Tratava-se de 149 famílias, compreendendo 926 indivíduos ao todo, incluidos 72 não casados. Na colônia Santo Amaro, foram localizadas 336 pessoas. O Barão de Antonina ficou com 238, fundando, mais tarde, na província do Paraná, a colônia Rio Negro, perto de Capela do Rio Negro. Na vila de Conceição de Itanhaen ficaram 39 pessoas, e 57 em Cubatão de Santos. Os restantes não foram para nenhuma emprêsa colonial, permaneceram na cidade e dedicaram-se a diversos trabalhos e ofícios. Os colonos que foram localizados em Santo Amaro eram, na sua maioria, prussianos-renanos, da região de Hundsrueck, e tiveram no Barão, mais tarde Marquez de Santo Amaro, um protetor benevolente. Parte dêles, especialmente os católicos, aceitaram as propostas do Govêrno, que eram as seguintes: 1) Cada família receberia uma doação de 400 braças quadradas de terras; 2) Cada pessoa adulta receberia, durante ano e meio, 160 réis diários em moeda. Cada criança receberia a metade desta quantia; 3) Bois, cavalos, ovelhas, seriam fornecidos pelo Govêrno, devendo o valor dêsse gado, em moeda ou em espécie, ser restituído dentro de quatro anos; 4) Os colonos que tivessem vindo por conta do Govêrno teriam isenção de impostos por 8 anos e, os que tivessem pago suas passagens, por 10 anos; 5) Os colonos ficavam na obrigação de tomar armas, quando em caso de perigo fôssem convocados pelo Govêrno; 6) Recrutamento obrigatório para as crianças; 7) O Govêrno ficava obrigado ao pagamento dos honorários dos médicos e padres, durante ano e meio. Outros colonos, geralmente os protestantes, não aceitaram estas condições e preferiram adquirir terras para cultivá-las, logo que se apresentasse a oportunidade. Adquiriram, efetivamente, uma sesmaria que antes pertencera aos jesuítas, a algumas léguas de distância de Santo Amaro, perto da aldeia de Itapecirica. Êstes colonos não receberam subvenção nenhuma do Govêrno, mas ficaram entregues à propria

sorte, o que os levou a um desenvolvimento vagaroso mas seguro da colônia. Decorridos alguns anos, os colonos já tinham adquirido certa independência e bem-estar, cultivavam suas terras e continuavam a trabalhar sem desfalecimentos nas suas lides agrícolas. Nenhuma família deixara a colônia, conservaram seus trajes tradicionais, e muitos dos mais velhos vestem ainda hoje, aos domingos, o fraque azul com que foram confirmados na pátria distante. Êsses alemães gozam de grande estima em tôda a redondeza. Vendem seus produtos na vila de Santo Amaro ou no mercado em São Paulo. Segundo informação que colhi, o número de colonos em Santo Amaro e Itapecirica era de 500 indivíduos, em 1860. Não posso, entretanto, afirmar que êstes dados sejam exatos.

Esta foi a tentativa de colonização mais barata que se fez, no decorrer dos tempos, em todo o Brasil.

O elemento alemão em São Paulo é numeroso. Há na Província homens eminentes, de origem germânica. Na capital, encontramos alemães em tôdas as camadas da população, sendo que a maioria dêles aí se estabeleceu recentemente, em conseqüência da colonização. Os protestantes possuem seu templo próprio. O pastor que ali estava, ao tempo de minha visita à cidade, era o pastor Hoelzl, austríaco de origem.

Um dia depois de minha chegada a São Paulo, fui procurado por certo português, que se apresentou como o dr. Lopes. Já dois anos antes, êste homem despertara a minha atenção, na mesa do hotel, tanto pelos seus traços fisionômicos marcantes, como pela sua conversação exaltada. Informaram-me que se tratava de um médico homeopata, bastante excêntrico em suas idéias, mas absolutamente inofensivo. O motivo da sua visita era dos mais estranhos. Depois de um preâmbulo muito animado e confuso, durante o qual me fêz uma exposição da vida brasileira, frisando sempre as injustiças cometidas pelos brasileiros contra os imigrantes portugueses e europeus em geral, abordou um inesperado desfêcho. Disse que não havia outro meio de dar cabo a tais iniquidades senão declarando guerra ao Brasil. A Inglaterra e a França não se interessariam pelo caso, a Alemanha não apresentava um poder unido em face de uma nação transatlântica; assim sendo, nada restava, pois, senão uma aliança entre Portugal e Suíça, para dar início a esta guerra. Portugal forneceria a frota, a Suíça as tropas.

Acrescentou ainda que já elaborara os planos até nos seus mínimos detalhes, e pedia meus bons ofícios para transmitir o projeto a meu Govêrno. Quanto a êle, não duvidava um só instante de que a Suíça iria aproveitar com prazer a oportunidade, para castigar o Brasil. O êxito era seguro e ambos os países aliados se cobririam de louros. O dr. Lopes ficou muito desapontado quando lhe declarei que não me podia entusiasmar por um projeto tão fantástico e louco; por isto deixou de me enviar seus planos já elaborados.

Entre os inúmeros episódios que me relatou para ilustrar os aspectos da vida brasileira, vou reproduzir um, sem contudo afiançar pela sua autenticidade, pois ninguém mais pôde confirmá-lo, não obstante minhas pesquisas para averiguá-lo. Eis, pois, a história do dr. Lopes:

Perto de Mogi-mirim, na província de São Paulo, viviam dois fazendeiros amigos. Um dêles, ainda moço, travou relações íntimas com a filha do outro, embora fôsse já casado. O pai suspeitou do ocorrido e a moça viu-se forçada a confessar-lhe que das suas relações com o rapaz tinham advindo consequências comprometedoras. Dirigiu-se, então, o pai à casa do amigo e disse-lhe, lacônicamente: "Tens que casar com minha filha". "De muito bom grado — retrucou êste — mas, como sabes, já sou casado". "Nada tenho a ver com isto — tornou o outro". "Repito: Tens que casar com minha filha". E dito isto partiu, sem acrescentar mais uma palavra, sequer. Passado pouco tempo, o jovem marido empreendeu uma viagem de negócios a Santos. Durante sua ausência, perfurando o teto do quarto de dormir da sua esposa, dois capangas penetraram assim no seu aposento e estrangularam da maneira mais bárbara a pobre mulher. Dois dias mais tarde, foi sepultada a vítima, dizendo-se que sucumbira a um ataque cardíaco. O pai da moça pretendente ao recém-viuvo acompanhou a cerimônia do enterramento, mostrando-se nessa ocasião um dos mais dedicados amigos. Quando o outro voltou da viagem, tudo já estava acabado. Recebeu as condolências da praxe e, tempos depois, casou com a filha do amigo.

Meu hospedeiro me surpreendeu uma bela manhã com a notícia de que minha rica mula se encontrava gravemente enferma, sem poder levantar-se. Refiro-me a êste incidente apenas para falar de um método bastante curioso de trata-

mento dos animais, de que antes nunca tivera notícia. A bêsta sofria de forte afecção catarral, que se manifestava por um corrimento pegajoso na bôca e nas narinas, tosse, respiração pesada e absoluta falta de apetite, sintomas êstes que provocavam acentuada fraqueza geral. Dei a mula como perdida e pedi que me arranjassem outra. Nesse entretempo, depois de várias tentativas vãs para curar o animal, um amigo me recomendou o ferreiro, que morava na praça da Universidade, ao qual eu deveria levar o animal, pois êsse homem, muito prático em tais assuntos, era o único capaz de salvá-lo. De noite, a muito custo, levamos o pobre animal à casa do dito ferreiro. Êste, depois de haver auscultado minuciosamente a mula, confessou que o caso era grave, mas não sem remédio. Sangrou-lhe uma veia e despejou pelo corpo alcool muito forte, ao qual ateou fogo em diversos lugares. O alcool ardeu naturalmente com viva chama azulada, enquanto o animal se contorcia de dôres. Depois de alguns instantes, o ferreiro apagou as chamas com um cobertor e mandou que fizessem o animal se movimentar durante uma hora. Êste heróico método foi coroado do mais amplo êxito. No dia seguinte a mula estava boa, comia bem e nunca mais sofreu de mal nenhum.

No dia 1° de agosto deixei São Paulo, em companhia de um criado e de um guia montado, que acompanhava a bêsta de carga, seguindo pela estrada de Jundiaí. A uma hora de marcha da cidade, passamos por Águas Brancas, onde atingimos o monte do Ó, em cujo cume existe uma insignificante aldeia, com sua pequena mas graciosa igreja, votada a Nossa Senhora do Ó. Ao descer a montanha, demos com uma tropa de mulas, que vinha em sentido contrário, numa disparada desenfreada. Era em vão que os tropeiros tentavam acalmar os animais. Alguns vinham com os arreios em completo desarranjo, as cêstas balouçando sob a barriga, outros passavam como uma ventania. A grande custo consegui afastar-me do caminho, onde poderia ser esmagado por esta tropa em desordem. Tais encontros são sempre muito desagradáveis e perigosos, principalmente quando se anda por estradas de pouca largura, flanqueadas por barrancos. Tempos depois, tive outro encontro com uma tropa assim desorientada, num caminho dêsses, e só me pude salvar dando volta ao meu animal e correndo à testa da tropa enfurecida que me seguia.

A estrada de São Paulo até o rio Juquiri, que tem umas 5 léguas de extensão, corta um terreno ondulado, passando por uma pequena serra, para descer depois em direção do vale do Mugilinho. Parei aí, numa venda solitária, afim de passar a noite. Desde Ó até êsse lugar, não se vê nenhuma aldeia, nenhuma fazenda, nem cultura alguma, não obstante a fertilidade do solo. O trecho, de 4 léguas e meia, daí até Jundiaí, é escassamente povoado e o terreno se apresenta coberto de capoeiras e pouco acidentado.

De Mugilinho em diante, a estrada corre ao longo da Serra do Cabelo Branco, nome êste devido ao fato de ficarem seus cumes cobertos de geada, na época fria. Nas suas encostas, despidas de árvores, há boas pastagens, mas nenhuma água. No trajeto, parei alguns minutos em Califórnia, onde o alemão Müller tem sua venda. A uma hora de marcha adiante, o terreno se torna plano, oferecendo um horizonte mais amplo. Cheguei a Jundiaí às 2 horas, mas como a localidade não possui nenhum albergue aceitável, vi-me forçado a seguir mais um quarto de légua adiante, até alcançar a ponte sôbre o rio Jundiaí, onde há uma grande e muito frequentada hospedaria, num edifício em forma de quartel.

Tempos atrás, Jundiaí fôra uma vila importante e rica, quando nas fazendas dos arredores se plantava muita cana de açúcar. Seus habitantes entretinham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba, e as domavam para depois revendê-las, como bêstas de carga ou animais de sela. Êste comércio proporcionava-lhes bons lucros e além disto fabricavam ótimas selas e arreios. Atualmente, as terras se acham inteiramente depauperadas, o comércio de muares diminuiu sensìvelmente e a indústria de selaria se extinguiu totalmente; a localidade perdeu todo o brilho dos tempos passados. Metade das casas da vila não são habitadas, seus donos as visitam apenas aos domingos, quando vêm de seus sítios à vila, para assistir à missa (49). De tôda a opulência dos tempos idos, sòmente o convento dos Beneditinos resta. Êste convento foi fundado pelo donatário da região, o conde de Monsantos, num pequeno planalto à margem esquerda

---

(49) Sítio é nome dado a qualquer propriedade latifundiária e suas extensões são muito variáveis. Em São Paulo dão êste nome a grandes fazendas, enquanto em Minas Gerais chamam-nas de "roças".

do Jundiaí. O rio e a localidade tiram seu nome de um pequeno peixe (*Platystoma patula* Agassis), vulgarmente chamado jundiá, que vive numeroso no rio. Jundiaí retomará certa importância quando for servida por estrada de ferro.

Na hospedaria junto da ponte, o viajante encontra boas acomodações, camas limpas e comida regular. Seu dono, um português de nome Pinto, é geralmente conhecido pela alcunha de Barão da Ponte, devido à sua bonomia e gentileza. Era um grande inimigo da estrada de ferro projetada, pois viria ameaçar sèriamente seu rendoso negócio. Várias vezes perguntou-me se na Europa as estradas de ferro venciam tão consideráveis altitudes como a da serra do Cubatão, e quando respondi afirmativamente, pareceu-me que as últimas esperanças do homem se desfaziam.

Foi dêste ponto que parti para a minha primeira visita a uma colônia de parceria. Porque presumo que grande parte dos meus leitores desconhece o que vem a ser o sistema de parceria dos colonos, passo a dar uma breve explicação dêste sistema, nas linhas seguintes.

A exploração agrícola pelo método de parceria (Parceria ou parçaria, de parceiro; colono parceiro: colono meeiro) repousa na divisão do produto da colheita entre o proprietário da terra e o lavrador que nela trabalha. O primeiro entra com o capital, representado pelas terras, as plantações, etc.; o segundo, com seu trabalho, cultivando, limpando a terra, procedendo às colheitas. O lucro líquido, isto é, deduzidas as despêsas prèviamente especificadas, tais como: trabalhos no terreiro, descascamento e limpeza do produto, transporte até o pôrto, armazenagens, comissões aos corretores, quebras por acidentes, umidade, etc., oscilações da cotação e outras, é dividido em partes iguais entre o proprietário das terras e o lavrador. Êste sistema de divisão dos lucros é em si muito justo, e o mais de todos. É racional e estabelece uma relação sã entre o capital e o trabalho, sem que um possa abusar de outro, nem prejudicá-lo em qualquer sentido. Algumas grandes indústrias européias já introduziram o sistema em suas fábricas. Em certas regiões da Alemanha, o diarista recebe, em vez de dinheiro, uma parte do trigo moído, ou de outro cereal, e tanto o grangeiro como o trabalhador lucram com isto. Nas minas de prata do Perú, os mineiros e funcionários recebem, em vez

de salário, parte do metal explorado, uma vez que a mina produza satisfatòriamente. Os marujos das embarcações baleeiras, recebem por suas longas e arriscadas viagens, em lugar do sôldo mensal, uma participação no lucro da carga (1. Não é preciso citar outros exemplos, basta dizer que o sistema de parceria é absolutamente satisfatório, conforme já o dissemos, tanto para o capital, como para o trabalho, desde que seja manejado honestamente. Os motivos pelos quais fracassou exatamente no Brasil, vê-los-emos adiante.

Nas regiões do Brasil em que a cultura da cana de açúcar é assunto puramente agrícola, e onde as terras se encontram exclusivamente nas mãos de grandes latifundiários, já se usava desde muito tempo, uma relação de parceria entre o senhor das terras e os indígenas que as cultivavam. De acôrdo com o senhor de engenho, os lavradores se localizam numa parte da fazenda que lhes é indicada, onde plantam a cana em pequena escala, a qual transportam, depois de cortada, para o engenho, onde recebem como pagamento metade do açúcar produzido. A outra metade fica pertencendo ao senhor de engenho, como pagamento do aluguel. As relações entre o capital e o braço é ainda aí das mais simples e corretas. O senhor de engenho tem a vantagem de ver certas partes de suas terras lavradas e cultivadas, que se não fôra êste método, ficariam sem cultura e nada renderiam. Nestas fazendas o lavrador não costuma ajudar nas plantações pertencentes ao próprio engenho.

Em muitas fazendas, especialmente nas de café, na zona litorânea, os fazendeiros aplicaram, desde muitos decênios, um método diferente, para conseguirem lavradores baratos para as suas culturas. Os armadores portugueses costumam mandar todos os anos certo número de navios, trazendo entre os passageiros de terceira classe grande número de emigrantes portugueses paupérrimos, procedentes dos Açores, conhecidos pelo nome de Ilhéus. Essa gente não possui, em regra, dinheiro nenhum, não podendo, por isto, pagar a própria passagem. Isto não importa, pois, logo que um dêsses navios atraca no cais, é logo invadido por um sem número de pessoas, comerciantes, fazendeiros, agentes, traficantes de escravos, que escolhem entre os ditos ilhéus, homens, mulheres ou crianças, os que lhes parecem aptos para os trabalhos que necessitam. Pagam ao comandante do navio a passagem dos que querem

levar, os quais ficam trabalhando para seus novos amos, até pagarem a dívida assim contraída. Essas pobres criaturas não são obrigadas a seguir qualquer pessoa que se prontifique a pagar-lhes as passagens, mas o tratamento que recebem a bordo, a comida, a água, e outras cousas ainda, são tais, que não lhes fica nenhuma vontade para longas hesitações. Dão graças a Deus quando encontram alguém que se interesse por êles, e nem se lembram de pensar no futuro, que, muito provàvelmente, não poderá ser pior que o presente, e menos ainda que a vida que levavam na pátria. Muito ao contrário, afigura-se-lhes sempre melhor. O pobre ilhéu lutava em sua terra contra tôda a espécie de dificuldade e penúria, sem nenhuma esperança de poder melhorar seus dias. Mas no Brasil as possibilidades são outras, um vasto campo de ação se abre, e a lembrança de alguns conterrâneos que voltaram de além-mar com seus haveres, persegue-os até em sonhos. A emigração é ainda para o pobre ilhéu um meio de fugir ao recrutamento militar, e êle prefere suportar a vida incerta e dura de um escravo no Brasil, a envergar a farda num regimento continental, com sua disciplina rígida, alimentação deficiente e seu regime que não corresponde ao seu temperamento volúvel. Ademais, o serviço militar não lhe oferece nenhuma perspectiva para o futuro, pois, decorridos alguns anos de vida no quartel, volta tão pobre como antes, e sem esperanças, para o lar paterno.

A maioria desta espécie de emigrante é composta de rapazes solteiros. Uma vez libertados do compromisso para com o comandante do navio, que recebeu a paga do agente, são remetidos, sem demora, para o local a que foram destinados, onde passam a ser tratados em pé de igualdade com os escravos negros. Na fazenda do sr. J. C. de A., tive a oportunidade de conhecer de perto a vida dêsses ilhéus, que decorre do seguinte modo: ao amanhecer, tomam seu café, após o qual vão para o trabalho, junto com os negros, nas plantações, sob as ordens de um feitor, onde permanecem até as duas horas da tarde. Ao passo que outros colonos europeus, alemães, franceses, etc., não se sujeitam de bom grado às ordens de um feitor, considerando isto uma afronta, os portugueses não vêem nisto nada de extraordinário, pois já estavam habituados em sua pátria a trabalhar sob a fiscalização do feitor.

Às duas horas da tarde, almoçam; a refeição se compõe de

feijão preto com toucinho. Descansam durante uma hora e depois continuam a trabalhar até o pôr do sol, quando voltam para a fazenda, onde jantam. Os trabalhadores brancos dormem juntos, num grande galpão bem arejado, e separado da senzala dos pretos. Aos domingos trabalham até às nove horas, no cafèzal. Depois cada um recebe sua roupa domingueira, e pode passar o dia como bem entender. Nêsses dias, o almoço é enriquecido com um pedaço de carne sêca. De quatro em quatro semanas, um padre vem celebrar a missa na capela da fazenda.

Os recém-chegados, em geral rapazes ainda, não completamente desenvolvidos fìsicamente, sofrem, passado certo tempo, de anemia, provocada, provàvelmente, pela alimentação deficiente, mal êste que se manifesta com dôres de cabeça, ritmo acelerado do coração, côr macilenta, falta de ânimo e apetite, e loquacidade. Os feitores têm ordens severas de comunicar imediatamente aos fazendeiros os casos que observam. Os doentes são logo recolhidos à enfermaria, onde passam a receber carne fresca nas refeições, a mesma da mesa dos patrões, um pouco de vinho tinto, e são reservados para trabalhos leves, na horta ou no jardim. Em regra, restabelecem-se em pouco tempo; se, entretanto, volta demasiado cedo ao regime comum de alimentação, a doença fica recidiva e dura muito tempo.

Em dez meses na fazenda não se deu nenhum caso de castigo, nem houve motivo para tanto. Os cuidados no que concerne à limpeza, à ordem, ao vestuário eram modelares. Quando o trabalhador já conseguiu pagar metade de sua dívida, o fazendeiro costuma entregar-lhe 2 mil reis mensais, para os gastos particulares, fumo, etc. Alguns fazendeiros entregam a soma ao trabalhador, outros a creditam. Passados dois anos, em geral, a dívida se liquida, ficando o colono livre de se dirigir para onde lhe aprouver. A maioria contrata novos trabalhos com o fazendeiro, pelo praso de um ano. O salário costuma ser diminuto, geralmente 12 mil réis mensais para os adultos, e 8 para os rapazes. Artezãos escolhidos obtêm salários muito mais elevados, e conseguem por isto libertar-se em muito menos tempo.

Os dois métodos acima descritos, o de aproveitar o trabalho do ilhéu de quem se adiantou o preço de sua passagem, e o de utilizar o braço do lavrador a quem se concedeu terras

de cultura, induziu o grande fazendeiro paulista, o falecido Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a levar famílias de portugueses pobres para sua fazenda, com as quais dividia a safra das parcelas de cafèzais que lhes eram entregues para o amanho. Os característicos essenciais dêste processo, igualmente chamado de parceria, eram os seguintes: o fazendeiro recrutava, por intermédio de seus agentes na Europa, famílias de lavradores pobres, pagava-lhes a passagem, estadia no pôrto de embarque e transporte até a fazenda, e, no primeiro ano de trabalho, fornecia aos imigrantes a alimentação e demais artigos de primeira necessidade. Êstes, por seu lado, se comprometiam a trabalhar para o fazendeiro até terem saldado a dívida contraída com as despêsas acima, inclusive os juros usuais. Cada família ou indivíduo recebia uma parcela de cafezal que ficava entregue a seus cuidados. A safra era dividida, metade para o fazendeiro, metade para êle mesmo. A parte do lavrador era, porém, igualmente entregue ao fazendeiro, mediante pagamento anualmente estabelecido, até que se saldasse a dívida. Além disto, os colonos deviam uma soma pelo arrendamento da casa e das pastagens, e metade do dinheiro obtido com a venda dos produtos agrícolas do pomar ou horta que lhes era cedido.

Em alemão traduziu-se o têrmo parceria por "meio-arrendamento", o que, evidentemente, é errado. Não se trata, como acabamos de ver, de um arrendamento, mas sim de uma sociedade baseada na divisão da safra do café proveniente das plantações que são propriedade do fazendeiro. Poderíamos comparar êste sistema com o de uma fábrica, em que o operário, trabalhando com as ferramentas do patrão, recebesse, em lugar de salário, determinada quota do lucro; ou ao de um debulhador que, feito seu trabalho, recebesse parte do cereal debulhado. O colono paga aluguel pela casa onde mora, arrendamento pela pastagem de seu gado, havendo ainda uma espécie de arrendamento do pequeno trecho que o fazendeiro lhe cede para a cultura de legumes, etc., pois metade do produto é entregue ao fazendeiro, em moeda. Esta horta não costuma ser de dimensões consideráveis, e a fazenda Vergueiro era a única em que existia esta condição opressora (50), pois nas demais fazendas da Pro-

(50) Sob a condição de que sòmente metade da colheita que fôsse vendida seria do fazendeiro, e não parte do que o colono precisasse para seu próprio sustento.

víncia, os fazendeiros costumam ceder gratuitamente aos colonos o terreno para a horta, afim de que cultivem os legumes para seu gasto. O sistema não é, pois, de meio-arrendamento, mas de divisão meeira.

O Senador Vergueiro experimentou, pela primeira vez, êste sistema em 1841, na sua fazenda de Ibicaba, na província de São Paulo, a 38 léguas em direção Leste de Santos, utilizando grande número de portugueses, seus conterrâneos (90 famílias, ao que dizem). Esta primeira tentativa fracassou inteiramente, pois, durante as perturbações políticas de 1842, nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, os colonos abandonaram a fazenda, dispersando-se pelo país. Foi por esta época que grande número de fazendeiros paulistas, entre êles o Senador Vergueiro, resolveram substituir a pouco rendosa cultura da cana de açúcar pela do café. Isto requeria, naturalmente, número muito maior de trabalhadores e, em 1846, o senador voltou à experiência antiga, mas desta vez com elementos alemães. Agentes em Hamburgo conseguiram recrutar 64 famílias, constituidas por 364 indivíduos, na sua maioria prussianos e bávaros renanos, e camponeses do Holstein, que vieram ter ao Brasil, chegando, em julho de 1847, à fazenda de Ibicaba, onde já viviam 215 escravos e 7 famílias de colonos.

A idéia original desta importação de trabalhadores foi, como já dissemos, do senador Vergueiro, mas foram seus filhos, especialmente o de nome José, que se dedicaram à realização de tão triste empreitada, embora, nos entendimentos com o Govêrno, smpre figurasse o nome do pai. José Vergueiro fôra educado na Alemanha, tendo até sido, durante algum tempo, tenente da guarda em serviço prussiano. No ano de 1846, junto com quase todos os membros da sua família, fundou, em Santos, uma casa exportadora de café, e passou a ser o orientador da chamada "colônia Senador Vergueiro", na fazenda de Ibicaba. Se o velho Senador estivesse ainda gozando de plena saúde, se estivesse em posse de seu inteiro vigor físico e mental, e seus múltiplos afazeres lhe tivessem permitido dirigir essa emprêsa de parceria, não hesito em prognosticar que a tentativa teria sido bem sucedida, tanto para a companhia como para os colonos, pois o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro era homem honesto, reto, moderado e humano. Grande parte da imprensa alemã citou muito injustamente o nome do senador

Vergueiro com desprêzo e abominação, mas as graves acusações contra êle dirigidas não as mereceu, mas sim o filho, o antigo tenente da guarda prussiana José Vergueiro.

Segundo me afirmaram homens dignos de crédito e de reputação incontestada, a nova tentativa devia ser vista com bons olhos. Os colonos se ambientavam com relativa facilidade no seu novo meio; não eram onerados com dívidas demasiado pesadas nem injustas; os preços dos alimentos fornecidos eram baixos, de modo que cada família podia contar com a possibilidade de poder abandonar a fazenda, passados quatro anos de trabalho, livre de qualquer dívida, salvo nos casos de acidente ou doença, sendo que alguns, já no terceiro ano tinham um crédito considerável. José Vergueiro, por seu lado, tratava os colonos com justiça e decência, pois reconhecia perfeitamente as vantagens anferidas pelo sistema.

Os resultados vantajosos obtidos na fazenda de Ibicaba encorajaram os fazendeiros da Província a seguir o exemplo, contratando também colonos de parceria, quando a importação de escravos provenientes da costa africana cessou, no ano de 1850. Como não dispunham de relações na Alemanha, dirigiam-se a José Vergueiro, afim de conseguir colonos por seu intermédio. Foi então que se iniciou uma nova fase no sistema de parceria. José Vergueiro (em nome da sociedade Vergueiro), tornou-se importador de colonos e pediu autorização ao govêrno provincial para cobrar de cada colono adulto que entrasse na Província a taxa de 10 mil réis, e de cada menor, 5 mil réis, o que foi concedido pelos deputados da Câmara provincial, que incorreram assim em grave êrro. Os contratos dos colonos de 1847 foram alterados e passaram a oferecer para os futuros colonos graves desvantagens. Conforme o contrato antigo, os colonos eram obrigados a pagar juros, depois de 2 anos, da dívida restante da passagem, e depois de 1 ano, os juros das despesas de transporte e gêneros fornecidos. O novo contrato, porém, estabelecia a obrigação dos colonos ao pagamento de juros desde o dia em que recebiam o adiantamento. Continha ainda outras cláusulas prejudiciais e altamente nocivas aos colonos. Rezava êle que cada família ficava solidàriamente responsável pelas dívidas contraídas, podendo ainda o contrato feito com a firma Vergueiro & Cia. ser transferido para qualquer outro fazendeiro.

Estas novas condições foram bem recebidas pelos fazendeiros, pois ofereciam sólidas garantias ao capital investido. As vantagens do sistema de parceria foram ainda apresentadas de maneira muito sedutora pelo cônsul geral da Suíça, sr. Perret-Gentil (*Estudos sôbre colonização ou considerações sôbre a colônia Senador Vergueiro,* por Carlos Perret-Gentil, Santos, 1851, brochura editada pelo A.). Já se fazia sentir a falta do braço escravo, e as experiências da fazenda Ibicaba eram das mais promissoras. José Vergueiro iniciou, pois, uma grande atividade, tanto no Brasil, como, por intermédio de seus agentes, na Alemanha, onde êstes contratavam o maior número possível de famílias desejosas de emigrar, para a parceria. Advertido por Perret-Gentil, José Vergueiro voltou sua atenção para a Suíça, tão densamente povoada, passando a fazer, por intermédio de agentes, grande propaganda de seu sistema, no que, infelizmente, foi bem sucedido. Demonstrou-se às comunas de vários cantões que esta era a oportunidade única de se livrarem da população pobre e infeliz, bastando para tal que adiantassem o dinheiro das passagens dos emigrantes, o qual lhes seria reembolsado pela firma Vergueiro & Cia., com os fundos obtidos com o trabalho dos ditos emigrantes nas fazendas. Muitas comunas aceitaram de bom grado a proposta, aparecendo logo grande número de famílias que se apressaram em candidatar-se, pois viviam na mais negra miséria e alimentavam a esperança de melhorar a sorte além-mar. Algumas comunas, porém, excederam as medidas da justiça e da decência que lhes cumpria observar para com seus compatrícios, aproveitando-se de tão rara oportunidade para fazer uma limpeza em regra no seio da própria população. Incluíram nas listas dos emigrantes alguns indivíduos fìsicamente incapazes ou de baixo nivel moral, que um dia lhes haveriam de pesar nos cofres públicos ou serem internados em asilos. Êsses indivíduos eram alistados como fazendo parte de tal ou qual família e, por vêzes, as próprias autoridades forçavam as famílias a incorporar êsses pobres miseráveis no seu conjunto, sob a ameaça de não cederem o adiantamento necessário para a viagem. Tratava-se, na maior parte dos casos, de indivíduos incapazes ou avessos ao trabalho, castigados alguns de graves defeitos físicos. Parece que, nem as comunas, nem os próprios emigrantes chegaram a

perceber o alcance do parágrafo VI do artigo 5, que estabelecia a solidariedade coletiva na responsabilidade das dívidas contraídas por família, pois em caso contrário, jamais teriam consentido na formação dessas "famílias artificiais", selando assim a própria desgraça por longos anos. Quanto aos agentes, também não tinham nenhum interêsse em chamar a atenção das autoridades para êste parágrafo, pois o que lhes importava era simplesmente recrutar o maior número de colonos possível, afim de lhes aumentar as comissões. Tal procedimento lastimável teve funestas consequências.

A importação de colonos pela firma Vergueiro & Cia. foi efetuada, por vários anos, em escala crescente, sendo que a maioria dos colonos era destinada a fazendas paulistas. Na fazenda Ibicaba havia, em 1856, mais de 800 colonos estrangeiros, dos quais 216 de origem portuguesa e os demais alemães e suíços. Estes últimos eram representados por 87 famílias, 10 delas já livres dos compromissos financeiros, havendo mesmo algumas com crédito apreciável (522 mil réis) na firma Vergueiro & Cia. Outras 4 deviam menos de 100 mil réis, e mais 4 eram devedoras de somas variando entre 100 e 200 mil réis. Os demais estavam afogados em dívidas. Colonos de parceria existiam ainda, na mesma Província nas comarcas de Campinas e Mogi-Mirim, município de Jundiaí, e na comarca de Taubaté, município de Ubatuba. Na província do Rio de Janeiro, também havia dêstes colonos, em 5 fazendas, a maioria dêles proveniente da Turíngia e do Holstein.

Enquanto os agentes de Vergueiro ainda recrutavam colonos na Europa, lá já chegavam as primeiras cartas contendo relatos cheios de amargas queixas e acusações graves, que despertaram a atenção das autoridades, provocando logo uma justificada oposição, muito viva, contra tal sistema de recrutamento de colonos.

Certos agentes de emigração em Antuérpia cometeram graves abusos, contratando imigrantes sem serem autorizados para tal e apresentando contratos em que os nomes dos fazendeiros e das fazendas ficavam em branco. Êstes contratos eram depois anunciados à venda nos jornais brasileiros, antes da chegada dos navios. Sem levar em consideração êsses abusos criminosos, os próprios contratos já bastavam para oferecer motivo

a justas queixas. Mencionarei aqui apenas as desvantagens mais flagrantes, bem como as principais queixas da parte dos colonos.

> "Art. 3.º — Uma vez chegados ao pôrto de Santos, os colonos ficam à disposição da firma Vergueiro & Cia., que se obriga a recebê-los, a alimentá-los e a conduzi-los aos seus destinos."

Não fica estipulado, como vemos, a quem caberiam as despesas de transporte. Os colonos ficaram, pois, justamente indignados ao terem conhecimento, quando chegaram à fazenda, que dista de 40 a 50 léguas de Santos, que a permanência naquele pôrto e o transporte até a fazenda, que foi uma viagem de 15 dias, lhes fôra debitado. Acreditavam que a própria sociedade se encarregava destas despesas.

> "Art. 4.º, § II. — A companhia se compromete a fornecer aos colonos tudo o que precisarem, inclusive a dar-lhes trabalho, continuando assim até que estejam em condições de prover as próprias necessidades."

Baseando-se nêste parágrafo, os colonos pensavam que o fazendeiro se comprometia a mantê-los por tempo indeterminado, adiando, fiados nisto, às vêzes por simples comodismo ou mesmo preguiça, a época em que se poderiam manter com as próprias colheitas. Houve colonos que, evidentemente, abusavam desta disposição, pois sem se preocupar com o acúmulo de dívidas, exigiam, durante vários anos, que a administração lhes fornecesse tudo o que precisavam, inclusive gado, milho e farinha, indo em seguida vender o que assim haviam obtido a terceiros, para gastar o dinheiro, dêste modo conseguido, em bebidas ou no jôgo. Nos contratos posteriores, foi estipulado o prazo de 6 a 12 meses para a manutenção dos colonos pela companhia.

No parágrafo III, a companhia Vergueiro prometia entregar aos chefes de família um número de pés de café de acôrdo com a capacidade de trabalho de seus membros. A muitas famílias, entretanto, foram entregues arbustos já velhos e cansados, cuja produção não era suficiente para a manutenção da família do lavrador, e menos ainda para o pagamento das prestações da dívida.

Diz o parágrafo IV:

> "A Companhia Vergueiro & Cia. compromete-se a pôr à disposição do colono um terreno adequado, no qual êle possa plantar aquilo que lhe é necessário para seu sustento."

Algumas fazendas observaram esta prescrição. Outras, porém, deram aos colonos terrenos pouco apropriados para qualquer cultura, ou então situados a tal distância da fazenda, que o colono perdia muito tempo no cultivo dessa pequena nesga de terra, da qual tirava proveito muito pouco satisfatório.

Entre as obrigações impostas aos colonos quero citar a seguinte:

> "Art. 5, § VI. — Os colonos mencionados no contrato se obrigam ... "a pagar à companhia Vergueiro & Cia. os juros decorrentes das despesas feitas com passagens, manutenção e auxílio no trabalho, na base legal de 6%, a partir da data do desembolso do dinheiro, ficando solidàriamente responsáveis pela dívida, obrigando-se a investir metade do salário anual no seu pagamento."

Esta exigência foi a mais infeliz de tôdas, pois deixava o colono na absoluta dependência do fazendeiro, particularmente aquelas famílias suíças que traziam consigo um ou dois daqueles indivíduos indesejáveis de que já falamos. As famílias eram obrigadas a pagar as despesas de viagem marítima e terrestre, manutenção, etc., acrescidas dos respectivos juros, sendo forçadas a trabalhar para a liquidação da dívida. Se acontecia morrerem os mais velhos, os filhos, mesmo ainda menores, ficavam entregues à arbitrariedade do fazendeiro. Os juros de 6% a que eram obrigados, acumulavam-se assustadoramente, pois as despesas, a contar do dia do embarque até a chegada à fazenda, chegavam a 500 francos por pessoa adulta. Algumas famílias, as que traziam elementos estranhos, enfrentavam, desde a chegada, uma dívida de alguns milhares de francos, acrescida dos juros, que começavam a ser contados desde o embarque na Europa, isto é, alguns meses antes.

Nada se pode arguir contra os juros de 6%, que são inteiramente legais e usuais. Alguns fazendeiros pagavam os juros de 12%, porque ao firmar contrato com a companhia Vergueiro não dispunham do capital necessário e pagavam o dinheiro tomado, com juros de 12% sôbre os adiantamentos que os colonos haviam recebido das suas comunas, as quais, não obstante, não tinham cobrado juro nenhum, até que um emissário

do Govêrno Imperial pôs têrmo a êste abuso. Todo o material ou fornecimento feito ao colono, cujo preço debitado já proporcionava lucro satisfatório ao fazendeiro, era pago com os juros de 6% ainda. Não é, portanto, de admirar que famílias honestas e laboriosas vivessem esmagadas sob o pêso de tantas dívidas. Dos indivíduos pouco afeitos ao trabalho, dêstes, nem falamos: viviam anos recebendo víveres do fazendeiro e nem sequer conseguiam pagar metade dos juros com a metade de cada colheita anual.

No parágrafo seguinte do mesmo artigo, o colono se obrigava a observar o regulamento em vigor na fazenda para onde ia. Ora, tal regulamento, que por vêzes era dos mais severos e opressivos, só lhe era comunicado depois de firmado o contrato.

> "Art. 9. — Tôdas as dúvidas ou casos litigiosos entre a companhia e o colono serão julgados por um árbitro, designado pelas autoridades competentes do país, sem mais formalidades, nem apelação."

Quando um colono invocava o direito que lhe era assegurado por êste artigo, formava-se uma comissão inteiramente composta de brasileiros, sendo o veredictum, sempre favorável ao fazendeiro. Apenas de uma excepção tive conhecimento.

> "Art. 10. — A companhia fica autorizada a transferir o contrato, com tôdas as suas cláusulas, a outro fazendeiro, a menos que o colono tenha justas e fundamentadas razões para recusar-se a trabalhar para o fazendeiro a quem se pretenda transferir o contrato."

Êste artigo caracteriza a firma Vergueiro & Cia. como importadora de colonos, dos quais passa a dispor a seu bel-prazer, cedendo-os aos fazendeiros que dêles precisarem e puderem pagar-lhes o prêço. A restrição do artigo não passa de mero embuste, pois, como pode um estrangeiro ter "razões justas e fundamentadas" para negar-se a trabalhar para uma pessoa que nunca viu? Mas na realidade êste artigo não chegou a ser fator de opressão para os colonos, porque nas fazendas de outros proprietários gozavam de maior liberdade e melhor tratamento que na colônia Senador Vergueiro em Ibicaba.

Uma curta análise dos contratos nos demonstrava quão desvantajosos eram para os colonos, mesmo quando observados estritamente pelo fazendeiro. Devo ainda acrescentar que tinha sido prometido, e nos contratos era estipulado, que as famílias procedentes de uma mesma comuna seriam mantidas sempre juntas. Mas, chegadas a Santos, o sr. José Vergueiro as distribuía por fazendas diferentes.

O que maior indignação provocou, porém, não só entre os colonos, como também nos círculos de aquém e além-mar que se interessavam pela sorte dos ditos colonos de parceria, foi a "taxa por cabeça". Como dissemos acima, a Câmara Provincial autorizou a Vergueiro & Cia. a cobrar a taxa de 10 mil réis (25 francos) por adulto, e de 5 mil réis por menor de 10 anos, que entrasse no país por intermédio da dita firma. É de se pôr em dúvida a capacidade administrativa de tais magistrados, que, embora convencidos de que o país necessita de elementos colonizadores os taxa com soma tão elevada, e, para cúmulo, ainda autoriza um autêntico traficante de colonos a cobrar a taxa proibitiva. Sei de famílias que chegaram a pagar taxas de 100 e 110 mil réis. Não satisfeita com isto, a companhia cobrava também a taxa dos que haviam morrido em viagem. Segundo o contrato, já o vimos, os sobreviventes garantiam solidàriamente pelas despesas feitas e, embora não chegasse a seu destino, o morto constava nominalmente no contrato!

Tal modo de agir caracteriza suficientemente as normas que regiam a firma Vergueiro & Cia. Quanto a mim nada mais tenho a acrescentar.

Aumentou, assim, a revolta entre os colonos, tão pesadamente onerados com tôda a espécie de taxas e impostos, dívidas e juros, sem falar no tratamento a que ficavam sujeitos, nem nos sofrimentos que lhes advinham da falsidade e crueldade dos diretores, na sua maioria alemães. A primeira sublevação teve lugar na fazenda Nova Olinda, no município de Ubatuba. As reclamações do cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, sr. H. David, tiveram como consequência a intervenção do Govêrno Imperial, que ordenou a transferência dos colonos suíços para a colônia Santa Leopoldina, na província do Espírito Santo. Dêstes já falei no capítulo primeiro. O Govêrno Imperial indenizou os fazendeiros da maior parte

dos gastos que tiveram. A sublevação na colônia Senador Vergueiro, em Ibicaba, tomou, porém, feições mais graves e dimensões muito maiores. Em fins de 1856, articulou-se nela uma revolta armada, que tornou necessária a intervenção do exército. Felizmente não chegaram às últimas, pois as tropas teriam sido vencidas, se não contassem com reforços consideráveis. Deve-se aos esforços do deputado suíço dr. Heuser, que na ocasião investigava a situação dos colonos suíços de parceria, assistido pelo dr. Diethelm, que lhe fôra indicado pelo consulado geral da Suíça no Rio de Janeiro, bem como à atitude diplomática de José Vergueiro, a volta à calma de ânimos, depois de afastada a alma dirigente dessa revolta, o mestre-escola Tomás Davatz. O juiz de apelação, Manoel de Jesus Valdetaro, tomou conhecimento das queixas apresentadas pelos colonos, o que concorreu para o restabelecimento, da ordem na colônia. Nas demais colônias também reinava grande descontentamento, mas a revolta se teria sòmente pronunciado, se o movimento em Senador Vergueiro tivesse saído vitorioso. Os colonos alemães não participaram da revolta. Contentaram-se em cerrar os punhos nos bolsos. Tais acontecimentos foram muito comentados e relatados nos jornais alemães de então. A obra presente não me permite entrar em pormenores. (51).

Os principais cabecilhas do motim foram expulsos da fazenda. Foram para a vila Limeira, distante duas léguas dalí. José Vergueiro fêz sequestrar os diminutos haveres dos mesmos, os quais reteve durante muitos anos! Um dêles me relatou em São Paulo que José Vergueiro o chamara num quarto contíguo à casa da fazenda e o ameaçara com uma pistola, que tomara da mesa. Êle, o colono, porém, apoderara-se de uma segunda pistola que havia sôbre a mesma mesa e, engatilhando-a, encostou-a no peito de Vergueiro. Êste procurou então acalmar o colono, mas no dia seguinte o expulsara da fazenda. Contou-me ainda que haviam tentado assassiná-lo, a êle colono, quando se dirigia para Campinas, mas que tinham matado outro colono, de nome Marquis (?), por engano, por ser de estatura igual à dêle. Disse-me ainda meu informante,

---

(51) Veja-se *Os colonos na província de São Paulo*, pelo antigo colono Tomás Davatz. Chur, 1858. Relato sincero, mas bastante parcial. Bem pormenorizado. Edição brasileira, traduzida e prefaciada por Sérgio Buarque de Holanda. (Volume V da Biblioteca Histórica Brasileira).

que carregara nas costas o cadáver do companheiro até Campinas. Como o homem estava muito exaltado, é preciso ter-se cuidado em acreditar tudo o que disse. Apesar de investigações minuciosas, não consegui confirmação do acima relatado.

Êstes sucessos em Ibicaba vieram, naturalmente, dificultar os negócios da firma Vergueiro & Cia., com o estabelecimento de severas medidas contra os agentes de emigração, tanto na Suíça como na Prússia. Daí para cá (desde 1857) não chegou ao Brasil mais nenhum colono de parceria proveniente dêsses dois países. O sistema sofreu um golpe mortal. Alguns poucos fazendeiros, cujos colonos se haviam mantido tranquilos, passaram a observar religiosamente as cláusulas dos contratos, a tratar os colonos com humildade e a conceder-lhes mesmos certas regalias, afim de contentá-los. As grandes vantagens que as parcerias lhes ofereciam induziram a procurar diretamente, sem a intervenção da firma Vergueiro, novos elementos colonizadores, os quais encontraram, portugueses e holsteinianos. Não se pode afirmar que o sistema de parceria acabou para sempre; ficou, é verdade, bastante reduzido, sem esperanças de voltar a ter o vulto que tivera.

As colônias dêsse gênero na província do Rio de Janeiro continuaram vegetando até 1860. Em outubro dêsse ano, 89 famílias abandonaram as três colônias então existentes, depois de haverem saldado suas dívidas, num prazo de 9 anos. Entre as 43 famílias restantes, surgiram em breve graves dissidências. Os direitos dos colonos eram defendidos com grande habilidade e energia nos jornais da cidade do Rio de Janeiro, pelo excelente jurista húngaro, já falecido, Carlos Kornis de Totvárad. Tive ocasião de falar com grande número dêsses colonos, no Rio de Janeiro e no Sul do país, e não posso ocultar que vários dêles, provenientes da fazenda Santa Rosa, elogiavam seu proprietário, o Visconde de Baependi, lastimando que se tivessem deixado levar pelos seus patrícios de outras colônias a abandonar a fazenda. (52).

(52) Os colonos das fazendas S. Cruz, pertencente ao sr. Braz Carneiro Bellens, e Independência, do sr. Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, tinham muitas razões de queixa. Êstes últimos eram tratados da maneira mais abjeta pelo administrador da fazenda, José Antônio Furtado. Antes de que êste administrasse a fazenda, os colonos plantavam muito arroz. Furtado, porém, não consentiu mais nisto, pois dizia êle, "os estrangeiros não devem plantar além daquilo que lhes é estritamente necessário para o consumo próprio, pois em caso contrário, vendendo

Conforme já observei, a firma Vergueiro & Cia. se comprometia, mediante contrato, a reembolsar as comunas do dinheiro dispendido como adiantamento aos colonos, com as somas provenientes do trabalho dos mesmos. A maioria dos fazendeiros que receberam seus lavradores por intermédio de Vergueiro pagou imediatamente, ou em curtas prestações, as dívidas globais dos colonos. Se a firma tivesse obrado lealmente, como é de esperar com uma companhia que preza sua honra e nome, teria remetido tais somas recebidas às comunas que tinham pago os adiantamentos. Tal, entretanto, não foi feito. Sonegou-se o dinheiro, num total de cêrca de 200.000 francos, deduzidos 10 ou 14.000 francos, que foram restituídos logo nos primeiros anos. Alegou José Vergueiro, para justificar sua atitude duvidosa, que retinha o dinheiro afim de se indenizar dos prejuízos sofridos com a sublevação de Ibicaba, e dos que tivera com a remessa de uns tantos elementos imprestáveis para o trabalho. Admitimos que, de fato, José Vergueiro sofreu prejuízos com a revolta, o que uma sindicância fàcilmente podia avaliar. Mas, em virtude disto, era-lhe apenas lícito reter o dinheiro a êle pago pelos elementos revoltosos e inúteis para o serviço, mas nunca as somas que outros fazendeiros já lhe tinham pago pelos colonos, e, muito menos, o próprio dinheiro pago pelos colonos, que o tinham ganho à custa do próprio suor e esforços inauditos. José Vergueiro pôde assumir tal atitude ùnicamente porque vivia em um país em que a fôrça e a influência políticas prevaleciam sôbre o direito e onde o Govêrno é demasiado fraco para impor a obediência às leis a qualquer preço. Em nenhum outro país civilizado do mundo, tal atitude teria ficado impune.

Quando as comunas suíças tiveram inteiro conhecimento da situação em que se achavam seus filhos, resolveram perdoar-lhe as dívidas. Umas o fizeram em parte, outras totalmente. Mas, que adiantava isto aos colonos? Os fazendeiros haviam pago a totalidade da soma à firma Vergueiro & Cia.; para novamente creditar aos colonos a quantia relativa ao perdão das comunas, era, pois, preciso que lhes fôsse esta restituída pela mencionada firma. Mas Vergueiro retém, desde

---

as sobras, pagam suas dívidas mui ràpidamente e a fazenda perde os braços de que precisava." Nas três fazendas o preço do café era muito baixo, o que prejudicava os colonos.

o ano de 1861, não sòmente o dinheiro das comunas suíças, como também o dos colonos, e, note-se, dos colonos da fazenda de sua família, bem como dos colonos das demais da província de São Paulo! Tal procedimento provocou grande indignação da parte dos fazendeiros da província, pelo que foi acerbamente censurado. Quanto aos colonos, ficaram profundamente abatidos, pois tinham que trabalhar para pagar ao homem causador de seus males uma dívida que lhes fôra perdoada pelas suas comunas. Se, em vez de colonos suíços, se tratasse de ingleses, franceses ou norte-americanos, teria sido suficiente a presença das bocas de fogo de alguns vasos de guerra nos portos de Rio de Janeiro e Santos, para lembrar ao Govêrno Imperial que, num Estado onde o direito é respeitado, cabe-lhe velar, como poder supremo, pela obediência às leis, liquidando assim a questão. O fato do Govêrno não ter tomado nenhuma iniciativa com o fim de assegurar aos colonos o direito violado, prova suficientemente quão fraco o Govêrno Imperial se sente (53). José Vergueiro me afirmou, sem mais nem menos, que nunca mais admitiria a entrada de um comissário do Govêrno em sua fazenda (23 de julho de 1860).

Apesar de tão adversa situação, grande parte dos colonos conseguiu libertar-se das dívidas e, anualmente, algumas famílias se vão livrando de seus contratos de parceria. Se lhes tivessem sido reembolsados os adiantamentos de que as comunas abriram mão, pouquíssimos seriam aquêles que ainda não se teriam tornado independentes financeiramente, excepção feita de certos elementos vadios e algumas famílias vítimas do infortúnio.

Seria injusto atribuir o fracasso dêste gênero de colonização ùnicamente aos contratos lesivos e aos fazendeiros. Creio, antes, que a maior parte da culpa cabe aos próprios colonos. Os agentes de emigração, que eram pagos sob a forma de comissão por cabeças, tratavam apenas de angariar o maior número possível de famílias ou indivíduos isolados, sem cogitar de saber se eram pessoas idôneas para o trabalho a que se destinavam, ou se incapazes. Por meio da imprensa, da publicação

(53) As declarações da casa bancária de Illion e Marques Braga, de março de 1865, dão uma prova completa da posição do Ministério de então relativamente à casa Vergueiro & Cia.

de folhetos e pela lábia sedutora de certos sub-agentes, souberam angariar emigrantes, pintando-lhes em côres vivas um brilhante futuro, na América do Sul. Uma vez chegados nos locais de imigração, os colonos percebiam o embuste, mas, tomados de grande desânimo, deixavam-se estar, sendo poucos os que souberam reagir na hora. Começavam a trabalhar sem entusiasmo, confiavam no auxílio alheio em vez de contarem com a própria fôrça e, assim, foram-se afogando gradativamente em dívidas. Grande parte dos imigrantes era constituída de elementos indesejáveis e vagabundos, que oneravam os cofres públicos de suas comunas, motivo pelo qual estes resolveram pagar-lhes o preço da passagem, sob a forma de adiantamento. Seria cabível esperar que tais indivíduos se morigerassem na terra alheia onde iam conseguir seu sustento a crédito, sem se importarem com as dívidas que contraíam? É preciso ter tido contacto com tais pessoas, ter-lhes falado e ouvido suas alegações; é ainda preciso saber-se de seus antecedentes, ter visto os resultados que obtiveram como colonos, para poder aquilatar, seu justo valor, a parcela de culpa que lhes cabia de sua própria miséria. De nada valem, naturalmente, cogitações filantrópicas, nem condenações generalizadas.

Uma cousa, porém, ficou patente: os colonos ativos conseguiram, apesar de tôdas as dificuldades e adversidades, livrar-se de suas dívidas e conquistar certo nivel de conforto, mesmo a despeito da firma Vergueiro & Cia., ao passo que os vadios e vagabundos nunca conseguiram nada, mesmo sob condições muito mais favoráveis e humanas. O episódio que passo a relatar justifica a minha afirmação, embora não seja ao gôsto dos que costumam sempre culpar os fazendeiros da má sorte dos colonos.

O sr. A. C. Robillard (que não era um barão brasileiro de escravos), fazendeiro em Ubatuba, província de São Paulo, firmou, no ano de 1856, um contrato com 8 famílias, compostas ao todo de 49 pessoas, do cantão de Friburgo, contrato êste nos seguintes têrmos: O sr. Robillard se comprometia a dar a cada família casa e terras aráveis suficientes para lhes garantir a manutenção; além disto, tantos pés de café, quantos fossem capazes de cultivar. Cada família comprometia-se a pagar anualmente a soma de 50 mil réis por milhar de pés de café, ficando de posse da safra inteira, sem desconto nenhum;

para cada milhar novo que plantassem os colonos seriam pagos 100 mil réis, podendo depois êstes pés serem igualmente arrendados, também por 50 mil réis. Os colonos se comprometiam a reembolsar os adiantamentos feitos, caso abandonassem a fazenda antes de expirar o prazo do contrato. Não se cobravam juros, nem pela quantia destinada à passagem, nem pela dívida contraída com o fornecimento de víveres. Comprometiam-se ainda os colonos a observar bom comportamento, cuidar do cafezal e pagar pontualmente o preço do arrendamento dos cafezais que estivessem a cargo dêles. Finalmente os casos litigiosos seriam decididos pelo *Cônsul Geral da Suíça* no Rio de Janeiro.

Êste foi dos contratos mais vantajosos firmados com imigrantes, e os friburgueses não deixaram de manifestar sua satisfação, cognominando o futuro patrão de "le bon Mr. Robillard". Cada família facilmente podia cuidar de 2.000 pés de café. Cada pé, tomando-se a média dos anos de boa e má safra, dá um rendimento anual de 2 libras (tratando-se de arbustos em pleno viço), o que perfaz a soma de 4.000 libras, ou 150 arrobas. Calculando cada arroba a 5 mil réis, temos que o valor da colheita proveniente dos 2.000 cafèeiros de cada família podia atingir a 625 mil réis. Desta quantia pode-se deduzir 100 mil réis dos arrendamentos do fazendeiro, ficando 525 mil réis, dos quais deduziremos ainda 125 mil réis para as oscilações do preço, trabalho de limpeza e transporte. Restam, como lucro líquido, 400 mil réis para cada família cuidar de 3.000 pés de café, o que não é difícil, conseguirá, de acôrdo com os cálculos acima, a importância bruta de 935 mil réis, ou líquida de 600 mil réis. Os colonos dispunham ainda de terras aráveis em abundância, podendo vender os seus produtos agrícolas no mercado de Ubatuba. Não precisavam trabalhar penosamente na derrubada de matas virgens, nem viver longe de qualquer convívio social, sofrendo as privações inerentes à vida primitiva, pois havia, num raio de apenas meia milha, igreja, escola, farmácia e médico. Viviam êles independentes do fazendeiro, podendo adquirir os artigos que precisassem onde bem lhes conviesse. Considerando, pois, todos êstes fatos, concluímos que existiam aí tôdas as condições para assegurar a prosperidade dêsses colonos.

Mas os friburgueses em questão não souberam aproveitar as vantagens que lhes eram oferecidas, para com trabalho e esfôrço próprios conseguirem viver desafogados. Algumas das famílias abandonaram a fazenda, por simples motivo de não gostarem da vida ali, e encontram-se agora em condições precárias vivendo em outras Províncias; outros, indolentes, descuidaram do trabalho dos cafezais, preferindo cultivar a horta, para vender os produtos em Ubatuba, em vez de se dedicarem ao trabalho mais duro, porém mais lucrativo do plantio do café. Apenas umas poucas pessoas dentre êsses colonos trabalharam com afinco e sem desânimos, ganhando com isto bela soma em dinheiro. Mas nenhuma das oito famílias pagou vintém ao fazendeiro, durante os cinco primeiros anos, embora ficassem sempre com a colheita. O administrador da fazenda, sr. Dubosq, declarou-me, em 1861, em nome do sr. Robillard, que este resolvera entregar, também êste ano (1861) tôda a safra aos colonos; que lhes fazia presente da quantia de 5 contos 533 mil réis (cêrca de 14.000 francos), que os colonos ainda lhe deviam pelos adiantamentos pagos para as passagens; que nada mais exigia dêles, a não ser que abandonassem a fazenda na data da expiração do contrato, que era de cinco anos, em agôsto de 1861, sem danificar os arbustos de café, nem as árvores frutíferas, como já acontecera mais de uma vez.

Um representante dos colonos veio ao Rio afim de se queixar ao Cônsul Geral da Suíça, que o sr. Robillard os queria mandar, embora em agôsto. Reduzido a têrmos o depoimento do dito representante, ficou patente e comprovado plenamente o que acima ficou dito. O colono não se queixava, nem do fazendeiro, nem do administrador, criticava apenas a dureza de coração do sr. Robillard, que queria mandar embora as famílias, quando estas já se haviam habituado à vida da fazenda e se sentiam tão bem. Condescendeu mesmo a declarar, em seu nome e no de seus representantes, que dora avante prometiam satisfazer as cláusulas do contrato, e, quando, como era de prever, não lhe aceitaram a proposta, reclamou em altos brados contra a brutalidade e a injustiça com que tratavam os pobres. A impertinência e a estupidez dessa gente foi ao ponto de exigirem que se obrigasse ao fazendeiro a renovar o contrato;

isto depois de não haverem respeitado nenhuma das cláusulas do mesmo, durante cinco anos a fio, causando tôda a sorte de prejuízos ao fazendeiro. O representante dos colonos confessou ainda que, em vez de irem buscar lenha na mata próxima, por lhes ser mais fácil, costumavam abater as árvores frutíferas em pleno viço, que estavam mais próximas, especialmente laranjeiras; que tinham, também, como sinal de protesto e desapontamento por se verem obrigados a deixar a fazenda, danificado o cafèzal.

Os muitos exemplos que provam poder ser o sistema de parceria vantajoso, tanto para o fazendeiro como para o colono, sistema êste baseado em princípios absolutamente sãos, demonstram também que se adapta e recomenda especialmente no Brasil e para a cultura do café, sendo fonte de grandes vantagens para ambas as partes. A culpa do fracasso, porém, que tal sistema sofreu, cabe, em primeiro lugar ao procedimento da firma Vergueiro & Cia., que lhe feriu mortalmente com a ambiguidade da redação dos contratos, com a cobrança de taxa por cabeça e com recusa de restituir às comunas o dinheiro por elas adiantado. Grande parte da culpa cabe aos fazendeiros, aos administradores e feitores, e aos próprios colonos, bem como à legislação deficiente, que não garantia aos colonos a proteção a seus direitos. Finalmente, deve-se censurar o Govêrno brasileiro, que, ou por falta de prestígio, ou de boa vontade, não soube pôr têrmo aos abusos e injustiças, fazer respeitar as leis em vigor, nem apresentar às câmaras legislativas novos projetos adaptados à situação atual.

O sistema de parceria teria podido apresentar para o imigrante uma forma ininterrupta e muito importante para a colonização com elementos livres, como o provou ser em muitos casos. Um camponês ou lavrador pobre que desejasse emigrar para o Brasil, sem possuir, contudo, os meios necessários para tal empreendimento, encontrava nêste sistema a solução para seu problema, tendo ainda a perspectiva de, mais tarde, vir a ser proprietário de um terreno. O dinheiro para as despesas de viagens lhes era adiantado; forneciam-lhes víveres e o demais necessário para passar o período mais difícil, até que, por seus próprios recursos, pudessem tornar dispensável o auxílio. Sendo trabalhador e ativo, poderia liquidar suas dívidas em

quatro anos, economizando ainda algumas centenas de mil réis. Nêsse entretempo aprenderá a língua do país e se familiarizará com as culturas tropicais, tão diversas das européias. Êste último ponto é da maior importância; muitos colonos queixam-se de haverem perdido um ano inteiro de trabalho, por não saberem cuidar adequadamente de suas culturas, pois ignoravam certos princípios básicos da agricultura brasileira. Para o imigrante, que aqui aporta desprovido de recursos, êstes quatro primeiros anos de aprendizagem são de grande valia. Para que se consiga, entretanto, os resultados desejados, torna-se necessária a concorrência de várias circunstâncias favoráveis, o que rara vez se dá no Brasil. O principal defeito de que sofre o sistema de parceria adoptado pelo sr. Vergueiro, patenteado já por tantas experiências desastrosas, é tão fundamente enraizado, que se torna impossível extirpá-lo. Razão por que me tornei francamente adversário do mesmo.

Escolham-se famílias de camponeses pobres e trabalhadores, na Alemanha; firmem-se contratos redigidos em têrmos claros e de condições fàcilmente aceitáveis para ambas as partes; coloquem as famílias de imigrantes em fazendas de proprietários honestos, com administradores alemães idôneos; decretem-se leis que garantam os direitos dos colonos (54); nomeiem-se juízes que velem pela observância das mesmas com severa imparcialidade, sem atender posições nem influências, e vereis que o sistema de parceria obterá um êxito absoluto

Quero ainda fazer uma observação pessoal. O Conselho Federal da União Suíça publicou, em 1860, meu relatório oficial sôbre as colônias de parceria na província de São Paulo, que dirigi, tanto à essa autoridade suíça, como ao Ministério Imperial Brasileiro das Relações Exteriores. Êsse relatório, que fiz baseado em conscienciosas sindicâncias, me valeu, da parte de certa imprensa alemã, particularmente berlinense, os mais acerbos ataques, porque, isento de qualquer paixão ou parcialidade, não atribuí a culpa exclusivamente aos fazendeiros, os "barões negreiros", da situação infeliz dos colonos. Respeito e prezo sempre as opiniões e julgamentos alheios, sejam êles contrários aos meus, desde que apresentem cunho de sin-

(54) O decreto de 11 de novembro de 1858, relativo à colonização, está ainda longe de preencher a lacuna que existe.

ceridade e se baseiem em argumentos sérios e experiências próprias. Mas ataques como os que aludo, não merecem mais que o absoluto desprêzo da minha parte.

Um dos jornais que os publicaram chegou ao desplante de afirmar que os lautos almoços que me ofereceram os fazendeiros, tiveram como efeito fazer-me ver tudo côr de rosa! Só é capaz de formular tão estulta acusação um indivíduo desprovido de dignidade e sentimento de honra, capaz das mais vis ações. Poderia eu ainda referir outros fatos a êste respeito, mencionar os artigos insultosos que mandavam, ora a pessoas no Rio de Janeiro, ora ao Conselho Federal em Berna, mas não vejo motivo nem razão para me extender aqui em digressões que não tem cabimento nesta obra. Deixo, portanto, a tais cavalheiros suspeitos a satisfação de continuarem a pescar em águas turvas.

Deixei a hospedaria do sr. Pinto, na ponte de que falei acima, com a intenção de ir visitar as colônias de parceria situadas no município de Jundiaí. A primeira das colônias estabelecida na fazenda São José da Lagoa, três léguas e meia distante da vila de Jundiaí. Seu proprietário, sr. Antônio Joaquim Guimarães, morrera poucas semanas antes, e a viuva não estava inclinada a manter os colonos na fazenda por achar a tarefa demasiado árdua para uma mulher. O pai resolveu, pois, com o prévio consentimento dos colonos, transferí-los para sua fazenda, que ficava próxima, onde já havia outros colonos compatrícios, e onde as terras eram mais férteis do que as da fazenda São José da Lagoa.

A colônia era composta de 8 famílias apenas, tôdas elas do cantão de Unterwalden, e mais de um holsteiniano, casado com uma mulher suíça dêste mesmo cantão. O alemão travara conhecimento com a moça a bordo do navio, enamorara-se dela, e, ao desembarcar em Santos, casaram-se. Tomou sôbre si o compromisso financeiro da moça e, logo ao fim do segundo ano, conseguiu liquidá-lo, tendo ainda um crédito considerável com a viuva Guimarães, que não cansava de elogiar sua correção e comportamento. Das outras sete famílias, disse-me a viuva que três delas eram modelares, mas que das restantes não podia dizer o mesmo. Quanto aos colonos, quei-

xavam-se do tratamento que recebiam do administrador, da má qualidade das terras e alegavam também que os cafèeiros já eram velhos demais. As queixas relativas à terra eram procedentes, pois o solo ali não era dos mais férteis; quanto aos cafèeiros, embora plantados nêsse solo pouco fértil, davam rendimento satisfatório; quanto ao administrador em questão, fôra afastado do cargo havia já um ano. Todos os colonos concordavam com a transferência para a outra fazenda e o holsteiniano resolvera também seguir os demais, para depois de alguns anos adquirir terras com as economias feitas.

Ao cair da tarde, fui até a fazenda "Sítio Grande de Santo Antônio", a 2 léguas de distância. Seu proprietário, o Comendador Antônio de Queiroz Teles, é homem muito estimado, mui digno e dotado de grande espírito de justiça, que, embora um tanto rude, jamais se mostrou duro ou injusto para com os lavradores. A colônia, que se compunha de 16 famílias do cantão de Unterwalden, evoluía satisfatòriamente, pois o fazendeiro mantinha-se na estrita execução do contrato, interpretando-o sempre a favor dos colonos. Não havia queixas quanto a medidas, pesos ou preços dos víveres, nem reclamações semelhantes. Os bons colonos recebiam o dinheiro que solicitavam, os menos corretos, sòmente pequenas quantias. O cafèzal todo se distinguia pelo seu bom aspecto de ordem e limpeza. O sr. Queiroz Teles entregava a parte em que existiam arbustos velhos a seus escravos, reservando aos colonos os que estavam em pleno vigor de produção. As terras destinadas ao cultivo particular dos colonos eram abundantes, as residências confortáveis e espaçosas. O fazendeiro estava contente com os colonos, falando-me apenas de dois, que eram indolentes e levianos. Quanto aos colonos, não tinham queixa da fazenda, mas reclamavam contra a taxa imposta pelo sr. Vergueiro e os pesados adiantamentos das comunas.

O diretor da colônia, um alemão de nome F. Bolkau, homem razoável e calmo, era muito dedicado aos colonos. Duas das 60 famílias que integravam a colônia estavam já isentas de dívida, sendo que uma delas possuía um crédito de cêrca de 1.000 francos, que, em poder do fazendeiro, rendiam juros, desde a safra de 1859. Outras 7 famílias estavam ainda em débito, mas o montante de cada um dêles não ultrapassava o da safra do último ano. Três famílias, das quais faziam par-

te elementos alheios a elas, tinham ainda dívidas consideráveis, que já poderiam ter liquidado, se Vergueiro tivesse honrado seus compromissos, restituindo ao sr. Queiroz Teles o dinheiro relativo aos adiantamentos que êste pagara em 1855 e que as comunas suíças haviam desistido em favor dos emigrantes.

Os preços que os colonos conseguiam com o café em Santo Antônio eram mais altos do que os das demais fazendas do interior da província de São Paulo, o que se explica pelo reduzido custo do transporte até o pôrto de Santos (55). A colônia da fazenda do sr. tenente-coronel Joaquim Benedito de Queiroz Teles, irmão mais velho do proprietário da Santo Antônio, era situada a 2 léguas desta. Na sua fazenda, chamada São Joaquim, viviam 7 famílias em condições idênticas às da Santo Antônio. Cinco delas manifestaram seu pleno contentamento, mas as outras duas se queixavam amargamente do cafèzal, das terras, dos alojamentos e dos preços do café. Ficou provado, porém, que tais queixas careciam de fundamento, e os outros colonos afirmaram que esta gente já tinha reputação duvidosa na própria Suíça e que, se os demais colonos fossem como êles, nenhum seria capaz de se livrar das dívidas. Uma família de Unterwalden, que chegara à fazenda sem ter recebido nenhum adiantamento para despesas de viagem, liquidara, desde 1858, tôdas as dívidas provenientes da nova condição de vida que tinha adotado, e, além disto, na colheita de 1859, havia economizado cêrca de 2.800 francos, e esperavam, na de 60 auferir lucros ainda maiores.

Depois de uma permanência de dois dias nessa fazenda, fui, acompanhado por um colono, até à cidade de Campinas. Durante êste trajeto, tive ainda a oportunidade de me informar sôbre as condições de vida de vários compatrícios meus, recebendo confirmação das minhas próprias observações.

---

(55) A arroba de café era creditada ao colono, deduzidas tôdas as despesas, pelos seguintes preços:

No ano de 1855	3.780 réis
" " 1856	3.155 "
" " 1857	2.845 "
" " 1858	3.140 "
" " 1859	4.000 "

As contas que o fazendeiro me apresentou estavam inteiramente de acôrdo com os dados acima.

Em Campinas, hospedei-me na casa do farmacêutico dr. Georg Krug, pois esta cidade, de grande movimento e indiscutível importância, uma das maiores da Província, não possuía sequer um hotel. O pai do sr. Krug emigrara da Alemanha, devido à triste situação política no Ducado eleitoral de Hessen-Kassel, onde exercia, na cidade de Kassel, a profissão de marceneiro, que lhe dera grande fama, como artífice hábil e competente. Cometera, entretanto, o grave crime de abrigar idéias demasiado liberais, o que lhe valeu ser forçado a abandonar a pátria, êle e sua família. Veio para o Brasil e fixou residência em Campinas. Seu filho mais velho estabeleceu-se com uma farmácia e o mais jovem exercia, com muita habilidade, a profissão paterna.

São Carlos de Campinas, uma trintena de anos atrás, era ainda uma cidade sem importância. Em seus arredores cultivava-se a cana de açúcar, mas sem grande proveito, pois os preços eram baixos e a grande distância do pôrto de Santos encarecia demasiado o transporte. A arroba do produto alcançava na época apenas 2 patacas (14 *groschen* de prata). Seguindo o exemplo dos fazendeiros do Rio de Janeiro, os de Campinas começaram também a plantar café, o que fizeram em escala cada vez maior, até que tôdas as terras entre Jundiaí e São João do Rio Claro ficaram inteiramente cobertas de cafèzais. Esta nova cultura teve consequências muito benéficas para Campinas, então vila ainda, e que em 1840 foi elevada à categoria de cidade, desenvolvendo-se daí para cá em extensão e importância. A cidade ocupa vasta área, pois as construções são circundadas de jardins e pomares. Muitos dos fazendeiros das proximidades possuem aí suas casas, mas os edifícios públicos são destituídos de importância arquitetônica. As três igrejas importantes, a do Rosário, a da Santa Cruz e a Matriz Velha, não se distinguem em nada do comum das igrejas do interior do Brasil, mas a Matriz Nova promete ocupar lugar de destaque entre os demais templos do país (56). As esculturas em madeira são da autoria do afamado artista baiano Vitoriano dos Anjos. A cidade possui ainda um cemité-

(56) A 11 de janeiro de 1866, parte da igreja, ainda em construção, ruíu, soterrando sob os escombros alguns operários. No salvamento das vítimas, salientou-se o sr. Franz Krug pelo seu denodo.

rio protestante. O que lhe falta é um bom hospital, mas há o projeto para a construção de uma Santa Casa e os fundos até agora reunidos para tal fim são já de 30 a 34 contos de réis. Os leprosos vivem alojados em barracas, fóra da cidade. No teatro existente as representações são medíocres. Prima donas que no Rio de Janeiro viram em tempos passados dias melhores, apresentam-se aí com relativo sucesso ainda.

A imigração alemã nesta parte da Província não deixou de exercer influência favorável sôbre a população nacional, despertando, por assim dizer, essa gente da letargia em que vão caindo tôdas as cidades situadas em regiões afastadas das vias de comunicação. Lembra-me ter lido, se não me engano em um jornal austríaco, um artigo que dizia "o povo alemão parece desempenhar para os habitantes do mundo as funções de sal. Assim como o sal, de uma comida insípida ou mesmo intragável, faz aceitável ao paladar, assim também age uma dose, convenientemente proporcionada, de alemães no seio de outro povo, exercendo influência benéfica, como é fácil verificar em qualquer parte do globo". Várias vêzes me foi dado verificar a exatidão desta observação, mais de uma vez comprovada nas regiões da província de São Paulo que recebeu imigração alemã. Tanto os colonos como os imigrantes livres, despertaram vida nova na população, criaram indústrias, aumentaram o movimento comercial, melhoraram o padrão de vida, cousas estas que influíram mesmo na vida intelectual. Diversas pessoas importantes em Campinas e em Rio Claro referiram-se, com inteira sinceridade, à benéfica influência que o elemento germânico exercia na região, lamentando ao mesmo tempo que os desastrados manejos com o sistema de parceria tivessem feito cessar inteiramente a corrente imigratória na Província. Certos ofícios, certas indústrias, que nunca tinham sido exercidos ou tentados na Província, foram introduzidos por imigrantes alemães. As pequenas indústrias caseiras e agrícolas, como a de lacticínios, o cultivo de legumes, a apicultura, etc., revelaram-se tão úteis para os colonos, como para os habitantes da cidade. Antes da chegada dêsses "parceiristas", as donas de casa não sabiam onde obter manteiga, verduras, leite, mel, uma vez que não possuíam hortas próprias e vacas. Agora, os colonos levam êstes produtos às suas casas.

Logo após a minha chegada em Campinas, os colonos das redondezas vieram visitar-me, trazendo, como sempre, suas queixas e reclamações. Recebi ainda a visita de alguns fazendeiros, que, mui amáveis, me convidaram a que visitasse suas fazendas. Recebi duas cartas procedentes da colônia Senador Vergueiro, que revelavam evidentes vestígios de violação, feita por mãos inábeis. O conteúdo delas era, porém, tão inocente, que o "gabinete negro" em Ibicaba as podia ter deixado passar sem nenhum receio. Tive assim comprovação das acusações feitas pelos colonos que asseveravam ter a direção em Ibicaba o costume de sujeitar a correspondência dos colonos a uma censura, impedindo a expedição de carta que contivesse alguma queixa. Mais tarde, obtive ainda provas irrefutáveis de tal procedimento. Direi ainda que alguns colonos acusavam diretamente o administrador alemão de cometer estas violações, sem, contudo, poder provar. Os colonos, quando deixavam de receber a resposta de alguma carta enviada para a pátria, logo suspeitavam que a mesma tivesse sido retida, mas na maior parte dos casos não era êste o motivo. Uma carta proveniente de uma cidade provinciana do interior do Brasil precisa ter uma boa estrêla para chegar às mãos de seu destinatário, na Alemanha ou na Suíça. Os colonos costumam escrever os endereços de modo um tanto ilegível e, na mor parte das vezes, em caracteres góticos. Os funcionários brasileiros ficam, por isto, sem saber que façam com tal correspondência e, sem hesitar, colocam tais cartas no saco que se destina ao Rio de Janeiro. A mesma dificuldade se apresenta na repartição desta cidade, o que se repete ainda nos correios ingleses e franceses. Mas, a despeito de tudo, o milagre se opera: a carta chega a seu destino e o destinatário responde, com endereço igualmente ilegível, em que se distingue apenas a palavra "Brasil". Como o remetente, geralmente, ignora as taxas de franquia postal, a carta não vai além da Inglaterra, onde fica sem ser expedida. No caso do sêlo estar certo, o enderêço deficiente e difícil cria tais embaraços aos funcionários postais, que nunca chegam a seu destino (57). Se considerarmos o grande número de cartas

(57) Tive a oportunidade de ver cartas cujos envelopes apenas traziam o nome do colono e da fazenda, com o seguinte enderêço: SANGBAUL — BRASILIEN. Como poderia o funcionário postal descobrir que Sangbau era São Paulo? E como, em Santos, o funcionário iria descobrir a fazenda, se aquêle nome era dado a 10, 20, ou mais ainda em lugares diferentes?

que o bem organizado correio europeu não consegue fazer chegar a seu destino, e nos milhões de cartas que no correio norte-americano sofrem o mesmo fim, não estranharemos que as cartas nunca cheguem a seus destinatários, e se a correspondência dos colonos de parceria é deficiente, não precisamos recorrer a suspeitas de retenção ou de uma censura talvez inexistente.

A primeira fazenda de Campinas que fui visitar, foi a Boa Vista, propriedade do sr. Floriano de Camargo Penteado, a 4 léguas de distância da cidade. A colônia, que já fôra bastante numerosa, contava, em 1860, com apenas 5 famílias. Em princípios dêste ano, e durante o anterior, 8 famílias a haviam deixado, depois de liquidados seus compromissos. Os remanescentes achavam-se em boas condições financeiras, quase todos êles senhores de algumas economias, pois tinham a vantagem de poder vender leite e legumes no mercado da cidade, e o sr. Camargo nunca pensara em reclamar sua parte do produto da venda que os colonos faziam, embora o contrato lhe autorizasse.

Para que não lhes fôsse preciso esperar um ano após a colheita afim de ajustarem as contas com o fazendeiro, e para se porem a salvo das oscilações de preço, os colonos convieram com o proprietário da fazenda ceder-lhe o café logo depois da safra, ao preço de 400 reis por alqueire de grãos. Diziam que esta transação lhes era favorável, a êles, os colonos. Presenciamos, portanto, a transformação aqui do contrato de parceria em simples contrato de salário. Ficou provado que, êste último garante ao lavrador maior lucro, quando o preço do café baixa e o custo do transporte é alto. Quando a cotação do café é alta, havendo ainda outras circunstâncias favoráveis, a desvantagem recai sôbre o lavrador, contudo êste sempre tem a ocasião de estar a par dos cálculos feitos, eliminando assim qualquer suspeita: após a safra, basta-lhe multiplicar o número de alqueires colhidos por 400, para saber quanto lhe cabe. Tal sistema, apresentando a vantagem do pagamento imediato, permite ao colono livrar-se dos juros da quantia adiantada a êle no ano anterior.

O sr. Camargo não estava muito contente com seus colonos; queixava-se particularmente dos modos brutais que usavam ao fazerem suas exigências. Entre os que reclamavam havia, de

fato, alguns muito trabalhadores, mas extremamente rudes. O fazendeiro disse-me que seu maior desejo era ver-se livre dêsses colonos, uma vez liquidados seus débitos; que a experiência o desencorajara de tal modo, tantos desgostos e transtornos lhe causara, que nunca mais pretendia receber colonos em sua fazenda.

Uma das famílias, especialmente, representava grande onus para o fazendeiro. Consistia ela de um casal com quatro filhos, mais um indivíduo alheio a ela. O pai, que já saíra meio cego da Suíça, ficara em breve completamente privado da vista. A mãe morrera no primeiro ano e um dos filhos era idiota. O fazendeiro pagara à companhia Vergueiro tôdas as despesas da família e tinha ainda que mantê-la. De acôrdo com o contrato, o colono que não fazia parte da família era obrigado a responsabilizar-se pela dívida global da mesma, tendo, no caso, que trabalhar a vida inteira para saldá-la, mas o sr. Camargo lhe debitara apenas a parte que lhe tocava individualmente, a qual já fôra saldada em 1859. José Vergueiro continua retendo a quantia referente ao adiantamento da comuna, prejudicando assim, não ao colono, mas ao pobre fazendeiro. Encontrei o cego bem vestido e nutrido; tinha apenas 40 anos, e um filho seu, de 14 anos, servia-lhe de guia, mas ia ser substituído por um negro, pois o jovem precisava aprender um ofício. As duas moças aprendiam costura com a esposa do fazendeiro. Alguns alemães de Campinas, chefiados pelo sr. Krug, entregam anualmente ao fazendeiro certa soma para a manutenção do cego e do filho idiota, exemplo êste que é seguido pela Sociedade Beneficente Suíça, do Rio de Janeiro.

De Boa Vista, fui à fazenda Tapera. Pertence ela à sra. Maria Inocência de Sousa e é administrada pelo seu irmão, sr. Senador Queiroz. Logo após minha chegada, mandaram chamar todos os colonos e apresentaram-me os livros de contabilidade. Os colonos queixaram-se de lhes ter sido dada uma têrça parte de arbustos velhos e podados, que prejudicavam, naturalmente o resultado da colheita. O administrador me explicou que os colonos não se haviam recusado a princípio a receber tais arbustos, pois obtinham com êles uma produção média, fato que os colonos não negaram, argumentando, porém, que a produção piorara nos dois últimos anos. Das 7 famílias aí estabelecidas, uma estava livre de dívidas, duas ficariam

após a safra de 1860 e outra, no ano seguinte. Duas famílias, cujos adiantamentos haviam sido excepcionalmente grandes, tinham grande dívida, mostrando-se com isto bastante desanimadas, especialmente um certo Anton Hatz. Era êle homem doentio e nervoso, padeiro de profissão. Sua mulher fôra caixeira em Berlim e ambos, portanto, não estavam afeitos à vida agrícola. Doenças consecutivas, prole numerosa e uma dívida de cêrca de 1.400 francos, tornavam-lhes a situação verdadeiramente aflitiva. A sétima família, um colono originário de Württemberg casado com uma suíça, estava bastante onerada, mas vivia esperançosa de livrar-se do compromisso em poucos anos.

Os livros da fazenda estavam em ordem, mas muito descuidados. Alguns lançamentos eram feitos a lápis e depois repassados a tinta, apresentavam razuras e correções. Estas, conforme verifiquei, não visavam por certo prejudicar os colonos, mas eram resultado da falta de prática e espírito ordeiro do guarda-livros.

Ao voltar para Campinas, encontrei um viajante que montava um animal já bastante cansado. Entabulou conversa comigo e contou-me que viera da Baía por terra, afim de liquidar negócios aí. Suponho que se tratava de uma leva de escravos que êle contrabandeara para vendê-los na província de São Paulo, evitando assim o pagamento da taxa provincial de exportação. Disse-me ainda que antes ouvira muito falar dessa zona cafèeira, mas que os relatos ficavam muito aquém da realidade, pois no decorrer de suas longas viagens nunca deparara com região assim bem cultivada, o que o levara a tomar a resolução de vender seus bens na Baía e vir estabelecer-se aí.

No dia seguinte empreendi uma viagem de 3 léguas, para ir visitar a fazenda Laranjal, pertencente ao sr. Luciano Teixeira Nogueira, onde encontrei grande número de colonos de parceria, belgas, portugueses, brasileiros, e 9 suíços, do cantão de Friburgo da Suíça francesa. O proprietário goza de merecida fama de homem honesto e justo, podendo-se até acusá-lo de demasiada indulgência e generosidade para com os lavradores. Em consequência disto, os colonos entregam-se aos domingos frequentemente a verdadeiras orgias, que degeneram naturalmente em rixas, chegando, certa ocasião, um português a apunhalar um brasileiro. Os hábitos frouxos e a demasiada

generosidade do fazendeiro induziram os colonos de que falei no comêço do capítulo, e que se encontram atualmente na cidade de São Paulo, depois de terem cumprido pena, a excessos de natureza diversa, seduzidos e incitados por um tal Karl Zabel, de Hamburgo (58). Certa vez, quando o sr. Teixeira voltava, num domingo pela tarde, de Campinas, acompanhado pela família, o tal Zabel chegou a assaltá-lo na estrada, de pistola carregada em punho, insultando-o e ameaçando (59).

Duas das famílias suíças que tinham já saldado suas dívidas, uma delas era constituída de uma viuva com quatro filhas, que pretendia ficar ainda na fazenda durante alguns anos. Outros esperavam poder libertar-se em breve dos compromissos, mas muitos outros colonos teriam que trabalhar ainda longos anos para satisfazer os que contraíram. Queixaram-se apenas dos altos juros, 12%, excepção feita às quantias destinadas a víveres, pelas quais pagavam 6%. Esta taxa de juros era recíproca, pois o fazendeiro pagava à viuva Broissaz 12% também, e o crédito desta era considerável. Diziam os colonos: "Temos o que precisamos, e em tôda parte é preciso trabalhar. É certo que estamos endividados, mas dispomos de dinheiro proveniente das vendas que fazemos dos nossos produtos no mercado. Já nos acostumamos à vida aqui e queremos continuar; o patrão é bom e estamos muito satisfeitos com o administrador (genro do sr. Teixeira). As dívidas não nos incomodam, pois mesmo que mal cheguemos a pagá-las, encontraremos meios para que nossos filhos não venham a sofrer dêstes males quando forem homens". Sòmente uma família, grandemente endividada, se sentia infeliz: seu chefe era tão miope, que nem podia plantar direito, e era só êle a trabalhar.

Os livros estavam em ordem; redigidos em português, eram fàcilmente compreendidos pelos colonos, pois não havia nenhum de língua alemã. Os preços dos víveres eram módicos; uma libra de toucinho custava 80 reis menos que na fazenda de Ibicaba. Os colonos frequentavam a igreja de Campinas, pois

(58) Um dêsses colonos adquiriu para a mulher um rico selim de amazona, pela quantia de 60 mil reis, bem como fazendas caríssimas.

(59) Zabel achou-se preso em São Paulo. O diretor da prisão disse-me que nenhum outro detento, negro ou mulato, tinha comportamento tão mau. Já fôra êste colono até castigado corporalmente, cousa muito excepcional no estabelecimento.

a maioria dêles possui cavalo; os que querem, podem confessar-se com um dos padres, que fala francês.

As casas dos lavradores, pelas quais o sr. Teixeira não cobra aluguel, são boas, espaçosas e bem situadas. Foi interessante para mim observar a diferença entre o interior da casa de um colono europeu e de um brasileiro. As famílias belgas e as suíças mais abastadas possuíam móveis simples, mas sólidos, boas camas, cortinas nas janelas e, nas paredes caiadas, um ou outro quadro; na cozinha, um bom fogão e até uma grande abundância de utensílios. Nas moradias brasileiras, a falta de confôrto era impressionante: uma esteira no chão, para a família tôda, um banco tosco a um canto, uma sela velha e uma espingarda dependuradas a um prego; na cozinha, algumas pedras faziam as vezes de fogão, e duas ou três tijelas, e nada mais.

Nenhum fazendeiro sofreu inocentemente tantos prejuízos, como o sr. Teixeira. Os belgas, atacados de tifo, espalharam a epidemia pela fazenda tôda: 36 colonos, entre os quais duas crianças, um neto e 7 escravos do fazendeiro morreram. Com os três colonos presos em São Paulo, perdeu 13.000 francos. Pela lei de 11 de outubro de 1837, uma prisão de dois anos faz extinguirem-se tôdas as dívidas e o patrão não pode exigir mais indenização de seu antigo empregado. Sòmente a absoluta necessidade, afim de não desmoralizar inteiramente a colônia, levou o sr. Teixeira a lançar mão do recurso de prender os três colonos, recurso que tanto o prejudicou.

Uma colona belga morreu na fazenda em consequência de um parto, e, como a espôsa do fazendeiro deu à luz na mesma época, mandou vir imediatamente a criança do colono afim de velar por ela, amamentando-a junto com a sua e repartindo sua ternura e cuidados maternais entre as duas. Decorrido mais de ano, o pai da criança, que casara outra vez, quis rehaver o filho, o que entristeceu a boa senhora de tal modo, que parecia tratar-se de seu próprio filho. Será que encontraremos uma fazendeira alemã que se prontifique a amamentar o filho de um diarista seu, assim como o fêz tão generosamente a nobre espôsa do "barão negreiro", que ainda cuidava graciosamente dos seus colonos doentes?

A légua e meia de Laranjal, encontra-se a fazenda Soledade, pertencente ao sr. Herculano Florence, onde pernoitei.

Aí só havia duas famílias de colonos suíços, ambas do cantão de Glarus. Os homens ficaram conversando comigo até as 11 horas da noite, relatando-me suas vidas na pátria e na emigração. Estas duas famílias foram as mais trabalhadoras de quantos suíços encontrei na província de São Paulo. Os resultados que obtiveram foram também os melhores que vi. A princípio tinham estado um tanto desconfiados, mas quando se convenceram da sinceridade do fazendeiro, da lisura de suas contas e da possibilidade de se livrarem das dívidas por uma atividade inteligente e contínua, começaram a trabalhar sem descanso. Plantavam apenas os legumes necessários para si próprios, para se dedicarem com mais afinco ao cafèzal. Uma das famílias trabalhava com 7.000 pés de café e outra com 6.000; iam para a lavoura algumas horas antes de nascer o sol e só voltavam para casa quando as estrêlas já brilhavam.

Poucas semanas antes da minha visita, um dos colonos adquirira uma propriedade no valor de 2 contos e 925 mil réis, tendo pago mais de dois têrços a vista, e esperava pagar o restante com o produto da safra do ano corrente. O outro, que pretendia voltar para sua pátria, depositara seu dinheiro com o fazendeiro. Devo ainda acrescentar que êste cafèzal não era dos melhores, porque exposto às geadas, que muito prejudicam as safras. O fazendeiro dava-lhes casa e pasto para o gado, e tratava-os com muita correção. Se o sistema de parceria fôsse aplicado em tôda a parte como aí, não deixaria de ser um grande benefício tanto para os fazendeiros como para os colonos.

No dia seguinte, apresentaram-me minha mula transformada, de modo desagradável, com a cauda aparada à moda inglesa. No curral onde pernoitara, havia alguns bois, um dos quais tinha o hábito de comer as crinas da cauda dos cavalos e das mulas. O suor sêco e salino atraía o boi, que, começava por lamber, depois mastigava, até que nada mais sobrasse ou que um certeiro coice do animal maltratado o livrasse do incômodo vizinho.

Disseram-me que o boi que adquiria êste hábito não mais o perdia, sendo melhor matá-lo, porque, numa fazenda onde havia cavalos ou muares, causava grandes prejuízos. O fazendeiro ficou muito contrariado com o ocorrido e prontificou-se a trocar o animal ou adquiri-lo pelo que me custara. Recusei

ambas as propostas, porque a falha estética não me incomodava ao considerar as boas qualidades do animal. Foi um dia aziago para o fazendeiro: pela manhã um cavalo seu morrera de uma lesão interna, e, pela noite, outro cavalo fendeu a barriga ao pular uma cêrca.

De Soledade segui por caminhos péssimos e difíceis até a fazenda Boa Vista, do sr. João Leite da Cunha Moraes, no município de Amparo. Tivemos que vencer légua e meia. O fazendeiro, que já fôra informado da minha chegada, reunira os colonos, em trajes domingueiros, no páteo da fazenda. Escolheram um orador e, apenas entrados na sala, ouvimos sua fala. Resolvi, entretanto, ouvir cada um em particular, para tomar conhecimento de suas queixas e reclamações. O sr. João Leite tinha na mesa alguns exemplares da "Revista Comercial", de Santos, na qual havia a tradução de um relatório referente à sua colônia, no qual o acusavam, entre outras cousas, de intolerância religiosa, proselitismo e recusa de fornecer a madeira necessária aos caixões mortuários para os colonos. O fazendeiro estava muito indignado com isto e exigiu uma declaração perante os colonos da improcedência das acusações. De fato, estas acusações não puderam ser comprovadas, conforme concluí depois de interrogar os colonos, pois êstes diziam: "O patrão não fala alemão e nós não sabemos o brasileiro, portanto êle não nos podia falar de tais cousas". Negaram peremptòriamente haverem formulado tais acusações, atribuindo tudo a algum equívoco.

Na fazenda Boa Vista viviam 14 famílias, compostas de 79 pessoas. Não eram lá das mais trabalhadoras, pois não tinham plantado mais que 24.000 cafèeiros, ao passo que as 2 famílias de Soledade tratavam de 13.000. Sem grande esfôrço, podiam ter plantado de 34 a 38.000 arbustos. As dívidas que tinham contraído, provou ainda que não eram muito econômicos. Muitos dêles nem sequer se preocupavam com os débitos que tinham. Com a venda dos víveres recebidos, sempre conseguiam obter algum dinheiro. Algumas das moças faziam trabalhos de "crochet" à noite, que iam vender aos domingos em Campinas e, com êstes lucros adquiriam vestidos, etc. Nem mesmo a primitiva harmonia entre os colonos já havia e muitas das famílias queixavam-se amargamente das difamações e maldades que sofriam da parte de outras.

Tempos antes, haviam-se queixado das medidas em que se punha o café, que eram demasiado grandes, e das terras para cultivo, que eram pequenas de mais. Remediou-se ambos os males. A escrita na fazenda, porém, era bastante relaxada e, segundo afirmam os colonos, sempre prejudicial para êles.

Na colheita do ano de 1858, os colonos, para apressar o trabalho, começaram a apanhar bagas verdes junto com as maduras. Quando o fazendeiro reclamou contra êste abuso, ameaçando descontar-lhes a quantia correspondente à quebra ocasionada pelos grãos verdes, se não prosseguissem corretamente o trabalho, os colonos abandonaram a colheita e deixaram que a safra apodrecesse nos arbustos. Os cabecilhas do movimento ameaçaram maltratar as poucas famílias inclinadas a continuar o trabalho (60). Duas famílias alemãs e uma portuguesa prosseguiram no trabalho; três das famílias suíças, apesar das ameaças, prosseguiram igualmente. As bagas de café se amontoavam sob os pés, apodrecendo aos poucos. O sr. João Leite mandou avaliar por peritos o montante do prejuízo, que foi debitado aos colonos responsáveis. Parece-me que a avaliação foi um tanto exagerada, prejudicando assim os colonos.

É evidente que tais acontecimentos prejudicaram as relações entre o fazendeiro e os colonos, até que um comissário do Govêrno Imperial, dr. Machado Nunes, chegou, em dezembro de 1859 à fazenda, no decorrer de uma viagem que fazia de inspecção às colônias de parceria. Examinou pormenorizadamente os livros, serviu de árbitro nos casos litigiosos e redigiu novos contratos, com o consentimento de ambas as partes, nos quais passariam a ser creditados aos colonos, logo após as safras, a quantia de 400 reis por alqueire colhido. Constava ainda nos novos contratos o perdão da quantia relativa à indenização, caso o colono se dispusesse a trabalhar ativamente.

Quando de minha visita à fazenda, a colônia estava em bom estado, a escrita era feita corretamente e as relações entre o fazendeiro e os colonos, das melhores. As reclamações dêstes últimos eram principalmente contra o diretor da colônia, um jovem prussiano que não era muito bem visto na região e que

(60) O sr. João Leite mandou prender o instigador dêstes fatos pela polícia de Campinas, o qual, depois de ter assinado um têrmo de "bom comportamento", foi mandado em paz.

tratava os colonos de modo muito áspero. Sem as calúnias e incitamentos da parte dêle, os colonos jamais teriam entrado em greve, mas, ao que parece, era intenção do diretor prejudicá-los, pois dissera várias vêzes que os colonos lhe pagariam pelo fato de ter sido a Prússia forçada a abrir mão de seus direitos sôbre Neufchâtel em benefício da Suíça.

Aconselhei ao sr. João Leite que demitisse o diretor, o que seria tanto de seu interêsse como dos lavradores, o que êle reconheceu como sendo necessário. Ponderou, entretanto, que o diretor exercia também as funções de professor de seus filhos e que à noite o distraía agradávelmente ao piano; e que era difícil substituir tal homem.

O sr. João Leite era muito bem intencionado em relação aos colonos e desejava que a firma Vergueiro lhe restituísse o adiantamento que as comunas haviam perdoado, pois assim mais de metade dos colonos se livrariam de dívidas. Declarou ainda que os colonos podiam continuar na fazenda, se assim o quisessem, depois de liquidado o débito que tinham, mas o que não pretendia era aceitar colonos novos. Já convidara, várias vezes, os seus colonos a sentarem na sua mesa, cousa que, segundo me afirmou, não fazia com os servidores de seus amigos. No que diz respeito ao tratamento humano que dispensava aos escravos, gozava de grande fama e os colonos me asseguraram que era raro ser um negro castigado. Um dos escravos dera-lhe um prejuízo de algumas centenas de ducados, adquirindo numa das lojas da cidade, em nome do patrão, mercadorias, que vendeu após. Impuseram as autoridades grave castigo ao escravo, mas o fazendeiro alegrou-se ao saber que o culpado encontrara alguém que se empenhou para que não recebesse o pesado castigo.

Queixou-se o sr. João Leite do fato de alguns colonos parecerem não ter noção da propriedade. Um indivíduo bastante mal afamado vendia aos negros da fazenda bebidas, clandestinamente; e a bebida era paga com produtos da fazenda roubados ao patrão. O fazendeiro já comprara várias vezes feijão das suas próprias culturas, vendido por êste indivíduo. Os colonos me confirmaram o fato.

Os colonos não pagavam aluguel ao fazendeiro, o qual também não exigia a percentagem sôbre os produtos agrícolas vendidos. Calculava os juros à taxa de 6%, ao passo que a

dívida dos colonos era debitada com 12% de juros na firma Vergueiro. Por engano, o sr. Leite cobrara também os juros do adiantamento das comunas, que eram isentos de juros; mas em 1857, verificado o engano, creditara as importâncias indevidamente debitadas aos lavradores.

Na fazenda Boa Vista, do sr. Leite, existe a plantação de café feita na mais elevada altitude da Província tôda e, quiçá, do país. A vista que se descortina ao anoitecer, do terraço da casa grande, é maravilhosa. O cafèzal, que se estende pelas ondulações do terreno, é castigado pelo vento Sul, por causa de sua elevada situação; parte da plantação fica do lado da sombra. Por isto, as bagas amadurecem com grande irregularidade, em consequência do que a colheita exige mais tempo. Com o fim de acelerar e simplificar a tarefa da colheita, os colonos adquiriram o hábito de apanhar frutos maduros e verdes sem a devida seleção, o que deu motivo aos distúrbios acima referidos. Quando visitei o cafèzal, no dia seguinte, observei que a separação dos frutos verdes dos maduros se procedia com muito mais rigor que nas demais fazendas. Os lavradores me disseram que sofriam muito com o frio durante a colheita, chegando a ser-lhes, por vezes, impossível proceder ao trabalho, por lhes ficarem os dedos completamente enregelados (61).

Os outros colonos que residiam no município de Amparo, 6 famílias, de duas outras fazendas, vieram, no decorrer do dia, a Boa Vista, para ter comigo. Quatro dessas famílias trabalhavam na fazenda pertencente ao sr. Francisco Mariano Galvão Bueno; pediram-me apenas que eu intercedesse junto às suas comunas na Suíça, para que lhes isentassem do pagamento dos adiantamentos concedidos. Estavam todos satisfeitos com suas condições de vida, o que bem se compreende, pois o fazendeiro era um dos mais condescendentes e bons que se possa imaginar. Moravam essas famílias em casas confortáveis, pelas quais não pagavam aluguel; boas terras para suas plantações, e extensas pastagens. Por isto, negligenciaram os trabalhos árduos no cafèzal, para plantar legumes e dedicar-se à criação de equinos. Ficaram sendo conhecidos entre os de-

(61) Uma geada fortíssima causou, em tôda a Província, no ano de 1864, a 25 de julho, consideráveis danos. Os jornais falaram mesmo da morte de algumas pessoas enregeladas.

mais colonos, que lhes invejavam a vida de grandes senhores que levavam, passeando a cavalo por tôda a parte, como sendo muito preguiçosos e avessos ao trabalho. Nunca lhes faltava dinheiro, mas suas dívidas também nunca diminuíam. Afim de não deixar o cafèzal em abandono, o fazendeiro se viu forçado a refazer os contratos, fazendo novos à base de salário. De acôrdo com os novos contratos, os colonos recebem casa, terreno para plantar legumes, e pastagens, mais 1.280 réis por dia de trabalho regular (3,5 francos). Os homens, antes de emigrar, tinham trabalhado nas célebres pedreiras de ardósia do Plattenberg, no cantão de Glarus.

As duas outras famílias (da Suíça francesa) levavam igual vida, na fazenda São Joaquim, do sr. dr. Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, dedicando-se também ao comércio de cavalos. O fazendeiro, que se achava fortemente endividado, deixara a fazenda, que era administrada pelo curador da massa falida. Os colonos me disseram que o fazendeiro lhes assegurara várias vezes ter perdido os contratos. Pretendiam aproveitar desta circunstância para abandonar a fazenda, logo que ela passasse a outras mãos.

Ao entardecer, fui ainda visitar cada família de colono em suas próprias casas, onde ouvi suas queixas e relatos de suas vidas. Cheguei à conclusão de que os sofrimentos e penúrias comuns não os tornaram nem mais tolerantes nem mais indulgentes uns com os outros.

Um falava mal do outro,
Mas em tudo viviam em boa harmonia.

No dia seguinte, regressei à cidade de Campinas, passando por Soledade.

Entre as pessoas mais conceituadas que tive ocasião de conhecer em Campinas, devo citar em primeiro lugar o sr. Comendador Egídio de Sousa Aranha, que era respeitado e admirado por um vasto círculo de relações que tinha em tôda a Província. Outro homem de grandes qualidades era o sr. Joaquim Bonifácio do Amaral. Visitei em sua companhia a fazenda Sete Quedas, de sua propriedade, onde fizera uma experiência com colonos de parceria. Em caminho, paramos algumas horas na fazen-

da do sr. Joaquim Ignácio de Vasconcelos Machado, onde havia uma pequena colônia composta de lavradores alemães, que não tinham dívidas, e de uma infeliz família de imigrados suíços, que o fazendeiro recolhera por misericórdia. O homem, fraco e doentio, trabalhava como diarista no terreiro; a mulher que sofrera um doloroso abcesso no pé, estava incapacitada para o trabalho. Ambos se entregavam ao vício da bebida.

A fazenda Sete Quedas possui uma colônia verdadeiramente modelar. Tôdas as famílias, provenientes do Holstein, já tinham satisfeito seus compromissos anos atrás e trabalhavam sob o regime de participação da safra. Todos estavam satisfeitos, o que explica terem renovado seus contratos de parceria. Suas casas eram agradáveis, tanto pelo aspecto que revelava confôrto e limpeza, como pela situação. Cada família possuía de 8 a 10 suinos, algumas vacas e, quase sempre, um cavalo. Cultivavam muitos produtos agrícolas, mormente batatas, que vendiam em Campinas; fabricavam manteiga e queijo, e cultivavam a apicultura. Um dêles possuía 118 colmeias, de construção muito simples, mas extremamente eficientes (62). Mas nem por isto negligenciaram o cafèzal, que se encontrava em ótimas condições. Um dos colonos, Ham Dibberer, demonstrou-me com os cálculos feitos, que receberia, no correr do ano, pelo produto das vendas de sua horta e pela participação da safra do café, cêrca de 1000 ducados de lucro líquido. Sete Quedas é a mais evidente prova da grande vantagem que o sistema de parceria oferece aos colonos.

O sr. Joaquim Bonifácio, porém, não se mostrava tão satisfeito com seus lavradores do Holstein, assegurando-me que muita paciência e indulgência eram precisas para tratar com essa gente. Quanto mais economizavam, tanto mais exigentes se mostravam, a ponto de se recusarem a construir cercados para as próprias pastagens, só o fazendo mediante indenização. Embora satisfeito com resultado obtido com o sistema, não se animava a prolongar a experiência, pois estava farto e se recusava a receber novos colonos.

---

(62) O clima de São Paulo é muito favorável à apicultura. O sr. José Joaquim Machado de Oliveira dá, no vol. I da revista "O Industrial Paulistano", os seguintes dados: Em princípios do ano de 1840, 6 colmeias foram transportadas do Rio para São Paulo, que até o fim do mesmo ano tinham aumentado para 300. De 2 colmeias levadas para Campinas, provieram, em 3 anos, mais de 1.100.

Ao regressar de Sete Quedas, informaram-me que a bêsta de carga e o cavalo de meu guia tinham fugido do páteo do albergue em que tinham ficado, e que não haviam podido encontrá-los. Na mesma tarde sofri uma queda, ferindo o músculo da parte inferior da coxa esquerda, o que me obrigou a permanecer no leito alguns dias.

Cinco meses depois, ambos os animais foram encontrados nas imediações da cidade, em estado de magreza e extenuação completas. Presume-se que tenham seguido algum viajante que saía com sua tropa do albergue, e que foram por êle utilizados e, mais tarde (provàvelmente na volta), abandonados onde foram encontrados.

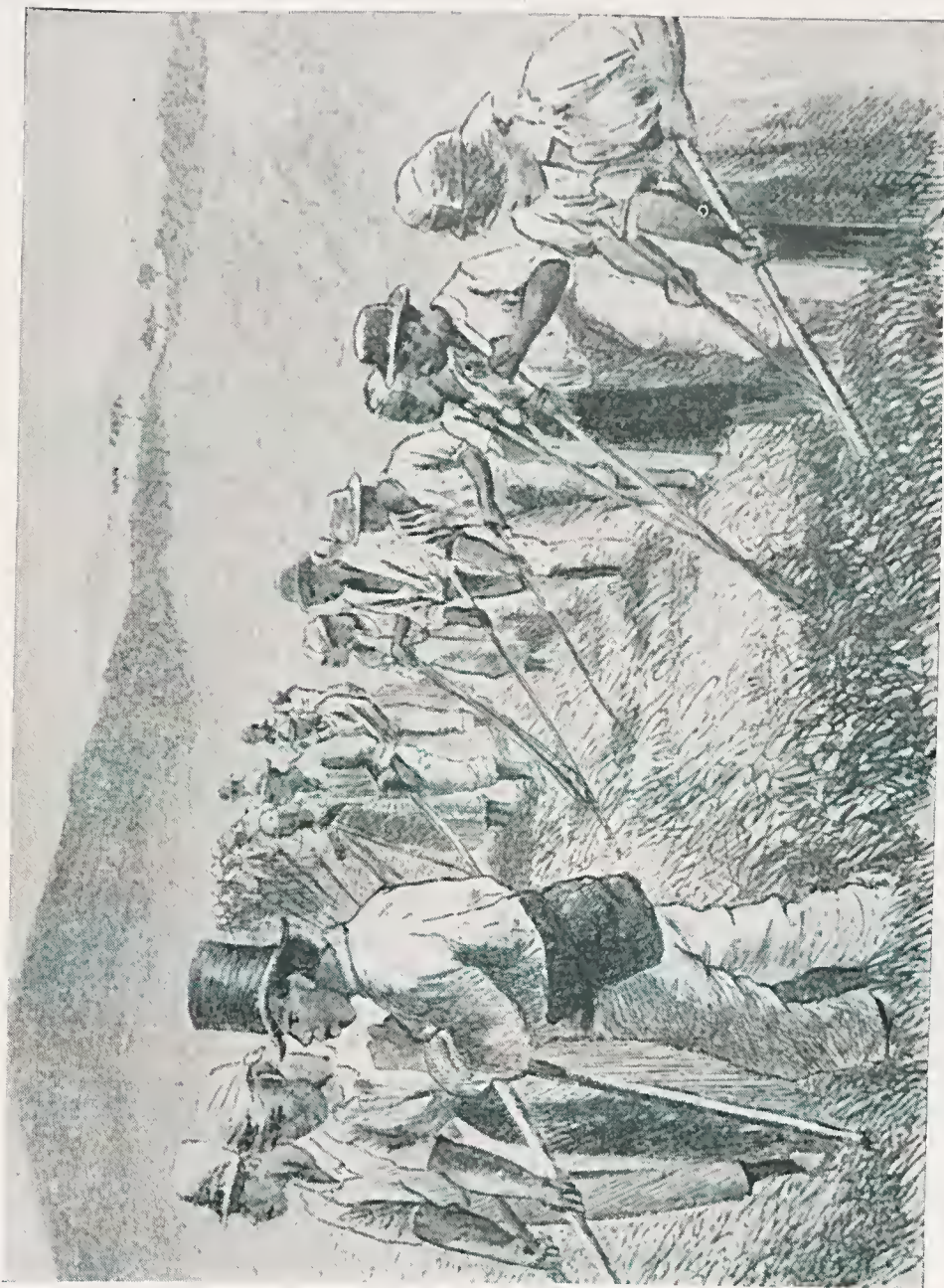
Na pessoa do juiz municipal de Campinas, dr. Tito Augusto Pereira de Matos, com quem tive ocasião de travar relações mais estreitas, encontrei um jurisconsulto de grande valor, e um cavalheiro muito leal e sincero. Atendendo a um pedido meu, interessou-se pela sorte dos órfãos dos colonos, assunto êste então inteiramente descurado.

Meses mais tarde, o dr. Tito acusou, baseado numa denúncia, o influente fazendeiro José de Barros Dias de haver assassinado um escravo. Quando, na qualidade de delegado de polícia, foi, acompanhado por um destacamento de soldados, até a fazenda, afim de proceder à exumação e às demais diligências cabíveis, o fazendeiro e sua mulher, esta também acusada de conivência no crime, fugiram a cavalo. A polícia prendeu o executante do crime, o feitor Eleutério. Não tenho informações a respeito do resultado da perseguição dos criminosos, mas presumo que fugiram para as províncias do Sul, de onde voltarão mais tarde, quando o caso estiver esquecido, para se apresentarem a um júri benevolente que os absolverá.

Em agosto de 1861, os jornais brasileiros publicaram os pormenores de outro caso idêntico, ocorrido em uma fazenda do município de Lorena, província de São Paulo. Certo fazendeiro português, chamado Antônio Pereira Cardoso, assassinara, de modo bárbaro, 15 de seus escravos. Uns tinham morrido de consunção, depois de terem sido submetidos a um regime de uma caneca de água de arroz diária, além de serem terrìvelmente chibatados à manhã e à noite, tortura a que resistiam de 10 a 12 dias. Outros eram suspensos pelos braços

e vergastados até morrerem. Como os rumores destas monstruosidades tivessem chegado ao conhecimento do público, Cardoso fêz suspender um escravo na trave da porta, depois de haver morto outro a chibatadas. Convidou depois as autoridades a virem verificar o suicídio do escravo, pensando poder com tal expediente desmentir os rumores que circulavam. Mas o juiz municipal recebera a denúncia de que Cardoso inumara 14 de seus escravos no pátio da fazenda, em campo aberto. O delegado de polícia resolveu, pois, dar uma busca no local, afim de, encontrádos os cadáveres, ficar de posse de prova irrefutável do crime. Cardoso, ciente da intenção do delegado, esperou-o com escravos armados, dos quais possuía mais de 100, e com alguns cães ferozes, e expulsou o delegado, escrivão e peritos, sob tremendas ameaças. Em vista do ocorrido, requisitou-se logo uma fôrça policial da cidade, que se dirigiu, em companhia das ditas autoridades, para a fazenda de Cardoso. Enquanto os soldados tomavam posição ao redor da casa, o juiz, dr. Fernando de Freitas, se dirigiu, acompanhado pelo promotor público, à casa do fazendeiro, que a princípio se mostrou amável. Após trocarem algumas palavras, porém, Cardoso sacou de um revólver, e pretendeu defragá-lo sôbre o juiz. Mas, no seu nervosismo esquecera de engatilhá-lo, circunstância que permitiu ao agredido escapasse para um aposento contíguo. Cardoso então resolveu perfurar o próprio crânio com uma bala. . . . .

Os escravos estavam reunidos em uma das dependências da fazenda, armados de espingardas, facas e foices, prontos para lançarem-se, a um sinal dado, sôbre os sitiantes. Era intenção de Cardoso assassinar primeiro as autoridades para logo assaltar os soldados com seu grupo de escravos armados, numèricamente muito superior ao da fôrça policial, e valendo-se da confusão, fugir. Mas, frustrado seu intento primeiro, seus planos todos falharam e Cardoso preferiu então matar-se. A fazenda foi ocupada pela tropa policial, pois a atitude ameaçadora dos escravos justificava tal precaução. Três dêles, apontados pelo feitor como capangas de Cardoso, foram levados para a prisão em Lorena.

Êstes dois casos de assassinatos de escravos, perpetrados no decorrer de meio ano apenas, constituem excepção, casos muito raros, que são devidamente explorados pela imprensa,

ESCRAVOS TRABALHANDO

pois não faltam nunca inimigos pessoais dos acusados, que procuram colher e dar tôdas as informações possíveis, que são logo publicadas na imprensa do país, ávida de tais sensações.

Dois médicos europeus exerciam a profissão em Campinas, quando lá estive. Um dêles, o dinamarquês Langaard, era homem de grande preparo, conhecido nos meios brasileiros pela publicação de várias obras em português. Homem amável e sempre pronto a atender o próximo, que tratava de seus clientes colonos com muito desvêlo. Extremamente consciencioso, desfrutava do merecido respeito e admiração por parte do povo. Esperamos que o mundo científico ainda possa tirar proveito de sua permanência de mais de 20 anos no Brasil, pois, dotado de profundos conhecimentos das ciências naturais, coleciona e estuda vasto material, exercendo assim sua dupla atividade, de médico e cientista. (63)

O dr. Langaard mostrou-me um preto atacado de uma estranha afecção, peculiar à raça. Trata-se de umas inchações (quelóides) que se formam ao redor das partes do corpo que foram atingidas por ferimento externo. Nos indivíduos em que a predisposição para êste mal é grande, qualquer ferimento por mais leve que seja, ocasionado seja por um pequeno talho, seja por um prego, provoca a manifestação da anomalia, isto é, uma inchação que toma a forma da ferida, após a cicatrização. Quando se perfuram, por exemplo, os lóbulos das orelhas de uma criança para colocar brincos, as perfurações degeneram em excrescências alongadas (64). Nos negros da Guiné, observamos tais degenerecências nas faces, sempre por cima das tatuagens que praticam. Os escravos as apresentam muitas vezes de ombro a ombro, uma ao lado da outra; são as marcas das chibatadas que receberam. Tais excrescências, para

(63) Theodoro Johanis Henrique Langaard, nascido em Copenhague, cap. da Dinamarca, em 1813, e falecido no Rio de Janeiro, em 1883. Doutor em medicina pela universidade da sua cidade natal e pela de Kiel. Emigrado para o Brasil, dedicou-se à clínica na cidade de Campinas, onde foi residir. Naturalizou-se brasileiro. Escreveu várias obras, das quais citamos *Dissertação sôbre a geração equívoca*, tese para verificação de seu diploma. Rio, 1846: *Dicionário de medicina doméstica e popular* etc. Rio, 1872-3; *Arte obstétrica*, Rio, 1861, 1873 e 1886; *Novo formulário médico e farmacêutico*, Rio, 1880; *Atlas completo de anatomia do corpo humano* (Trad. da obra de C. B. Bock), Rio, 1853 (Há quatro edições); etc. (Tr.)

(64) Nas Antilhas, tais quelóides são frequentes entre os negros. O dr. Demarquay observou nos lóbulos das negras excrescências fibrosas, absolutamente inofensivas, que atingiam o tamanho de 2 a 3 polegadas.

as quais o dr. Langaard propôs o nome de "mal da cicatriz", não incomodam quem é afetado por elas, nem lhe diminuem o estado de saúde, excepto nos casos em que pela sua localização venha a dificultar-lhes algum movimento, o que diminui o valor financeiro do escravo.

Nenhum remédio contra o mal deu resultado, por enquanto. Parece tratar-se de certa discrasia, que se desenvolve em determinadas circunstâncias, sendo, entretanto, nos demais casos, congênita ou hereditária. Outro aspecto interessante do mesmo mal, são os lóbulos alongados que ficam pendentes do corpo, preferentemente nas orelhas, na parte externa do grande peitoral, nas axilas e nas omoplatas. Estas formações se parecem com os brincos das cabras (65). Tem a pele menos reluzente e mais áspera que as formações comuns nas cicatrizes. Após a extirpação de uma destas formações pendentes, forma-se, por vezes, não sempre, uma inchação comum de cicatriz. A intervenção cirúrgica é, portanto, de resultado bastante duvidoso, mas não perigoso. O dr. Langaard nunca observou o fenômeno em mulatos, mas sempre em negros, sendo ainda que a predisposição parece variar com as raças negras, sendo algumas delas infensas. Faltam, contudo, observações suficientemente amplas, para se poder afirmar francamente tais asserções.

O segundo médico estrangeiro, era um irlandês, conhecido pelo nome de dr. Ricardo. O que ouvi a seu respeito não o recomendava. Um fazendeiro contou-me, com grande indignação, que o dr. Ricardo lhe propusera mandar vir colonos exclusivamente irlandêses, pois eram estúpidos e bestiais, incapazes de verificar uma conta, e completamente satisfeitos quando podiam encher a barriga e beber cachaça. Em pouco tempo, se tornariam tão humildes como os escravos. Êste homem de fato merece que seus compatrícios lhe dêem uma boa lição.

Campinas deve seu grande desenvolvimento e sua atual opulência às extensas plantações de café. O homem que, há 30 anos passados, tomou a iniciativa desta cultura, merece ser mencionado. Trata-se do sr. Francisco Egídio de Sousa Aranha, recentemente falecido, membro de uma das mais distintas

(65) O dr. Langaard extirpou uma destas formações que se desenvolvera na omoplata de uma escrava, e que tomara a forma achatada, devido à pressão da roupa. A peça foi enviada para o Museu Patológico de Viena.

famílias da região. A princípio êle fêz experiências em pequena escala em sua fazenda e, uma vez convencido dos bons resultados, iniciou a plantação em grande escala e aconselhou aos demais fazendeiros que lhe seguissem o exemplo. Mas não os encontrou inclinados a tentar a experiência, pois estavam convencidos de que o solo se prestava ùnicamente para a cultura da cana. Apenas um ou outro membro da família seguiu o exemplo. Os brilhantes resultados varreram tôdas as dúvidas, e, em breve, os canaviais foram substituídos pelos cafèzais, que exportavam em média 700 mil arrobas anuais (22.400.000 libras) ; havia ainda 22 canaviais, que produziam de 55 a 60 mil arrobas de açúcar.

Tempos antes, tinham plantado também, nos arredores de Campinas, trigo, mas, por causa da ferrugem a que estavam sujeitos, desistiram dêste cereal. Em época mais recente, retomou-se, com melhores resultados, esta cultura, sendo seu plantador o sr. Joaquim Antônio de Arruda. Outros fazendeiros, como o sr. Joaquim dos Santos Camargo, de Camandocaia, conseguiram igualmente resultados promissores. É de esperar que a cultura se desenvolva novamente, com o correr do tempo.

Questão vital para Campinas é a construção da estrada de ferro Santos — São Paulo — Campinas, que evitará a êste florescente município o destino de Jundiaí, dentro de 4 ou 5 decênios.

Campinas, e todos os municípios adjacentes em que se cultiva café, sofrerão ainda muito com o modo pouco racional por que é conduzida sua agricultura. Os colonos que aí se radicaram deverão iniciar um sistema agrícola mais intensivo, o que não deixará de influenciar convenientemente os fazendeiros, e a construção da estrada de ferro assegurará à cidade a situação de importância que presentemente desfruta. Desde há muito tempo Campinas se firmou como importante centro comercial de algumas comarcas distantes, tanto da Província, como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa. Só da comarca de França, chegam anualmente de 500 a 700 vagões, que são enviados da cidade para Santos e Rio de

Janeiro em carretas e tropas de mulas. Êste comércio tomará novo incremento quando for servido por estrada de ferro. A agricultura se desenvolverá mais para Oeste, nas regiões dos rios Piracicaba e Tietê, que passarão a enviar seus produtos para Campinas, e o número de colonos alemães livres, que cultivam terras próprias, aumentará certamente. Nenhum lugar justifica tanto como êste a venda aos colonos de parcelas dos latifúndios mais extensos, com que os fazendeiros conseguirão radicar os agricultores estrangeiros, visto que o clima é favorável, as terras férteis e o mercado para os produtos certo, o que garante um futuro feliz.

Campinas está fadada a ser a segunda cidade da Província, dependendo para isto apenas da sábia orientação e o patriotismo de seus filhos.

O município conta presentemente com 52 léguas quadradas de superfície, e 21.000 habitantes, dos quais 14.000 escravos. A cidade tem uns 5 a 6.000 habitantes.

Logo que meu estado de saúde melhorou e pude novamente montar, deixei a amável família Krug, que tão gentilmente me hospedou, e dirigi-me para Limeira, afim de visitar outras colônias (66).

A distância que separa a cidade de Campinas de Limeira é de 9 léguas. A uma hora de viagem nesta estrada, fica Venda Grande, localidade de certa importância histórica. Quando terminou o quinto período legislativo do Império, as eleições deram como resultado uma nítida vitória da oposição, apesar dos esforços que dispendeu o Ministério, que então resolveu dissolver a Câmara e marcar novas eleições. Manifestou-se então profundo desgôsto entre os componentes do partido Liberal, contra o govêrno arbitrário, especialmente nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, tomando feição de franca revolta (maio de 1842). Em Venda Grande travou-se um combate entre os insurgentes e as fôrças do govêrno, que saíram vitoriosas, assim como, alguns meses mais tarde, em Santa Luzia, na Província de Minas Gerais, onde o levante assumira proporções bem maiores.

---

(66) O sr. Krug foi, mais tarde, empossado no cargo de vice-cônsul da Suíça em Campinas.

A estrada real que leva de Campinas a Limeira é muito mal traçada, pois em trechos nos quais se podiam ter evitado os acidentes naturais, ela segue morro acima e morro abaixo, de modo muito primitivo, sem procurar se adaptar ao terreno. Sua conservação está à altura do traçado. Em meio do caminho há a "vendinha da Mata", de carácter muito primitivo. Légua e meia adiante, há uma bem construída ponte sôbre o rio Piracicaba. Esta ponte, se não me engano, se chama ponte de Atibaia, pois pouco acima dela se reunem os rios Atibaia e Jaguari, que formam o Piracicaba. Daí até Limeira, três léguas, a estrada é boa.

A vila de Limeira é um lugar decadente e destituído de importância, com suas miseráveis ruas ladeadas de algumas casas de construção ainda em bom estado. Até poucos anos atrás, dizem, as cabras ainda pastavam no telhado da igreja. Mesmo os do lugar não sabem dizer se a vila está em desenvolvimento ou decadência. Asseguram, entretanto, que, apesar de ter sido elevada a categoria superior (havia pouco, era paróquia apenas), e de residirem ali algumas famílias ricas, não fizera a vila progresso nenhum. Isto não é nada vantajoso para a vila principal de um município que está em ótimas condições agrícolas. Há nele 55 plantações de café, 9 de cana de açúcar e 2 fazendas que se dedicam à pecuária. A população da vila não vai além de 12 a 15 mil almas.

No albergue de um alemão chamado Kannebl[e]i, encontrei aposentos aceitáveis. À noite, fui visitar o velho alferes Joaquim Francisco de Camargo, com quem pretendia combinar a visita que projetava fazer à colônia existente na sua propriedade, na manhã seguinte. Ficou êle pesaroso por não me poder acompanhar, sua doença o prendia ao leito havia já tempo.

No dia seguinte, despachei minha bagagem diretamente para São João de Rio Claro, juntamente com meu guia, e dirigi-me antes à fazenda São Jerônimo, a duas léguas e meia de distância, propriedade do Senador Francisco Antônio de Sousa Queiroz. Em caminho encontrei com um cidadão a cavalo, que se parecia muito com um dos israelitas caixeiros viajantes, e que me disse chamar-se Jonas. Relatou-me que fôra diretor da colônia Vergueiro na época da revolta dos colonos suíços

em Ibicaba. Eu já ouvira falar muito dêste homem e da sua participação nos acontecimentos que lá se tinham desenrolado. Tive então ocasião de ouvir dêle interessantes informações sôbre a administração de Vergueiro na fazenda, mas não posso garantir pela veracidade histórica dos fatos por êle referidos, porque o homem fôra expulso da fazenda e não tinha razões para ser condescendente com o antigo patrão. Ocupava êle então um pôsto administrativo em uma das fazendas do Senador Queiroz.

O fazendeiro, proprietário de várias fazendas, que visita regularmente, estava por acaso na São Jerônimo. Com excepção de José Vergueiro, de quem é cunhado, foi êste o único fazendeiro que me recebeu com certa desconfiança, principiando logo a falar de "certos relatórios mentirosos sôbre os muitos caluniados fazendeiros". Mas, depois de uma animada palestra, começou a se mostrar mais franco, mandou chamar os colonos e me mostrou os livros de contabilidade. Na fazenda viviam 63 famílias, 5 das quais suíças. Duas famílias já se haviam livrado das dívidas, sendo que uma estava prestes a liquidar os últimos compromissos. Três delas, entretanto, oneradas com grandes adiantamentos das comunas, estavam ainda muito endividadas. Dos alemães, especialmente os de Holstein, a maioria já tinha saldado seus compromissos.

Assim como na administração, também na contabilidade com os colonos notava-se a maior correção, ordem e método. Do que me foi dado observar, concluí que o senador Queiroz era um patrão severo, justo e nada indulgente. Observada criteriosamente as obrigações constantes das cláusulas dos contratos e exigia o mesmo da parte dos lavradores. Alguns dos colonos queixaram-se do número de pés de café que tinham sob seus cuidados, que era demasiado pequeno, mas o fazendeiro alegou que, justamente aquêles que se queixavam já tinham tido sob seus cuidados maior número, mas como não os cultivavam devidamente, resolvera êle diminuí-lo. O administrador recebera ordem de entregar a cada colono o número de cafèeiros que cada um se julgava capaz de tratar. As maiores queixas, porém, eram relativas ao antigo diretor, de nome Braun, que acusavam de odiá-los desde os acontecimentos de Ibicaba, com os quais, aliás, nada tinham que ver nem

lhes cabia culpa, e de difamá-los junto ao fazendeiro. Mas, como o diretor em questão já fôra afastado havia tempo, a reclamação era vã.

Aí, como nas demais fazendas do Senador Queiroz, os colonos pagam um pequeno aluguel pelas terras de cultivo, a saber: 500 réis anuais pelas primeiras mil braças quadradas; 1 mil réis pelas segundas; e 2 mil réis por milhar a mais. Pelas casas, pagam apenas 5 mil réis mensais e o produto de suas colheitas lhes pertence inteiramente.

A fazenda São Jerônimo se encontra em ótimo estado, assim como as demais fazendas de propriedade do Senador Queiroz, possuindo grande e bem organizado terreiro, bem como ótimo aparelhamento em geral.

De São Jerônimo segui para Santa Bárbara, outra magnífica fazenda do mesmo proprietário, onde viviam 49 famílias portuguesas, e após fui para a fazenda Palmira, do dr. Lourenço Franco da Rocha. Nesta residiam 5 famílias de colonos de parceria, que já haviam estado em outras fazendas e estavam ainda bastante endividadas. Aí tinham oportunidade de prosperar dadas as condições favoráveis e o tratamento benigno que recebiam. Os colonos manifestavam sua satisfação e esperanças de se verem livres de compromissos, o que não tinham até então conseguido nas outras fazendas. Sempre é desvantajoso para o lavrador mudar de fazenda. O proprietário da nova é obrigado a indenizar o que cede o colono e êste é obrigado a tomar novamente mantimentos por um ano, o que atrasa naturalmente a liquidação da dívida. Por vezes a experiência é bem sucedida, particularmente quando a mudança é motivada pelas más condições materiais, como terras pouco férteis, cafèzais velhos, etc.; mas os colonos preguiçosos e indolentes nada ganham com trocas. Êstes costumam levar vida nômade, de fazenda em fazenda, enquanto encontram quem lhes pague as dívidas atrazadas.

À noite, recebi a visita de todos os colonos da fazenda vizinha, pertencente ao alferes Franco. Eram ao todo 7 famílias, que já tinham trabalhado na colônia Vergueiro, de onde foram expulsas por terem tomado parte no motim. José Vergueiro, embora tivesse violado o contrato, mandou apreender os ha-

veres dos colonos em Limeira, depois de ter expulsado os lavradores de Ibicaba, retendo o que apreendera, durante muitos anos, sem entregar aos legítimos donos. Os colonos disseram ainda que suas malas tinham sido arrombadas afim de verificarem se nelas havia alguma cousa de valor que pudesse ser apreendida para a indenização dos supostos danos sofridos. Como os objetos sequestrados não tinham valor para terceiros, é evidente que Vergueiro os retinha por simples vingança.

Depois de terem trabalhado, a maioria dos colonos, em Limeira, como diaristas, o sr. alferes Franco os acolheu em sua fazenda Morro Azul.

Quando visitei o sr. Franco, em sua fazenda em Limeira, êle me expôs sua opinião, dizendo que o colono, para progredir, devia viver com a maior economia; que o patrão não devia proporcionar oportunidade a que o colono aumentasse nem sequer um vintém sua dívida, mas fornecer-lhe boas terras para plantio e bons cafèeiros, e, para se conseguir resultado satisfatório, era necessário manter os colonos na mais restrita economia, tanto em mantimentos, como em dinheiro. Os colonos confirmaram. No primeiro ano, tinha recebido apenas o estritamente necessário para não passarem fome, e diminutas quantias, mas trabalharam com muito afinco. No segundo ano, já possuíam certa abundância de víveres e, quando lá estive, não tinham mais dívidas com o patrão. Declararam-me unanimemente que não podiam bastante louvar o procedimento inteligente e acertado do sr. Franco. Todos êles estavam dispostos a ficar mais uns anos na fazenda, afim de reunirem algumas economias.

Na manhã seguinte voltei de Palmira para Limeira, continuando, após um pequeno descanso, minha viagem até a vila São João do Rio Claro, 4 léguas adiante Durante légua e meia, mais ou menos, a estrada é boa; depois atravessa, outro tanto de extensão, uma floresta muito densa, voltando a sulcar uma paisagem aberta a uma légua de São João. A estrada passa junto da fazenda de Ibicaba, de triste fama e memória. Ao longe, vê-se uma parte da colônia. Quantas cenas de sofrimento, de miséria e desespêro já se passaram nestas pequenas casas, que oferecem aspecto tão amável ao transeunte!

Como era domingo, encontrei grande número de colonos, homens mulheres e crianças, uns a pé outros a cavalo. Em São

João hospedei-me na casa do dr. Gattiker, onde já encontrei reunidos muitos colonos da fazenda Ibicaba, que me esperavam. Os de Ibicaba esperavam que os fôsse visitar no dia seguinte, o que me não foi possível fazer.

Em Santos, o sr. José Vergueiro me explicara, depois de demorada palestra, que ordenaria a seu administrador em Ibicaba que não me recebesse em minha qualidade de ministro, o que não me impedia, entretanto, que eu visitasse como particular a colônia. Ademais, acrescentara êle, iria pessoalmente a Ibicaba, em agôsto, ocasião em que podia dar-me vistas às contas dos colonos e me seria possível estudar a situação dos mesmos. Não me enganei, porém, quando supus que tal promessa não passava de um ardil de Vergueiro, pois quando voltei a Santos, em Setembro, êle ainda lá estava.

Escrevi ao sr. Vergueiro pedindo-lhe que me repetisse a declaração verbal que me fizera, por escrito, e recebi, efetivamente, à minha chegada a São João do Rio Claro. Nesta carta justificava sua recusa dizendo que achava supérflua minha visita à colônia! Receava ainda que os colonos se amotinassem de novo, não lhe sendo, caso isto acontecesse, possível reprimi-los! A estas ridículas razões respondi, em carta que enviei de Rio Claro, que nas inúmeras colônias que já visitara os colonos suíços se tinham sempre portado corretamente; que todos os fazendeiros podiam dar de bom grado o atestado de que não eram demasiado exigentes; e que não era lícito supor que na sua fazenda os colonos fôssem piores e mais irrequietos que os demais lavradores de tôda a Província. E, assim sendo, lastimava as medidas injustificadas que tomou.

Conforme já disse, Vergueiro não hesitou em fazer a mesma recusa ao comissário do Govêrno Imperial brasileiro, o juiz de apelação dr. Machado Nunes, declarando ainda abertamente que nunca mais admitiria que comissário algum do Govêrno pisasse em terras de sua fazenda. Fêz assim da fazenda um Estado dentro do próprio Estado, recorrendo, entretanto, ao poder público, quando se sentia incapaz de resistir eficazmente às ameaças, como aconteceu na ocasião da revolta do ano de 1857. Vergueiro chegou ao cúmulo de mandar imprimir moeda papel em forma de notas de banco, para com tal moeda pagar os colonos. Tenho em mãos a nota n.º 836, no valor de 1 mil

réis (68). Mas Vergueiro fêz também imprimir notas de 2 e de 5 mil réis. Fazia por êste meio circular dinheiro que de fato não possuía, resgatando-o quando lhe entrava algum numerário. Mas os colonos eram obrigados a pagar-lhe juros sôbre êste dinheiro fictício! Nestas notas ilegais lê-se que elas podem ser resgatadas na Fazenda de Ibicaba, mas isto só se deu quando havia dinheiro na fazenda. Lê-se igualmente que o sr. Justino Franco em Limeira e o sr. Lima em Rio Claro, pagariam o valor desta nota em moeda legal. Êstes dois homens são pequenos proprietários de venda e quando um colono os procurava para trocar uma destas notas em dinheiro corrente êles se recusavam. O colono era, pois, forçado a comprar alguma cousa, para receber o trôco em moeda corrente. Como não havia outro comerciante na região que aceitasse êste dinheiro, os colonos eram obrigados a comprar nas vendas dos dois acima citados, para assim conseguir trocar, pelo menos em parte, êsses vales em moeda legal, embora lhes fôsse muito mais vantajoso adquirir as mercadorias necessárias em outras casas.

O Ministério declarou que o procedimento de Vergueiro era ilegal e o Ministro da Agricultura me comunicou, em carta circular de 17 de outubro de 1861, que o Ministro da Fazenda or-

(68) Esta nota tem o tamanho exato das notas comuns brasileiras atualmente em curso. E' de côr cinza clara e ostenta os seguintes dizeres:

FAZENDAS IBICABA
E ANGELICA

n.° 836 Rs. 1$000

Pagaremos a vista desta a quantia de

HUM MIL REIS

em moeda corrente na Fazenda de Ibicaba

Resgatavel

na Limeira
pelo sr. Aurelio Justino Franco

no Rio Claro
pelo sr. Lima I. C.

VERGUEIRO & CIA.

denara que se pusesse têrmo a tal abuso. Não sei, porém, se o poder do Ministro vai até Ibicaba, e se Vergueiro, com seu público desprêzo às leis do país, se deixará intimidar com a medida.

Mandei vir a Rio Claro os colonos da fazenda Ibicaba que desejavam falar comigo. Vieram os representantes de 32 famílias desta fazenda. Não me foi possível investigar até que ponto suas queixas se justificavam, pois falava apenas com os acusadores, sem ter ocasião de ouvir a outra parte. Queixavam-se êles, como a maioria dos colonos, da taxa cobrada por cabeça, ou comissão, considerando mais injusta ainda a exigência visto que pagavam a dita taxa à própria companhia que lhes fizera emigrar e em cuja fazenda trabalhavam. Outros reclamavam contra os cafèeiros, o solo pedregoso, as más colheitas. Estavam satisfeitos com o administrador, o antigo cônsul suíço, sr. Perret-Gentil, mas as queixas contra o diretor alemão da colônia eram muito graves, e, segundo me confirmaram em outra parte, justificadas, pois o homem levava, com sua brutalidade e infâmia, os pobres colonos ao desespêro.

Já tive ocasião, mais de uma vez, de me referir às queixas que os colonos formulavam contra os administradores das fazendas, e posso afirmar que nas fazendas em que os colonos se acham em condições adversas, a culpa cabe, na maioria das vêzes aos administradores. Os fazendeiros não conhecem a língua alemã, sendo por isto forçados a recorrer aos serviços dos seus administradores, guarda-livros ou feitores. Não havendo, por outro lado, grande escôlha para tais elementos, o fazendeiro contrata quem primeiro chega, sendo, muitas vezes, infeliz na escôlha, pois a maior parte dêsses indivíduos é de baixa origem, são bajuladores e sempre prontos a maltratar seus subordinados, com que pensam granjear a estima dos patrões. Jamais tomaram a peito os interêsses dos colonos, e, quando o fazendeiro se mostrava inclinado a favorecê-los com uma ou outra vantagem, o administrador frustrava todos os planos, deixando, na melhor das hipóteses, por fazer aquilo que o patrão ordenava. Houve até casos dos administradores não hesitarem em falsificar contas, ou por motivos de ódio, ou de vingança prejudicando os colonos, o que só mais tarde se descobria, quando já tinham sido afastados do pôsto que ocupavam. Êstes "alemães eficientes" são a

verdadeira chaga nos sistemas das colônias de parceria. Um dos piores elementos desta categoria miserável, foi, sem dúvida, o diretor da fazenda Vergueiro, um certo Fischer, homem sem cultura nem educação, inominàvelmente brutal, que veio a ter que se entender com a polícia e a justiça, segundo me afirmaram brasileiros idôneos.

Parece mesmo que êste indivíduo procurava à fôrça fomentar novas revoltas com a brutalidade de suas ações, para assim provar que os acontecimentos de 1857 foram ùnicamente devidos aos colonos e não à casa Vergueiro.

A Casa Vergueiro & Cia., que teve a pretensão de possuir em Ibicaba uma verdadeira fazenda modêlo, viu miseràvelmente periclitar a fama que desfrutava em tôda a Província, procurando, por isto, vingar-se de sua derrota moral nos colonos suíços.

A algumas léguas de distância de Rio Claro, a casa Vergueiro possui uma segunda fazenda, a Angélica, onde vivem também colonos, que se mostram muito mais satisfeitos, isto porque a situação lá é muito mais regular, sendo o pôsto de administrador ocupado por um homem humano e justo.

No segundo dia de minha permanência em Rio Claro, fui procurado pelo administrador de Ibicaba, que me convidou a visitar a fazenda. Como resposta, mostrei-lhe a carta que seu patrão me endereçara. O sr. Perret-Gentil mostrou-se muito indignado e assegurou-me que o sr. Vergueiro não o havia pôsto ao corrente do que se passava, nem lhe tinha dado ordens para que recusasse visita minha. Insistiu muito comigo para que o acompanhasse, achando absurdo o argumento aduzido por Vergueiro relativo à possibilidade de nova revolta organizada pelos colonos durante minha presença na colônia. Disse ainda que causaria péssima impressão em tôda a vizinhança o fato de eu visitar tôdas as fazendas onde houvessem colonos de parceria menos a fazenda de Vergueiro, visto que os motivos de tal procedimento se tornariam conhecidos. É claro que não aceitei o convite do sr. Perret-Gentil, que, entretanto, voltou, poucos dias depois a Rio Claro, para reiterar o convite, que novamente recusei.

A primeira colônia de parceria que visitei ao sair de Rio Claro, foi a São Lourenço, pertencente ao sr. Comendador Luiz Antônio de Sousa Barros. Encontrei êste senhor, que reside

habitualmente em São Paulo, na fazenda, bem como tôda sua família, que me recebeu amàvelmente. Confessou-se melindrado com certos relatórios publicados relativos à sua colônia, que taxou de falsos, mas as observações eram feitas com a moderação e calma próprias a um homem educado. Sua fazenda é uma das maiores do distrito cafèeiro da Província e uma das mais bem organizadas. Nessa ocasião, 92 famílias de colonos habitavam o estabelecimento, algumas delas já com seus débitos liquidados. Havia entre êstes colonos 32 famílias suíças, quase tôdas em débito ainda com o fazendeiro, sendo que algumas delas estavam sobrecarregadas com os adiantamentos das comunas. Alguns desta gente eram indivíduos degradados, viciados no álcool e pouco dados ao trabalho intenso; naturalmente nunca mais se livrarão da dívida. Como exemplo vou citar o caso de uma família que tomou a si o cuidado de apenas 420 arbustos de café, ao passo que outra, pouco mais numerosa, cuidava de 2.000 cafèeiros (69). A colheita de 420 arbustos (26 arrobas em média, das quais metade pertencente ao patrão) não é suficiente para o pagamento dos juros de 6% e, muito menos ainda, para amortizar a dívida. Alguns colonos, entretanto, se queixavam de não haverem recebido número suficiente de pés. Mas o diretor explicou, na presença dos próprios queixosos que não puderam negar, que a reclamação sempre era feita antes da colheita e, quando lhes davam o número de cafèeiros pedido, faziam a colheita, mas recusavam-se, logo após, a trabalhar em tantos arbustos, quando se iniciava a época do trabalho árduo de capinar a terra e tratar dos arbustos, pretendendo por êste modo usufruir das vantagens sem se darem ao devido trabalho. Outras queixas não me foram apresentadas, a não ser as relativas aos antigos adiantamento das comunas. Manifestaram-se satisfeitos com o tratamento que lhes dispensava o fazendeiro e o administrador Schmidt. As terras eram abundantes e boas e, além disto, os colonos recebiam rações de sal, açúcar e café. Em geral os colonos sabem prover-se de café, tornando assim desnecessário o fornecimento por parte da administração.

(69) Algumas famílias cuidavam apenas de 500 a 700 cafèeiros. Quando lhes perguntei porque não cultivavam maior quantidade, responderam-me que estavam tão sobrecarregados de dívidas que não lhes importava trabalhar no cafèzal. A roça lhes dava o suficiente para viverem e não viam necessidade de se matarem a trabalhar. Enfim, as mesmas concepções errôneas de alhures.

As condições na fazenda São Lourenço são tais, que um colono ativo, que não tenha sofrido graves reveses, pode libertar-se em poucos anos dos compromissos financeiros. O fazendeiro é homem extremamente condescendente. A administração é cuidadosa e exata, e os contratos são cumpridos à risca. Os preços pagos pelas colheitas são de acôrdo com a cotação do dia; os juros cobrados são menores do que em outras fazendas, sendo que sôbre terras ou mantimentos nenhum juro é cobrado, bem como sôbre adiantamentos concedidos. As terras de cultura são boas e os cafèzais estão em ótimo estado de conservação e produção. O único senão era o lugar baixo em que estavam situadas as casas, o que tornava úmidas as moradias dos colonos. Êste defeito foi sanado com a transferência das ditas casas para local mais elevado.

O Comendador Sousa Barros parece ter tirado proveito do sistema de parceria, não se tendo deixado intimidar por insucessos iniciais e alguns prejuízos sofridos, nem pela inépcia de certos lavradores. Mostrava-se mesmo inclinado a continuar com o sistema, explorando-o em escala maior. Nos últimos tempos, tinha mandado vir mais famílias de colonos, na sua maioria do Holstein, mas sem a intervenção da casa Vergueiro e sob condições contratuais mais simples. Tenho certeza que estas famílias, gravadas com dívidas reduzidas, serão plenamente bem sucedidas. Um holsteiniano, Georg Empke, contou-me que, com uma só colheita, conseguira, em 1858, pagar quase inteiramente sua dívida, de 414 mil réis, e que tinha a seu crédito na administração a colheita de 1859, de 1.200 alqueires, e a de 1860, de 1.000 alqueires. É muito raro que uma família abandone a fazenda ao expirar o prazo do contrato. Costumam firmar novo contrato por mais alguns anos, o que prova ser-lhes o sistema conveniente e se sentirem felizes.

À tarde, fui visitar as vizinhas fazendas Biri e Couvitinga, ambas pertencentes ao dr. José Elias Pacheco-Jordão. O fazendeiro me visitara em Rio Claro, repetidas vezes, e tinha-me feito nessas ocasiões a exposição da situação das suas propriedades. Restava-me apenas ouvir os colonos e estudar a questão no próprio local. Nestas duas fazendas, encontrei 18 famílias suíças e algumas poucas alemãs.

As experiências iniciais não foram nada auspiciosas às duas fazendas. O dr. Elias era homem impulsivo e, por infelicidade, os colonos que lhe tocaram eram preguiçosos e avessos ao trabalho. O cafèzal, que era novo, não produzia colheitas satisfatórias ainda, e a contabilidade estava em grande desordem. Houve contínuos atritos entre patrão e colonos. O próprio fazendeiro me confessou sem rodeios que, por vêzes, agira irrefletidamente contra os parceristas. Certa vez, mandara um preto destruir suas plantações, feitas, aliás, em local onde lhes fôra proibido fazê-las.

Certas promessas vãs, feitas por elementos desconhecidos, no sentido de localizar os colonos em outra fazenda, levou-os a abandonarem o trabalho e, apesar das observações do patrão, só o retomarem ano e meio mais tarde, quando as últimas ilusões que alimentavam foram desfeitas. Muito tarde resolveram reiniciar os trabalhos no cafèzal; as dívidas tinham-se avolumado de modo considerável, os juros se acumulavam e o fornecimento de víveres durante tão longo tempo não concorria para suavizar a situação. A teimosia e a cegueira dêsses indivíduos era tal, que nada os levava a seguir o exemplo dos que continuavam suas tarefas de modo regular, e ainda ouviam com desprêzo e ridicularizavam os que pretendiam aconselhá-los.

Quando visitei a fazenda, os homens tinham reiniciado o trabalho havia meio ano. Tinham-se endividado de tal forma e mostravam-se tão abatidos com a própria estupidez, que nem se podia pensar em um futuro promissor. Outros colonos estavam inteiramente satisfeitos com sua situação. Um dêles, chamado Ulrich Mueller, pagara em quatro anos suas dívidas, num total de 1 conto e 500 mil réis, e tencionava passar mais uns anos na fazenda. Declarou-me êle, na presença de outros companheiros, que as cousas na fazenda não eram tão más como geralmente se pensava e que todos os que tinham vontade de trabalhar conseguiriam livrar-se dos compromissos. Os preços do café eram aí calculados como na fazenda São Lourenço e os livros achavam-se em perfeita ordem, graças ao diretor Koch, que aí trabalhava havia mais de ano. Êste senhor exercera antes as mesmas atividades em Ibicaba, onde era por todos muito estimado. Seu espírito humano e reto não deve ter agradado ao antigo patrão, que o despediu.

Devo ainda consignar que o sr. José Vergueiro restituíu aos fazendeiros de São Lourenço, Biri, Couvitinga e Boa Vista, perto de Rio Claro, as taxas que cobrara por cabeça, importâncias estas que foram creditadas pelos fazendeiros aos seus colonos. Os colonos tinham contratos de transferência em que se estipulava expressamente que não tinham que pagar nenhuma taxa de comissão.

O dr. José Elias queixava-se amargamente que tivessem propalado tantas informações falsas sôbre sua pessoa e sua colônia, movidos por animosidades que não cabem ser expostas aqui. Prontificou-se a perdoar aos colonos metade das suas dívidas, desde que a outra metade lhe fôsse paga em dinheiro. Um ano mais tarde, quando a oportunidade se apresentou, cumpriu a palavra. Deu assim a melhor prova de que não era intenção sua manter os colonos no regime da dependência e torná-los por êste modo "escravos brancos". Tal tendência, aliás, não observei em nenhuma das fazendas por mim visitadas; todos os fazendeiros me declaravam que o maior interêsse deles era verem seus colonos livres de dívidas. Acrescentavam ainda, e com razão, que sòmente lucrariam com famílias de colonos sérias e trabalhadoras, pois os demais só lhes causavam aborrecimentos e prejuízos. Aos que não revelavam tais qualidades, os fazendeiros davam, geralmente, licença de se transferirem, desde que o novo pretendente se dispussse a tomar a si a responsabilidade financeira dos mesmos.

Em nenhuma fazenda, exceptuando Sítio Grande, encontrei mais perfeita harmonia entre fazendeiro e lavradores, como nesta.

Aproveitei a manhã seguinte para um passeio de uma légua, até a fazenda Boa Vista, de propriedade do sr. Benedito Antônio de Camargo. Havia aí uma colônia composta de 35 famílias, das quais 23 eram portuguesas, 6 suíças, 2 alemãs e 4 brasileiras. A princípio, os resultados não foram bons; vários atritos se deram entre o fazendeiro e os colonos portugueses, que abandonaram o trabalho, o que obrigou o fazendeiro a recorrer ao poder judicial. Êstes portugueses eram elementos pouco recomendáveis, recrutados no Porto, inclinados ao furto e a violências. Um dêles, mandara matar, a golpes de machado, o filho de um colono suíço, por causa de desinteligências que tiveram.

O comissário do Govêrno Imperial, dr. Sebastião Machado Nunes, restabeleceu, em 1859, a ordem na fazenda e transformou, com o consentimento de ambas as partes, os contratos de parceria em contratos de arrendamento de serviço. Das 6 famílias de colonos suíços que trabalhavam na fazenda, apenas duas estavam quites com suas obrigações, as restantes eram ainda devedoras de avultadas somas, o que me surpreendeu grandemente, pois os colonos viviam já fazia 8 anos na fazenda e trabalhavam satisfatòriamente. As condições eram, também, boas. Não deviam pagar, segundo o contrato, juros nos primeiros quatro anos, nem aluguel, e fôra-lhes ainda restituída pelo sr. Vergueiro a soma relativa à taxa por cabeça. O motivo da desvantajosa situação financeira dos colonos cabia, em parte, à administração, em parte aos próprios colonos. Nos primeiros anos, a administração fôra insuficiente, devido à incompetência dos diretores, que prejudicavam os colonos na contabilidade, ou propositadamente, ou por descuido. As medidas para os grãos de café e os preços dos víveres eram igualmente exagerados, falhas que foram depois corrigidas. Aos colonos cabia a culpa pelo fato de lançarem mão de um recurso censurável, o de vender, após a safra, os seus mantimentos, por baixos preços, o que os obrigava a recebê-los mais tarde da administração, por preços muito mais elevados. Na minha presença queixaram-se exclusivamente da exiguidade das terras para as suas plantações. O diretor alegou, porém, que os colonos podiam receber tantas terras quantas quisessem e pudessem cultivar, mas sòmente nas partes indicadas pela administração, o que os colonos não queriam aceitar. Os colonos confirmaram a asserção, mas retrucaram dizendo que nos lugares por êles colonos escolhidos, conseguiriam maiores colheitas, embora com mais trabalho. O sr. Camargo autorizou, finalmente, em minha presença, aos colonos localizarem suas plantações nos lugares desejados por êles, ordenando à administração que distribuísse as terras de acôrdo com esta resolução.

Uma das famílias encontrava-se em situação precária: o pai morrera ao chegar a Santos; a mãe com os três filhos fôra para Boa Vista, onde poucos anos após, morria; afinal, os filhos tinham abandonado a fazenda, deixando o fazendeiro com a dívida tôda, num total de 1 conto 835 mil réis.

Restava-me apenas visitar uma única colônia, situada a algumas léguas da vila de Constituição. Resolvi, pois, despachar diretamente minha bagagem de Rio Claro para a cidade de São Paulo, que seguiria acompanhada pelo meu guia e pelo criado. Acompanhado por um escravo do dr. Gattiker, dirigi-me para o meu destino, descrevendo uma volta em direção Sul.

Após cinco horas a cavalo em marcha acelerada, e depois de havermos por várias vezes perdido o caminho, enveredando por picadas e cafèzais, chegamos à fazenda Santo Antônio, do sr. Elias Silveira Leite, da qual até então sòmente recebera informações pouco lisonjeiras. Encontrei o proprietário, vestido de calça e camisa, ajudando um escravo a arrancar, numa roça recentemente queimada, um enorme trônco de árvore carbonizada. Entreguei-lhe a carta de recomendação do presidente da Província, que lhe mereceu a máxima atenção, observando: "O presidente podia escrever seu nome mais legìvelmente. Não sabia ainda seu nome e agora, que vejo sua assinatura, menos o sei ainda". Em seguida, estendeu-me a mão, preta de carvão, dando-me as boas vindas. Tendo dado algumas ordens ao preto, seguiu, caminhando ao lado de meu cavalo, em direção à sua casa, e perguntava qual o motivo de minha visita. Queria saber, antes de mais, que fazendas eu já visitara e que impressões trazia. Os colonos, reunidos por ordem do fazendeiro, compareceram em seguida, iniciando-se uma seção que durou várias horas, em que as acusações e as justificativas se alternaram.

A colônia em Santo Antônio era composta de apenas 7 famílias. Duas delas eram particularmente trabalhadoras e tinham pago havia um ano tôdas as dívidas. As demais estavam fortemente endividadas e formulavam graves acusações contra o fazendeiro. Visto que encontramos aí 7 famílias, tôdas elas vivendo sob o mesmo regime e condições, duas inteiramente satisfeitas e as demais não, é lícito admitir-se que as causas não sejam exteriores, mas sim particulares. E assim foi. Quando os colonos chegaram à fazenda, a maior parte do cafèzal era novo ainda para produzir então safra plena e os colonos receberam apenas reduzido número de cafèeiros com produção satisfatória. O fazendeiro prometeu então o pagamento de 10 mil reis anuais por milhar de plantas novas que

fôssem cuidados pelos colonos, sendo que, dois anos após, quando tais arbustos já estivessem produzindo, ficariam sob os cuidados dos mesmos. Tal procedimento é comum nos cafèzais de São Paulo e o preço de 10 mil reis por milhar de pequenos pés não é demasiado baixo, porque costumam os lavradores plantar entre as fileiras outras plantas, que, tratadas ao mesmo tempo que os pequenos cafèeiros, proporcionam colheitas cujo lucro lhes pertence exclusivamente.

Se os colonos tivessem colhido seu café e ao mesmo tempo tratado dos pés novos, não teriam aumentado suas dívidas e as teriam resgatado fàcilmente na época da produção plena do cafèzal.

Integravam, porém, estas cinco famílias alguns elementos pouco recomendáveis, que nas suas comunas tinham recebido adiantamentos para que se vissem seus conterrâneos livres dêles. O chefe de uma dessas famílias, o que mais se queixava, era um bêbado inveterado, que já cometera vários excessos e ameaçara seus companheiros, armado de faca. Em consequência dessas rixas, travara-se luta corporal entre o fazendeiro, que se armou de um cacete, e êle, que saiu com um braço quebrado. Os depoimentos contraditórios das testemunhas (sòmente colonos) não me permitiram reconstituir o caso. Uns afirmavam que o colono tinha sido o agressor, outros, que o fazendeiro, irritado com as ameaças e insultos, tomara a iniciativa. Foi êste o único caso que degenerou em luta aberta.

Fêz-se também a essas famílias a promessa sem fundamento, em 1857, de retirá-las da fazenda, pagar-lhes as dívidas e localizá-las em terras pertencentes ao Govêrno, e outras mais. Os colonos acreditaram em tais promessas irrefletidas e abandonaram o trabalho. Foi em vão que o fazendeiro tentou fazer-lhes ver o absurdo de suas esperanças, chegando a propor mandar avaliar, caso continuassem a trabalhar, suas dívidas, víveres e outros trabalhos, para pagar em dinheiro, quando o Govêrno lhes tivesse pago as dívidas. Os colonos se obstinaram e ameaçaram a uma família que queria prosseguir no trabalho, com uma surra.

Já fazia um ano que os colonos tinham abandonado o trabalho, continuando, entretanto, a receber seus mantimentos da fazenda, quando começaram a desconfiar das promessas e resolveram mandar dois emissários a São Paulo (47 horas de via-

gem), afim de investigar que havia de positivo sôbre o caso. De São Paulo, os emissários dirigiram uma carta ao cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, que, em resposta, lhes esclareceu sôbre a falta de fundamento de tais esperanças. Apesar disto, os homens permaneceram cinco meses na cidade, trabalhando como diaristas.

Os colonos, aguardando a volta dos emissários, continuaram na recusa ao trabalho, o que causou a ruina de um cafèzal novo de 30.000 arbustos. Quando, afinal, os enviados se resolveram a voltar de São Paulo, o sr. Elias Leite conseguiu um mandado de prisão contra êles. Prenderam-nos alguns dias na cadeia de Piracicaba, até que foram condenados a uma multa de 50 mil réis por cabeça, por um tribunal de arbitragem.

Tais acontecimentos fizeram os colonos voltar à razão e retomar os trabalhos. Quando visitei a fazenda, os colonos tinham voltado à lavoura havia um ano e as relações entre êles e o fazendeiro eram passáveis. As dívidas tinham aumentado consideràvelmente e os prejuízos tinham sido grandes de parte a parte. Os colonos queixavam-se ainda de duas cousas. Primeiro, que o fazendeiro lhes tomava a colheita tôda para a amortização das dívidas, em lugar de lhes pagar metade em dinheiro, cousa que êste confirmou, pois, alegava, que de outro modo não chegaria nem para cobrir os juros, e que era do interêsse de todos liquidar os compromissos o mais breve possível. Com a venda de seus produtos agrícolas, os colonos, segundo a opinião do sr. Elias, conseguiam o dinheiro suficiente para adquirir o que mais precisavam.

O segundo motivo de queixa era a questão do sal. Diziam os colonos que a medida adoptada era demasiado exígua. Elias Leite alegou que o sal era sempre medido e distribuído no mesmo recipiente, uma caneca de latão. O sal assim vendido a varejo ficava 1.500 réis mais caro do que se fôsse vendido em grande quantidade. Êle, várias vêzes, se prontificara a comprar de uma só vez grande quantidade de sal (um quintal e meio), para reparti-lo, pelo preço do custo, entre os colonos. Preferia isto ao sistema atualmente adoptado, embora êste lhe garantisse pequeno lucro. Mas os colonos, que não vivem em boa harmonia entre si, não lhe seguiram o conselho. Não se podia falar de prejuízo causado aos lavradores, e muito menos em ação fraudulenta.

Elias da Silveira Leite pagava 12% de juros sôbre a quantia levantada para pagamento dos adiantamentos feitos aos colonos pela firma Vergueiro & Cia., debitando apenas 6% aos colonos. Os preços dos mantimentos fornecidos eram razoáveis, o estado do cafèzal, satisfatório, e o preço pago pelo café era igual ao da fazenda São Lourenço, da qual já falamos.

Era necessário fazer alguma cousa para aliviar a situação dessas cinco famílias e das que viviam nas fazendas Biri e Couvitinga, de propriedade do sr. Elias de Pacheco Jordão, que se tornara insustentável dada a pouca harmonia reinante entre os fazendeiros e os colonos, por culpa mútua, e que chegara a um ponto em que era difícil encontrar solução satisfatória. De regresso ao Rio de Janeiro, interessei-me junto ao Govêrno Imperial no sentido de que se libertassem os colonos de seus contratos de parceria, pelo pagamento aos fazendeiros de uma indenização, e pela localização dos colonos em terras pertencentes ao Govêrno, onde êstes teriam oportunidade de ir pagando aos poucos as dívidas que o Govêrno tomara a si. Esta remoção de colonos se fêz, de fato, no ano de 1861, para a colônia governamental de Cananéa, no litoral da província de São Paulo. Mas, quando tudo já estava preparado para a transferência, eis que alguns colonos, de surpresa, declaram que preferiam ficar com o antigo patrão, uma vez que o Govêrno se responsabilizava pelas dívidas dêles. Considero isto um gesto bem característico: enquanto os colonos viviam na relativa incerteza quanto à solução dos seus problemas, não se cansavam de se queixar e acusar o patrão, mas, chegado o momento de mudarem de lugar e melhorar a situação, dispendendo com isto maior esfôrço, logo se conformam com o mesmo patrão, antes tão vilipendiado e caluniado!

O fazendeiro Elias da Silveira Leite, alcunhado Elias Velho, é homem sem nenhum preparo, autêntico caipira (*gens rustica*), de muito espírito e devedor de tudo o que possui ao próprio esfôrço. Sabedor pela experiência do quanto vale um esfôrço contínuo, trabalhando de sol a sol, exigia, naturalmente o mesmo de todos que com êle trabalhavam. A indolência, a preguiça dos colonos, que lhe causaram sérios prejuízos, mantinham-no em estado de irritação permanente, aumentada ainda pelo costume de alguns de retribuírem os conselhos com insolências.

Quando os colonos da sua fazenda se recusaram ao trabalho, êle devia ter convocado um tribunal de arbitragem, pois o movimento era chefiado por dois indivíduos desclassficados, um dêles bêbado inveterado, o outro, homem completamente desmoralizado, que deixava viverem seus filhos na maior miséria e sujeira. A espôsa do fazendeiro já fizera virem, várias vezes essas crianças para sua casa, afim de limpá-los e livrá-las do bicho de pé que as atacava. Todos os que conhecem Elias Velho são unânimes em declará-lo homem reto e trabalhador, bom, mas impulsivo quando provocado.

A casa grande apresentava aspecto bastante pobre, mas o fazendeiro dizia que, mais tarde, com os rendimentos da fazenda, lhe seria possível melhorá-la; que presentemente servia muito bem assim como estava. A casa era uma grande cabana de barro; meu quarto, um cubículo com paredes toscas, não caiadas, sem tecto, sem mesa, sem cadeira, sem móvel algum excepto uma cama. À noite, eu me sentei junto com a família, diante de um fogo alegre, que ardia sôbre uma lage. Durante o jantar, senti, de repente, que alguém me tirava os sapatos com grande agilidade. Surpreendido, debrucei-me para olhar para baixo da mesa e vi que um negro, munido de grande bacia, prontificava-se a lavar-me os pés, o que fêz e tornou a calçar-me, procedendo assim com as demais pessoas. Esta original ceremônia de "lava-pés" só a vi no Brasil, o que bem justifica o anexim:

Cada terra com seu uso;
Cada roca com seu fuso.

Quando me retirei para dormir, o dono da casa me acompanhou empunhando uma vela de sebo que, a falta de melhor castiçal, colocara no gargalo de uma garrafa, depondo-a no chão.

No dia seguinte, depois de mais uma vez me ter entendido com os colonos, segui, acompanhado por Elias Velho, até a Cidade da Constituição, duas léguas distante. De longe, a cidade apresentava o aspecto de uma aldeia bastante dispersa, mas, à medida que nos aproximávamos, notei que se tratava de uma pequena cidade poèticamente assentada entre laranjais

e bananeiras, com suas pequenas casas risonhas. Pareceu-me que nunca eu havia visto verde tão delicioso como êsse, o que se explicava pelo contraste entre a terra roxa e a côr viva das folhagens.

Esta terra roxa que acabo de mencionar (uma argila rica em ferro) é tida como extremamente fértil e os conhecedores asseguram que os cafèzais plantados nestas terras produzem colheitas compensadoras durante trinta anos. Alguns médicos disseram-me que os habitantes dessas terras roxas sofrem com frequência da "cegueira noturna". Outras informações que tive, de médicos que ainda não atribuíram à doença tal relação, parecem-me justificar a observação. A terra vermelha, de colorido menos intenso, é menos estimada; dizem os lavradores que ela produz apenas a metade do que produz a terra roxa. A terra branca é reputada a menos fértil de tôdas, pois, dizem, produz metade do que a vermelha. A terra negra "massapé prêto", existente em Itu, é particularmente propícia ao cultivo da cana de açúcar.

Atravessamos o rio Piracicaba (70) depois da cidade e me hospedei em casa do médico alemão dr. Kupfer. Logo acima da ponte, o rio se lança por cima de grandes pedras que lhe obstruem o leito e, nas épocas de chuva, o encaixoeirado apresenta belíssimo aspecto. Quando o vi, em fins de agôsto, era insignificante. Depois da queda, o rio deslisa calmo em seu leito largo, passa pela cidade e vai juntar-se, 6 léguas abaixo, com o Tietê, sendo nêste percurso navegável mesmo para embarcações maiores.

Em fins do século passado e nos começos dêste, os chefes de polícia de Itu e Pôrto Feliz costumavam deportar os criminosos e as mulheres de maus costumes para êste lugar, onde a selva virgem cobria tôda a região. Saíam de Pôrto Feliz, seguindo o Tietê abaixo até a confluência do Piracicaba, que subiam, embarcados em canoas pesadas, que faziam a viagem em 15 dias. Atualmente vai-se a cavalo até Pôrto Feliz em 5 ou 6 horas. Em 1810, construiu-se nêsse lugar de degrêdo

(70) Informaram-me que o nome do rio significava, na língua dos indígenas, "lugar onde há peixe", talvez por causa da cachoeira, que os retinha ali. Outros diziam que "piracicaba" significava "o peixe reluzente e escuro" e também "fábrica de cola de peixe" (!) Esta última interpretação da palavra composta indígena é completamente errônea.

uma igreja e, a pouco e pouco, outras pessoas livres vieram localizar-se aí. Mas, sòmente em 1822, foi que um preto avisado procurou descobrir caminho para a cidade de Itu, a 11 léguas de distância. Foi bem sucedido e, no traçado da primitiva picada, construiu-se a estrada. No correr do tempo foi-se também explorando a mata em direção de Rio Claro e Campinas, abrindo-se assim uma vasta região à cultura e à produção. A matriz de Piracicaba tornou-se vila e, mais tarde, por decreto de abril de 1854, cidade, sob o nome oficial de Cidade da Constituição, nome que apenas consta nos documentos oficiais, pois o povo continua a chamá-la Piracicaba.

Esta pequena cidade, que é destituída de importância, possui largas ruas mal calçadas, praças regulares e algumas casas bem construídas, mas nenhum poço dágua, o que obriga a seus habitantes a servirem-se da água do rio. A igreja matriz é pequena e nada apresenta de notável; a do Rosário não passa de uma capela, e a terceira igreja, a da Boa Morte, ainda em construção, está sôbre uma colina, em situação privilegiada, dominando o panorama da cidade. Dizem que um homem excepcionalmente original de Itu, Miguel Arcanjo Benício Dutra, planejou a construção desta igreja. Residindo desde algum tempo em Piracicaba, fundou a Irmandade da Boa Morte e projetou a igreja, cuja construção iniciou em 1853. Benício Dutra, arquiteto, escultor, pintor, carpinteiro, tudo, enfim, a um tempo, pôs mãos à obra, inflamado por um zêlo verdadeiramente religioso, e, com os modestos recursos financeiros que conseguiu, levou-a até onde pôde. A igreja é formada por três corpos que, segundo os planos do arquiteto, deverão ser cobertos por uma grande abóbada. Benício Dutra possui também uma coleção de raridades, que não pude visitar porque se achava êle ausente na ocasião. Asseguraram-me que se tratava de um homem modesto, trabalhador incansável e extremamente talentoso, que teria conquistado renome, se tivesse tido uma educação adequada na Europa.

O edifício da Prefeitura, bastante estranho, serve ainda como pôsto policial, prisão, tribunal e escola para meninos. Quando há sessão do júri a escola não funciona. O xadrez acha-se em estado lamentável; criminosos sentenciados e pessoas que aguardam julgamento encontram-se na mesma sala

encerrados. Falta ainda um hospital, mas a sua construção será iniciada em breve, pois já reuniram os fundos necessários, por subscrição.

Reside ainda em Piracicaba, além do dr. Kupfer, outro médico, um holsteiniano, o dr. Melchert, e mais um francês e outro brasileiro. Contaram-me que um dos médicos tinha por hábito pôr a cidade em reboliço cada vez que era chamado a atender um doente de certa posição, pois invariàvelmente constatava indícios de envenenamento, sugerindo que deveria tratar-se de crime praticado por algum escravo. A tal ponto chegou, que a cidade veio a desconfiar que haveria uma conspiração de escravos cujo fim era assassinar os patrões. Muitos dêsses pobres diabos foram, em consequência, bàrbaramente espancados, afim de confessarem a culpa. Mas afinal os habitantes da cidade chegaram à conclusão de que tudo não era mais que um embuste do médico que pretendia assim aumentar seus prestígio ou talvez angariar maior número de clientes.

O Govêrno Imperial fundou, em 1858, perto da confluência do Tietê no rio Paraná, à margem direita, no salto de Itapura, uma colônia militar e uma estação de barcas, em parte para incrementar o comércio com a longínqua província de Mato Grosso, em parte para ter um baluarte de importância militar próximo do vizinho Estado, o Paraguai, vizinho êste nem sempre inspirado em sentimentos amigáveis.

Confiou-se êste bem pensado plano, e ainda mais bem executado, ao excelente oficial de marinha Mariano de Azevedo. Graças à sua prudência, inteligência e indefessa atividade, conseguiu vencer os múltiplos obstáculos e organizar em poucos anos a colônia, da mais eficaz maneira possível. Mas, como tantas vezes acontece no Brasil, sacrificam-se os homens mais cultos e capazes às paixões políticas e outras menos nobres ainda, prejudicando com isto obras de grande importância, junto com os homens que as idearam. Assim aconteceu também no caso presente. O ministro da Marinha, José Joaquim Ignácio, que, na sua incompreensível cegueira, sempre se mostrara contrário ao projeto, destituiu, em 1861, o comandante militar Azevedo, para colocar em seu lugar um homem absolutamente incompetente, que exigiu do Ministério da Marinha, ao ser nomeado para o cargo, que "fôssem trancadas as notas

desfavoráveis que existiam em seus assentamentos, às quais êle atribuía as inúmeras preterições que tem sofrido" (ocupara durante 25 anos o pôsto de capitão de fragata). A maneira frívola com que se referiu à empresa à sua passagem por São Paulo, autoriza os mais fundados receios, e os matutinos da Capital não deixaram de fazer os mais graves reproches ao ministro da Marinha (71).

A continuação das obras então iniciadas era da maior importância, não só para a Marinha, como também para o comércio e a população em geral. Formara-se em São Paulo uma sociedade (Dois de Dezembro) com a finalidade de reorganizar a navegação fluvial no Tietê, antigamente tão florescente, desta vez, porém, com embarcações a vapor.

O mais curto caminho do Rio de Janeiro a Itapura passa por Piracicaba, de onde a viagem se faz, sem maiores dificuldades, em canoas ou, segundo o nivel da água, em embarcações de mais calado. A importância da cidade aumentaria ràpidamente, se o tráfego fluvial fôsse mais ativo, e o malicioso argumento de que o Govêrno estabelecera em Itapura uma colônia militar afim de manter um hospital em Piracicaba, seria reduzido a nada. Atualmente, Constituição é um importante centro de armazenagem de sal, que vem de Santos. Esta mercadoria aí fica até que o nivel das águas do rio permitam seu transporte para as fazendas de gado no sertão, ou para os lugares de salga de peixe. Os rios Piracicaba e Tietê são muito piscosos e, havendo navegação regular neles, a pesca poderá ser uma indústria, cuja produção supriria parte da Província, de peixe salgado.

No distrito da cidade havia 29 plantações de café, 6 fazendas que plantam o chá, 4 engenhos de açúcar e 4 que exploram a pecuária. Na mesma época (1869), a população era de 20.000 habitantes, dos quais 2 ou 3.000 residiam na cidade. O solo, extremamente fértil, coberto ainda na sua maioria de selva virgem, a situação favorável à beira do rio e a atividade de seus habitantes, garantem à cidade um belo futuro.

---

(71) Parece que Azevedo foi reconduzido ao seu antigo pôsto, por um sucessor de José Joaquim Ignácio, pois numa prestação de contas do Ministério da Marinha, em 1864, vi um relatório dirigido a Antônio Mariano de Azevedo, diretor da colônia militar de Itapura.

De Piracicaba, dirigi-me para Capivari, deixando a estrada que vai para Campinas ao Norte, e passando pela magnífica fazenda do falecido Marquez de Monte Alegre, cujas terras, destinadas ao plantio da cana de açúcar e outros vegetais, são trabalhadas com arado. Menciono esta particularidade porque êste instrumento agrícola é quase desconhecido em tôda a Província, embora a configuração do terreno se preste muito bem a seu uso. A estrada, na maior parte mal conservada, estende-se por 6 léguas em um terreno bastante acidentado, mas sem interêsse.

A vila de São José de Capivari dá a impressão de uma aldeia abandonada e insignificante, embora nela residam certo número de pessoas abastadas, o que é difícil de se presumir, dado o mau estado de conservação em que se acham tanto as casas particulares como os edifícios públicos. Esta vila é o centro principal de um rico município agrícola, no qual se encontram nada menos de 63 engenhos de açúcar, 32 fazendas de café e 11 de chá.

Por falta de hotel, encontrei acomodação aceitável na casa de um hanoveriano, que possui uma loja na vila. Visitei o dr. Maier e o farmacêutico J. Richter, ambos suíços e aí radicados desde algum tempo. Na prisão, fui visitar um colono holsteiniano da fazenda Bom Jardim, que está situada a uma légua da cidade e pertence ao capitão Salvador Nardi de Vasconcelos. Nessa fazenda vivem alguns colonos alemães e uma família suíça, que já se encontra livre de dívidas. O preso, H. J. Dedlef Schmidt, contou-me o seguinte: embora trabalhasse ativamente cuidando de determinado número de arbustos de café que lhe tinham sido entregues, foram-lhe retirados pelo fazendeiro os melhores dêles, que constituíam a maioria. Os que lhe permitiram continuar cultivando eram tão poucos e insignificantes, que já não lhe proporcionavam nenhuma vantagem. Não quisera aceitar a proposta do patrão, de receber outros arbustos inferiores, e retirara-se da fazenda, com a autorização do mesmo, afim de ir procurar outro trabalho. Voltando dias depois, o capitão Nardi o mandou pôr na prisão, onde foi algemado. Outras pessoas me confirmaram a veracidade da maior parte do relato, porém o cativeiro de Schmidt não chegava a oferecer aspecto inquietador.

O capitão Nardi, alegando o afastamento de Schmidt sem autorização e apoiando-se na lei de 11 de outubro de 1837, talvez por certa animosidade contra o colono, conseguiu do delegado uma ordem de prisão contra o lavrador, que foi recolhido ao xadrez em Capivari. O carcereiro, ignorando o crime do preso que lhe foi entregue contra recibo, pôs-lhe as algemas, em vista do mau estado de conservação em que se encontrava o prédio que servia de prisão, pois de outro modo não teria sido possível ter ali um preso em segurança. Quando o juiz de paz soube do caso, mandou que retirassem as algemas do preso e o soltassem na manhã seguinte, porque a lei não previa pena de prisão por tal delito. Schmidt recusou-se, porém, a fazer uso da liberdade concedida e exigiu que um tribunal de arbitragem decidisse seu caso. O carcereiro entregou simplesmente as chaves do xadrez ao preso, que ficou livre de fazer o que bem quisesse. Na qualidade de único inquilino do xadrez, Schmidt o utilizava como dormitório. Poucos dias depois da minha chegada a Capivari, os árbitros da questão deviam reunir-se para decidir a questão. Pedi ao farmacêutico sr. Richter que me remetesse uma cópia autêntica da sentença para o Rio de Janeiro, no que fui prontamente atendido.

O juiz de arbitragem, Antônio de Melo Rego e João Vaz de Arruda Amaral, ambos brasileiros, decidiram, sob a presidência do juiz de paz Joaquim Vaz de Arruda Amaral, o seguinte: que o fato de haver Schmidt se afastado sem licença da fazenda não constituía delito passível de prisão, mas sim de multa; que o preso devia, em consequência, ser imediatamente solto; que o fazendeiro fôsse intimado a entregar ao colono um número de arbustos de café em plena produção, segundo a capacidade de trabalho do colono; que o fazendeiro fôsse condenado no pagamento das custas judiciárias. Quanto às exigências de indenização do acusado Schmidt contra o capitão Salvador Nardi, deviam ser dirigidas ao tribunal comum

No dia seguinte, deixei Capivari rumo a Itu. A duas léguas de distância da vila, o viajante descortina, durante pouco tempo, um lindo panorama na direção de Itu, mas logo a paisagem foge, porque a estrada corre colina acima e abaixo, atravessa florestas, e a bacia em que a cidade está situada, fica encoberta pelas elevações do primeiro plano. Uma légua antes

de se atingir a cidade, a estrada passa junto do Itu (palavra indígena que significa queda dágua), grande queda que o Tietê forma nesse lugar. Na época das cheias, esta cachoeira deve oferecer aspecto imponente, mais pelo seu volume dágua que pela altura de onde se despenha. A mim, que a vi na época sêca, decepcionou, talvez por causa das tantas descrições exageradas que ouvira dela.

Por volta das duas horas, com os animais já extenuados, cheguei à cidade e, depois de procurar cá e lá, e perguntar por uma hospedagem, indicaram-me o caminho de uma, que era mais do que medíocre. O dono dela, um seleiro de profissão, estava ausente e sua mulher, que fabricava cigarros de papel, levou-me a uma casa contígua, na qual me fêz entrar em amplos aposentos completamente vazios, prometendo que ia providenciar quanto à cama e a comida. Eu levava cartas de recomendação para algumas das mais destacadas pessoas do lugar, mas, casualmente, nenhuma delas se encontrava em casa quando as procurei.

Itu causa impressão estranha, muito diversa da que causam as outras localidades da Província. Suas ruas são mal pavimentadas, uma delas, a Direita, é flanqueada de imponentes edifícios, grandes praças cobertas de capim e algumas belas igrejas. Existem em Itu um convento de religiosos da Ordem de São Luiz, e um de freiras, da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, uma "Santa Casa" São João de Deus, um hospital para leprosos Nossa Senhora do Horto, um instituto de educação feminina, dirigido por freiras francesas, e um colégio para meninos. Na cidade, entretanto, não se nota vida; nenhum movimento: seu aspecto é o de um claustro. Itu é o "quartier Saint Germain" da província de São Paulo, séde da aristocracia financeira e rural, e de muita gente devota. O Imperador Dom Pedro I conferiu a essa cidade o título de "fidelíssima".

No ano de 1684, o donatário da capitania de São Vicente, conde de Monsanto, deu à então aldeia o título de vila. Devido à grande fertilidade de seu solo, foi crescendo e se tornando importante, tornando-se várias vezes centro de comarca, mas atualmente pertence à de Sorocaba. No distrito da cidade, cultiva-se em várias fazendas a cana de açúcar, sendo algumas destas fazendas òtimamente instaladas, nada ficando a dever

aos melhores engenhos de Pernambuco. Os habitantes de Itu mantém comércio bastante animado de cavalos e mulas, mas não mais em tão grande escala como alguns decênios atrás.

Pessoas conhecedoras da vida de Itu me asseguraram que as classes mais elevadas da sua população se distingue pela sua cultura e ambição de ampliá-la cada vez mais, com grande sêde de progresso, e que esta tendência se tornaria muito mais acentuada ainda, se não fôra obstada pela grande influência do clero.

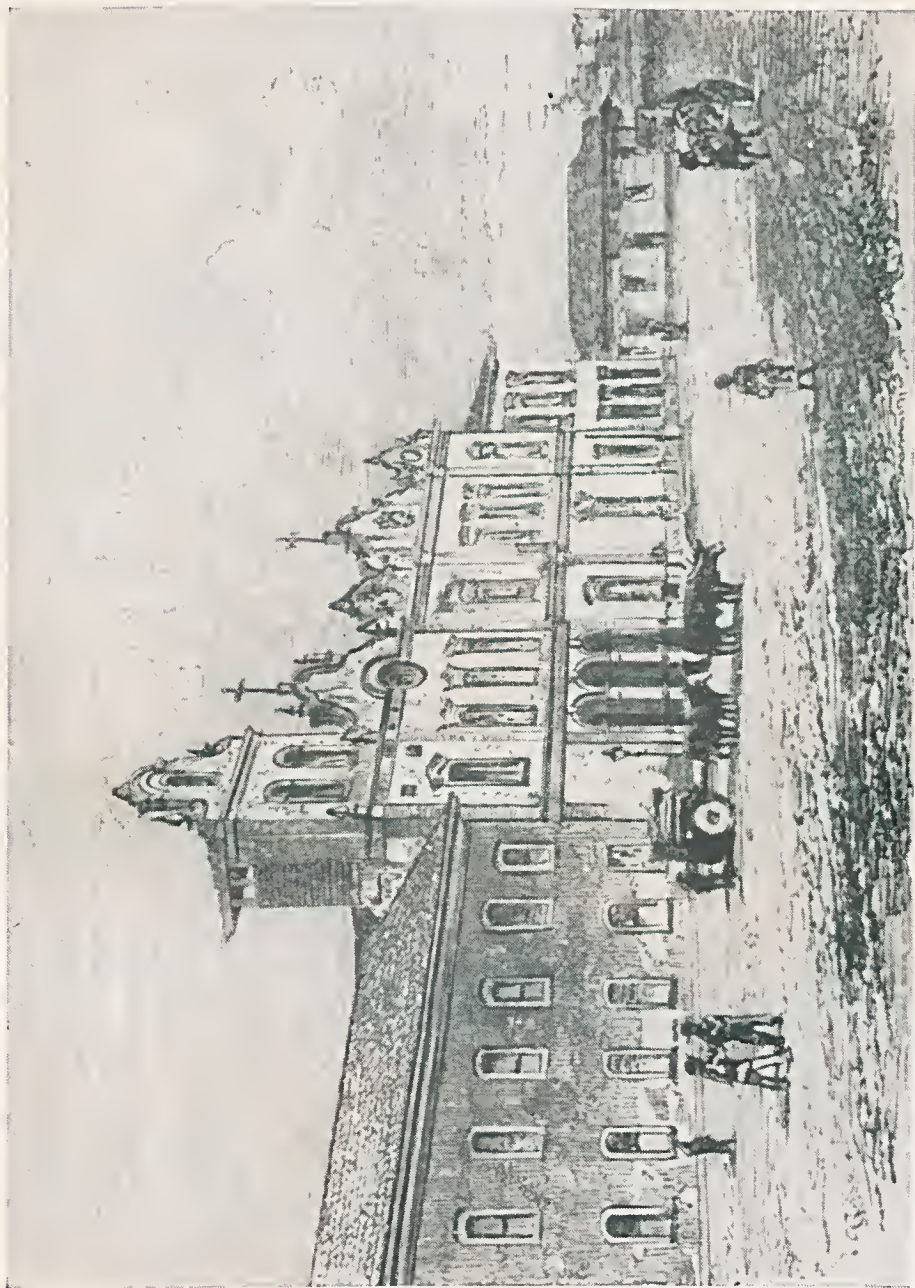
Na manhã seguinte, às 6 horas, deixei Itu. A estrada, bastante boa, sobe e desce, acompanhando uma serra, que apresenta algumas vistas bonitas. De início, o caminho acompanha o rio Tietê, cuja correnteza mansa é interrompida cá e lá por grupos de rochedos. Vai depois o rio por entre uma floresta e atravessa, por fim, os campos. A aldeia de Piedade, situada em uma bacia formada entre as montanhas, foi atingida por mim à uma hora da tarde, quando parei em frente a uma casa que ostentava uma tabuleta com a palavra "Otel", afim de dar repouso aos meus cavalos, abatidos pelo calor sufocante que fazia.

Vi logo que tinha chegado a um albergue muito frequentado, pois a grande mesa na sala de jantar e o dormitório estavam cobertos de inscrições a canivete ou escritos a lápis, em que se liam nomes pertencentes exclusivamente à nobre raça dos judeus alsacianos. Não encontrei nenhum outro nome europeu ou brasileiro. Não faltavam também observações em prosa ou verso, que denunciavam o grau de ilustração de seus autores. Antigamente êsses vendedores ambulantes encontravam rico campo de atividade em Itu e nas fazendas das redondezas, mas atualmente já perderam grande parte de seus compradores, pois êstes já descobriram que lhes é melhor comprar de comerciantes honestos e corretos, onde a mercadoria é cem por cento, ou mais barata, que a dos vendedores judeus.

Continuei a viagem às 3 horas e quando escureceu inteiramente, parei numa venda isolada. Garantiram-me aposento para a noite, mas fui obrigado a lutar contra a incrível indolência do vendeiro, afim de conseguir forragem para os animais e um modesto repasto para mim e meu companheiro preto. O local se chama Barueri. Depois de uma marcha de cinco horas

a cavalo, cheguei novamente à cidade de São Paulo, depois de uma ausência de quatro semanas. Antes de entrar na cidade, quem vem por êsse lado passa pelo grande novo cemitério católico, com o protestante ao lado, que ali existe desde 1855. No dia seguinte à minha chegada, fui procurado por uma deputação de estudantes, que me convidou a visitar sua *alma mater,* frisando que o convite não visava o ministro, porém o homem de ciência. São Paulo possui uma escola ou faculdade de direito, como Pernambuco, na qual se ensinam, além de história, geografia, filosofia, latim, francês, inglês, aritmética, retórica e poesia, as ciências jurídicas, num curso de cinco anos. Funciona ela no mesmo edifício do antigo mosteiro de São Francisco.

Meu cicerone conduziu-me primeiro a um pequeno pátio quadrado entre as arcadas do claustro, onde havia um monumento fúnebre em forma de obelisco. Sob êste monumento repousam os restos mortais de um alemão de família nobre e de grande reputação, que foi professor de história nessa universidade, sob o pseudônimo de Julius Frank, e morrera em 1841, com apenas 32 anos de idade. Como era êle protestante, os padres não permitiram o enterramento no cemitério católico e, como não existia na época em São Paulo cemitério protestante, os estudantes resolveram inumar o venerando mestre nesse lugar, onde lhe erigiram o monumento. Na aula em que Frank ensinou, existe seu retrato toscamente pintado. Frank, cujo compêndio de história universal ainda hoje se usa no ensino acadêmico, exerceu grande influência sôbre os estudantes paulistas, devido à sua orientação liberal no ensino de história, que ainda se mantém viva, passados vinte anos. Conseguiu fazer respeitar o saber e a ciência alemã na Faculdade de Direito de São Paulo, enquanto eram elas quase que desconhecidas nas demais faculdades do Império.

As salas de aulas são sombrias e pouco confortáveis; sòmente a grande biblioteca é arejada e inundada de luz. Permaneci ali algum tempo, afim de obter, embora ràpidamente, uma idéia dos livros que constituíam a biblioteca. Integram-na entre 8 e 9.000 volumes de obras jurídicas, históricas, filosóficas e enciclopédicas, entre as quais algumas de valor. O que não me surpreendeu foi a completa ausência de livros alemães. A literatura contemporânea era representada quase que ùnicamente por obras de escritores franceses, estas mesmo em reduzido

FACULDADE DE DIREITO E IGREJA DE SÃO FRANCISCO

número. Parece que as doações à Faculdade são demasiado pequenas para permitirem aquisições de certo vulto.

Dos 11 professores de ciências jurídicas, lentes da faculdade, e dos 6 suplentes, apenas dois têrços se encontram sempre em São Paulo; os restantes ocupam cargos públicos fora da cidade. Durante a minha primeira permanência em São Paulo, um dos professores ocupava a presidência da província do Pará, outro a de Sergipe, outro a de Minas Gerais; o quarto, enfim, desde muitos anos vinha ocupando cargos de importância, entre os quais o de ministro do Interior, no Rio de Janeiro. É fácil de se compreender que a faculdade fique prejudicada, visto que seus melhores elementos dela vivem afastados. Entre os estudantes, cujo número chega a 500 mais ou menos, reina animada atividade, e o campo predileto são as belas letras e a publicação de artigos políticos. Seria melhor que, em lugar da política, que tão cedo preocupa os jovens cérebros, com suas discussões, fôsse dedicada a atenção aos livros didáticos. Os estudantes fundaram várias sociedades científicas, algumas das quais publicam revistas dignas de nota, por exemplo, a Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, com a "Revista mensal", o Ensaio acadêmico com os "Anais", a "Imprensa Acadêmica", etc. Algumas destas publicações tiveram vida breve, devido ao desinterêsse do público e a dificuldades financeiras.

Desde alguns anos esboçou-se um movimento para transferir a Faculdade de São Paulo para o Rio de Janeiro. Não considero tal projeto feliz. A centralização em matéria educativa não apresenta nenhuma justificativa e a cidade de São Paulo, cujos recursos são ainda limitados pela indústria pouco vultosa e o fraco comércio, ficaria grandemente prejudicada com esta medida. O clima bom e moderado da cidade provinciana presta-se mais à atividade mental do que o exgotante calor da capital. É mais fácil congregar os estudantes em São Paulo, em união cada vez mais estreita, do que no Rio de Janeiro, com suas múltiplas ramificações. A vida mais econômica de São Paulo é, por fim, um fator preponderante para o grande número de estudantes menos favorecidos, em favor de São Paulo.

Falei com estudantes que haviam frequentado durante alguns anos as aulas da Faculdade de Pernambuco e tinham vin-

do após matricular-se na de São Paulo. Disseram-me êsses rapazes que naquela faculdade havia maior número de professores e alunos, mas que nesta o estudante aplicado tirava maior proveito dos seus estudos, devido ao clima favorável e à maior concentração. A vida intelectual de São Paulo é mais livre e a orientação científica mais moderna que em Pernambuco, onde predomina ainda o romanismo (72).

O arco do pórtico da igreja de São Francisco e do atual edifício da universidade é trabalhado em belo mármore italiano, mas que dificilmente se descobre, devido à grossa camada de tinta, de um amarelo sujo, com que foi recoberto.

O novo seminário, um belo edifício mandado construir pelo bispo dr. Joaquim de Melo, está sob a direção de religiosos franceses. Êste instituto apresenta uma perfeita organização, mesmo nos mínimos detalhes. Reina ordem absoluta em tôda a parte e obedece o conjunto a um sistema concebido com grande cuidado. Os professores são bastante cultos e experimentados no magistério, sendo de esperar que consigam formar religiosos que se tornem dignos do respeito da nação pela sua moral e cultura, elevando-se a nivel superior do atual clero brasileiro. O instituto possui um observatório, um pequeno museu de história natural e uma coleção de instrumentos destinados ao ensino da física. Ao visitar a cozinha, fui surpreendido por dois amáveis rapazes, que me dirigiram a palavra. Tratava-se dos dois irmãos Zumkeller, que eu embarcara, dois anos antes, em Paredes, no rio Mucuri, e de quem cuidara, durante uma grave enfermidade de ambos, em São João de Pôrto Alegre

Visitei também o Seminário dos Educandos de Sant'Ana. Êste instituto se destina à educação de meninos vadios que recolhem, para dar-lhes educação elementar, visando fazer dêles mais tarde bons artífices ou caixeiros. Outro instituto semelhante a êste é o Seminário das Educandas de Açu, para meninas. Não o conheci pessoalmente. Informaram-me que as alunas são ali preparadas para o magistério ou para trabalhos domésticos, e que não podem permanecer ali, segundo o regulamento mais recente, passados os vinte e cinco anos de idade. É curioso notar que as meninas educadas para os trabalhos do-

---

(72) As duas Faculdades foram reorganizadas, segundo decreto imperial de 26 de abril de 1866.

mésticos dificilmente encontram emprêgo adequado, por causa do arraigado costume das famílias predominantes de São Paulo, de se fazerem servir ùnicamente por escravos. No que concerne às futuras professoras para o ensino primário, as exigências são ainda bastante primitivas e contrárias a qualquer razão ponderada. Num relatório do inspetor geral do ensino público, de 1857, lê-se a respeito de seis meninas, de 17 a 28 anos: "Podem ler com dificuldade cousas impressas ou escritas, sabem de cor as principais orações, sabem as quatro operações com imperfeição, e conhecem alguns trabalhos manuais". Mas o inspetor propunha mandá-las para o interior, argumentando que era preferível utilizar os serviços de professoras ,inda que imperfeitas, do que não haver escolas, e que a prática do ensino faria delas, no decorrer de alguns anos, boas educadoras. A falta de um bom corpo docente no instituto explica em parte a deficiência dos resultados obtidos.

O ensino secundário é administrado em São Paulo por vários colégios para meninos e para meninas, tais como o Colégio Emulação, o Ipiranga, o Brasileiro, o Ateneu Paulistano, etc. Os cursos primários funcionam satisfatòriamente. Quanto às instituições de beneficência existentes, menciono o hospital, o manicômio, o hospital de leprosos e a "crèche" para crianças abandonadas.

São Paulo é rica em igrejas e conventos, alguns sem nenhum gôsto arquitetônico. A catedral é uma destas construções carecentes de importância, mas se tornaria muito mais interessante se lhe adicionassem uma segunda tôrre. Os conventos são grandes edifícios cujo aspecto lembra quarteis, construídos com surpreendente irregularidade: as janelas, por exemplo, não se encontram tôdas no mesmo nivel, nem são de altura igual. Observei isto no convento de Santa Teresa (Recolhimento de Religiosas da Ordem de Santa Teresa), construído em 1668. A mais imponente das construções é, sem dúvida, o convento dos Carmelitas, situado em uma colina que domina a paisagem. Apenas restaurado e caiado, oferecia, quando o vi, em 1858, aspecto antes risonho que venerando. Sua tôrre é encimada por uma cúpula singular. O convento possui bens de fortuna avaliados em 190 contos de réis, e mais 400 escravos, que proporcionam apreciável renda anual. Contaram-me cousas pouco edificantes quanto à moral dos monges.

CATEDRAL E IGREJA DE SÃO PEDRO

O antigo colégio dos jesuítas é outro edifício decorativo, que está situado no lugar chamado Largo do Colégio (Praça dos Jesuítas), formando dois lados do mesmo. Numa das extremidades está a igreja, abafada e de linhas comuns. Ao lado dela há uma casa de sobrado, em cujo andar térreo, atualmente, funciona a Câmara dos Deputados provinciais; no andar superior existem repartições públicas. No outro lado, em ângulo reto, está a ampla residência do Presidente, à qual se vai por uma entrada mal planejada, coberta por telhado em forma de dossel. As peças internas são amplas e com franco aspecto de quartel, e nada lembra o tão refinado gôsto arquitetônico dos padres da Sociedade de Jesus. As divisões internas devem ter sido muito úteis aos fins a que se destinavam. Nenhum outro edifício público, nem o palácio do arcebispado, nem o teatro (74) são dignos de menção. As praças públicas não possuem nenhum momento, nem chafariz artístico, e a cidade sofre da falta de boa água potável.

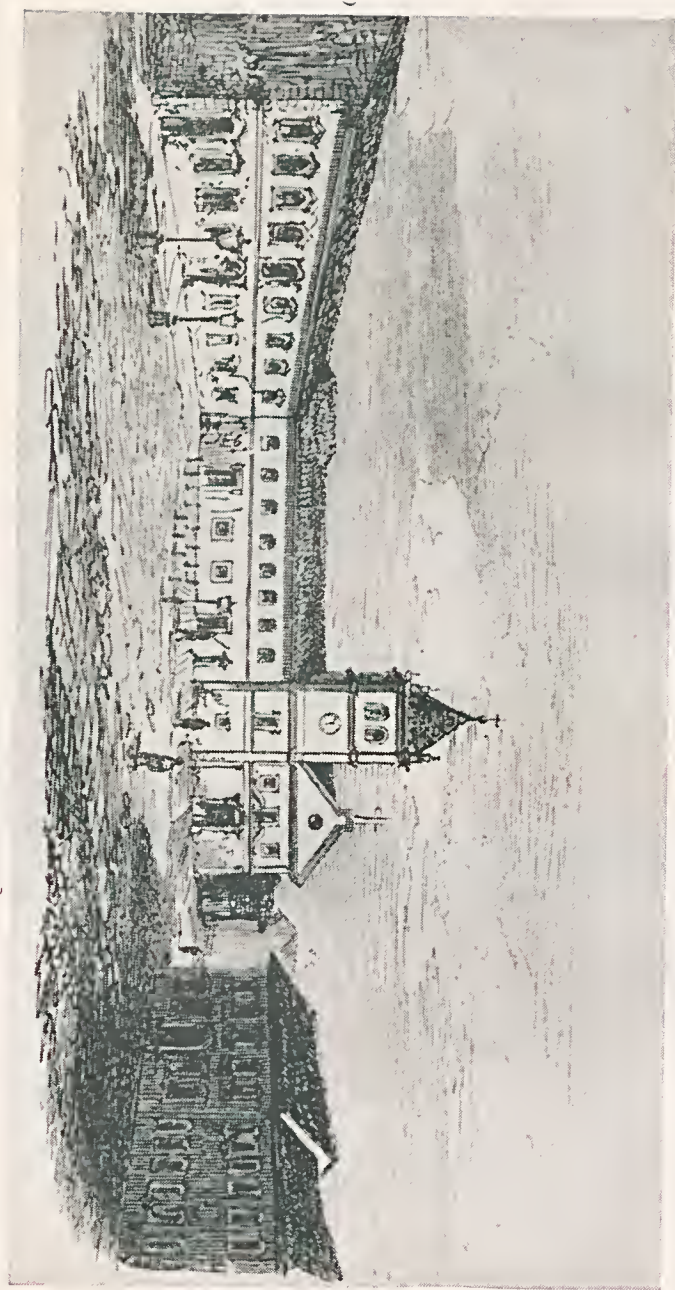
O engenheiro inglês William Elliot, contratado pelo Govêrno Provincial, ocupa-se há anos, infrutìferamente, com o problema do abastecimento de água à cidade. Não se encontrou mais tarde solução.

As ruas da cidade são, em sua maioria, planas e largas, pavimentadas com grandes pedras irregulares, e abauladas ao centro. A maior parte delas possui calçadas. Muitas das casas têm sòmente o pavimento térreo, outras são assobradadas e têm as janelas ornadas de sacadas. Na rua Direita, a mais bonita da cidade, encontram-se as principais casas de comércio, que expõem muitos artigos de luxo, procedentes da Europa. Algumas das casas de sobrado se distinguem pela sua elegância; digna de referência é o palacete de dona Domitila de Castro e Melo, Marqueza de Santos, a famigerada favorita do Imperador Dom Pedro I. Tive ocasião de ver algumas vezes esta Pompadour sul americana. Os últimos traços de beleza já se tinham extinguido de seu rosto, mas o seu aspecto geral ficara, ao que parecia, inalterado. É conhecido o episódio que teve lugar na hora da morte da tão profundamente magoada Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, primeira espôsa do Imperador Dom Pedro I, quando dona Domitila tentou penetrar, contra a proi-

(74) Um novo teatro acaba de ser construído na cidade (1864).

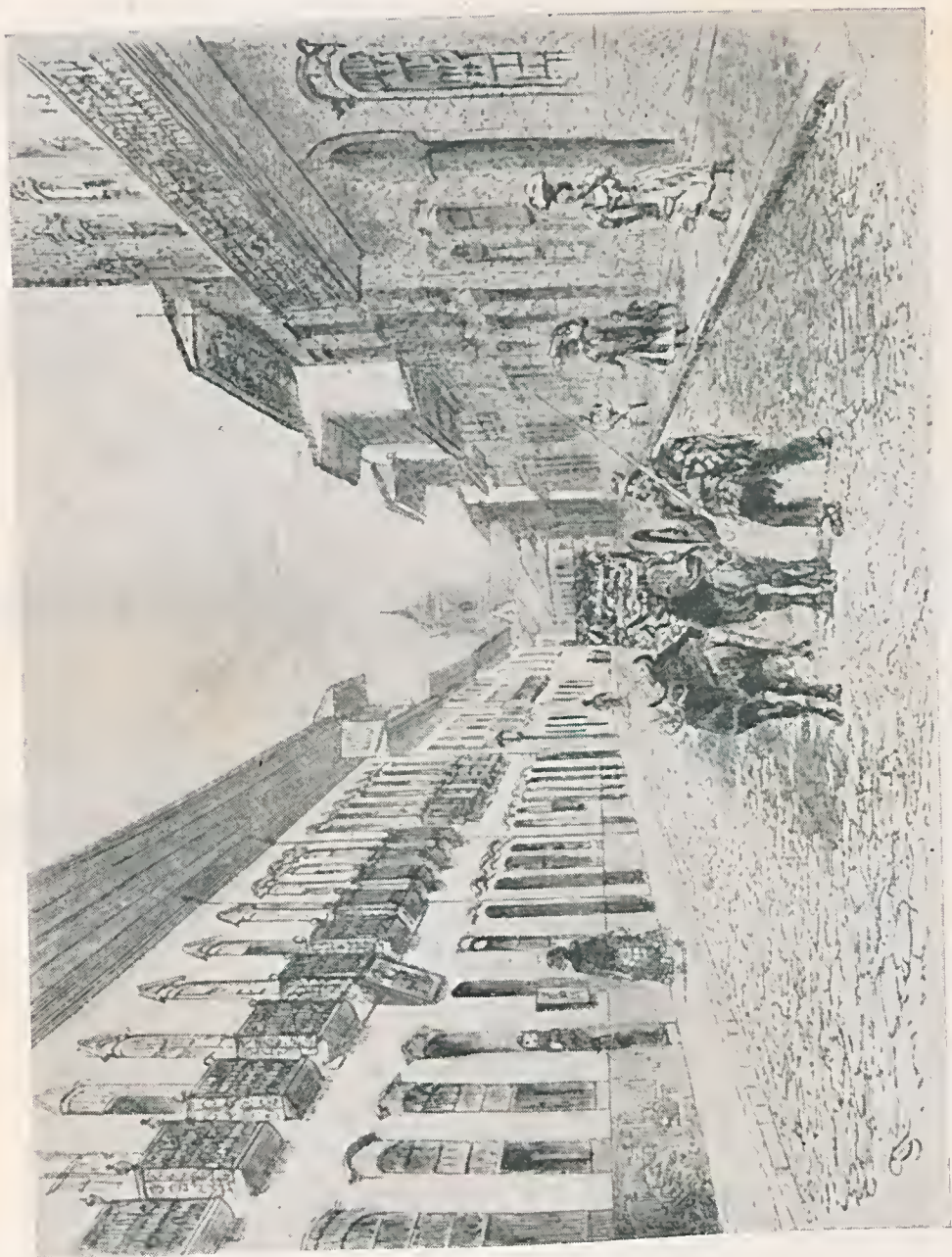
bição severa, nos aposentos imperiais, com a impertinência tão própria dessas cortezãs. Sòmente a intervenção enérgica de um dos ministros presentes impediu que ela amargurasse ainda os últimos momentos de vida da nobre princesa. A Marqueza de Santos vive retirada em São Paulo, há muitos anos, apagada e sem influência nenhuma. Seu passado pertence à história brasileira, que já proferiu sua sentença, dura mas justa, sôbre essa mulher.

O Jardim Botânico, nos limites da cidade, é belo, mas completamente abandonado e maltratado, e tem, para o manter em certo estado um velho e surdo jardineiro alemão e oito "africanos livres". Com subsídios maiores poder-se-ia fazer aí lindíssimo parque, do que tanto precisam os habitantes de São Paulo. Numa das encostas íngremes de um morro, há um pequeno parque público, pouco frequentado, onde está um obelisco de tijolo (Pirâmide (!) do Piques).

A cidade de São Paulo deve sua origem aos Jesuítas, que fundaram no planalto, entre o rio Tamanduateí e o ribeirão Anhangabaú, um colégio, no ano de 1552, para a cristianização dos indígenas e o ensino de meninos portugueses. O colégio, e a localidade que surgiu em seu redor, receberam, no ano de 1554, no dia da celebração da primeira missa, o nome do apóstolo Paulo. Mais tarde, a localidade recebeu a categoria de vila e o nome de São Paulo de Piratininga, nêste último nome, o de uma aldeia que anteriormente existira nas proximidades. A população da nova vila aumentou ràpidamente pela afluência de gente vinda da capitania geral do Rio de Janeiro e pelos casamentos entre mulheres indígenas e os novos povoadores. Dêsses casamentos mistos saíu uma raça forte, tenaz e de grande espírito empreendedor, a dos mamelucos, que havia de desempenhar papel preponderante na futura história do país. Foi dêles que surgiram, no século seguinte, os bandeirantes audazes, que percorreram centenas e centenas de milhas, penetrando no coração das selvas, afim de caçar índios, que vendiam como escravos. Foram êles que desbravaram os inóspitos planaltos de Minas Gerais, na busca de ouro e diamantes, sob as maiores privações e sofrimentos. Êsses mestiços formaram o núcleo da população da qual sairía mais tarde o paulista altivo independente e amante da liberdade, cujo nome infundia antes medo que respeito.

LARGO DO COLÉGIO

Quando os jesuítas não mais conseguiram por meio nenhum proteger os índios das perseguições dos seus caçadores, dirigiram-se ao papa Urbano VIII, que emitiu uma bula de excomunhão contra tôdo aquêle que matasse, escravizasse ou vendesse índio. A consequência imediata de tal medida foi uma revolta geral e a expulsão dos jesuitas. Só 13 anos mais tarde, ousaram os religiosos entrar novamente em seu colégio, sob condições bastante humilhantes, limitando suas atividades sôbre algumas poucas aldeias de índios cristianizados. Logo que tentavam alargar seu raio de ação eram ameaçados de nova expulsão. Êste pouco satisfatório estado de cousas continuou até 1759, quando a Ordem foi definitivamente dissolvida na América do Sul, espanhola e portuguesa.

A consequência de tão brutal e continuada perseguição aos índios foi a diminuição constante dessa gente. Como a caça ao índio deixou de ser negócio lucrativo, e como era muito mais vantajoso importar escravos das costas africanas, os paulistas se dedicaram à procura e exploração do ouro. No século XVIII, tudo convergia para Minas Gerais, em busca dêste metal, o que provocou lutas intermináveis entre paulistas e mineiros. A população dos distritos auríferos aumentou espantosamente, e o rendimento da exploração diminuiu. Foi então que o paulista descobriu sua verdadeira vocação. Voltou sua atenção para o solo, cultivou-o e dedicou-se à criação de gado. Assim como o modo de vida, também o caráter da população da Província mudava. No século XVII, eram cruéis caçadores de índios, no XVIII, cavadores de ouro, no seguinte, pacatos agricultores e criadores. O paulista de hoje não mais se assemelha aos seus antepassados indômitos. Não possui mais a convicção do valor próprio, o amor ardente da liberdade; tudo cedeu lugar a mesquinhas intrigas políticas, bajulações, caça a sinecuras rendosas e duelos retóricos, cheios de palavras, mas ocos de sentido, e insultos trocados na Câmara do Congresso provincial. Os mineiros, descendentes em parte dos velhos paulistanos, os excedem em fôrça, capacidade de trabalho, espírito justiceiro e amor à liberdade.

O censo de 1855 acusou para a cidade e as freguezias 22.744 habitantes, sendo que no centro não moram mais de 14 ou 15 mil pessoas.

RUA DIREITA

A situação geográfica de São Paulo é 23° 33' 10" de latitude Sul, e 48° 59' 25" de longitude Oeste, ou seja uma e meia milha geográfica a Sul do trópico de Capricórnio, ou 38' 47" a Sul do Rio de Janeiro apenas. A altitude da cidade é de 1.200 pés acima do nivel do mar. Não conheço a medição exata feita para a construção da estrada de ferro.

No dia 2 de setembro, saí bastante tarde de São Paulo, visitei o engenheiro Wieland em São Bernardo, que trabalhava na construção da linha férrea e cheguei ao alto da serra de Cubatão, no albergue Sansalá, debaixo de nevoeiro denso e forte chuva. O dono do albergue, no qual se obtém por elevados preços boa comida e aposentos medianos, era um suíço chamado Jean Perraud. Conseguira amealhar boa fortuna, mas era pessoa rude e violenta. Aconselhei-o a moderar-se e tomar cuidado com seus adversários em casos de rixas e processos. Riu-se dos meus conselhos, que taxou de inúteis e medrosos, dizendo-me que sempre fôra bem sucedido com seu modo de proceder e que tencionava voltar em breve para a pátria. Meus conselhos de nada valeram e, anos mais tarde, foi assassinado traiçoeiramente por um desafeto seu.

Na manhã seguinte, fui obrigado a esperar até as 10 horas pela minha bagagem, dado o mau tempo e as chuvas da véspera. A estrada serra abaixo era um mar de lama. Meus companheiros me chamaram a atenção para uma pequena casa amarela no velho caminho. Ali morara, anos antes, uma família alemã, que fôra inteiramente trucidada por alguns escravos fugitivos. Noutra pequena casa ao alto da serra, residia outro alemão. Quando faziam excavações perto de sua casa, para a construção da nova estrada, encontraram, enterrado na lama, o cadáver de um vendedor ambulante assassinado. A suspeita da autoria do crime recaíu, naturalmente, sôbre o alemão, que foi algemado e conduzido para São Paulo, mas, como não havia provas suficientes de sua culpabilidade, o júri o absolveu.

Sob uma chuva torrencial, cheguei a Santos, à uma hora, nadando, antes que cavalgando. Dois dias mais tarde, embarquei no Piratininga, que depois de uma vagarosa viagem de 22 horas, me deixou no pôrto do Rio de Janeiro.

ÍNDICE

☆

BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA

BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA

(COMEMORATIVA DO IV CENTENARIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO)

Sob a Direção de AFONSO DE E. TAUNAY

★

I — AZEVEDO MARQUES — Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. (2 tomos ilustrados)

II — AUGUSTO EMÍLIO ZALUAR — Peregrinação pela Província de São Paulo. (ilustrado)

III — FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS — Memórias para a História da Capitania de São Vicente. (ilustrado)

IV — PEDRO TAQUES — Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica. (3 tomos ilustrados)

V — BARÃO VON TSCHUDI — Viagem à Província de São Paulo. (ilustrado)

VI — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE — Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. (ilustrado)

VII — RELATOS SERTANISTAS — Estudo, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. (ilustrado)

VIII — LUÍS D'ALINCOURT — Memória sôbre a Viagem do Pôrto de Santos à Cidade de Cuiabá. (ilustrado)

IX — RELATOS MONÇOEIROS — Estudo, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. (ilustrado)

X — PEDRO TAQUES — As Minas de São Paulo (volume inédito ilustrado)

LIVRARIA MARTINS EDITÔRA

SÃO PAULO

Algumas opiniões sôbre a

"BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA"

O belo empreendimento da Livraria Martins Editôra publicando a BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA representa um dos primeiros passos e dos mais significativos para as próximas comemorações do IV Centenario da Cidade de São Paulo. Sob a direção do grande historiador das bandeiras Afonso de E. Taunay a série agora organizada pela Livraria Martins Editôra e iniciada com a reimpressão dos raríssimos "Apontamentos" de Azevedo Marques, terá uma importância definitiva para o desenvolvimento dos estudos paulistas e brasileiros. No momento em que as nossas editôras estão longe de atravessar uma fase de prosperidade, é esta iniciativa arrojada e, por todos os títulos, meritória.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

A um ano e meio — não mais — do nosso IV Centenário, estamos todos, sem dúvida, pensando na condígna celebração da data. Há tantas, tão grandes intenções, quanto pouco, tão pequeno tempo. Uma dessas intenções entretanto...

...uma delas é já tangível realização. É a BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, que encetou inspiradíssima, a Livraria Martins Editôra. Entregue à sábia supervisão do máximo historiador de São Paulo, Afonso de E. Taunay, a estante legìtimamente começa a formar-se.

GUILHERME DE ALMEIDA

Entre os muitos serviços de que já são as letras pátrias devedoras à Livraria Martins Editôra, será êste por certo inscrito entre os de maior aprêço. Assumindo a incumbência de entregar ao público ledor uma nova edição de uma obra de tão assinalada importância, cuja leitura sòmente a poucos era permitida, uma vez que os poucos exemplares da edição original eram ciosamente guardados nas bibliotecas, aquela Editôra inicia a série da BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, com a qual intenta contribuir espontâneamente às comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Merece, pois, louvores o gesto da Livraria Martins Editôra não só pelo arrôjo do intento, senão pelo acêrto da escolha.

JÚLIO DE MESQUITA FILHO

A Martins já devemos a "Biblioteca Histórica Brasileira", coleção monumental, apresentada com tanta dignidade gráfica pelos seus prelos. Agora, iniciando a BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, o faz da melhor maneira, pondo na mão dos doutos e de quantos queiram conhecer as glórias e as vicissitudes de nossa grei, êstes preciosos apontamentos tomados por um memoralista de alto quilate. Não podia ser entregue a maior autoridade a direção da série. Taunay é mestre incon-

testado e suas luzes concorrem para iluminar ainda mais os roteiros bandeirantes que os "Apontamentos" de Azevedo Marques rasgam na nossa história. Vai o Brasil dever à iniciativa de um editor uma outra empreitada heróica.

MENOTTI DEL PICCHIA

☆

Se não bastasse êste primeiro empreendimento que é a reedição dos "Apontamentos Históricos" de Azevedo Marques, a leitura apenas dos títulos iniciais desta BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, daria para firmar um altíssimo crédito cultural à Editôra que se aventurou a publicá-la. Vejamos: a "Nobiliarquia Paulistana", de Pedro Taques; a "História da Capitania de São Vicente" de Frei Gaspar da Madre de Deus; a "Peregrinação" de Von Tschudi e a de Emílio Zaluar; a "Segunda Viagem" e o "Quadro Histórico de Saint-Hilaire", só isso em qualquer país onde o livro fôsse compreendido bastaria para conferir o título de benemérito ao editor. No Brasil talvez o chamem de louco...

PAULO DUARTE

☆

Não podia ter sido mais feliz a Livraria Martins Editôra ao reeditar a obra raríssima e útil de Azevedo Marques. Inicia muito bem essa casa editôra, com o primeiro volume da BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo. Outros virão enriquecer essa prestigiosa coleção de historiadores paulistas. E assim como êles contribuiram para tornar conhecidos os feitos de nossos maiores desbravadores e construtores da nossa Pátria, também o editor da BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA atende a procura da valiosa obra de Azevedo Marques, pondo-a ao alcance da terra e da gente bandeirante.

TITO LÍVIO FERREIRA

A contribuição da paulística para a brasiliana é de tal alcance, que à iniciativa da Editôra Martins cabe o mais sincero elogio. Com a reimpressão da obra rara de Azevedo Marques inicia-se essa coleção destinada a tornar-se, ela também, preciosa.

SÉRGIO MILLIET

A Livraria Martins Editôra que já tantos e tão assinalados serviços tem prestado à cultura nacional, acaba de entregar ao público uma nova edição dos "Apontamentos Históricos" de Azevedo Marques. A monografia, privilégio de poucas e afortunadas estantes, uma vez que dela se fizera uma única edição — a original. Ao editá-la agora, portanto, encabeçando a série da BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, como contribuição espontânea às comemorações do IV Centenário da Funda-

ção de São Paulo, a Livraria Martins Editôra não poderia ter sido mais oportuna no gesto, nem mais feliz na escolha da obra.

Paulo Mendes de Almeida

☆

"...mas dessa nova publicação ressalta ainda outro relevante aspecto, dígno de maiores aplausos: é a nitidez, e a correção com que foi impressa; é a arte com que se embelezaram suas páginas; é a primorosa feitura das gravuras que a ilustram. Se outros títulos já não tivesse a Livraria Martins Editôra para recomendar-se aos brasileiros e aos paulistas — só êste notável livro bastaria para lhes demonstrar a inteligência, o patriotismo e a proficiência do seu ilustre e operoso chefe".

Altino Arantes

"Considero os "Apontamentos" de Azevedo Marques uma das obras fundamentais para o estudo da história de São Paulo. Suas páginas abrigam tal soma de informes, que constituem, por assim dizer, um roteiro quase perfeito aos que tentarem compreender o sentido e a grandeza da civilização construida no planalto bandeirante. Os retratos que Azevedo Marques traça dos velhos bandeirantes são esplêndidos. São esboços que instigam o estudioso; pequenas manchas que incitam a um estudo mais demorado sôbre tais figuras. A iniciativa do editor Martins é dígna de todos os louvores.

Edgard Cavalheiro

A "Biblioteca Histórica Brasileira" é uma coleção de tão alto nível, que só podemos esperar os melhores resultados desta BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA", iniciada agora tão bem com a obra utilíssima de Azevedo Marques. Como a sua irmã mais velha, se caracterizará certamente pela boa escolha do texto, o apuro em seu preparo e a orientação segura das notas e prefácios. Não poderiamos imaginar contribuição melhor para as comemorações do IV Centenário do que esta bela iniciativa de José de Barros Martins.

Antônio Cândido

Esgotado, entretanto, há mais de meio século, o livro de Azevedo Marques só era acessível aos que podiam freqüentar as raras bibliotecas que o possuem. Nestas condições, não podia ser mais oportuna a iniciativa da Livraria Martins, ao inaugurar, com a reedição dos "Apontamentos" de Azevedo Marques, e como contribuição às comemorações do IV Centenário de São Paulo, a sua coleção BIBLIOTECA HISTÓRICA PAULISTA, confiada à sábia orientação do eminente historiador Afonso de E. Taunay.

Ruy Bloem